



Eletrobras
Eletrosul

**RELATÓRIO ANUAL E
DE SUSTENTABILIDADE
ELETROSUL**

2013

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Valter Luiz Cardeal de Souza - Presidente
Eurides Luiz Mescolotto
Cláudia Hofmeister
William Rimet Muniz
Celso Knijnik
Wanderlei Lenartowicz

CONSELHO FISCAL

Sônia Regina Jung
Antonio Gomes de Farias Neto
Suzana Teixeira Braga

DIRETORIA EXECUTIVA

Eurides Luiz Mescolotto - Diretor-Presidente
Antonio Waldir Vittori - Diretor Financeiro
Paulo Afonso Evangelista Vieira - Diretor Administrativo
Ronaldo dos Santos Custódio - Diretor de Engenharia e Diretor de Operação

Missão das empresas Eletrobras (GRI 4.8)

Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

Visão das empresas Eletrobras

Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

Declaração de Posicionamento Estratégico da Eletrosul

Eletrosul 2020: uma empresa sustentável e competitiva, padrão de excelência em geração e transmissão de energia elétrica.

Valores das empresas Eletrobras

- Foco em resultados
- Empreendedorismo e inovação
- Valorização e comprometimento das pessoas
- Ética e transparéncia

Princípios Éticos Eletrosul

- I. Dignidade Humana e Respeito às Pessoas
- II. Integridade
- III. Sustentabilidade
- IV. Transparéncia
- V. Impessoalidade
- VI. Legalidade
- VII. Profissionalismo

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	8
2. MENSAGEM AOS ACIONISTAS	9
3. DESTAQUES DO ANO	10
4. SOBRE ESTE RELATÓRIO	14
5. PERFIL DA EMPRESA	17
5.1 Histórico	17
5.2 A Empresa	20
5.3 Estrutura Organizacional	24
5.4 Confiabilidade do Sistema	31
5.5 Pesquisa e Desenvolvimento	32
6. GOVERNANÇA CORPORATIVA	36
6.1 Estrutura de governança da organização	37
6.2 Responsabilidade com Partes Interessadas	41
6.3 Satisfação de Clientes	44
6.4 Transparência	45
6.4.1 Responsabilidade pelo Produto	47
6.5 Código de Conduta da empresa	47
6.6 Controle Interno	48
6.7 Gestão de Risco	48
6.8 Iniciativas Voluntárias	49
7. DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	51
7.1 Indicadores Econômico-Financeiros	52
7.2 Investimentos em Geração	58
7.2.1 Empreendimentos de Geração em Parceria	61
7.2.2 Desempenho da Geração	64
7.3 Investimentos em Transmissão	64
7.3.1 Ampliação do sistema de transmissão	65
7.3.2 Empreendimentos em Parceria	68
7.3.3 Interligação Brasil-Uruguai	71
7.3.4 Implantação do Plano Nacional de Banda Larga na Região Sul e MS	71
7.4 Comercialização	72
7.5 Novos Negócios	72
8. DIMENSÃO SOCIAL	74

8.1	Público Interno	74
8.2	Profissionais Terceirizados	79
8.3	Treinamento e Desenvolvimento	80
8.4	Plano de Carreira e Remuneração (PCR)	84
8.5	Benefícios	84
8.6	Sistema de Gestão do Desempenho (SGD)	85
8.7	Programas de preparação para o mercado de trabalho	85
8.8	Pesquisa de Clima Organizacional	85
8.9	Saúde e Segurança	86
8.10	Previdência Complementar	89
8.11	Impactos Socioeconômicos	90
8.12	Comunidade	91
8.12.1	Comunidades atingidas	92
8.12.2	Deslocamentos	96
8.13	Projetos Sociais por Área e por Estado de Atuação da Empresa	97
8.13.1	Participação em Projetos Sociais Governamentais	101
8.14	Práticas anticorrupção e antipropina	103
8.15	Direitos Humanos	103
8.16	Fornecedores	106
9.	DIMENSÃO AMBIENTAL	108
9.1	Projeto Megawatt Solar	108
9.2	Estações Solarimétricas	110
9.3	Geração eólica	110
9.4	Eficiência Energética	111
9.5	Implantação de empreendimentos	114
9.5.1	Áreas de Proteção Ambiental	114
9.5.2	Biodiversidade e Unidades de Conservação	114
9.5.3	Licenciamentos ambientais	115
9.5.4	Gestão Patrimonial da Eletrosul	116
9.5.5	Programas Ambientais de Empreendimentos	116
9.6	Gestão Ambiental da Eletrosul	118
9.6.1	Materiais e insumos	118
9.6.2	Energia	119
9.6.3	Água	119
9.6.4	Gestão de Resíduos	122
9.6.5	Educação e Conscientização Ambiental	124
9.7	Mudanças Climáticas	124

9.7.1 Emissões atmosféricas	125
9.8 Planejamento de contingências, plano de gestão e programas de treinamento para desastres/emergências	130
10. PREMIAÇÕES	131
11. IBASE	133
12. PERSPECTIVAS	135
13. AGRADECIMENTOS	136
14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS	137

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2013, ao completar 45 anos de fundação, a Eletrosul comemora a sua consolidação como empresa de referência nacional em transmissão e geração de energia renovável. A operação plena de cinco usinas hidrelétricas e o avanço dos empreendimentos eólicos na região Sul apontam o sucesso do redirecionamento estratégico-empresarial adotado pela empresa neste ano, marcado por desafios e importantes mudanças para o setor elétrico brasileiro. Também reforça essa conquista a prospecção, até 2017, de aproximadamente R\$ 5,6 bilhões de investimentos em novos projetos de geração e transmissão e melhorias nas instalações em operação.

O excelente resultado obtido nos dois últimos leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) consagra o perfil empreendedor da Eletrosul e aponta que, nos próximos anos, a empresa continuará ocupando um patamar privilegiado de competitividade. A estatal venceu dois lotes de empreendimentos disputados no leilão de transmissão e liderou a venda de energia eólica no A-3, entre os projetos do Sul, com 73,5% do total comercializado.

No Rio Grande do Sul, a empresa já é um dos maiores *players* em projetos eólicos, com investimentos de quase R\$ 3,5 bilhões. São 90 megawatts (MW) em operação, outros 480 MW sendo implantados e mais 15 parques a serem construídos nos próximos anos, o que irá agregar mais 212,5 MW ao portfólio de empreendimentos de geração. Em 2013, seu parque gerador acumula 442 MW de potência instalada e chegará a aproximadamente 2 gigawatts (GW) até 2016, quando todas as usinas eólicas, hidrelétricas – incluindo Jirau e Teles Pires – e o Megawatt Solar estiverem operando plenamente.

Em 2013, o início da implantação de dois empreendimentos de transmissão essenciais para o sistema elétrico brasileiro destaca a expertise da Eletrosul no segmento. A empresa está construindo 1,2 mil quilômetros de linhas, quatro novas subestações e ampliações em unidades existentes que irão integrar o extremo Sul do País ao Sistema Interligado Nacional (SIN), possibilitando o aproveitamento do potencial eólico da região e melhorando o intercâmbio de energia com o Sudeste. Também prosseguiu como parceira na viabilização de obras estruturantes para o País, como o segundo circuito do Linhão do Madeira e a Interligação Elétrica Brasil-Uruguai.

Desde o início de sua trajetória, a Eletrosul vem desempenhando um papel fundamental também na área social. Fecha o ano com um balanço muito positivo do trabalho que vem sendo realizado junto à comunidade para reestruturação de projetos que receberam seu apoio financeiro em anos anteriores. A ação envolve um diagnóstico da situação dos projetos patrocinados até 2012 e elaboração de um plano estratégico para resgatar as iniciativas que sejam sustentáveis.

Como fruto do esforço dos dirigentes e do comprometimento de seus empregados, a Eletrosul chega, ao final de 2013, com um patrimônio consolidado de R\$ 9,9 bilhões – ativo aproximadamente quatro vezes superior ao de dez anos atrás. Para 2014, a meta é manter o mesmo ritmo de investimentos para, assim, expandir ainda mais os negócios e continuar contribuindo para o desenvolvimento do País (**GRI 1.1; 1.2**).

2. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Em conformidade com a legislação societária brasileira e as disposições estatutárias, a Administração da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. apresenta o Relatório Anual e de Sustentabilidade, acompanhado das Demonstrações Financeiras e dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 2013.

Neste documento, encontram-se informações detalhadas sobre as ações e o desempenho empresarial, com números que demonstram a consolidação da Eletrosul em sua função de concessionária de serviços públicos de transmissão e produtora independente de geração de energia elétrica – sem deixar de lado o consistente trabalho realizado para promover o desenvolvimento econômico e social em sua área de atuação.

A Administração da empresa presta esclarecimentos adicionais com o propósito de corresponder às expectativas do governo, dos acionistas, dos clientes, dos empregados, dos parceiros, da sociedade e da comunidade na qual atua.

3. DESTAQUES DO ANO

Inauguração da PCH Barra do Rio Chapéu

A PCH Barra do Rio Chapéu, que aproveita o potencial hidrelétrico do rio Braço do Norte, entre os municípios de Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, foi inaugurada em janeiro de 2013. A usina disponibiliza 15,15 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN), o suficiente para atender o consumo de 128 mil habitantes. A PCH contou com a parceria do banco de fomento alemão KfW e representa um marco por ter sido o primeiro empreendimento de geração da Eletrosul em Santa Catarina.

Início das obras do Megawatt Solar

Em janeiro, a Eletrosul deu início à implantação do Projeto Megawatt Solar (1 MWp) – primeira usina fotovoltaica de grande porte integrada a um prédio público no País. Durante o ano, além das adequações da cobertura do edifício-sede e dos estacionamentos para montagem dos cerca de 4,2 mil painéis fotovoltaicos, foi concluída a obra civil da subestação e instalada parte dos módulos nos telhados do prédio. A energia gerada será conectada à rede elétrica local e comercializada a consumidores livres por meio de leilões.

Eletrosul divulga Plano de Investimentos até 2017

A empresa anunciou que, até 2017, pretende investir, aproximadamente, R\$ 5,6 bilhões em novos projetos de geração e transmissão de energia, e em melhorias e ampliações de ativos já existentes. Desse montante, R\$ 3,4 bilhões já estão contratados e incluem os investimentos em usinas hidrelétricas, eólicas e solares, além de sistemas de transmissão em andamento, mas considera, também, as perspectivas de participação e contratação de empreendimentos nos próximos leilões.

Inaugurado primeiro prédio sustentável da Eletrosul

As novas instalações do Setor de Manutenção de Campos Novos (SC), que fica anexo a uma das maiores unidades de transmissão da Eletrosul – a SE Campos Novos (525 kV) – foram inauguradas no início de 2013. O primeiro prédio sustentável de uso administrativo da empresa reúne aspectos construtivos que atendem aos conceitos de eficiência energética, conservação de energia e preservação de recursos naturais. A edificação obteve a etiqueta nível A de Eficiência em Conservação de Energia, na fase de projeto e com o prédio construído, conforme critérios do Programa Brasileiro de Etiquetagem – coordenado pelo Inmetro.

Eletrosul expande e incorpora cinco empresas

Acionistas da Eletrosul aprovaram, em maio de 2013, a incorporação das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Usinas Eólicas Cerro Chato I, II e III, Porto Velho Transmissora de Energia (PVTE) e da RS Energia. As empresas haviam sido constituídas para implantação do Complexo Eólico Cerro Chato (RS), da SE Coletora Porto Velho (RO), e de quatro subestações e mais de 290 quilômetros de linhas em municípios gaúchos e catarinenses. A incorporação soma R\$ 1,44 bilhão em ativos de geração e transmissão.

Realizado primeiro leilão de venda de energia própria

A Assessoria de Comercialização de Energia (ACE) da Eletrosul realizou, no mês de abril, o primeiro leilão de venda de energia própria da empresa no mercado livre. A energia comercializada no certame foi proveniente da PCH Barra do Rio Chapéu.

Cessão de terreno para novo centro de saúde

No início de maio, a diretoria da Eletrosul assinou o termo de cessão de um terreno de 1,1 mil metros quadrados para a construção do novo Centro de Saúde do bairro Pantanal, em Florianópolis. A obra será realizada pela prefeitura na área anexa à sede da Eletrosul, ocupada pelo Pelotão de Policiamento Tático da Polícia Militar de Santa Catarina, a ser transferido para outro local.

São Domingos entra em operação comercial

A Hidrelétrica São Domingos (MS) entrou em operação comercial em junho de 2013. Aproveitando o potencial hidrelétrico do rio Verde, nos municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo, o empreendimento tem capacidade instalada de 48 MW, suficiente para atender ao consumo de, aproximadamente, 550 mil habitantes. Com investimento na ordem de R\$ 485 milhões, a usina é o maior empreendimento do PAC no estado de Mato Grosso do Sul (MS)

Eletrosul fornece fibra óptica para Telecentro Binacional

A robusta malha de telecomunicações por fibra óptica utilizada pela Eletrosul é a responsável pelo atendimento ao primeiro Telecentro Binacional da América Latina, inaugurado em 2013, na cidade gaúcha de Sant'Ana do Livramento, divisa com Rivera, no Uruguai. O espaço conta com terminais conectados à Internet de alta velocidade e atende, gratuitamente, cerca de 20 mil pessoas por mês que transitam na fronteira. O suporte ao fornecimento de dois dos três links de 100 Mbps que chegam à unidade é feito a partir do sistema de comunicação óptica de alta capacidade (DWDM) da Eletrosul, que possui 80 Gbps.

Começam obras da Interligação Brasil-Uruguai

A Eletrosul deu início, em julho, às obras da interligação eletroenergética entre Brasil e o Uruguai. As atividades começaram pela implantação da SE Candiota (500/230 kV), no Rio Grande do Sul, e do trecho de três quilômetros de linha em 230 kV, que ligará a unidade à SE Presidente Médici. O projeto prevê, ainda, a construção de outros 60 quilômetros de linha de extra-alta-tensão (525 kV) da SE Candiota até o município de Aceguá (RS), na divisa com o Uruguai. O empreendimento está sob responsabilidade da Eletrosul (39,6%) e da Eletrobras (60,4%), com investimento total, no lado brasileiro, de R\$ 128 milhões. No Uruguai, a implantação está a cargo da Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas (UTE).

Operação plena de todos os empreendimentos hidrelétricos

No mês de agosto, a Eletrosul registrou a plena operação comercial de todos os cinco empreendimentos hidrelétricos que começaram a ser implantados – com recursos próprios e em parceria – a partir de 2008. Somando 337,05 MW de potência instalada, estão operando comercialmente um total de 14 turbinas distribuídas pela UHPSJ (77 MW), UHSD (48 MW), PCH Barra do Rio Chapéu (15,15 MW), PCH João Borges (19 MW) e na UHE Mauá (177,9 MW – relativo a 49% de participação). Trata-se de um marco para a empresa, porque consolida seu retorno ao segmento 15 anos após a privatização de seu parque gerador.

Eletrosul e Telebras assinam contrato para ampliar telecomunicações

Também em agosto de 2013, Eletrosul e a Telebras assinaram um acordo técnico-operacional e comercial para expansão de infraestrutura de telecomunicações e aceleração da implantação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) nos estados do Sul e no Mato Grosso do Sul. Pelo acordo, a Eletrosul entrará com sua infraestrutura de telecomunicações, e sua experiência em manutenção e operação de sistemas de telecomunicações, e a Telebras exercerá seu conhecimento na comercialização dos serviços e no relacionamento com os diversos agentes do mercado. A parceria vai aumentar de 80 Gbps para 400 Gbps a capacidade da rede DWDM da Eletrosul.

Eletrosul e Cientec firmam parceria

No mês de outubro, Eletrosul e a Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec) firmaram um termo de cooperação para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, tecnológicos, e científicos no segmento de energia. O primeiro trabalho a ser desenvolvido em conjunto será a avaliação do projeto de geração de energia a partir da combustão de resíduos sólidos urbanos. O Projeto Seberi é uma iniciativa do Grupo Creluz – Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia – e da Associação de Municípios da Zona de Produção (Amzop), e envolve municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Cigres).

Inauguração da PCH João Borges

Foi inaugurada, em novembro de 2013, a PCH João Borges, que aproveita o potencial hidrelétrico do rio Caveiras, entre os municípios de São José do Cerrito, Campo Belo do Sul e Lages, em Santa Catarina. O empreendimento teve investimentos superiores a R\$ 172 milhões e representa um importante reforço para o suprimento de energia do Estado, com capacidade de 19 MW – suficiente para atender o consumo de, aproximadamente, 150 mil habitantes.

Eletrosul e CEEE-GT arrematam empreendimentos de transmissão no Sul

O maior lote de empreendimentos de transmissão no Sul do País licitados pela ANEEL em novembro de 2013 foi arrematado pelo Consórcio Missões, constituído pela Eletrosul (51%) e CEEE-GT (49%). Os empreendimentos contemplam as SEs Santa Maria 3 (230/138 kV), no Rio Grande do Sul, e SE Pinhalzinho (230/138 kV), em Santa Catarina, além de mais de 240 quilômetros de linhas da rede básica. Sozinha, a Eletrosul arrematou, ainda, o lote correspondente à SE Ivinhema (230/138 kV), no Mato Grosso do Sul.

Líder na venda de energia eólica no leilão A-3

A energia de 15 novos projetos eólicos da Eletrosul compostos pelas SPEs Coxilha Seca, Chuí IX e Hermenegildo I, II e III foi comercializada no 17º Leilão de Energia Nova (A-3), da ANEEL, realizado em novembro de 2013. Os parques no extremo Sul gaúcho somam 212,5 MW de potência instalada, o que corresponde a 24,5% do total comercializado no leilão (A-3). Os investimentos ultrapassam R\$ 1 bilhão.

Iniciada operação do parque Cerro dos Trindade

Começaram a operar comercialmente, em dezembro de 2013, os aerogeradores do Parque Eólico Cerro dos Trindade, que integra o projeto de ampliação do Complexo Eólico Cerro Chato, em Sant'Ana do Livramento (RS).

4. SOBRE ESTE RELATÓRIO

Para informar a diversos públicos os principais resultados de suas atividades e decisões, a Eletrosul publica o Relatório Anual da Administração e, desde 2008, relatório com informações socioambientais visando prestar contas aos diversos *stakeholders*, bem como atender as exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A partir de 2011, a Eletrosul passou a publicar o Relatório Anual e de Sustentabilidade utilizando as diretrizes propostas pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Essa decisão propiciou a junção dos dois relatórios, que eram elaborados separadamente, e a incorporação de padrões internacionais ao relato de sua gestão, com o objetivo de atender às necessidades administrativas, às especificações governamentais e aos padrões da *holding* Eletrobras, dando continuidade ao processo de relacionamento e comunicação de forma transparente e eficiente com todos os seus públicos estratégicos (**GRI 3.2, 3.3, 3.11**).

A aplicação da metodologia da GRI no Relatório Anual e de Sustentabilidade visa, ainda, aprimorar a qualidade e a transparência na apresentação de desempenho e de práticas de gestão da Eletrosul, buscando um impacto positivo e abrangente no mundo dos negócios.

Dessa forma, este documento destaca as principais práticas adotadas pela empresa, alinhadas com o seu Plano Estratégico, e os respectivos desempenhos nas dimensões econômica, social e ambiental, compreendidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2013 (**GRI 3.1**). Os dados aqui apresentados foram baseados em levantamentos periódicos desenvolvidos por meio de indicadores de desempenho próprios, bem como a partir do estudo de documentos internos e de entrevistas realizadas com gestores da instituição (**GRI 3.5, 3.7, 3.8**).

Salvos os dados econômicos, este relatório não contempla os indicadores das Sociedades de Propósito Específico, das quais a Eletrosul participa. Em sua totalidade, tais empresas são tratadas de forma autônoma em termos de administração.

O relatório abrange toda a administração com principais operações próprias da Eletrosul, que possui sede em Florianópolis e atua nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rondônia (**GRI 2.7; 3.6**).

Nível de aplicação B da GRI/G3 – AUTODECLARADO

A Eletrosul autodeclara ter atingido nível de aplicação B da GRI/G3 em seu Relatório de Sustentabilidade 2013. Nesta publicação, somou 156 indicadores. O total de indicadores apresenta 55 essenciais, 29 adicionais e 30 setoriais. O Relatório descreve também 42 indicadores de perfil.

- Econômico (EC) – 09;
- Meio Ambiente (EN) – 30;
- Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (LA) – 15;
- Direitos Humanos (HR) – 11;

- Sociedade (SO) – 10;
- Responsabilidade pelo Produto (PR) – 09;
- Setorial (EU) – 30.

As informações relatadas no modelo GRI não passarão por processo de asseguração. Entretanto, considerando que o relatório atenderá também à divulgação de informações constantes no Relatório de Administração, parte dos dados passará por verificação externa. Ainda, quase a totalidade dos indicadores será reportada no relatório de sustentabilidade da *holding* Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), que será objeto de asseguração (**GRI 3.13**).

Eventuais comentários ou esclarecimentos sobre o documento podem ser enviados para a Assessoria de Gestão Empresarial (ASG) da Eletrosul, por meio dos seguintes contatos (**GRI 3.4**): (48) 3231-7690 e do e-mail sustentabilidade@eletrosul.gov.br.

PRINCIPAIS INDICADORES DO ANO

Indicadores Econômico-financeiros	2013
Receita Operacional Bruta (R\$ Milhões)	1.047.455
Receita Operacional Líquida (R\$ Milhões)	943.962
Lucro Operacional Bruto (R\$ Milhões)	450.483
Lucro Líquido (R\$ Milhões)	264.785
Ativos Totais (R\$ Milhões)	9.886.235
Patrimônio Líquido (R\$ Milhões)	5.552.218
Liquidez corrente (%)	1,92
Participação de capital de terceiros (%)	43,84
Margem Líquida (%)	28,05
Rentabilidade do capital próprio (médio) (%)	4,92
EBITDA (R\$ Milhões)	236.379

Quadro 1: Indicadores Econômico-financeiros

Indicadores Ambientais	2013
Número de empregados treinados nos programas de educação e conscientização ambiental	16
Percentual de empregados treinados nos programas de educação e conscientização ambiental (%)	1,19
Número de alunos atendidos em programas de educação e conscientização ambiental	14.456
Recursos Aplicados em P&D Voltados ao Meio Ambiente (R\$ Mil)	1.643
Recursos Aplicados em Cultura, Esporte e Lazer (comunidade) (R\$ Mil)	309
Recursos Aplicados em Saúde e Infraestrutura (comunidade) (R\$ Mil)	773

Quadro 2: Indicadores Ambientais

Indicadores Sociais	2013
Número total de empregados	1.343
Empregados abaixo de 30 anos (sem incluir 30 anos) (%)	7,97
Empregados com idade entre 30 e 50 anos (inclui 50 anos) (%)	72,60
Empregados com idade superior a 51 anos (%)	19,43
Número de mulheres em relação ao total de empregados (%)	17,57
Mulheres em cargos gerenciais – em relação ao total de cargos gerenciais (%)	10,90
Empregadas negras (pretas e pardas) – em relação ao total de empregados (%)	0,90
Empregados negros (pretos e pardos) – em relação ao total de empregados (%)	6,33
Empregados negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	4,54
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	13,92
Jovens Aprendizes em relação ao total de empregados (%)	2,60
Empregados portadores de deficiência	21

Quadro 3: Indicadores Sociais

5. PERFIL DA EMPRESA

Evolução da Marca



5.1 Histórico

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. foi criada como uma empresa pública de geração e transmissão de energia, em 1968. Desde então, vem transpondo crises financeiras no setor elétrico e as transformações políticas no país, a exemplo do processo de privatização em 1998 em que o parque gerador da empresa foi vendido, e esta ficou apenas com o negócio de transmissão de energia.

Em 2004, a empresa, sempre controlada pela Eletrobras, recebeu a licença para voltar ao negócio de geração e, a partir então, tem trabalhado mais fortemente com foco na sustentabilidade. Afinal, o setor elétrico, principalmente nos empreendimentos de geração hidrelétrica, apresenta forte interferência ambiental e social na comunidade do entorno. Por isso, metodologias e tecnologias têm sido desenvolvidas no sentido de mitigar e/ou compensar os efeitos socioambientais dos empreendimentos.

Linha do Tempo Eletrosul

1968 a 1974

- Criação da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. – Eletrosul, controlada da Eletrobras, de âmbito regional, com sede em Brasília e escritório central no Rio de Janeiro;
- Início das atividades de geração e transmissão de energia elétrica nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- Construção das Usinas Hidrelétricas Salto Osório e Salto Santiago, ambas no Rio Iguaçu, no Paraná, com trabalho pioneiro e sistemático para a redução dos impactos ambientais e a preservação dos recursos naturais;
- Construção do sistema de transmissão interligando os três estados da Região Sul;
- Funcionamento de 492 km de Linhas de Transmissão;
- Início da operação da Usina Hidrelétrica de Passo Fundo, localizada no Rio Grande do Sul.

1975 a 1979

- Entram em funcionamento as primeiras unidades do Complexo Termelétrico de Jorge Lacerda e UHE Salto Osório;
- Ampliação em 1.637 km de novas Linhas de Transmissão;
- A sede e o escritório central da empresa passam a operar em Florianópolis (SC).

1980 a 1984

- Mato Grosso do Sul passa a integrar a área de atuação da Eletrosul;
- A capacidade instalada nominal de geração de energia elétrica da empresa alcança 3.222 MW. A extensão das Linhas de Transmissão, nas diferentes tensões, soma 6.047 km. A capacidade de transformação atinge os 4.662 MVA instalados, em 15 subestações.

1985 a 1989

- Criação do Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas que passa a dividir a gestão empresarial com a Diretoria Executiva;
- Entram em funcionamento mais quatro subestações, ampliando a capacidade em 1.706 MVA.

1990 a 1994

- A Eletrosul inicia o programa de implantação do telecontrole de 16 subestações de 230 e 138 kV;
- Formação do Núcleo da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, fruto da solidariedade dos empregados da Eletrosul;
- Inauguração da Conversora de Frequência de Uruguaiana, interligando os sistemas elétricos argentino e brasileiro até a potência de 50 MW.

1995 a 1999

- Inclusão da Eletrosul no Programa Nacional de Desestatização (PND);
- Inauguração da UTE Jorge Lacerda IV, com potência de 350 MW e aumento de 11% na capacidade de geração da empresa. Jorge Lacerda, com suas quatro unidades somando 832 MW, torna-se o maior complexo termelétrico da América Latina;
- Privatização da Geração da Eletrosul;
- A Eletrosul se transforma numa empresa de transmissão de energia elétrica, com cerca de 30% de sua dimensão original, e encerra o período com 1.325 empregados;
- A Eletrosul, como primeira estatal federal de transmissão de energia elétrica, passa, também, a atuar, provisoriamente, como Operador Nacional do Sistema (ONS) para a Região Sul;
- Queda de 13 torres da Linha de Transmissão Areia-Campos Novos, de 525 kV, provocada por ventos com rajadas superiores a 170 km/h. Os trabalhos de recuperação foram executados por um efetivo de 248 pessoas, de forma

ininterrupta e em parceria com outras empresas do setor, possibilitando um recorde nacional com a recuperação de todas as torres em apenas 13 dias;

- Implantação da Subestação Santo Ângelo (RS).

2000 a 2004

- Retomada a condição de participar do segmento de geração de energia elétrica em março de 2004 (Lei Nº 10.848), concomitantemente com a aprovação do Novo Modelo do Setor Elétrico;
- Autorização para realizar, emergencialmente, obras para reconectar a parte insular de Florianópolis ao SIN, em virtude de acidente ocorrido durante a manutenção na rede de distribuição, que deixou a ilha às escuras por 52 horas;
- Recebimento do Prêmio Valor 1000, oferecido pelo jornal Valor Econômico, como empresa de melhor desempenho no setor elétrico;
- A Regional do Paraná recebe o reconhecimento na faixa bronze, no ciclo 2002, e ouro, nos ciclos 2003 e 2004, do Prêmio do Programa de Qualidade do Governo Federal (PQGF), coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Publicação do primeiro Balanço Social da Eletrosul.

2005 a 2009

- Inauguração do novo Centro de Operação do Sistema Eletrosul (COSE), um dos mais modernos do país;
- Conquista, no leilão de energia nova, da Usina Hidrelétrica Passo São João (77 MW), no Rio Grande do Sul;
- Conquista do lote para construção da Usina Hidrelétrica de Mauá, no terceiro leilão de energia nova, em consórcio formado com a Copel;
- ANEEL transfere para a Eletrosul a concessão da Usina Hidrelétrica São Domingos, em Mato Grosso do Sul;
- Vence em parceria o leilão da UHE Jirau, primeiro empreendimento fora de sua área de atuação, e conquista três lotes das Linhas de Transmissão do Rio Madeira;
- A Eletrosul, em parceria com a *Wobben*, sagrou-se vencedora na disputa para a implantação e exploração do Complexo Eólico Cerro Chato, composto por três parques de 30 MW cada, localizado no município de Sant'Ana do Livramento (RS);
- Prêmio de Melhor Empresa de Energia Elétrica do país, da revista ISTOÉ Dinheiro, por cinco anos consecutivos;
- Geração do primeiro MWh da Eletrosul, de energia solar acumulada na planta-piloto (cobertura fotovoltaica), na Sede;
- Adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU);
- Inauguração da Casa Eficiente, que está entre os projetos certificados durante o lançamento da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, direcionada a residências e edifícios multifamiliares;
- Interligação energética completa da Ilha de Santa Catarina via cabos submarinos, com o Sistema Interligado Nacional;
- Certificação NBR ISO 9001:2008 – Oficina Central de Equipamentos e recertificação da área de suprimentos.

2010 a 2013

- Vence o leilão para a construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com capacidade de 1.820 MW, em Mato Grosso (participação da Eletrosul é de 24,5% da obra, ou seja, 445,9 MW);
- Lançamento da Nova Marca do Sistema Eletrobras e, consequentemente, da Eletrosul;
- Classificada entre as 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil, segundo o Guia Você S/A - EXAME;
- Com a Telebras, assina contrato de cessão de uso de infraestrutura do sistema de transmissão e fibras ópticas;
- Assina contrato de financiamento com o banco alemão KfW no valor de 2,8 milhões de euros;
- Inaugura o Complexo Eólico Cerro Chato (90 MW);
- Inaugura a Usina Hidrelétrica Passo São João (77 MW);
- Inaugura a Usina Hidrelétrica Mauá (445,9 MW). A participação da Eletrosul é de 24,5% (177 MW);
- Brasil e Uruguai assinam ata de compromissos de gestão de empreendimentos de interconexão elétrica;
- Inaugura a PCH Barra do Rio Chapéu (15,15 MW);
- Inaugura as novas instalações do Setor de Manutenção de Campos Novos (SC), seu primeiro prédio sustentável;
- Inicia as obras do projeto Megawatt Solar (1 MWp), na sede da empresa, em Florianópolis (SC);
- Realiza o primeiro leilão de venda de energia própria;
- Usina Hidrelétrica São Domingos (48 MW) entra em operação comercial;
- Inaugura o primeiro Telecentro Binacional, na fronteira com o Uruguai;
- Assina termo de compromisso com a Prefeitura de Itapiranga (SC) para a implantação de uma usina de biogás;
- Em 2013, registra a operação plena de todas as usinas hidrelétricas, que somam 337,05 MW;
- Inaugura a PCH João Borges (19 MW).

5.2 A Empresa

Apresentação dos dados gerais, e de informação técnica e legal da empresa. (**GRI 2.1; 2.2; 2.4; 2.6**)

NOME COMPLETO DA UNIDADE E SIGLA	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	SIGLA: Eletrosul
CNPJ	00.073.957/0001-68	
Natureza jurídica	Sociedade de Economia Mista	
Vinculação ministerial	Ministério de Minas e Energia (MME)	
Endereço completo da sede	Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal – Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88040-901, fone (48) 3231-7000, fax (48) 3234-5678	
Endereço da página institucional na internet	www.eletrosul.gov.br	

Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União (DOU)	Constituída em 23/12/1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto Nº 64.395 de 23/04/1969.
Função de governo predominante	Energia
Tipo de atividade	Concessionária de serviços públicos de transmissão e produtora independente de geração de energia elétrica.

Quadro 4: Dados gerais da empresa

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma sociedade de economia mista de capital fechado, concessionária de serviços públicos de transmissão e produtora independente de geração de energia elétrica constituída em 1968, e autorizada a funcionar pelo Decreto Nº 64.395 de 23/04/1969. Controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), apresenta, em 31/12/2013, um ativo total de R\$ 9.886,2 milhões, patrimônio de R\$ 13.610 milhões (se adicionados os ativos das empresas controladas e dos empreendimentos em conjunto), e a seguinte composição acionária (**GRI 2.3**):

Acionistas	Qtde de ações	Capital Social	% de participação
Eletrobras	100.993.125	4.289.954	99,8767
USIMINAS	57.901	2.461	0,0573
CEEE	49.519	2.105	0,0490
Copel	14.195	601	0,0140
Celesc	1.544	64	0,0015
CSN	1.194	52	0,0012
Outros	320	13	0,0003
Total	101.117.798	4.295.250	100,00

Quadro 5: Composição acionária

Além disso, a Eletrosul assumiu, em 2013, 100% do controle societário da Artemis e 75% da Uirapuru, a qual teve os 25% de ações restantes assumidos pela Fundação Elos (**GRI 2.8; 2.9**).

A empresa tem sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, e atuação no Brasil, nos três estados da Região Sul, no Mato Grosso do Sul e em Rondônia. Nestas áreas, realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de transmissão e geração de energia elétrica, presta serviços de telecomunicação e pratica outros atos de comércio decorrentes dessas atividades. Além disso, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomentando o uso de fontes alternativas de energia. Por meio de SPE's, participa, também, de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica nos três estados da Região Sul, Mato Grosso, Pará e Rondônia. No mercado em que a empresa atua, os clientes são empresas de energia e telecomunicações, que, em 2013, totalizavam 58 (**GRI 2.2; 2.5; 2.7**).

A área de atuação preponderante da Eletrosul comprehende os três estados da Região Sul e o Mato Grosso do Sul. Segundo Contas Regionais do Brasil 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa área de atuação responde por, aproximadamente, 17,7% do PIB nacional e 17,9% do mercado total de energia elétrica brasileiro, abrigando uma população da ordem de 30,5 milhões de

habitantes, o que representa 15,6% da população brasileira. Também responde por 28,9% da produção agropecuária, 21,8% da indústria e 20,8% do comércio nacional.



No que se refere ao planejamento energético, cabe ao Ministério de Minas e Energia, por meio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a responsabilidade de realizar os

estudos que subsidiam o planejamento energético brasileiro, sejam eles para planejamento da expansão do mercado, geração ou transmissão de energia elétrica. A EPE trabalha em parceria com os agentes na definição da expansão dos segmentos de mercado e transmissão, nos quais a Eletrosul atua fortemente, seja na consolidação dos dados de mercado da Região Sul, seja participando dos grupos de estudos que definem a expansão dos principais sistemas de transmissão no país (**GRI EU10; EU19**).

Alinhada às políticas públicas do Governo Federal, a Eletrosul investiu, em 2013, R\$ 75,8 milhões na área de transmissão própria e R\$ 152,3 milhões na área de geração própria, além de R\$ 1.233,5 milhões em empreendimentos de geração e transmissão em implantação por meio de SPEs (**GRI EU4**).

Com relação à implantação de empreendimentos, o ano de 2013 se destacou pela entrada em operação comercial das usinas São Domingos (48 MW), João Bordes (19MW), Barra do Rio Chapéu (15,15MW), pelo início da operação comercial de Jirau (uma unidade de 75MW), pelo início da operação comercial da Ampliação do Complexo Eólico Cerro Chato (três unidades geradoras de 2MW cada), e pela energização da SE Ijuí 2 e LT Monte Claro – Garibaldi.

Foram iniciadas as obras de um novo Parque Eólico (Chuí), e de quatro novos empreendimentos de transmissão, sendo três destes resultantes de leilões ANEEL (Lotes A e F do Leilão 006/2011 e Lote A do Leilão 005/2012), e um associado à interligação Brasil-Uruguai (em parceria com a Eletrobras) (**GRI EU1**).

A Eletrosul possui um total de 1.343 empregados efetivos e 249 empregados anistiados em conformidade com a Lei N° 8.878/94, que também se encontram cedidos para Órgãos ou Entidades da Administração Pública Federal. Em 2013, foram desligados 198 empregados efetivos e 1 anistiado. No mesmo período, foram readmitidos 46 empregados anistiados. A empresa conta, também, com 543 terceirizados que prestam serviços de limpeza, vigilância, jardinagem, recepção, copa e outras atividades de caráter continuado. (**GRI 2.2; 2.8**).

As associações e instituições das quais a Eletrosul participa estão descritas abaixo (**GRI 4.13**):

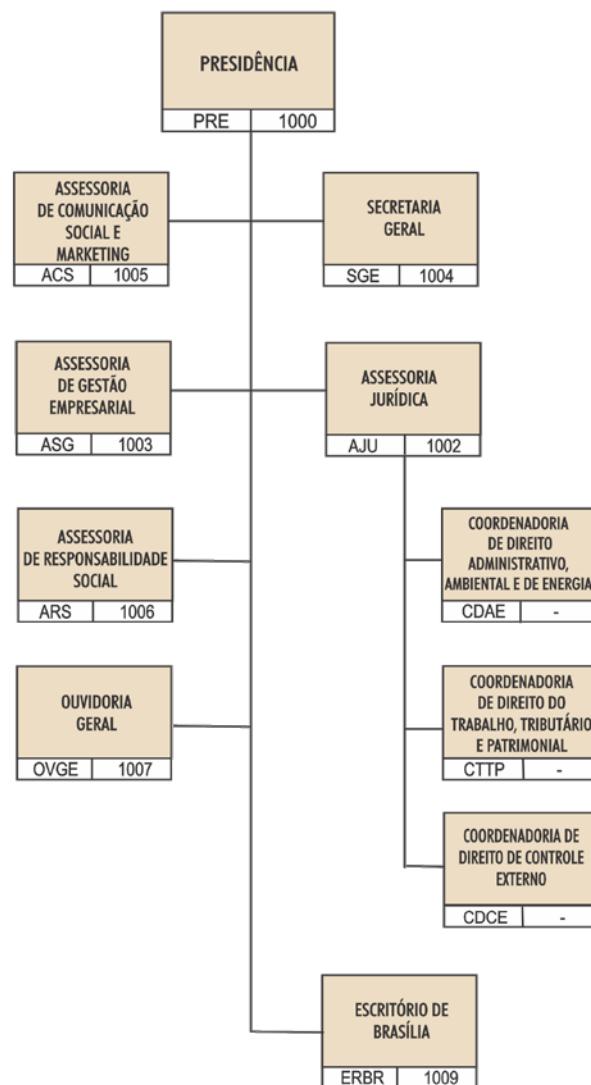
- Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE);
- Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE);
- Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE);
- Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica);
- Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL);
- Associação Brasileira de Gerência de Riscos (ABGR);
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF);
- Associação de Empresas Proprietárias de Infraestrutura e de Sistemas Privados de Telecomunicações (APTEL);
- Associação UTC América Latina (UTCAL) - (*Utilities Telecom Council América Latina*);
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL);

- Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional (BRACIER);
- Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (CIGRÉ-Brasil);
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);
- Conselho Mundial de Energia - Comitê Brasileiro (*World Energy Council*);
- Conselho Regional de Biologia (CRBio);
- Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (COREN-SC);
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia (CREA-RO);
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC);
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Mato Grosso do Sul (CREA-MS);
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR);
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS);
- Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (CRM-SC);
- Conselho Regional de Química - XIII Região (CRQ);
- Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação COGE);
- *International Hidropower Association* (IHA);
- Memória da Eletricidade;
- Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS);
- União Nacional das Instituições de Autogestão em Plano de Saúde (UNIDAS/Nacional).

5.3 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Eletrosul é composta dos níveis e órgãos correspondentes, apresentados a seguir e representados nos organogramas da empresa (**GRI 2.3**):

PRESIDÊNCIA

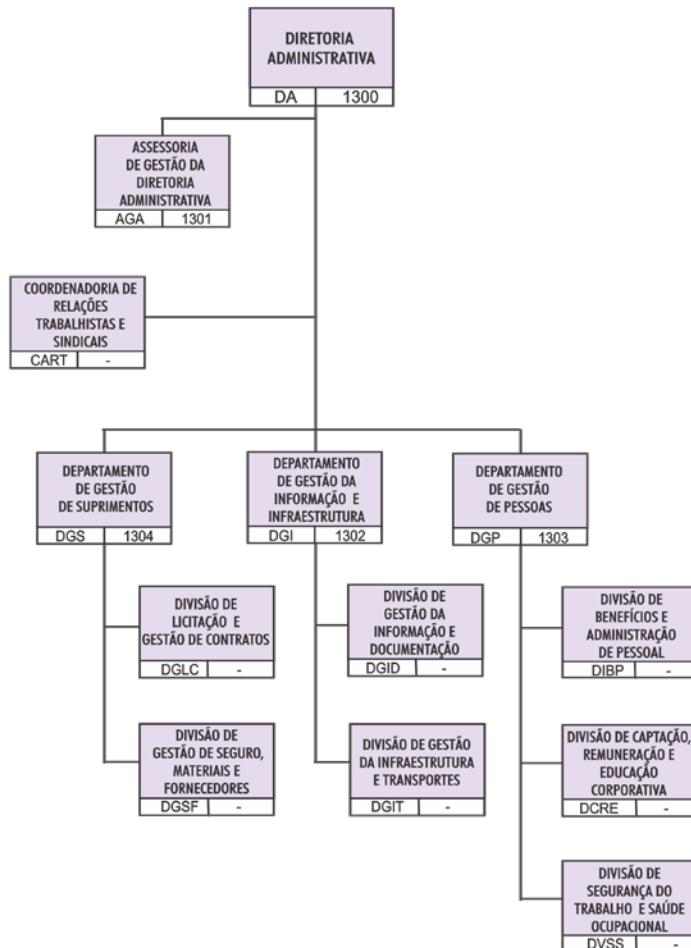


LEGENDA:

NOME DO ÓRGÃO
SIGLA/DESCRIÇÃO CODIGO DA UNIDADE DATA DE CRIAÇÃO

Extrato do organograma atualizado em 29/11/2013

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

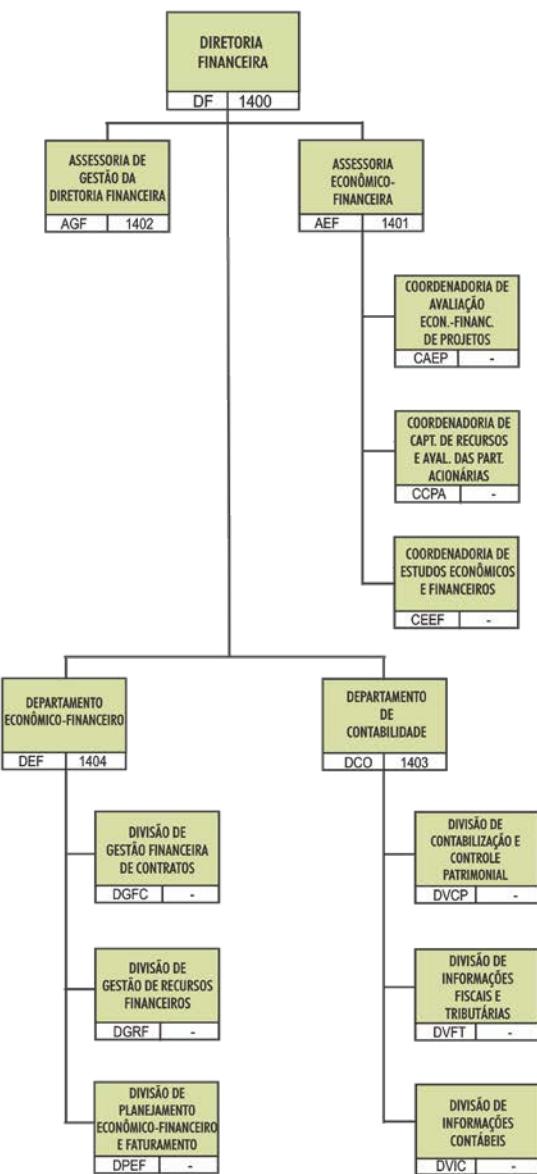


LEGENDA:

Nome do Órgão	Unidade de Gestão	Departamento
Nome do Órgão	Unidade de Gestão	Departamento

Extrato do organograma atualizado em 29/11/2013

DIRETORIA FINANCEIRA



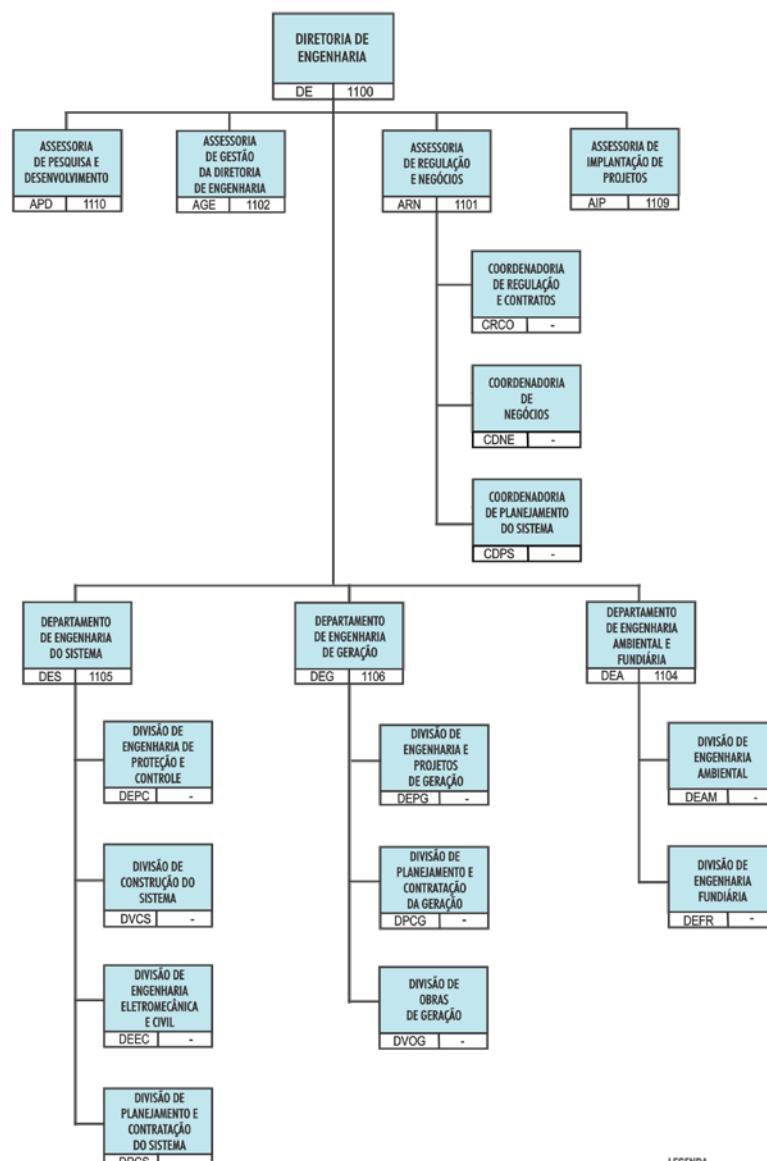
LEGENDA:

NOME DO ÓRGÃO
<small>Setor ou Órgão</small>
<small>Responsável na área de</small>
<small>Responsável financeiro</small>



Extrato do organograma utilizado em 29/11/2013

DIRETORIA DE ENGENHARIA

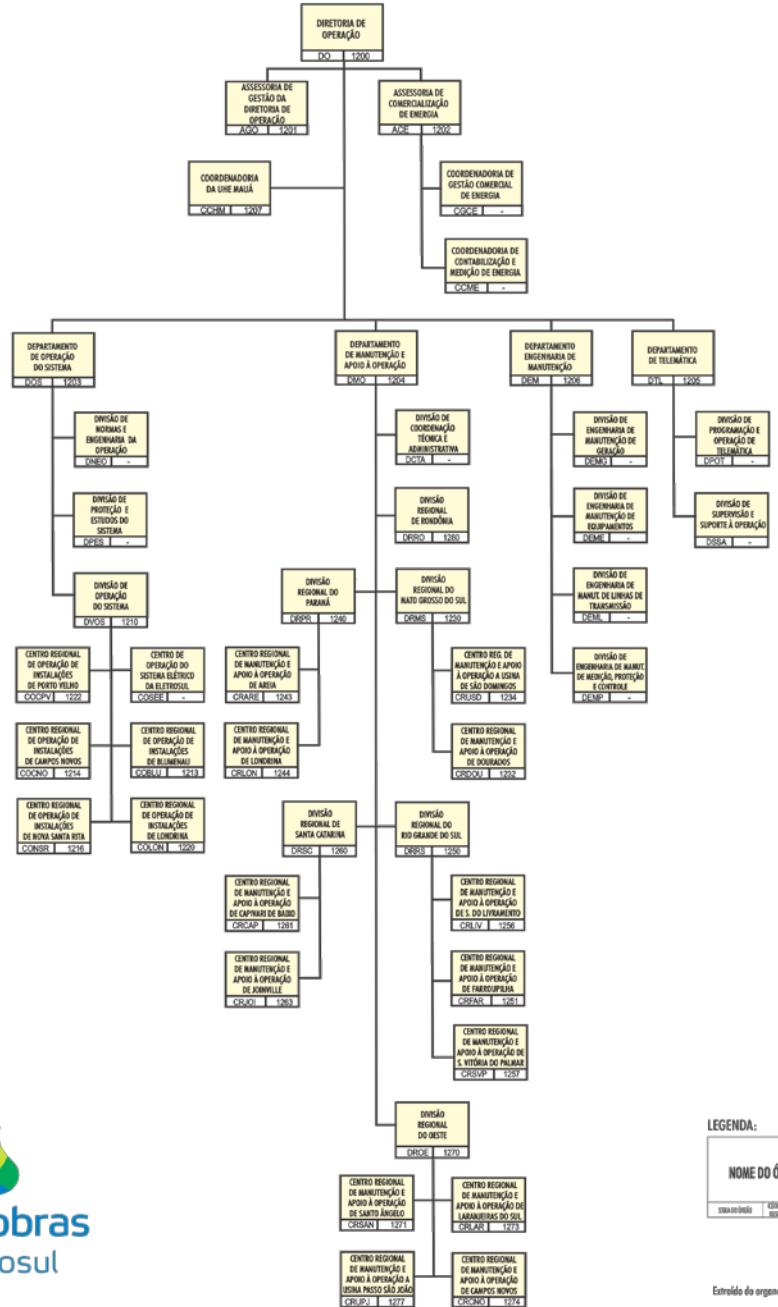


LEGENDA:

NOME DO ÓRGÃO

SECA DE FONDO | COORDENADORIA DE REGULADORES

DIRETORIA DE OPERAÇÃO



Administração Superior

ASSEMBLEIA GERAL DOS ACIONISTAS – Convocada e instalada de acordo com a lei pertinente e o Estatuto Social da Eletrosul, tem poderes para decidir sobre todos os negócios da empresa, e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e seu desenvolvimento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Órgão colegiado de funções deliberativas, previstas em Lei e no Estatuto Social da empresa. O Conselho de Administração é integrado por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais designam, dentre eles, o Presidente, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição. Destes, três são considerados Conselheiros Independentes por não possuírem vínculo com o segmento de energia elétrica. Um dos membros do Conselho de Administração é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. O conselho conta, também, com um membro eleito pelos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos, em eleição de uma chapa composta por titular e suplente, organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente. (**GRI 4.2; 4.3; 4.7**).

PRESIDÊNCIA E DIRETORIAS – Órgãos responsáveis pelo planejamento, pela coordenação e pelo controle de atividades específicas à sua área de atuação, definidas na Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social e no Manual de Organização da empresa.

Fiscalizador

CONSELHO FISCAL – Órgão colegiado responsável pela fiscalização dos atos dos administradores da Eletrosul, e verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

Assessoramento

Órgãos que prestam assessoramento ao Conselho de Administração, à Presidência e às Diretorias na formulação de estratégias e planos de ação: Auditoria, Assessorias, Secretaria Geral e Ouvidoria.

Administração Intermediária

Órgãos que constituem as unidades administrativas, organizados por meio de departamentos e coordenações, responsáveis pela operacionalização dos programas de trabalho, que têm subordinados a si órgãos de gerências operacionais.

Administração Operacional

Órgãos que executam os planos de trabalho previamente estabelecidos referentes às suas atividades específicas e organizados por meio de divisões, coordenadorias e/ou centros regionais de manutenção/operação.

Órgãos Especiais

COMITÊS – Órgãos colegiados permanentes, designados formalmente por resolução da Diretoria Executiva, que tem como função analisar, estudar, propor e avaliar as políticas da empresa.

COMISSÕES, GRUPOS DE TRABALHO e FORÇAS-TAREFA – Órgãos colegiados temporários, designados formalmente por resolução da Diretoria Executiva, que têm como função analisar, estudar, propor e avaliar alternativas para a solução de problemas específicos da empresa.

Os Órgãos Especiais não comportam subordinação.

5.4 Confiabilidade do sistema

As responsabilidades, as regras e os procedimentos que envolvem a operação do sistema sob o comando e a execução da Eletrosul são normatizados no Manual de Operação, alinhados com os Procedimentos de Rede estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). As intervenções no sistema elétrico são analisadas, documentadas e otimizadas por uma equipe de programação de desligamentos, objetivando maximizar a disponibilidade do sistema. Para tanto, a empresa mantém uma equipe de engenharia especializada em estudos elétricos que assegura a operação dentro dos padrões de segurança sistêmica, visando garantir confiabilidade e disponibilidade dos seus ativos.

Os técnicos operadores da Eletrosul são treinados e certificados sistematicamente para, em caso de contingência, restabelecer o sistema no menor tempo possível e com a segurança necessária. Todas as manobras executadas pela operação em tempo real seguem rígidos critérios estabelecidos para mitigar erros, e assegurar a confiabilidade e a disponibilidade do sistema elétrico. A Eletrosul coordena a operação, ininterruptamente, por meio do Centro de Operação do Sistema Eletrosul (COSE), dividido em Centro de Operação da Transmissão (COT), Centro de Operação da Geração (COG) e Centro de Operação de Telecomunicações (CCT). Os comandos de operação são executados por Centros Regionais de Operação de Instalações (CROI), com o auxílio de técnicos de apoio à operação nas instalações, com a possibilidade de operação em *backup* por meio dos Centros de Operação de Contingência (COC).

Todos os desligamentos no sistema sob a responsabilidade operativa da Eletrosul sejam intempestivos ou decorrentes de procedimentos operativos, são objeto de análise detalhada, por meio de uma rotina de análise do desempenho dos equipamentos, sistema de proteção e procedimentos da operação.

Nessa rotina, os procedimentos executados e o tempo de recomposição do sistema são classificados e avaliados com vista à qualidade da operação. Além disso, o desempenho das proteções aplicadas nas instalações da Eletrosul, sempre que requisitadas pelo sistema elétrico, é objeto de análise detalhada, garantindo a eficiência e a segurança dos serviços de geração e transmissão.

As equipes de manutenção são descentralizadas e a logística e o dimensionamento destas são adequados continuamente, por meio de análises e cálculos feitos pela área de Engenharia de Manutenção da empresa. As equipes de Coordenação Técnica e de Engenharia de Manutenção realizam análises sistemáticas do desempenho das instalações, com base nos dados disponíveis nos sistemas de gestão. Dessas análises resultam as definições de melhorias e reformas a serem implantadas nas instalações, com o objetivo de manter a confiabilidade do sistema.

A empresa possui uma adequada reserva de torres, equipamentos e acessórios, com o intuito de reduzir, ao máximo, os tempos de indisponibilidade, minimizando o ônus aos ativos da empresa.

DESTAKE - Dez anos do blecaute em Florianópolis

Em 31/10/13, foram completados dez anos do blecaute que deixou a parte insular de Florianópolis às escuras devido a problemas no sistema de interligação energética com o continente. À época, em apoio à Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC), distribuidora estadual, mais de 150 técnicos da Eletrosul participaram da elaboração do projeto e instalação de uma LT provisória (138 kV) sob a ponte Governador Pedro Ivo Campos, que restabeleceu o fornecimento de energia. Foram necessárias 55 horas de trabalho na emergência – tempo que foi considerado recorde, diante da complexidade do procedimento técnico. Posteriormente, a Eletrosul investiu cerca de R\$ 700 milhões para integrar a Ilha ao SIN e dar mais segurança ao suprimento de energia à Grande Florianópolis.

Em decorrência de seu excelente desempenho operacional, a Eletrosul tem obtido um dos melhores índices de Parcela Variável (PV)¹ do Setor Elétrico Brasileiro, segundo relatórios do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), obtendo posição de destaque em relação às demais concessionárias (**GRI EU6; EU30**).

5.5 Pesquisa e Desenvolvimento

Por ser um processo contínuo, o desenvolvimento e a inovação tecnológica são permanentemente fomentados por políticas, estratégias e diretrizes vinculadas aos negócios da empresa e da Eletrobras. Dessa forma, priorizam as pesquisas em novas tecnologias nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica que atendam às demandas exigidas pelo ambiente competitivo em que está inserida (**GRI EU8**).

A Eletrosul possui uma Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I), alinhada com seu plano estratégico, temas relevantes ao país definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e pelas diretrizes da *holding*.

¹ A PV, estabelecida na Resolução Normativa nº 270/2007 da ANEEL, é a parcela da receita deduzida do Pagamento-Base das Funções de Transmissão – FT por conta de indisponibilidades, restrição operativa temporária, cancelamento de intervenções fora do prazo estabelecido e atraso na entrada em operação de novas FT, de responsabilidade da concessionária de transmissão”

Em consonância com as diretrizes da Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Eletrobras, as empresas do sistema realizam seguidos encontros para avaliar ações e propostas de novos projetos de pesquisa, além de verificar a possibilidade de cooperação entre empresas.

Os projetos que compõem a carteira de Pesquisa e Desenvolvimento na ANEEL são desenvolvidos com universidades e centros de pesquisas conceituados, promovendo-se, assim, condições para a geração de conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a internalização do conhecimento.

A parceria de mais de 35 anos com o Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (CEPEL) possibilita a realização de encontros, reuniões técnicas e projetos específicos, abrangendo estudos energéticos e econômico-financeiros de sistemas elétricos, supervisão, controle e proteção de sistemas elétricos, planejamento e operação elétrica, e tecnologia de equipamento de transmissão. Os projetos de pesquisa contam, cada vez mais, com a participação de equipes técnicas da Eletrosul.

Com relação aos programas P&D, em 2013, a Eletrosul concluiu os seguintes projetos:

- **Bio-óleo:** estudo da utilização de bio-óleo em motores diesel para geração termelétrica distribuída;
- **Torre de Emergência:** desenvolvimento de protótipos de torres de emergência para serem utilizados como alternativa para atendimento em ocorrências no sistema de transmissão da empresa;
- **Eletrisol II:** desenvolvimento de processos industriais para fabricação de células solares com pasta de alumínio.

Dos programas de P&D em andamento, podemos destacar os seguintes:

Purificação do Silício ao Grau Solar

Desenvolvido com a FUCRI – Fundação Educacional de Criciúma, mantenedora da UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense, o programa visa obter o silício purificado ao grau solar. O silício purificado é a matéria-prima necessária para fabricação de células fotovoltaicas, para utilização em módulos solares, permitindo o domínio em toda a cadeia de produção dos módulos para gerar energia limpa a partir de luz solar.

Tratamento de Vinhaça

Visa ao desenvolvimento de um sistema de digestão anaeróbica de alto desempenho para o tratamento de vinhaça, objetivando o aproveitamento energético do biogás. Referente ao Programa 2009 – P&D ANEEL com o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - LACTEC. Envolve estudos relacionados à produção de biogás da vinhaça resultante de processo de fermentação da cana de açúcar, abrindo espaço para o estudo em duas grandes áreas referentes ao tratamento de resíduos industriais e energias renováveis.

Tratamento de Resíduos Agrícolas

Consiste no desenvolvimento de pesquisa de tecnologia de biodigestão para o processamento de resíduos agrícolas adequados ao contexto rural brasileiro. A linha de pesquisa visa obter o aumento de produção de gás metano utilizando técnicas de biodigestão inovadora e menor custo.

Rede de Sensores Passivos

Desenvolvimento de uma rede de sensores passivos para medição de integridade de equipamentos em sistemas de energia com transmissão sem fio. O sistema será baseado em uma rede de sensores passivos sem fio, ou seja, sem alimentação ou conexão por fio para a transmissão de dados, os quais serão coletados e analisados a fim de possibilitar a prevenção de falhas e diminuir os custos operacionais.

Aproveitamento da Bauxita

Pretende utilizar a tecnologia de plasma para desenvolver um processo que permita o tratamento da bauxita impregnada com óleo mineral isolante. Atualmente, essa bauxita, que resulta do processo de regeneração do óleo de transformadores, é um resíduo tóxico que precisa ser descartado em aterros industriais adequados. Esse tratamento permitirá transformá-la em um material não tóxico e com possíveis aplicações industriais.

Célula Microbiana

Prevê o desenvolvimento de uma Célula Combustível Microbiana destinada à geração de energia elétrica de forma distribuída. Pretende-se que esta célula empregue micro-organismos específicos que realizem a degradação de efluentes industriais nocivos ao meio ambiente e gerem, com essa degradação, energia elétrica.

Substituição de Banco de Baterias em Subestações

Prevê o desenvolvimento de um sistema de *backup* elétrico, baseado na utilização de hidrogênio, capaz de substituir os bancos de baterias em subestações. Para tanto, será desenvolvido um eletrolisador com tecnologia nacional dimensionado para produzir hidrogênio pressurizado em quantidade suficiente para alimentar uma célula a combustível e que permita o armazenamento do gás sem a utilização de compressores.

Medidor Portátil

Visa ao desenvolvimento de um sistema de medição de alta sensibilidade, seletividade e portabilidade para uso em pátio de subestações. O foco do projeto será em relação aos sistemas de aterramento relevante do ponto de vista de segurança para os empregados que atuam em subestações e proteção de equipamentos.

Monitoramento de Disjuntores

Desenvolvimento de um sistema de monitoramento, detecção e diagnóstico de falhas em disjuntores de alta-tensão. O sistema envolve tecnologias atuais e outras a serem desenvolvidas unindo conceitos de processamento de sinais e microeletrônica.

Monitoramento de Banco de Capacitores

Visa ao desenvolvimento de um sistema de monitoramento que viabilize uma ferramenta de manutenção preditiva utilizando-se da análise regular das condições dos dielétricos das unidades capacitivas que proporcionarão uma ferramenta que auxiliará a maximizar os intervalos entre períodos de manutenção dos bancos e diminuição de custos operacionais.

Ventos Máximos

Visa ao desenvolvimento de um protótipo de sistema que seja capaz de atender o disposto na Resolução N° 270 da ANEEL. Tal resolução exige que as transmissoras de energia elétrica apresentem relatório técnico de comprovação para os casos de queda de torre causada por ventos de intensidade superior aos valores nominais de projeto.

Efeito Magnus (Turbina Hidráulica)

Prevê o desenvolvimento de uma turbina hidráulica que utiliza cilindros gigantes (motorizados), ao invés de pás, a fim de aproveitar o efeito Magnus, elevando o rendimento em relação a turbinas convencionais para a produção de energia por fio d'água.

Essas ações foram resultados de um investimento total na ordem de R\$ 6,7 milhões em pesquisa e desenvolvimento no ano de 2013. Dessa forma, a empresa reafirma seu compromisso de contribuir com a educação, o estudo de novas fontes de energia e o desenvolvimento sustentável do país.

DESTAQUE - Aprovado projeto do biogás de Itapiranga.

A ANEEL aprovou a pesquisa proposta pela Eletrosul em atendimento à chamada ao Projeto Estratégico “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração de Energia Elétrica a partir de Biogás oriundo de Resíduos e Efluentes Líquidos na Matriz Energética Brasileira”. Com isso, a empresa, junto a outras seis instituições do meio acadêmico e científico, irá implantar, em Itapiranga, no Oeste de Santa Catarina, uma central de geração de energia de até 400 kilowatts (kW), que será abastecida pelo biogás produzido em 12 propriedades de criação de suínos. A partir da iniciativa, a Eletrosul se propõe a aprofundar as pesquisas na área e contribuir para o avanço do aproveitamento energético da biomassa no País. Os termos de cooperação com a Prefeitura de Itapiranga e com a Associação de Defesa da Cidadania, Energia e Meio Ambiente (Bioenergia) foram assinados no mês de agosto.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Eletrosul cumpre suas atribuições, definidas pela Lei Nº 6.404, das Sociedades por Ações, em que apresenta sua Administração Superior, constituída pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, além de Conselho Fiscal com atribuição de fiscalizar os atos da alta administração.

A Auditoria Interna, por sua vez, vinculada ao Conselho de Administração, tem a função de assessorar a Administração da empresa na verificação dos atos, procedimentos e processos empresariais, sob a ótica da legalidade, moralidade, economicidade, ética e transparência.

Ainda, visando à transparência e publicidade dos atos da administração, e contribuindo para o efetivo controle social da gestão pública, a Ouvidoria Geral da Eletrosul tem como finalidade ser um canal permanente de comunicação com os empregados e com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento da empresa, para a cultura da cidadania, e para a preservação dos direitos individuais e coletivos.

A Eletrosul, além de integrar o Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobras, tem em sua estrutura de gestão o Comitê de Sustentabilidade Empresarial Eletrosul (CSEE), vinculado ao Conselho de Administração e coordenado pelo Diretor-Presidente. Observadas as restrições decorrentes de sua condição de empresa de capital fechado, alinha-se às melhores práticas de Governança Corporativa, de acordo com os princípios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

A Eletrosul conta, também, com a Assessoria de Gestão Empresarial, órgão vinculado à Presidência, que tem como um de seus objetivos identificar, analisar, avaliar e monitorar, de forma integrada com as áreas de negócios, os riscos críticos entre os pilares estratégico, financeiro, operacional e de *compliance*, além de revisar, implantar, acompanhar e avaliar os controles internos dos processos da empresa.

É importante salientar que a auditoria independente é realizada em conformidade com a Instrução CVM Nº 381, de 14/01/2003, referendada pelo Ofício Circular/CVM/SNC/ SEP Nº 01/2007, de 14/02/2007. Para tal, foi contratada a empresa *PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes* exclusivamente para a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria das Demonstrações Financeiras, compreendendo os exercícios de 2009 a 2013.

Apesar de se tratar de uma empresa de capital fechado, a gestão da Eletrosul impacta na valorização da Eletrobras, que tem ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), de Madri (Latibex) e de Nova Iorque (NYSE), fonte importante para captação de recursos para novos investimentos.

Sendo assim, a Eletrosul vem aprimorando seu Modelo de Gestão, refinando a aplicação de boas práticas de governança corporativa, bem como a incorporação de valores de desenvolvimento sustentável, aspectos de responsabilidade social e

ambiental com as partes interessadas e critérios de excelência de gestão exigidos pelo mercado de crédito.

6.1 Estrutura de governança da organização

A estrutura da governança corporativa da Eletrosul é constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, e conta com o apoio de órgãos de assessoramento e comitês estratégicos, conforme apresentado na figura a seguir (**GRI 4.1**).

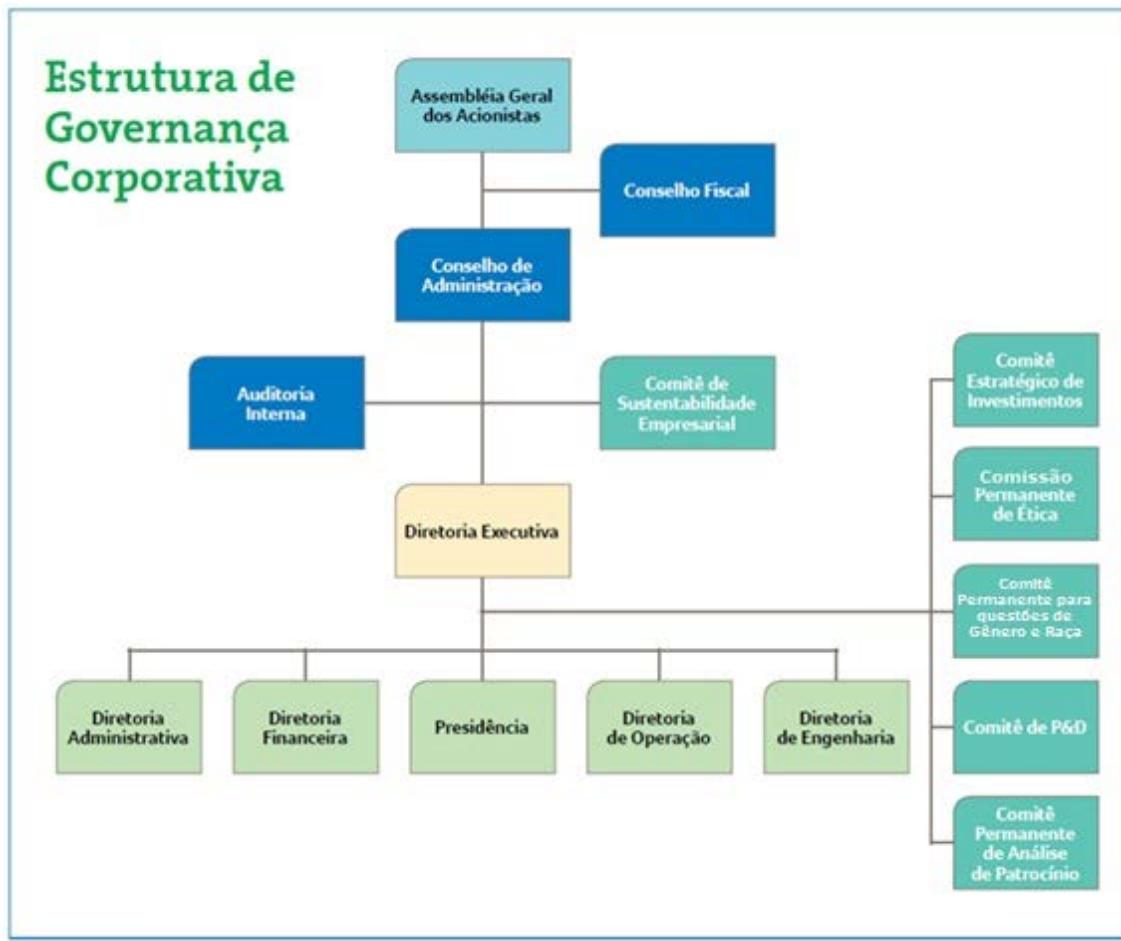


Figura 1: estrutura de governança

Após a alteração do Estatuto Social, ocorrida em setembro de 2011, o Conselho de Administração passou a contar, a partir de maio de 2012, com um membro eleito pelos empregados e seu respectivo suplente, que integra o conselho nos casos de renúncia ou desligamento do titular, escolhidos pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente. Também estabeleceu, com base na portaria nº 26 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), de 11/03/2011, que o conselheiro representante dos

empregados não participe de discussões e deliberações de assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse (**GRI 4.6**). Excepcionalmente, no ano de 2013, aconteceu a substituição, a partir de 14 de dezembro, do conselheiro de administração representante dos empregados por seu suplente, em função de o conselheiro titular ter se desligado da empresa por motivo de aposentadoria. A remuneração dos conselheiros é fixada em 10% da remuneração média dos diretores da empresa, não havendo remuneração variável (**GRI 4.5**).

Em 2012, a Eletrosul elaborou processo formal de avaliação de seus conselheiros de administração, com previsão de aplicação em 2013, referente ao desempenho do ano anterior. Entretanto, o ano de 2013 se pautou pelos efeitos da Lei N° 12.783/2013, de 11 de janeiro de 2013, que renovou as concessões do Setor Elétrico, demandando, em decorrência dessa medida de Governo, diversas ações por parte da empresa - com a participação ativa do Conselho de Administração – com o objetivo de manter a excelência operacional e garantir, diante do novo cenário de negócios, o alcance de sua visão de futuro. Em decorrência, não houve oportunidade para o referido processo ser apreciado pelo Conselho de Administração, bem como sua aprovação para aplicação. Está previsto que esse processo seja submetido a aprovação em 2014 para avaliar os membros do conselho referente ao seu desempenho em 2013 (**GRI 4.10**).

Em 2013, a Administração Superior realizou 5 reuniões de Assembleia Geral, sendo uma ordinária e quatro extraordinárias, 20 reuniões do Conselho de Administração, e 52 reuniões de Diretoria Executiva. Em seu Conselho Fiscal realizou 12 reuniões.

Para assuntos de natureza estratégica, são constituídos grupos específicos, conforme descritos a seguir:

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL DA ELETROSUL (CSEE) - Criado em 10/07/2007, o Comitê sofreu alterações no Regimento Interno e estrutura a partir de 2012. Órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e coordenado pelo Diretor-Presidente, que tem por objetivo promover e garantir todos os aspectos relacionados à sustentabilidade (dimensão econômica, social e ambiental), mediante identificação, abordagem e tratamento de assuntos críticos que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, nos resultados de longo prazo, no relacionamento com os públicos de interesse e na imagem da empresa. Além disso, a Eletrosul integra o Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobras (**GRI 4.9**).

A estrutura do CSEE está apresentada na figura abaixo:

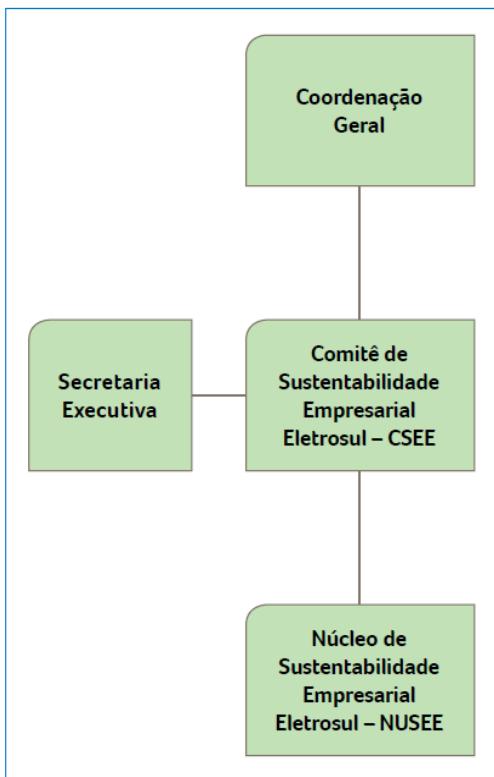


Figura 2: Estrutura do CSEE

COMITÊ ESTRATÉGICO DE INVESTIMENTO (CEI) - Foi criado com a responsabilidade de assessorar a Diretoria Executiva na constituição de macro-orientações e em tomadas de decisão relativas a investimentos em ativos do sistema elétrico, sejam eles próprios, sejam em regime de consórcio ou sociedade de propósito específico.

COMITÊ PERMANENTE PARA QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA - A consciência e o compromisso com a responsabilidade social numa empresa passam cada vez mais pela incorporação de valores como igualdade, dignidade e justiça. Nesse sentido, a Eletrosul vem buscando promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, respeitando as suas diferenças biológicas e erradicando as desigualdades socioculturais. Para tanto, foi instituído o Comitê Permanente para Questões de Gênero e Raça da Eletrosul, formalizado em 2006 e composto, atualmente, por 14 empregados de diversas áreas da empresa. O comitê tem por atribuição conscientizar, sensibilizar e estimular os gestores e empregados nas questões de gênero e raça, fomentar debates, implantar e monitorar projetos e ações voltadas para a mulher e contribuir para o desenvolvimento sustentável na região em que atua, por meio da proposição da política de equidade de gênero e raça. Com essa perspectiva, a empresa aderiu à quinta edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), com o objetivo de dar continuidade às ações que vem desenvolvendo.

Dessa forma, foi observada a evolução efetiva na promoção da equidade de gênero e raça, podendo ser constatada pela crescente participação feminina na ocupação

de cargos e funções tradicionalmente masculinas, bem como, a ampliação do número de mulheres em cargos de chefia e decisão, com uma valorização da diversidade social dentro da empresa, também por meio de um processo preventivo às questões de discriminação no ambiente de trabalho, promovendo maior sensibilização, socialização de conhecimento e garantia de direitos sociais.

COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA - A Comissão Permanente de Ética da Eletrosul foi criada em 2001 com o propósito de disseminar conhecimento e esclarecer dúvidas quanto à conduta ética entre seus empregados, administradores e prepostos. Assim, é possível minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos, bem como fortalecer a imagem da empresa e de seus empregados perante a sociedade.

Além disso, a comissão é responsável por apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas e recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito do órgão ou entidade a que estiver vinculada, o desenvolvimento de ações, objetivando a disseminação, a capacitação e o treinamento sobre o tema. A Comissão é formada por três membros efetivos, com mesmo número de suplentes, contando, também, com uma pessoa responsável pela Secretaria Executiva (**GRI 4.8**).

COMITÊ DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - Criado em 2002, o Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica da Eletrosul tem a responsabilidade de avaliar e decidir sobre projetos de pesquisa realizados pela empresa. O comitê é composto por empregados de todas as diretorias, designados pela Diretoria Executiva da Eletrosul e por profissionais e/ou entidades vinculadas direta ou indiretamente a atividades de pesquisa e desenvolvimento, e à inovação tecnológica. Poderão participar de reuniões do Comitê, mediante convite feito pelo Coordenador-Geral, outras personalidades que, notoriamente, possam contribuir nas decisões.

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE PATROCÍNIO INSTITUCIONAL - A Comissão Permanente de Análise de Patrocínio Institucional tem o objetivo de aprovar projetos para patrocínio e apoio da Eletrosul, de acordo com a Tabela de Níveis e Limites de Competência (NLCR). Para que os projetos sejam aceitos, é preciso que tenham caráter estruturante para comunidades de baixa renda, visando a novas oportunidades de trabalho e renda, e que sejam voltados à formação profissional, propiciando maior empregabilidade dessa população. Além disso, são aceitos aqueles que revelem e mantenham novos atletas que já tenham se destacado em sua modalidade esportiva, bem como projetos educacionais ou de formação cultural em comunidades de baixa renda.

A comissão é constituída pelo Chefe de Gabinete da Presidência e os Gerentes das Assessorias de Gestão das Diretorias Administrativa, Financeira, de Engenharia e de Operação.

6.2 Responsabilidade com Partes Interessadas

A comunicação e a divulgação relacionadas à Governança Corporativa da Eletrosul para as partes interessadas são atendidas no conjunto dos procedimentos de gestão, como os relatórios de Gestão, Administração, Anual e de Sustentabilidade, publicação de Balanço, de Relatórios Financeiros e dos objetivos constantes do Plano Estratégico. O plano de comunicação da empresa é apresentado no quadro abaixo (**GRI 4.4; 4.14; 4.15; 4.16; 4.17**).

Plano de Comunicação Eletrosul			
Partes interessadas	Instrumento	Objetivo	Periodicidade
Acionistas	RD – Resolução de Diretoria PRD – Proposta de Resolução de Diretoria DCA – Deliberação do Conselho de Administração Mapa estratégico e correspondências internas e externas	Comunicar planos, estratégias, metas e resultados.	Anual
Agência Reguladora (ANEEL)	Reuniões Relatório Anual e de Sustentabilidade	Comunicar planos, estratégias e resultados sobre questões institucionais, técnicas e desempenho econômico, social e ambiental.	Anual
Financiadores (bancos)	Reuniões técnicas	Comunicar indicadores financeiros sobre questões institucionais e técnicas	Quando necessário
Órgãos Fiscalizadores (TCU, CGU)	Relatórios de Administração e Gestão Balanços Financeiros Reuniões técnicas Demonstrações Financeiras	Comunicar planos, estratégias e resultados sobre questões institucionais e técnicas.	Anual
Clientes	Reuniões técnicas Relatórios Pesquisa de Satisfação de Clientes	Receber e fornecer informações sobre questões técnicas e de satisfação dos clientes	Anual
Parceiros (SPEs)	Reuniões técnicas Relatórios	Comunicar planos, estratégias e resultados sobre questões institucionais e técnicas	Anual
Fornecedores	Reuniões técnicas	Esclarecer dúvidas	Quando necessário
Sociedade	Jornal de grande circulação Relatórios Internet Ouvidoria	Atender a consultas e solicitações de informações	Frequente
Publico Interno	Seminários Reuniões técnicas Banner Intranet Informativo SAIBA MAIS Informativo SAIBA Jornal da Eletrosul Ouvidoria Aplicativo Lotus Notes Filmes de pequena duração TV Corporativa Facebook Twitter	Dar conhecimento aos empregados sobre os planos, estratégias, resultados e demais informações.	Quando necessário

Quadro 6: Plano de Comunicação Eletrosul

Canais de Comunicação Interna

A comunicação com os empregados inicia na primeira hora da manhã com o informativo eletrônico diário SAIBA MAIS, que apresenta, de forma sucinta, informações sobre novos empreendimentos, andamento das obras, investimentos financeiros, ações, projetos e programas de sustentabilidade desenvolvidos pela Eletrosul. Os empregados ainda contam com o Jornal Eletrosul Agora, publicação impressa e eletrônica mensal que também aborda todos os assuntos supracitados, porém com um grau maior de aprofundamento e esclarecimento, uma vez que se trata de um veículo de comunicação de durabilidade maior do que o SAIBA MAIS.

Outro canal de comunicação é o SAIBA, comunicado eletrônico extraordinário enviado aos empregados quando da necessidade de divulgação de fatos relevantes.

Além desses canais voltados aos empregados, a Eletrosul conta, ainda, com um *e-mail* institucional da Assessoria de Comunicação Social e Marketing para envio de notas aos empregados e de uma mídia, denominada TV Corporativa, com telas espalhadas por diversos locais de circulação na sede da empresa, que permite, também, a divulgação de informações importantes de forma bastante sintética.

A publicidade realiza uma função de apoio na divulgação ao público interno, por intermédio da distribuição de folders informativos, banners, vídeos institucionais, cartilhas de gestão e políticas da Eletrosul.

Como ferramenta de divulgação de fatos relevantes, a empresa possui um sistema de videoconferência que garante comunicação em tempo real com todas as unidades e seus empregados. Para acompanhar e aprimorar o relacionamento com seus empregados, a Eletrosul realiza a aplicação de Pesquisa de Clima Organizacional.

Relacionamento com Órgãos Ambientais

Abaixo, são apresentados os principais órgãos ambientais com os quais a Eletrosul mantém relacionamento:

ÓRGÃO	Descrição
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
FATMA	Fundação do Meio Ambiente/SC
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental/RS
DEFAP	Departamento de Florestas e Áreas Protegidas
IAP	Instituto Ambiental do Paraná/PR
IMAP	Instituto de Meio Ambiente Pantanal/PR
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul
SEDAM	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental/RO

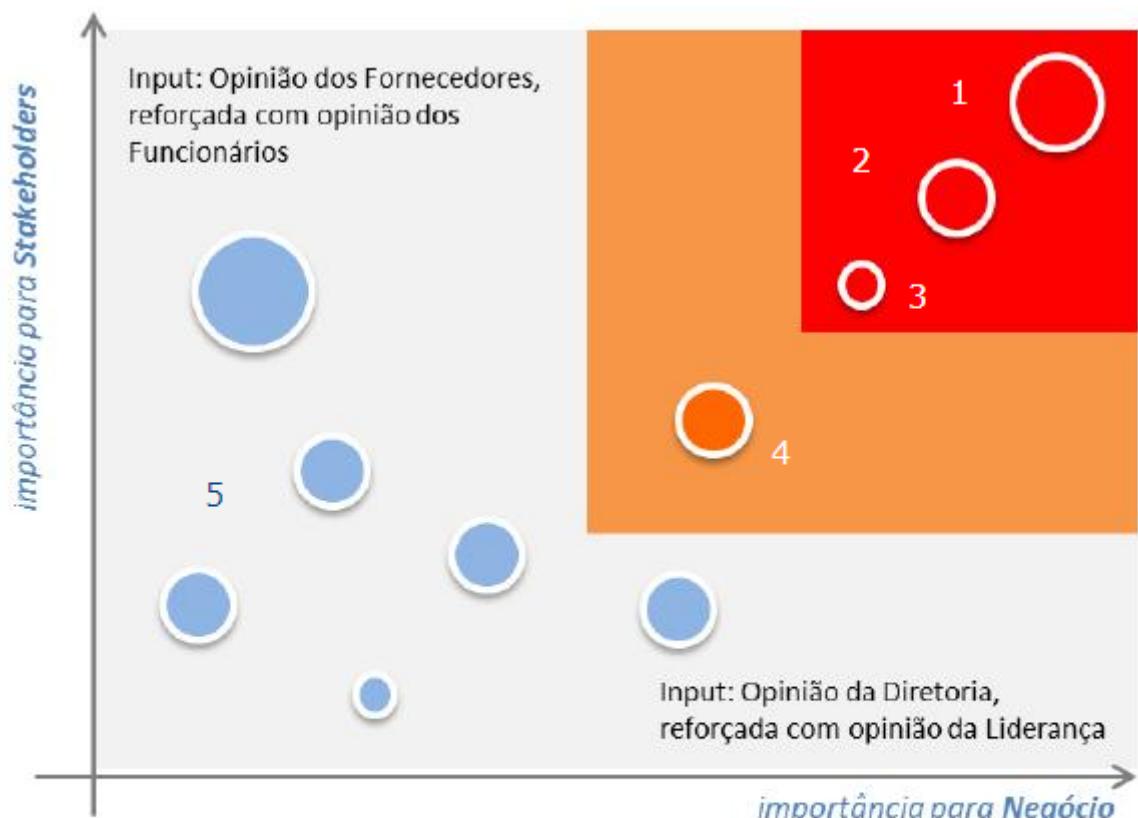
Quadro 7: Órgãos ambientais

Obs.: Além dos órgãos ambientais, outras instituições são envolvidas na elaboração dos documentos, como as prefeituras municipais, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Definição de Materialidade

A holding Eletrobras realiza uma pesquisa de materialidade com os principais públicos de interesse da empresa e suas controladas com o objetivo de identificar as prioridades dos *stakeholders*, usando-as para moldar as ações estratégicas, assim como estabelecer metas concretas e palpáveis para a evolução do negócio.

Esse ano, foram realizadas reuniões com fornecedores, lideranças, diretores e presidente da Eletrobras, além do preenchimento de um questionário pelos principais analistas e lideranças de cada empresa controlada, com o intuito de captar a percepção de seus clientes em relação à Eletrosul. Como resultado, obteve-se uma matriz com os temas mais importantes, representada na figura abaixo:



- 1 - Temas materiais com nível de importância (desvio padrão)
- 2 - Temas materiais extremamente importantes para negócio e stakeholders
- 3 - Temas materiais extremamente importantes para um dos drivers (stakeholders ou negócio) desde que no mesmo tempo muito importantes para o outro.
- 4 - Temas extremamente importantes para os stakeholders, OU para o negócio
- 5 - Temas não materiais para este ciclo.

Figura 3: Matriz de Materialidade

Os temas materiais com nível de importância, dentro do desvio-padrão (1), foram: estratégia de comunicação interna e externa com foco em sustentabilidade; a sustentabilidade nas estratégias de negócios; e transparência.

Já os temas materiais extremamente importantes para negócio e *stakeholders* (2) englobaram resposta/posicionamento frente a emergências e calamidades; cumprimento da legislação (consumidor/cliente); satisfação de clientes; gestão de risco e crise; treinamentos e educação; e confiabilidade e disponibilidade.

Também foram levantados os temas materiais extremamente importantes para um dos *drivers* (*stakeholders* ou negócio) (3) como segue: riscos e oportunidades em mudanças climáticas; código de conduta e políticas anticorrupção; processos de engajamento com as partes interessadas, entre outros.

O resultado destas pesquisas mostra os desafios que as empresas Eletrobras têm pela frente e que irão influenciar suas decisões, suas ações e seu desempenho.

6.3 Satisfação de Clientes

Pela característica do mercado de energia elétrica brasileiro, com regulamentações definidas por ANEEL, ONS e CCEE, a empresa não tem uma concorrência efetiva na sua área de atuação.

Os clientes da Eletrosul são empresas do mesmo setor de atuação, que promovem o relacionamento comercial e técnico conforme os contratos estabelecidos entre as partes, que seguem todas as determinações dos órgãos reguladores e regulamentadores, além de considerar as especificidades técnicas das instalações do contratante e do contratado.

Mesmo já sendo estabelecidas todas as tratativas, seja pelo órgão regulador seja pelos contratos, a Eletrosul busca melhorar seus serviços utilizando diversos mecanismos para identificar as necessidades e expectativas dos clientes:

Mecanismos	Detalhamento
Participação em fóruns técnicos	Identificação de tendências e novas tecnologias para agregar valor ao produto visando antecipar as necessidades dos clientes.
Visitas periódicas ao cliente	Discussão sobre as expectativas futuras dos clientes para evitar reclamações.
Plano Determinativo de Expansão da Transmissão – PDET	Análise da capacidade de equipamento para atender às necessidades futuras do Sistema de Transmissão.
Reuniões de Análise Crítica do Desempenho Operacional	Acompanhamento das ações programadas e identificação de novas demandas.
Reuniões do Comitê de Sustentabilidade Empresarial Eletrosul	Priorização de atendimento aos clientes.
Comissionamentos	Atividades de testes e ajustes de equipamentos e sistemas antecedentes à operação comercial.
Questionário de Pesquisa da Satisfação de Clientes	Perguntas específicas aos clientes sobre necessidades ainda não atendidas.

Quadro 8: Necessidades e expectativas dos clientes

Desde 2001, a Eletrosul passou a incorporar na sua gestão a busca pela satisfação das empresas clientes, buscando identificar oportunidades para a melhoria de seus produtos e serviços. Desde então, optou por utilizar a ferramenta de pesquisa, com entrevista presencial, aplicada por empresa especializada com objetivo de apurar o grau de satisfação dos clientes levando em conta os produtos/serviços utilizados por eles. Há mais de 10 anos, os índices obtidos na satisfação geral estão acima dos 91%. (**GRI PR5**).

A Pesquisa, que, entre 2001 a 2011, era realizada anualmente, passou a ser bienal. A decisão de alterar a periodicidade da aplicação da pesquisa se deu a partir da solidificação dos resultados ao longo dos anos e se mostrou acertada, pois não teve impacto negativo para os resultados, o que demonstra que a cultura para a melhoria da satisfação dos clientes já está incorporada na empresa.

Ao longo dos anos, foi possível constatar o amadurecimento da gestão da Eletrosul no que tange a Gestão da Satisfação dos Clientes. No primeiro ciclo, o índice de Satisfação Geral dos Clientes foi de 74%. Os patamares atingidos nos últimos anos demonstram que as ações efetuadas para a melhoria dos processos que são de importância para os clientes vem sendo efetivas, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Índice/Ano	2009	2010	2011	2013
Índice de satisfação geral Eletrosul	100,0	95,2	95,5	100,0
Índice de satisfação geral no conceito muito satisfeito	39,5	38,1	53,3	57,1
Índice de satisfação geral no conceito satisfeito	60,5	57,1	42,2	42,9

Quadro 9: índice de satisfação de clientes

O índice de satisfação geral considera a soma dos conceitos "muito satisfeito" e "satisfeito". Vale ainda ressaltar que o índice do "muito satisfeito" vem se elevando nas três últimas medições, o que é o mais importante e o que aumenta ainda mais a responsabilidade na manutenção desta tendência.

Com a prospecção das necessidades não atendidas, e a gestão das medidas adotadas para solucioná-las, o índice alcançou em 2013, 100% de satisfação geral dos clientes.

6.4 Transparência

A transparência na divulgação das informações é ingrediente fundamental na formação da imagem de qualquer organização. Nesse sentido, a Eletrosul entende que é essencial um comprometimento cada vez maior com uma boa política de divulgação de suas informações.

Enquanto empresa de economia mista, a instituição está obrigada a publicar três relatórios anuais, além das demonstrações financeiras, sendo: Relatório de Gestão, Relatório de Administração e Relatório de Responsabilidade Socioambiental que, sob orientação da ANEEL, substituiu, a partir de 2008, o Balanço Social, produzido desde 2003. A partir de 2011, a Eletrosul passou a publicar seu Relatório Anual e

de Sustentabilidade no modelo, incluindo os indicadores específicos da ANEEL (**GRI 3.2; 3.3**).

Relatório	Descrição
Administração	É elaborado em conformidade com a legislação societária brasileira (Lei Nº 6.404/76) e as disposições estatutárias. O relatório contempla as principais informações relativas ao desempenho empresarial, que consolida ainda mais sua função de concessionária de serviços públicos de energia elétrica, com ações direcionadas ao desenvolvimento econômico, ambiental e social.
Gestão	É atribuição do Tribunal de Contas da União (TCU) analisar, julgar e aprovar as contas da Eletrosul e, para isso, ele emite Instruções Normativas e Decisões Normativas anuais orientando a elaboração do Relatório de Gestão. A Controladoria Geral da União é quem recebe a documentação, faz auditoria da gestão no período de que trata o relatório e encaminha o resultado com todo o processo para o TCU, que analisa o material por meio da Secretaria de Controle Externo (Secex), aprovando-o ou não.
Anual e de Sustentabilidade	De 2003 a 2007, a Eletrosul produziu o Balanço Social para prestar contas sobre as questões sociais e ambientais. Esse documento foi substituído, em 2008, pelo Relatório Socioambiental das empresas concessionárias e permissionárias do serviço de energia elétrica – modelo ANEEL. Em 2011, para descrever as práticas no que tange a sustentabilidade empresarial, foi adotado como padrão de relatório o modelo GRI.

Quadro 10: Relatórios Eletrosul

Auditoria Interna

A Auditoria Interna da empresa tem suas atribuições e competências estabelecidas em regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, estando vinculada, estatutariamente, ao referido Colegiado.

Suas atividades são realizadas com base nas melhores práticas de auditoria, preconizadas internacionalmente, e estão previstas no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT), que se fundamenta em Matriz de Riscos específica, elaborada tendo em vista critérios de materialidade, relevância, vulnerabilidade e criticidade pretérita. Conforme disposição estatutária, o PAINT é aprovado pelo Conselho de Administração da Eletrosul e pela Controladoria Geral da União – CGU, que, nos termos do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000, exerce orientação normativa e supervisão técnica sobre as unidades de Auditoria Interna das entidades da Administração Pública Federal Indireta.

As atividades da Auditoria Interna têm por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos praticados pela Administração, bem como avaliar a eficácia da gestão, do ambiente de controle interno e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à empresa e estimular o aperfeiçoamento contínuo das práticas gerenciais, auxiliando a empresa a alcançar seus objetivos estratégicos.

Os resultados das atividades da Auditoria Interna são reportados, mensalmente, aos Conselhos de Administração e Fiscal, à Presidência da Eletrosul e à CGU, por meio do Relatório Mensal de Atividades da Auditoria, e, anualmente, por meio do Relatório de Atividades da Auditoria Interna (RAINT).

A Auditoria Interna atua de forma centralizada e independente, preservando sua isenção e imparcialidade, com livre acesso a todas as dependências, documentos e registros da empresa considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições.

Dentre as diversas competências atribuídas à Auditoria Interna, está a participação em reuniões dos Conselhos Fiscal e de Administração, quando convocada, para manifestação sobre assuntos de sua área de atuação; acompanhar, apoiar e manter relacionamento institucional com a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU); bem como examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da empresa e sobre as tomadas de contas especiais que venham a ser instauradas.

Comunicações de Marketing

A empresa obedece às diretrizes da Política de Comunicação Integrada, da Política de Patrocínio e do Código de Ética Único das empresas Eletrobras. Ao mesmo tempo, atende à legislação específica, como o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, além dos instrumentos normativos, leis e decretos regulamentados pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM). Em 2013, não houve registro de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, e fornecimento e uso de produtos e serviços. (**GRI PR6, PR7, PR9**)

6.4.1 Responsabilidade pelo Produto

Apesar de a Eletrosul divulgar informações sobre segurança relacionada ao produto, em 2013, foram registrados dois processos judiciais de saúde e segurança, entre eles, um óbito envolvendo bens da empresa (**GRI EU25**).

6.5 Código de Conduta da empresa

Com a finalidade de estabelecer regras de conduta a serem observadas pelos empregados nas relações de trabalhos, a Eletrosul dispõe de uma Norma de Gestão Empresarial, aprovada em 2001. A Norma inclui orientações éticas e morais, deveres, proibições e penalidades, que são aplicados a todos os empregados da empresa.

As dúvidas em relação a essa Norma são sanadas formalmente pela Comissão Permanente de Ética da Eletrosul que, por sua vez, é orientada sob observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal, aprovada pela Presidência da República em 21/08/2000.

Em 2010, foi criado o Código de Ética Único das empresas Eletrobras, um documento único que visa nortear as ações e decisões em todos os âmbitos, respeitando os princípios e compromissos de cada uma das controladas, reforçando

a importância da dimensão ética nas decisões e práticas empresariais do grupo (**GRI 4.8**).

6.6 Controle Interno

Atendendo a *Securities and Exchange Commission* – SEC, que determina que administradores das empresas que negociam títulos e valores mobiliários nas bolsas de valores norte-americanas apresentem avaliações de seus controles internos e certificações de auditores independentes atestando a eficácia desses controles, as empresas Eletrobras e a Eletrosul desenvolvem estratégias e ações focadas na avaliação, implementação de controles, comunicação e monitoramento de riscos.

Além de adequar as empresas à legislação, as ações de gestão de riscos e controles internos buscam o aperfeiçoamento dos processos e o desenvolvimento de um ambiente que relaciona controles internos com os objetivos estratégicos da empresa a fim de assegurar os resultados desejados com um razoável grau de segurança.

6.7 Gestão de Riscos

A Eletrosul observa o Princípio da Precaução com o objetivo de proporcionar a durabilidade da sadia qualidade de vida das gerações humanas, preservar o meio ambiente do planeta e explorar os recursos naturais de forma sustentável.

Com essa visão e buscando o desenvolvimento social, econômico e humano de todas as partes envolvidas com as atividades da empresa, a Eletrosul promove o princípio da precaução por meio de ações sociais nos entornos dos empreendimentos (horta comunitária, cursos de aperfeiçoamento), boas práticas ambientais com o objetivo de proteger pessoas e ecossistemas envolvidos nos negócios de geração e transmissão ambientais, como ações de recuperação de áreas degradadas, gerenciamento de resíduos, reposição florestal, educação ambiental, e o monitoramento e controle de processos erosivos, Projetos de Reciclagem de Resíduos, Campanha Anual Contra Queimadas e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), além de ações e projetos focados na proteção dos empreendimentos, como os planos de contingências e os planos de ações emergenciais utilizados em todos os empreendimentos da companhia; e os programas voltados para a qualidade do meio ambiente do trabalho, e o equilíbrio físico e psíquico dos trabalhadores que atuam na empresa (**GRI 4.11**).

6.8 Iniciativas Voluntárias

Alinhada com as diretrizes globais de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, a Eletrosul participa de maneira voluntária dos seguintes movimentos (**GRI 4.12**):

Pacto Global e Metas do Milênio

A empresa aderiu ao Pacto Global em 2006, comprometendo-se com princípios básicos de defesa dos direitos humanos, direitos do trabalho, proteção do meio ambiente e combate à corrupção. No mesmo ano, ocorreu a assinatura de memorando de entendimento com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), comprometendo-se a alavancar ações para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual

Em conformidade com as diretrizes estratégicas da Política de Investimento Social, a Eletrosul aderiu ao Fórum, que promove a realização de ações sociais voltadas à proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social, maus-tratos, abuso, exploração sexual e/ou moral.

Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo

A empresa formalizou, em 2011, a sua adesão ao Comitê de Coordenação e Monitoramento do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, fundado em 2005 pelo Instituto *Ethos* de Empresas e Responsabilidade Social, pelo Instituto Observatório Social, pela ONG Repórter Brasil e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o objetivo de implementar ferramentas para orientar o setor empresarial e a sociedade brasileira a não comercializarem produtos de fornecedores que utilizem o trabalho escravo.

Movimento Nós Podemos Santa Catarina

Em 2013, a empresa apoiou o projeto para disseminação dos ODM no estado de Santa Catarina, por meio de formação de comitês regionais, com o propósito de intensificar esforços para o alcance dos objetivos em âmbito local, alinhado aos princípios do Pacto Global na promoção de políticas públicas.

COEP Nacional – Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida

Criado em 1993, a partir da mobilização da sociedade civil, deflagrada pelo Movimento pela Ética na Política e pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, o comitê tem por objetivo reunir empresas para somar esforços na articulação e implementação de ações voltadas para o combate à fome e à miséria. O COEP é um dos principais articuladores de organizações públicas e privadas para a promoção de iniciativas visando ao desenvolvimento humano e social, em especial, as realizadas em comunidades de baixa renda de todo o país.

Programa Ações Integradas

Desde 2006, o Programa Ações Integradas, desenvolvido a partir das ações do Programa Luz para Todos, e coordenado pela empresa em sua área de atuação, desenvolveu 30 projetos sociais voltados às comunidades indígenas, como cursos de capacitação e a implementação de Centros Comunitários de Produção nas áreas beneficiadas pelo Programa Luz para Todos. Para atendimento dos povos indígenas que também foram beneficiados pelo Luz para Todos, foram confeccionadas, pelo Ministério de Minas e Energia, Cartilhas Informativas Bilíngues, com orientações sobre o uso correto da energia elétrica, para evitar seu desperdício e contribuir para prevenção de acidentes. Neste ano, a Eletrosul promoveu a distribuição dessas cartilhas em comunidades de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Em 2013, a Eletrosul não apresentou nenhum caso de violação dos direitos dos povos indígenas, pois se empenha em estreitar, cada vez mais, o seu relacionamento com esta comunidade, assim como com quilombolas, agricultores familiares e atingidos por barragens. No ano em referência, foram investidos R\$ 759 mil no Programa Ações Integradas. **(GRI HR9)**.

Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

O programa tem por objetivo a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no âmbito das organizações públicas e privadas, baseadas no desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional, para alcançar a equidade de gênero e raça no mundo do trabalho e a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego. O programa também busca garantir o exercício dos direitos laborais das trabalhadoras e trabalhadores ao distinguir, com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, as organizações comprometidas com a justiça social, a igualdade de gênero, étnicoracial e o trabalho decente, conjugando a lógica do exercício dos direitos com a lógica dos negócios, considerando que a igualdade entre homens e mulheres constitui, atualmente, um pilar fundamental da gestão organizacional e do êxito empresarial.

Princípios de Empoderamento das Mulheres

Em 2010, a Eletrosul assinou a adesão da empresa na lista de signatárias da declaração de apoio a esses princípios, estabelecidos pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres (UNIFEM) e pelo Pacto Global das Organizações das Nações Unidas (ONU), com o intuito de ampliar a promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho.

Mão de obra infantil na empresa e cadeia produtiva

Em 2013, a Eletrosul promoveu ações visando à conscientização sobre o tema, como a sensibilização dos seus empregados para o engajamento na Campanha Nacional de Luta contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com a distribuição e divulgação de material da campanha estimulando a proteção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente a uma vida digna, contra o abuso sexual, e a disponibilização em sua página institucional de informações e orientações a respeito dessa temática, como a adesão à campanha de combate ao trabalho infantil.

7. DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em 2013, dando continuidade ao seu plano de expansão sempre direcionado a projetos que contribuam para o desenvolvimento do país, a Eletrosul investiu fortemente em novos empreendimentos, bem como em manutenção e melhorias em seu sistema.

Esses avanços tiveram como base a previsão de crescimento do PIB brasileiro para 2013, estimado em 2,3%², e o aumento de 3,9%³ no consumo do mercado nacional de energia elétrica (já considerando a interligação do sistema Tucuruí-Macapá-Manaus ao SIN). Somente em sua área preponderante de atuação, que compreende a Região Sul e Mato Grosso do Sul, onde a empresa possui empreendimentos próprios, o crescimento do consumo total de energia elétrica no ano de 2013 é estimado em 4,7%⁴. Para o ano de 2014, espera-se um crescimento ainda maior da demanda de energia do SIN, especialmente pela realização da Copa do Mundo de Futebol. A projeção é de que o consumo de energia no país cresça 4,9%⁵ em relação a 2013.

É importante ressaltar o potencial de desenvolvimento da economia regional a consequente expansão do mercado de energia elétrica, para o qual estudos coordenados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) apontam um crescimento médio anual de 4,3% no SIN para os próximos dez anos.

A empresa conta com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, como a principal fonte de captação de recursos. Além disso, a Eletrosul pode recorrer a financiamentos de outros bancos e a *holding* Eletrobras, que, como empresa de capital aberto, acessa fontes estrangeiras de capital.

Para efetuar as análises econômico-financeiras, é preciso considerar as alterações nas normas contábeis. A partir de 2013, com a adoção obrigatória do IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IFRS 11 (CPC 16 (R2)), a Eletrosul deixou de consolidar os balanços dos empreendimentos controlados em conjunto, o que era realizado de forma proporcional à participação da Companhia. A desconsolidação das demonstrações financeiras não alterou o resultado líquido, haja vista que os resultados apurados por esses empreendimentos eram contabilizados através do método de equivalência patrimonial. Desta forma, para fins de comparabilidade, os resultados de 2012 e os saldos do balanço de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 foram ajustados para contemplar as alterações nas normas de apresentação. Ainda que não obrigatório, para fins de comparabilidade, também foram ajustadas as receitas e despesas do exercício de 2011.

² Focus – Relatório de Mercado de 10/01/14

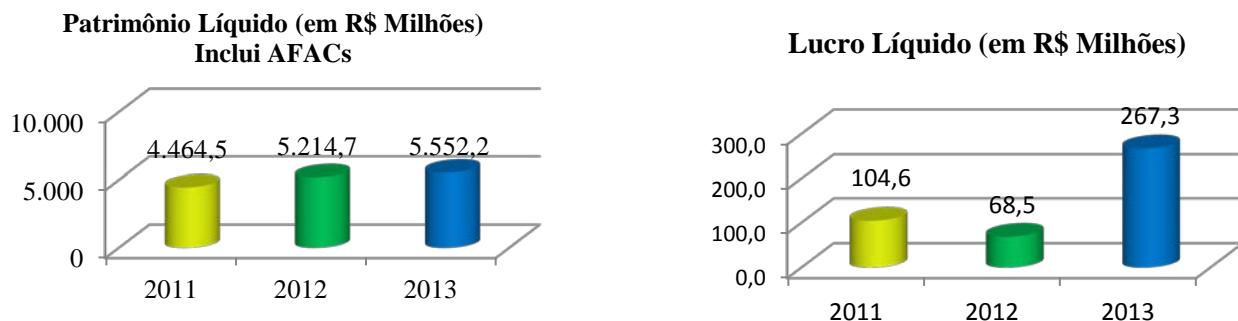
³ NOS-PEN 2013-2017–2ª Revisão Quadrimestral das Projeções da Demanda de Energia Elétrica (set/2013)

⁴ EPE – Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica (dez/2013)

⁵ EPE – Plano Decenal da Expansão de Energia 2022

7.1 Indicadores Econômico-Financeiros

A Eletrosul, com Capital Social de R\$ 4.295,2 milhões, apresenta, após consolidar suas Demonstrações Financeiras, Patrimônio Líquido de R\$ 5.552,2 milhões (incluídos os AFAC). Obteve em 2013 Receita Operacional Bruta de R\$ 1.172,5 milhões e Lucro Líquido de R\$ 267,3 milhões.



Descrição	2011 (i)	2012 (ii)	2013	Var. (%) 2013/2012
Receita Operacional Bruta	1.307,5	1.628,7	1.172,5	(28,0%)
Receita de Concessão de Transmissão	864,6	1.017,5	690,4	(32,1%)
Receita de Construção de Transmissão	380,2	261,1	117,9	(54,8%)
Receita de Geração de Energia	8,5	68,5	289,3	322,3%
Receita de Comercialização de Energia	33,7	266,0	48,5	(81,8%)
Outras Receitas	20,5	15,5	26,3	69,5%
Receita Operacional Líquida	1.200,7	1.485,4	1.059,4	(28,7%)
Resultado Financeiro	(143,2)	(219,4)	(84,2)	(61,6%)
Lucro Líquido	104,6	68,5	267,3	290,10%
EBITDA ajustado	263,5	588,2	276,8	(52,9%)
Margem do EBITDA Ajustado	32,1%	48,0%	29,4%	(38,8 p.p)
Ativos Totais	7.821,1	9.988,0	9.932,8	(0,6%)
Patrimônio Líquido (iii)	4.464,5	5.214,7	5.552,2	6,47%
Dívida Bruta (principal + juros)	2.505,7	2.805,8	3.189,8	13,69%
Dívida Líquida	2.096,1	2.594,8	2.416,1	(6,9%)
Índice de Alavancagem Financeira	32,0%	33,2%	30,3%	(8,7 p.p)

(i) Os valores consolidados de 2011 estão demonstrados conforme CPC 19 (R2) e CPC 23.

(ii) As demonstrações financeiras de 2012 foram reapresentadas conforme CPC 19 (R2) e CPC 23.

(iii) Inclui AFACs.

Quadro 11: Indicadores Econômico-Financeiros

A receita líquida consolidada da Eletrosul em 2013 alcançou o montante de R\$ 1.059,4 milhões, 28,7% inferior ao montante registrado em 2012 (R\$ 1.485,4 milhões). O resultado do período reflete a redução de 50,1% nas receitas de transmissão do contrato de concessão nº 57/2001 renovado em dezembro de 2012

(Lei 12.783/2013). A receita líquida de 2013 contempla ainda a incorporação das controladas Artemis, Eólicas Cerro Chato, RS Energia e PVTE.

Na formação do lucro líquido, destaca-se, dentre os principais custos e despesas operacionais, a reversão dos contratos onerosos, no montante de R\$ 488,6 milhões, referente a valores provisionados relativos à compra de energia elétrica. A reversão decorre da variação do valor do PLD médio histórico em relação ao ano anterior. Também, em 2013 a Eletrosul implantou um Programa de Incentivo ao Desligamento – PID, sendo provisionado o montante de R\$ 73,7 milhões.

Com relação ao resultado financeiro, ressalta-se o aumento de R\$ 81,7 milhões de receita financeira de atualização dos créditos indenizatórios decorrentes da Lei 12.783/2013, referente à renovação das concessões.

EBITDA

O EBITDA consolidado da Eletrosul é calculado a partir do lucro líquido, acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, e resultados extraordinários.

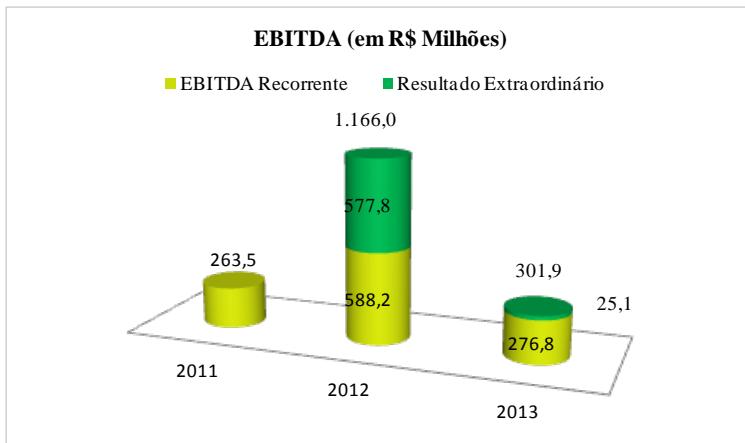
Apresenta-se, a seguir, o EBITDA apurado com os efeitos da adoção do IFRS e ajustado pelos resultados extraordinários. O EBITDA registrado em 2013 reflete a redução das tarifas de transmissão em função da renovação das concessões, conforme a Lei N° 12.783/2013.

R\$ milhões, exceto quanto indicado	2011	2012	2013	Var. (%) 2013/2012
Lucro Líquido do Exercício	104,6	68,5	267,3	290,10%
(+) Tributos sobre o lucro	26,9	(290,8)	123,1	(142,3%)
(+) Resultado financeiro líquido	143,2	219,4	84,2	(61,6%)
(+) Depreciação	2,6	34,0	90,0	164,74%
(+) Impairment	-	149,7	247,6	65,41%
(+) Contingências	(4,7)	67,0	(19,5)	(129,1%)
(+) Contratos onerosos	-	903,2	(502,5)	(155,6%)
(+) Outras receitas e despesas	(9,1)	15,1	11,8	(21,9%)
(-) EBITDA	263,5	1.166,0	301,9	(74,1%)
Receita Operacional Líquida (ajustada) (i)	820,5	1.224,3	941,4	(23,1%)
Margem do Ebitda sobre a ROL	32,1%	95,2%	32,1%	(66,3 p.p.)
EBITDA Ajustado com os efeitos da Lei 12.783/2013				
Excluindo os efeitos da Lei 12.783/2013	263,5	588,2	276,8	(52,9%)
Margem do Ebitda Ajustado	32,1%	48,0%	29,4%	(38,8 p.p.)

(i) Excluída a receita de construção

Quadro 12: EBITDA

A evidenciação sucinta do EBITDA recorrente e do resultado extraordinário é efetuada abaixo.



Endividamento e Índice de Alavancagem Financeira

Em 2013, o saldo da dívida bruta consolidada totalizou R\$ 3.189,8 milhões, o que representa acréscimo de 13,7% em comparação aos R\$ 2.805,8 registrados ao final de 2012.

O endividamento líquido (dívida total – caixa e equivalentes de caixa) de 2013 era de R\$ 2.416,1 milhões, 6,9% inferior ao montante registrado em 2012 no valor de R\$ 2.594,8 milhões. A redução do endividamento líquido decorre dos recursos recebidos da indenização proveniente da Lei 12.783/2013.

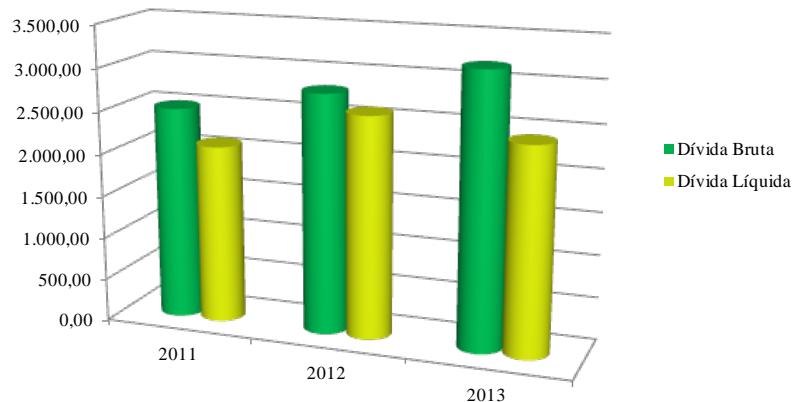
O índice de alavancagem financeira mostra o grau de endividamento bancário em relação ao capital total aplicado (recursos de instituições financeiras e dos acionistas). Em 2013, o índice de alavancagem financeira alcançou 30,3% em relação ao total do capital utilizado. A variação foi de menos 8,7 pontos percentuais em relação ao índice verificado ao final de 2012.

R\$ milhões, exceto quando indicado				
Descrição	2011	2012	2013	Var. (%) 2013/2012
Endividamento				
Curto Prazo	189,4	270,3	389,2	44,0%
Longo Prazo	2.316,3	2.535,4	2.800,7	10,5%
Dívida Bruta (principal + juros)	2.505,7	2.805,8	3.189,8	13,7%
(-) Caixa e Aplicações	(409,6)	(211,0)	(773,7)	266,7%
(=) Dívida Líquida	2.096,1	2.594,8	2.416,1	(6,9%)
(+) Patrimônio Líquido (i)	4.464,5	5.214,7	5.552,2	6,5%
(=) Capital Total utilizado	6.560,6	809,5	7.968,3	2,0%
Índice de alavancagem financeira	32,0%	33,2%	30,3%	(8,7 p.p)

Quadro 13: Endividamento e índice de alavancagem

(i) Para fins de análise, estão incluídos os AFACs.

Dívida Bruta x Dívida Líquida (em R\$ Milhões)



Investimentos

As inversões financeiras nas SPE's, em 2013, totalizaram R\$ 1.233,5 milhões, 46,4% superior ao montante realizado em 2012, que foi de R\$ 842,6 milhões. Já as aplicações em ativo imobilizado próprio de transmissão e geração atingiram o montante de R\$ 228,1 milhões, 61,9% inferior ao montante investido em 2012, que foi de R\$ 598,1 milhões.

Informações sobre o Valor Adicionado pela Controladora e sua Distribuição

O Valor Adicionado (DVA) pela controladora está demonstrado a seguir. (**GRI EC1**)

Indicadores Econômico-Financeiros – Detalhamento da DVA (conforme balanço societário)					
Geração de riqueza (R\$ Mil)	2013			2012	
	R\$ Mil	%	Δ%	R\$ Mil	%
RECEITA OPERACIONAL (Receita bruta de vendas de energia e serviços)	1.047.519	100		1.733.710	100
Receita do serviço de O&M	501.716	47,90	12,07	447.697	25,82
Receita de geração de energia	267.248	25,51	750,24	31.432	1,81
Receita de construção de transmissão	75.835	7,24	(8,33)	82.730	4,77
Receita de construção de geração	-	-		467.083	26,94
Receita com o ativo financeiro	125.664	12,00	(70,35)	423.875	24,45
Receita de comercialização de energia	48.516	4,63	(81,76)	266.012	15,34
Receita do serviço prestado a terceiros	17.536	1,67	3,76	16.901	0,97
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	64	0,01	(100,68)	9.477	-0,55
Outras receitas do serviço	10.940	1,04	46,71	7.457	0,43
(-) INSUMOS (Insumos adquiridos de terceiros: compra de energia, material, serviços de terceiros etc.)	7.307	100	(99,51)	1.953.827	100
Resultado Não Operacional	13.296	100	(97,64)	563.718	100
= VALOR ADICIONADO BRUTO	1.053.508	100	206,61	343.601	100
(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO (depreciação, amortização)	81.623	100	469,20	14.340	100
= VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	971.885	100	195,17	329.261	100
(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO (Receitas financeiras, resultado da equivalência patrimonial)	292.263	100	12,70	259.336	100
= VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.264.148	100	114,77	588.597	100

Quadro 14: Investimentos

Com a geração de riqueza por meio de crescimento continuado, a Eletrosul proporciona a distribuição de parte dessa riqueza, conforme demonstra o quadro a seguir:

Distribuição da Riqueza – Por Partes Interessadas	2013		2012	
	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
EMPREGADOS	363.525	28,76	272.954	46,37
GOVERNO (impostos, taxas e contribuições e encargos setoriais)	277.042	21,92	(126.460)	(21,48)
FINANCIADORES	358.796	28,38	376.270	63,93
ACIONISTAS	264.785	20,95	65.833	11,18
= VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (TOTAL)	1.264.148	100	588.597	100

Quadro 15: Distribuição da riqueza

No quadro a seguir, estão detalhados para a parte interessada “Governo”, de forma segregada, os valores relativos a tributos e contribuições dos encargos específicos do setor como forma de melhor evidenciar a carga tributária e de encargos sobre a prestação do serviço público de energia elétrica:

Distribuição da Riqueza – Governo	2013		2012	
	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
TRIBUTOS/TAXAS/CONTRIBUIÇÕES	260.297	20,59	-162.993	-27,69
ICMS	269	0,02	338	0,06
PIS/PASEP	16.297	1,29	16.479	2,8
COFINS	75.066	5,94	75.935	12,9
ISS	742	0,06	251	0,04
IRPJ a pagar do exercício	86.694	6,86	-225.601	-38,33
CSSL a pagar do exercício	31.664	2,50	-80.445	-13,67
INSS	47.130	3,73	45.546	7,74
OUTROS	2.435	0,19	4.504	0,77
ENCARGOS SETORIAIS	16.745	1,32	36.533	6,21
RGR	2.617	0,21	22.731	3,86
CCC	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-
TFSEE	5.626	0,45	4.554	0,77
ESS	-	-	-	-
P&D	8.502	0,67	9.248	1,57
= VALOR DISTRIBUÍDO (TOTAL)	277.042	21,92	(126.460)	(21,48)

Quadro 16: Distribuição da riqueza - Governo

Investimentos na Concessão

A realização do programa dos investimentos em geração e transmissão é apresentada a seguir:

Investimentos	2013		2012
	R\$ Mil	Δ%	R\$ Mil
Expansão da Geração/Transmissão (expansão reforço)	228.127	(61,86%)	598.092

Quadro 17: Investimentos na concessão

Em 2013, os investimentos mais representativos foram efetuados nas PCHs Barra do Rio Chapéu e João Borges, UHE São Domingos, Projeto Megawatt Solar e Interligação Elétrica Brasil Uruguai, bem como na ampliação do sistema de transmissão. No ano de 2012, os empreendimentos citados também receberam investimentos, assim como a UHE Mauá e a UHE Passo São João. O decréscimo decorre, principalmente, da entrada em operação, em 2012, das UHE Mauá e Passo São João. Os valores apresentados não foram corrigidos (valores históricos).

Outros Indicadores

A seguir, são apresentados outros indicadores referentes à Controladora:

Outros indicadores da Controladora	2013		2012
	R\$ Mil	Δ%	R\$ Mil
Receita Operacional Bruta (R\$)	1.047.455	(17,92)	1.276.104
Deduções da Receita (R\$ Mil)	(103.493)	(17,19)	(124.982)
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	943.962	(18,00)	1.151.122
Custos e Despesas Operacionais do Serviço (R\$ Mil)	(754.069)	(5,13)	(794.884)
Receitas Irrecuperáveis (R\$ Mil)	-	-	-
Resultado do Serviço (R\$ Mil)	189.893	(46,69)	356.238
Participação Societária (R\$ Mil)	(1.781)	(103,58)	49.700
Resultado Financeiro (R\$ Mil)	(59.288)	(63,78)	(163.703)
Outras Receitas/Despesas	254.319	(152,71)	(482.448)
IRPJ/CSSL (R\$ Mil)	(118.358)	(138,67)	306.046
Lucro Líquido (R\$ Mil)	264.785	302,21	65.833
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ Mil)	-	-	-
Dividendos Distribuídos (R\$ Mil)	62.886	0,55	62.541
Custos e Despesas Operacionais por MWh vendido (R\$ Mil)	-	-	-
Riqueza (valor adicionado líquido) por Empregado (R\$ Mil)	941	145,69	234
Riqueza (valor adicionado líquido) por Receita Operacional (%)	120,69	117,80	25,8
Ebitda ou Lajida (R\$ Mil)	236.379	(52,15)	1.004.795
Margem Ebitda ou Lajida (%)	27,23	(41,10)	87,3
Liquidez Corrente	1,92	(36,00)	3,07
Liquidez Geral	1,11	(3,48)	1,15
Margem Bruta (lucro líquido/receita operacional bruta) (%)	25,28	390,00	5,16
Margem Líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	28,05	390,47	5,72
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (lucro líquido/patrimônio líquido) (%)	4,92	260,85	1,36
Estrutura de Capital			
Capital próprio (%)	56,16	(1,45)	50,92
Capital de terceiros oneroso (%) (emprestimos e financiamentos)	31,95	43,79	22,22
Inadimplência de Clientes (contas vencidas até 90 dias/Receita Operacional Bruta nos últimos 12 meses)	0,00	-	-

Quadro 18: Outros indicadores

7.2 Investimentos em Geração

A atual carteira de empreendimentos de geração de energia elétrica da Eletrosul (próprios e parcerias) totaliza 2.146,45 MW de potência, dos quais 445 MW já se encontram em operação comercial (considerando, em ambos os casos, apenas o percentual que cabe à Eletrosul).

Os investimentos associados aos empreendimentos acima totalizam R\$ 9,7 bilhões.

Com relação aos empreendimentos de geração próprios, estes totalizam 7 usinas, das quais 5 encontram-se em operação comercial, uma está em implantação (Megawatt Solar), e outra ainda não teve as obras iniciadas (Santo Cristo), conforme mostrado no quadro abaixo:

Empreendimentos		Potência Instalada	Operação Comercial
Eólica- EOL	Cerro Chato (RS)	90 MW	2011 e 2012
Usina Hidrelétrica - UHE	Passo São João (RS)	77 MW	2012
	São Domingos (MS)	48 MW	2013
Pequena Central Hidrelétrica - PCH	Barra do Rio Chapéu	15,15 MW	2013
	João Borges	19 MW	2013
	Santo Cristo	19,5 MW	2016
	Coxilha Rica	18 MW	*
Usina Solar - SOL	Megawatt Solar (SC)	1 MW	2014

Quadro 19: Empreendimentos de geração próprios

* Indefinido em função de parecer negativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Complexo Eólico Cerro Chato (RS)

Para a Eletrosul, o Complexo Cerro Chato representa um marco histórico por ter sido o primeiro empreendimento de geração a entrar em operação, desde a empresa ter seu parque de usinas inteiramente privatizado em 1998.

A partir de um cuidadoso planejamento e muito empenho de nossas equipes, o Complexo Eólico Cerro Chato iniciou a operação comercial das primeiras unidades geradoras em junho de 2011 e foi concluído em janeiro de 2012, com seis meses de antecipação em relação ao cronograma do edital ANEEL (01/07/2012). Foi o primeiro empreendimento do leilão exclusivo de energia eólica, realizado pelo Governo Federal em 2009, a entrar em operação comercial. Em maio de 2013, a Eletrosul incorporou esta SPE.

UHE Passo São João (RS)

Esta usina foi o primeiro empreendimento hidrelétrico da Eletrosul, que reposiciona a estatal no mercado de geração hidrelétrica, e está em plena operação.

Localizada no Rio Ijuí, entre os municípios de Dezesseis de Novembro e Roque Gonzales, Noroeste do RS, a UHE Passo São João tem potência instalada de 77 MW. O empreendimento é constituído de duas unidades geradoras, com conexão feita na SE Missões por meio de 33,5 km de LT 69 kV. A entrada em operação comercial ocorreu em março de 2012 (UG1) e setembro de 2012 (UG2).

DESTAQUE - Nova hidrelétrica em Santa Catarina

No leilão A-5, promovido pela ANEEL em 2013, a Eletrosul comercializou a energia que será gerada pela PCH Santo Cristo, o terceiro empreendimento da Eletrosul em Santa Catarina. A usina aproveitará o potencial do rio Pelotinhos, entre os municípios de Capão Alto e Lages (SC), e terá 19,5 MW de potência instalada.

UHE São Domingos (MS)

Aproveitando a força das águas do Rio Verde para gerar energia e situada entre os municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo, ao Leste do estado do Mato Grosso do Sul, a UHE São Domingos tem duas unidades geradoras com potência instalada de 48 MW e garantia física de 36,4 MW médios.

A conexão desta usina ao sistema de transmissão se dá por uma LT 138kV com 53km até a SE Água Clara. Este empreendimento entrou em operação comercial em junho (UG1) e setembro de 2013 (UG2).

PCH Barra do Rio Chapéu (SC)

Primeira obra na área de geração em Santa Catarina após a privatização do parque gerador da empresa, em 1998, a PCH Barra do Rio Chapéu conta 15,15 MW de potência instalada e 8,61 MW médios de garantia física. Localizada no Rio Braço do Norte, entre os municípios de Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, a energia produzida por duas unidades geradoras é escoada para a SE Braço do Norte por meio de 19,13 km de LT 69 kV.

O empreendimento entrou em operação comercial com as duas unidades geradoras em fevereiro de 2013.

PCH João Borges (SC)

Com potência instalada de 19 MW e garantia física de 10,14 MW médios, a PCH João Borges é constituída de três unidades geradoras com capacidade para atender 151 mil habitantes. O empreendimento está localizado no Rio Caveiras, entre os municípios de Campo Belo do Sul e São João do Cerrito, sendo que a conexão é

realizada por meio de uma LT de 34,5 kV, com 13 km de extensão, que está interligada a subestação transformadora 138 kV/34,5 kV, SE Coletora Itararé, que foi implantada seccionada a LT 138 kV Herval D'Oeste – Vidal Ramos Jr, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC.

O empreendimento entrou em operação comercial em julho de 2013.

PCH Santo Cristo (SC)

A Pequena Central Hidrelétrica Santo Cristo será implantada no Rio Pelotinhas, entre os municípios de Capão Alto e Lages, em Santa Catarina. A usina terá 3 unidades geradoras com potência total instalada de 19,5 MW e energia assegurada de 10,47 MW, suficiente para abastecer 155 mil consumidores.

As atividades em andamento no ano de 2013 se concentraram nas ações para obtenção do licenciamento ambiental e nas negociações fundiárias.

O empreendimento está previsto para entrar em operação no primeiro semestre de 2016.

Megawatt Solar (SC)

O Megawatt Solar possui capacidade de 930kW e contará com 4.144 módulos solares a serem instalados no telhado do edifício-sede e sobre a cobertura dos estacionamentos adjacentes, totalizando uma área de, aproximadamente, 10 mil metros quadrados.

A usina será conectada à rede elétrica de distribuição de 13,8kV da CELESC e a energia será comercializada a consumidores livres por meio de leilões.

Até o final de 2013, foram concluídas as obras civis nos estacionamentos e em fase de finalização as obras civis da casa de controle. Também foram montadas mais da metade dos módulos fotovoltaicos da cobertura do edifício-sede (todos os módulos já foram recebidos pela Eletrosul).

A previsão de início da operação comercial desta usina é maio de 2014.

DESTAQUE - Um ano de geração da usina Passo São João

No mês de março, a Eletrosul comemorou o primeiro ano de geração comercial da Hidrelétrica Passo São João, que aproveita o potencial do rio Ijuí, entre os municípios de Roque Gonzales e Dezesseis de Novembro (RS). A data é importante por representar o retorno da estatal ao mercado de geração hidráulica, após ter seu parque gerador privatizado em 1998. Com 77 MW de capacidade instalada, a usina é capaz de atender ao consumo de mais de 580 mil habitantes.

7.2.1 Empreendimentos de Geração em Parceria

A carteira de empreendimentos de geração em parceria é constituída por um empreendimento em operação comercial, cinco usinas/complexos eólicos em implantação (alguns com unidades já em operação), e um conjunto de parques eólicos recém conquistados em Leilão ANEEL em novembro de 2013, conforme abaixo:

Empreendimentos		Composição Societária	Potência Instalada	Operação Comercial
Consórcio UHE Mauá (PR)		Eletrosul Copel 49% 51%	177,9 MW*	2012 e 2013
SPE	UHE Teles Pires (MT/PA)	Eletrosul Neoenergia Furnas 24,7% 50,6% 24,7%	445,9 MW*	2015
	UHE Jirau – ESBR (RO)	Eletrosul Suez Chesf Mitsui 20% 40% 20% 20%	750 MW*	UG1: 2013 UG50: 2016
	Ampliação do Complexo Eólico Cerro Chato	Eletrosul Rio Bravo Investimentos Fundação Elos 49% 41% 10%	38,2 MW*	2013 e 2014
	Complexo Eólico Chuí (RS)	Eletrosul Rio Bravo Investimentos 49% 51%	70,5 MW*	2014
	Complexo Eólico Geribatu (RS)	Eletrosul Brave Winds Geradora 49% 51%	126,4 MW*	2014
	Leilão 009/2013 Eólica Capão do Inglês Eólica Chuí 9 Eólica Coxilha Seca Eólica Galpões Eólicas Verace (11 parques, todos no RS)	Eletrosul Renobrax 99,99% 0,01%	249,9 MW*	2015 e 2016

Quadro 20: Empreendimentos de geração em parceria

* Considerando apenas o percentual da Eletrosul. UG: Unidade Geradora.

UHE Mauá (PR)

A UHE Mauá, localizada no Rio Tibagi, a montante do local denominado Salto Mauá, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, representa a retomada da geração de energia em um estado onde a Eletrosul já teve uma participação efetiva no aproveitamento hidrelétrico. Com potência instalada de 363 MW e garantia física de 197,7 MW médios, a UHE Mauá é constituída de uma Usina Principal com três unidades geradoras e de uma Usina Complementar com duas unidades geradoras. Sua capacidade instalada é suficiente para atender o consumo de, aproximadamente, 1 milhão de pessoas.

Para a conexão desta usina ao Sistema Interligado Nacional, foram construídas as linhas de transmissão LT 230 kV Mauá – Jaguariaíva e a LT 230 kV Mauá – Figueira, e as subestações SE Mauá 230/34, 5 kV, que se conecta com as subestações de Jaguariaíva e Figueira por meio das duas LT's de 230 kV, e SE Elevadora da Usina

Complementar 6,9/34,5 kV, a qual se interliga à SE Mauá por meio da LT de 34,5 kV.

As três unidades geradoras da Usina Principal entraram em operação comercial entre novembro e dezembro de 2012, e as duas unidades geradoras da Usina Complementar entraram em operação comercial em janeiro de 2013.

UHE Teles Pires (MT)

A Usina Hidrelétrica Teles Pires está localizada no Rio Teles Pires, entre os municípios de Paranaíta, no Mato Grosso, e Jacareacanga, no Pará, e é constituída de cinco unidades geradoras de 364 MW cada, com potência instalada de 1.820 MW e garantia física de 915,4 MW médios.

Esta usina será conectada à SE Coletora Norte por meio de 7 km de Linha de Transmissão em 500 kV.

Durante o ano de 2013, prosseguiram as atividades de escavação em rocha e comum do emboque e desemboque dos túneis de desvio, vertedouro e barragem de Concreto Compactado com Rolo (CCR), bem como escavação subterrânea e tratamento dos túneis. Foi realizado o desvio do rio, em junho de 2013, por meio dos três túneis na margem esquerda. Neste período, teve avanço a concretagem da casa de força, tomada d'água e condutos forçados. Também foi executado o fornecimento e montagem de parte das peças que compõem as caixas espirais, pré-distribuidores, tubos de sucção e condutos forçados. Em andamento, a fabricação das turbinas e geradores e início da montagem da UG 1 e UG 2.

O empreendimento está previsto para ser concluído no segundo semestre de 2015.

UHE Jirau (RO)

É a maior usina em implantação que a Eletrosul está envolvida, com potência instalada de 3.750 MW e garantia física de 2.184,6 MW médios, capacidade suficiente para abastecer mais de 10 milhões de residências brasileiras.

Localizada no Rio Madeira, em Porto Velho, esta usina é constituída de duas casas de força, uma em cada margem do rio. A primeira, à direita, possui 28 unidades geradoras, e a segunda, à esquerda, 22 unidades geradoras. Cada uma das casas de força apresenta duas áreas equipadas para montagem e manutenção das 50 unidades geradoras, com 75MW de potência cada uma. A conexão é feita por uma Subestação Elevadora SF6 em 500 kV, e três Linhas de Transmissão de 500 kV com, aproximadamente, 105 km de extensão, conectando a UHE Jirau à Subestação Coletora Porto Velho.

O início da operação comercial ocorreu em setembro de 2013 com a UG29, localizada na casa de força da margem esquerda.

Em dezembro de 2013, foram liberadas para operação em teste as unidades geradoras UG30 e UG40, localizadas na casa de força da margem esquerda, e as unidades UG01 e UG02, localizadas na casa de força da margem direita.

Ampliação do Complexo Eólico Cerro Chato (Livramento Holding SA)

Formado pelas Centrais Geradoras Eólicas Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI, Cerro dos Trindade e Ibirapuitã I, o complexo tem potência total de 78 MW, com garantia física de 38,5 MW médios. Serão instalados 39 aerogeradores com potência de 2 MW cada. No ano de 2013, foram concluídas as obras civis de todos os parques, e iniciada a operação comercial de três unidades geradoras do Parque Cerro dos Trindade.

A conclusão de todo o empreendimento está prevista para junho de 2014.

DESTACQUE

A Eletrosul tem sido uma das protagonistas do crescimento da energia eólica no Brasil. A ampliação do Complexo Eólico Cerro Chato, objeto do Leilão ANEEL A-3 N° 002/2011, é prova deste avanço. O empreendimento está localizado na cidade de Sant'Ana do Livramento (RS) e confirma o excelente potencial dos ventos do extremo Sul do Brasil.

Complexo Eólico Chuí (Chuí Holding SA)

O Complexo Eólico Chuí, objeto do Leilão ANEEL A-3 N° 002/2011, é formado pelas Centrais Geradoras Eólicas Chuí I, Chuí II, Chuí IV, Chuí V, Minuano I e Minuano II, e está localizado na cidade de Chuí (RS). Parar atingir potência total de 144 MW, com garantia física de 59,85 MW médios, serão instalados 72 aerogeradores com potência de 2 MW cada.

Durante o ano de 2013, as atividades realizadas para iniciar a implantação se resumem às de licenciamento ambiental e negociações fundiárias com os proprietários das áreas nas quais os parques serão implantados, tendo sido obtida LI apenas para os parques Minuano I e II.

As obras tem previsão de início no primeiro trimestre de 2014 e ser concluído no segundo semestre de 2014.

Complexo Eólico Geribatu (Santa Vitória do Palmar Holding SA)

Em Santa Vitória do Palmar, no litoral do Rio Grande do Sul, a Eletrosul está implantando o maior complexo eólico da América Latina, com 258 MW de capacidade instalada e garantia de 108,9 MW médios. O Complexo Eólico Geribatu, objeto do Leilão ANEEL A-3 N° 002/2011, é formado por dez usinas eólicas (Geribatu I a Geribatu X). A montagem do canteiro de obras foi concluída em novembro de 2012 e, em dezembro do mesmo ano, foram iniciadas as obras civis. Ao longo de 2013, foram realizadas atividades como processos de atendimento às condicionantes de validade da licença ambiental, sondagens e levantamento topográfico nos parques, implantação de acessos e plataformas dos aerogeradores, execução de drenagens e galerias nos parques, bem como o estaqueamento, a armação e a concretagem das fundações. Até o final de dezembro de 2013 foram concluídas as montagens eletromecânicas de 4 aerogeradores no parque Geribatu

X. A previsão de entrada em operação comercial dos primeiros aerogeradores é até o final de junho de 2014. Em setembro de 2014 está prevista a conclusão da montagem dos últimos aerogeradores, que deverão entrar em operação comercial até outubro de 2014.

Complexos Eólicos resultantes do Leilão de Energia ANEEL 009/2013

A Eletrosul, em consórcio com a empresa Renobrax Energias Renováveis Ltda., sagrou-se vencedora neste Leilão, realizado em 18/11/2013, tendo ofertado a energia proveniente dos Parques Eólicos Capão do Inglês (10MW), Coxilha Seca (30MW), Galpões (8MW), Chuí 09 (20MW), Verace 24 (22MW), Verace 25 (8MW), Verace 26 (16MW), Verace 27 (18MW), Verace 28 (14MW), Verace 29 (20MW), Verace 30 (20MW), Verace 31 (10MW), Verace 34 (16MW), Verace 35 (14MW) e Verace 36 (24MW), todos localizados no estado do Rio Grande do Sul.

As obras devem ser iniciadas ainda em 2014 e concluídas até final de 2015.

7.2.2 Desempenho da Geração

Com relação aos índices de Disponibilidade de Geração, em 2013, ficaram em 90,42% na geração hidráulica, e 99,03% na geração eólica.

Em termos de produção líquida total de energia, foram gerados 1.771,804 GWh de fonte hidrelétrica e 387,740 GWh de energia eólica (**GRI EU30**).

7.3 Investimentos em Transmissão

O Sistema de Transmissão Próprio da Eletrosul é constituído por 44 subestações e uma conversora de frequência (localizada na fronteira do Brasil com a Argentina), com uma capacidade total de transformação de 25.463 MVA, além de 10.702,8 km de linhas de transmissão (**GRI EU4**).

Além disso, a Eletrosul tem envolvimento com mais 32 subestações e 669,9 km de linhas de transmissão de propriedade de outras empresas, nas quais possui equipamentos e/ou bays instalados, ou presta serviço de manutenção e/ou operação, totalizando uma capacidade de transformação de 709,0 MVA.

Sistema de Transmissão Eletrosul		Próprio	Parceria/Prestação de Serviço	Total
Subestações + Conversora		45	32	77
Capacidade de Transformação (MVA)		25.463,0	709,00	26.172,0
Linhas de Transmissão (km)	Tensão (kV)	Km	Km	Km
	69	56,2	-	56,2
	132	12,5	-	12,5
	138	1.841,4	361,90	2.203,3
	230	5.217,9	188,0	5.405,9
	525	3.574,8	120,0	3.694,8

Quadro 21: Sistema de transmissão Eletrosul

A atual carteira de empreendimentos de transmissão em implantação pela Eletrosul (próprios e parcerias) compreende sete conjuntos de empreendimentos resultantes de leilões ANEEL, um conjunto de empreendimentos associados à interligação Brasil-Uruguai (em parceria com a Eletrobras), e diversas pequenas ampliações autorizadas pela ANEEL, além de melhorias e reforços nas instalações existentes.

Os investimentos associados a estes empreendimentos de transmissão em implantação totalizam, aproximadamente, R\$ 1,8 bilhões.

Na gestão dos seus ativos pertencentes à rede básica, a Eletrosul apresenta o seguinte desempenho quanto à disponibilidade:

Instalação	(Valores em %)			
	2010	2011	2012	2013
Linhas de Transmissão	99,92	99,90	99,89	99,88
Banco de Capacitores	99,81	99,75	99,74	99,97
Reatores	99,89	99,94	99,77	99,84
Transformadores	99,89	99,88	99,87	99,86

Quadro 22: Disponibilidade em transmissão

7.3.1 Ampliação do sistema de transmissão

Com relação aos empreendimentos de transmissão próprios, merece destaque, em 2013, a conclusão da SE Ijuí 2 230/69kV e da LT 138kV Monte Claro-Garibaldi, que foram iniciados pela RS Energia e concluídos pela Eletrosul, após a incorporação desta SPE em 2013.

Outro empreendimento corporativo que também merece destaque é a subestação Ivinhema 2, 230/138 KV, com capacidade de transformação de 3000 MVA, no estado de Mato Grosso do Sul, que foi objeto do Leilão ANEEL 007/2013 (Lote K) e cujas obras devem iniciar em 2014.

Além disso, em 2013, foi investido o valor de R\$50,38 milhões na Ampliação do Sistema de Transmissão da Região Sul e Estado do Mato Grosso do Sul. O montante foi aplicado em expansão e infraestrutura do sistema de transmissão. No que se refere a Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão, foram gastos R\$ 13,8 milhões.

DESTAQUE

R\$50,3 milhões foram investidos na ampliação do Sistema de Transmissão da Região Sul e Estado do Mato Grosso do Sul. Em reforços e melhorias do sistema de transmissão, foram gastos R\$13,8 milhões.

O emprego destes recursos visa à realização de modificações e alterações necessárias nas instalações da Eletrosul a fim de retirar restrições ao sistema de transmissão, e de melhorar a confiabilidade e a flexibilidade de sua operação e manutenção. Para atender às necessidades do Plano de Modernização das Instalações (PMI) e a outras de interesse exclusivo da empresa, foram concluídos 20 empreendimentos previstos no PMI e outros 3 empreendimentos nas Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) N° 3.161/2011, 3.339/2012 e 3.578/2012

Também em 2013, três novas autorizações para novos negócios foram obtidas pela Eletrosul. A primeira trata da instalação de dois bancos de capacitores 230 KV - 2x100 MVar na SE Joinville Norte. Foi autorizada por meio da REA N° 3.915/2013, publicada em 26/02/2013. A segunda cuida da instalação do 3º Autotransformador Trifásico 230/138 KV - 50 MVA, na SE Foz do Chapecó, e formalizada pela REA N° 4.056/2013, publicada em 15/05/2013. Ambas as instalações incluem seus respectivos módulos de conexão, no arranjo barra dupla a quatro chaves.

Já a REA N° 3.915/2013, publicada em 24/09/2013, autoriza o seccionamento da LT 138 kV Araquari-Hyosung – Joinville GM e a implantação de duas entradas de linha 138 kV na SE Joinville Santa Catarina, arranjo barra principal e transferência.

Ampliação do Sistema de Transmissão da Região Sul e Estado de Mato Grosso do Sul

Na área de transmissão, foram concluídos dois empreendimentos previstos nas Resoluções Autorizativas ANEEL N° 3.161/2011 e 3.339/2012, conforme descrito a seguir:

- SE JOINVILLE NORTE 230/138 KV, 150 MVA – AMPLIAÇÃO “C” Instalação do 3º Autotransformador 230/138-13,8 - 150MVA e conexões associadas. Este empreendimento foi necessário para evitar que, na perda dos autotransformadores existentes, ocorra sobrecarga na unidade remanescente.
- SE NOVA SANTA RITA 525/230 KV, 2688 MVA – AMPLIAÇÃO “F” Instalação do 4º Banco de Autotransformadores 525/230-13,8 - 672MVA e conexões associadas. A ANEEL reconheceu a importância desta ampliação com vistas a evitar sobrecarga na transformação remanescente caso haja contingência de um dos bancos de autotransformadores desta subestação ou da LT 525 kV Nova Santa Rita – Gravataí.

Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão

Para atender às necessidades do Plano de Modernização de Instalações (PMI) e de outras de interesse exclusivo da empresa, foram concluídos 21 empreendimentos, previstos no PMI e na Resolução Autorizativa ANEEL N° 3.578/2012, conforme descrito a seguir:

Resolução Autorizativa ANEEL N° 3.578/2012

- SE FLORIANÓPOLIS 138/69 KV, 75 MVA: Instalação de 2 TP’s de medição 138kV nos circuitos PAL 1 e 2.

PMI 2011-2014

- SE SALTO OSÓRIO 230/69 KV, 33,3 MVA: Aquisição e instalação dos DJ’s 792 e 812.
- SE JORGE LACERDA A 230/138/69 KV, 399,8 MVA: Substituição dos pararaios de SiC do circuito Palhoça.

- SE SALTO OSÓRIO 230/69 kV, 33,3 MVA: Substituição dos para-raios de SiC do TF-7.
- SE XANXERÊ 230/138 kV, 600 MVA: Substituição dos para-raios de SiC do circuito Salto Osório.
- SE SALTO OSÓRIO 230/69 kV, 33,3 MVA: Aquisição e instalação dos DJ's 722, 732, 742 e 752 (LIs UHSO 1 a 4).
- SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA: Substituição dos para-raios de SiC do TF-8.
- SE ASSIS 525/440/230/88 kV, 2248,4 MVA: Substituição dos para-raios de SiC do TF-1.

PMI 2012-2015

- SE CURITIBA 525/230 kV, 1344 MVA: Implantação de sistema digital de controle e supervisão Nível III.

PMI 2013-2016

- SE JORGE LACERDA A 230/138/69 kV, 399,8 MVA: Substituição dos para-raios 69 kV de SiC por ZnO do TF10.
- SE XANXERÊ 230/138 kV, 600 MVA: Substituição dos para-raios 230 kV de SiC por ZnO do circuito Passo Fundo 1.
- SE SALTO OSÓRIO 230/69 kV, 33,3 MVA: Substituição dos para-raios 69 kV de SiC por ZnO do TF7 e do circuito Salto Santiago.
- SE PALHOÇA 230/138 kV, 384 MVA: Substituição dos para-raios 230 kV de SiC por ZnO do circuito Blumenau.
- SE PALHOÇA 230/138 kV, 384 MVA: Substituição dos para-raios 138 kV de SiC por ZnO do circuito Florianópolis 2 e do TF 2.
- SE MIMOSO 138 kV: Substituição dos para-raios 138 kV de SiC por ZnO dos circuitos Jupiá 3 e 4 e Campo Grande 3 e 4.
- SE SIDERÓPOLIS 230/69 kV, 364 MVA: Substituição dos para-raios 69 kV de SiC por ZnO dos circuitos Criciúma 1 e 2.
- SE CURITIBA 525/230 kV, 1344 MVA: Substituição dos para-raios 230 kV de SiC por ZnO do TF1 e do TF2.
- SE BLUMENAU 525/230/138 kV, 1962 MVA: Substituição dos para-raios 230 kV de SiC por ZnO dos TFs 1 e 2.
- SE AREIA 525/230/138 kV, 972 MVA: Substituição dos para-raios 230 kV de SiC por ZnO do circuito Ponta Grossa Norte.
- LI LONDRINA - APUCARANA 230 kV: Recapacitação da proteção da LI 230 kV Londrina - Apucarana.

As melhorias e reforços relacionados acima, juntamente com as que estão em andamento, visam ao aumento de capacidade de transmissão e ao aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN). Oferecem maior disponibilidade, confiabilidade e flexibilidade ao sistema de transmissão da Eletrosul. Mantêm a regularidade, a continuidade, a segurança e a atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica. Auxiliam, também, nos processos de recomposição do sistema, em caso de faltas. Estas melhorias e reforços acompanham, ainda, a modernidade tecnológica para a conservação das instalações de transmissão. Isso ocorre sempre em conformidade com o contrato

de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica e com os Procedimentos de Rede do ONS.

De acordo com o modelo regulatório brasileiro, a empresa transmissora proprietária é responsável pela implantação do empreendimento a partir dos estudos realizados, não podendo alterar o projeto, e não tendo, assim, controle sobre o índice de perdas no sistema de transmissão. A Eletrobras, por meio da Divisão de Gestão da Operação e Manutenção de Transmissão, adota uma metodologia unificada para estimativa das perdas elétricas na transmissão para todas as empresas do Sistema Eletrobras, baseada em cálculos elétricos utilizando-se casos mensais de fluxo de potência. No ano de 2013, o valor das perdas na transmissão nos ativos da Eletrosul foi estimado em 1,76% (**GRI EU12**).

7.3.2 Empreendimentos em Parceria

Com relação aos empreendimentos de transmissão implantados/em implantação por meio de SPEs, a tabela abaixo relaciona todas as SPEs em que a Eletrosul está envolvida, duas delas com empreendimentos já em operação.

Cabe destacar que, no ano de 2013, a Eletrosul incorporou três de suas SPEs de transmissão, em que possuía 100% do controle acionário, sendo elas a Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. (RS Energia), a Porto Velho Transmissora de Energia S.A. (PVTE) e a Artemis Transmissora de Energia S.A.

SPE	Composição Societária		Operação Comercial
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Eletrosul Copel	49% 51%	2014
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU)	Eletrosul Transmissora Aliança CEEE DME Energética	27,4% 52,6% 10% 10%	2005
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	Eletrosul CEEE	51% 49%	2014
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Eletrosul Copel	20% 80%	2014
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (NBTE)	Eletrosul Eletronorte Abengoa Brasil	24,5% 24,5% 51%	2014
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (TSLE)	Eletrosul CEEE	51% 49%	2014
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE)	Eletrosul Copel	80% 20%	2014
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	Eletrosul Fundação Elos	75% 25%	2006

Quadro 23: Empreendimentos em parceria

Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

Os empreendimentos em implantação pela Costa Oeste foram objeto do Leilão ANEEL 004/2011 e compreendem a LT 230 kV Cascavel Oeste/Umuarama (143km), a subestação Umuarama e um módulo de entrada de linha na subestação Cascavel Oeste.

Ao longo de 2013, as atividades em andamento se concentraram nas atividades fundiárias (regularização do terreno da SE Umuarama e continuidade na emissão dos laudos de avaliação e na negociação das indenizações junto aos proprietários da LT), licenciamentos (com a emissão a Licença de Instalação da LT e da SE Umuarama), nas obras civis da LT e pré-montagem das torres, e nas obras civis das Subestações Cascavel Oeste e Umuarama.

A previsão atual é de que o empreendimento esteja em operação comercial em maio de 2014.

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.

Esta SPE foi constituída para explorar a concessão do sistema de transmissão objeto do Leilão ANEEL 007/2013 (Lote I), realizado em 14/11/2013, que compreende as linhas de transmissão 230kV Santo Ângelo – Maçambará (205km) e Foz do Chapecó – Pinhalzinho (40km), a implantação da SE Pinhalzinho 230/138 kV e a ampliação da SE Santa Maria 3.

A assinatura do Contrato de Concessão está prevista para janeiro de 2014, e o prazo limite para energização é de 24 a 48 meses a partir desta assinatura.

Marumbi Transmissora de Energia S.A.

O empreendimento em implantação pela Marumbi Transmissora de Energia S.A, referente ao lote F do leilão ANEEL 006/2011, destina-se ao reforço no sistema de transmissão de Curitiba. Compreende a implantação da SE Curitiba Leste 525kV, a LT Curitiba – Curitiba Leste (525 kV 28km), a ampliação na SE Curitiba 525kV e adequações nas subestações Uberaba 230kV, Santa Mônica 230kV, Distrito Industrial de São José dos Pinhais 230kV e Posto Fiscal 230kV, o seccionamento da linha de transmissão 230kV Santa Mônica – Distrito Industrial de São José dos Pinhais e o seccionamento da linha de transmissão 230kV Posto Fiscal – Uberaba.

Ao longo de 2013, as atividades realizadas se concentraram na obtenção do licenciamento ambiental, e na regularização fundiária da subestação e da LT. Foi obtida a Licença de Instalação da Subestação Curitiba Leste, e foram iniciadas as obras civis da subestação.

A previsão atual para entrada em operação deste empreendimento é novembro de 2014.

Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (NBTE)

Em implantação pela Norte Brasil, o empreendimento objeto do Leilão ANEEL 007/2008, mais conhecido como Linhão do Madeira, compreende a construção da Linha de Transmissão + - 600kV CC – SE Coletora de Porto Velho – RO até Araraquara 2 – SP, com 2.412 km de extensão. A linha passará por 85 municípios nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Ao longo de 2013, as atividades em andamento se concentraram nas atividades de regularização fundiária, na execução dos programas ambientais, nas obras civis com a execução das fundações, pré-montagem e montagem das torres, e em lançamentos de cabos. A estimativa atual de entrada em operação comercial é agosto de 2014.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (TSLE)

Os empreendimentos em implantação pela TSLE compreendem as LTs 525kV Nova Santa Rita – Povo Novo (281 km), Povo Novo – Marmeiro (154 km) e Marmeiro – Santa Vitória do Palmar (52 km), além das novas SEs Povo Novo 525/230kV – 672MVA, Marmeiro 525kV (com Síncrono 200MVar) e Santa Vitória do Palmar 525/138kV – 75MVA, e, também, a ampliação da SE Nova Santa Rita.

Este sistema de transmissão foi objeto do Leilão ANEEL 005/2012 (Lote A), e permitirá o escoamento da energia gerada pelas usinas eólicas no litoral do Rio Grande do Sul.

As obras nas subestações foram iniciadas entre março e julho de 2013, e as obras nas LTs foram iniciadas entre outubro e novembro de 2013.

As principais atividades realizadas se concentraram nas atividades de regularização fundiária, nas ações para obtenção dos licenciamentos (FEPAM e IPHAN), na execução dos programas ambientais, nas obras civis das SEs e LTs e na montagem das torres.

A previsão atual para conclusão do empreendimento (linhas e subestações) é agosto de 2014.

Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE)

Estratégicos para o Sul do país por reforçar o suprimento energético e dar mais confiabilidade ao atendimento do Rio Grande do Sul, os empreendimentos em implantação pela TSBE foram objeto do Leilão ANEEL 006/2011 (Lote A) e compreendem a LT 525kV Salto Santiago – Itá (188 km), LT 525kV Itá – Nova Santa Rita (307 km), LT 230kV Nova Santa Rita – Camaquã 3 (121 km), LT 230kV Camaquã 3 – Quinta (167 km) e SE Camaquã 3 230/69kV – 2x83MVA, além das adequações decorrentes nas SEs existentes onde tais LTs serão conectadas.

Ao longo de 2013, as principais atividades realizadas se concentraram nas atividades de regularização fundiária, nas ações para obtenção dos licenciamentos

(IBAMA, FEPAM e IPHAN), na execução dos programas ambientais, nas obras civis das SEs e LTs, na montagem das torres e dos equipamentos das SEs, e no lançamento de cabos das LTs.

As obras foram iniciadas entre fevereiro e abril de 2013, e a previsão atual para entrada em operação é início em janeiro e conclusão em abril de 2014.

7.3.3 Interligação Brasil-Uruguai

A ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 2.280/2010 de 23/02/2010, publicada no D.O. em 26/02/2010, autorizou a Eletrobras a importar e exportar energia mediante intercâmbio elétrico entre Brasil e Uruguai, nas modalidades, nas condições e em montantes que vierem a ser estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

A interligação do Brasil com o Uruguai compreende a construção de uma subestação 525/230 kV na região de Candiota-RS e de uma linha de transmissão de 525 kV, com 60 km, no lado brasileiro, interligada ao sistema de 525 KV uruguaio, visando a fortalecer a integração energética entre os dois países.

Por meio do contrato de cessão Nº 80112022, a Eletrobras cedeu parcialmente à Eletrosul os direitos e as obrigações (39,6% do valor do investimento deste empreendimento no Brasil) oriundos do contrato Nº ECE-554/2010, firmado entre Eletrobras e UTE - *Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas*. A parcela da Eletrosul compreende os ativos de transmissão relativos às linhas LT 525 KV Candiota – Melo, trecho brasileiro, e LT 230 KV Candiota – Presidente Médici. Além destes ativos, cabe à Eletrosul realizar a engenharia do proprietário, e a fiscalização de obras e contratos de todo o Empreendimento.

Em 2013, foram investidos cerca de R\$ 37,0 milhões no projeto “Interligação Elétrica Brasil-Uruguai”. As atividades em campo iniciaram em junho de 2013. Atualmente, estão em andamento a execução de acessos para as torres, conforme liberações fundiárias e ambientais, a melhoria de acessos existentes e de sinalização de acessos, a concretagem das fundações, a montagem das torres de transmissão e a instalação de cabos contrapeso. Os cabos condutores CCA 556,5 MCM e CAA 176,9 MCM já foram totalmente entregues no canteiro de obras e o lançamento ocorrerá no início de 2014.

7.3.4 Implantação do Plano Nacional de Banda Larga na Região Sul e MS

Em 15 de agosto de 2013, foi firmado o Contrato Nº 1205130015 de Parceria Técnico-Operacional e Comercial entre a Eletrosul e Telebras. Esta parceria busca a convergência das infraestruturas de telecomunicações das duas empresas com a expansão do “backbone” DWDM da Eletrosul dos atuais 8 canais de 10 Gbps para 40 canais de 40Gbps, totalizando uma capacidade 1600 Gbps, possibilitando acelerar a implantação do PNBL – Plano Nacional de Banda Larga na Região Sul do Brasil e no Estado do Mato Grosso do Sul, bem como atender as necessidades

prementes de infraestrutura de telecomunicações para a transmissão dos jogos da Copa do Mundo de 2014 na Região Sul.

A Eletrosul e Telebras transmitirão, por meio de sua infraestrutura, os jogos de três sedes da copa do mundo de 2014, Porto Alegre-RS, Curitiba-PR e Cuiabá-MT. Em 20 de dezembro de 2013, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) homologou, sem restrições, a celebração desse Contrato de Parceria. Esta rede de comunicação propiciará, também, as condições necessárias para uma maior integração da Eletrobras com suas controladas sem custo de investimento e operacional.

7.4 Comercialização

Em 2013, a Eletrosul atendeu plenamente os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), provenientes da venda da garantia física dos empreendimentos UHE Passo São João, UHE Mauá e UHE São Domingos.

No caso da UHE São Domingos, até a entrada em operação comercial das unidades geradoras, ocorrida em agosto de 2013, todo o lastro da energia e potência necessário para cumprir os CCEAR foi assegurado por contratos de compra de energia elétrica (CCVEE) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), firmados por meio de leilões públicos promovidos pela empresa.

Após longo período de negociação junto à ANEEL, a Eletrosul teve seu pleito reconhecido em relação à atenuação das regras do preço de repasse dos CCEAR, no caso de atraso da operação comercial, da UHE São Domingos. O êxito no processo permitiu a recuperação de R\$ 12,7 milhões relacionados à energia vendida da usina entre janeiro e fevereiro de 2013.

A partir de maio de 2013, o Complexo Eólico Cerro Chato foi integralmente incorporado pela Eletrosul. Por consequência, a gestão dos Contratos de Energia de Reserva (CER), com receitas mensais de R\$ 3,6 milhões, passou a fazer parte do portfólio da comercialização.

No decorrer do ano, a energia incentivada ganhou espaço, graças à entrada em operação comercial das PCH Barra do Rio Chapéu e PCH João Borges. Toda energia dos empreendimentos foi vendida por meio de leilões, o que garantiu receitas superiores a R\$ 22,3 milhões no ano. Salienta-se que a energia destes empreendimentos possui maior valor de venda, pelo fato dos compradores terem direito a desconto de 50% nas tarifas de distribuição ou transmissão.

7.5 Novos Negócios

No Leilão de Transmissão 007/2013-ANEEL, a Eletrosul arrematou os Lotes I e K com instalações de transmissão nos Estados do RS, SC e MS. O Lote I foi arrematado em parceria com a CEEE, sendo composto por duas linhas de

transmissão em 230 kV com extensão de 240km, interligando a SE Maçambará à SE Santo Ângelo e a SE Foz do Chapecó à nova SE Pinhalzinho. Além disso, caberá à Eletrosul e CEEE a ampliação da SE Santa Maria. O Lote K foi arrematado pela Eletrosul e se constituirá em uma concessão para a implantação da SE Ivinhema – 230 kV. O valor total do investimento nos referidos empreendimentos será de, aproximadamente, R\$ 210 milhões, a se realizar nos próximos três anos.

No âmbito do Leilão A-3 n.º 009/2013, a Eletrosul, em parceria com a Renobrax, obteve êxito na comercialização da energia de 15 parques eólicos com potência instalada total de 250 MW, localizados nos municípios de Santa Vitória do Palmar, Chuí e Sant’Ana do Livramento. O valor a ser investido para a implantação dos parques nos anos de 2014 e 2015 alcança R\$ 1,2 bilhões.

Três novas autorizações para novos negócios foram obtidas pela Eletrosul este ano. A primeira trata da instalação de dois bancos de capacitores 230 kV - 2x100 MVar na SE Joinville Norte. Foi autorizada por meio da REA N° 3.915/2013, publicada em 26/02/2013. A segunda cuida da instalação do 3º Autotransformador Trifásico 230/138 kV - 50 MVA, na SE Foz do Chapecó, formalizada pela REA N° 4.056/2013, publicada em 15/05/2013. Ambas as instalações incluem seus respectivos módulos de conexão, no arranjo barra dupla a quatro chaves.

Já a REA N° 3.915/2013, publicada em 24/09/2013, autoriza o seccionamento da LT 138 kV Araquari-Hyosung – Joinville GM – e a implantação de duas entradas de linha 138 kV na SE Joinville Santa Catarina, arranjo barra principal e transferência.

8. DIMENSÃO SOCIAL

A Eletrosul, almejando o desenvolvimento sustentável da sociedade, promove ações que têm impacto positivo sobre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades das áreas de atuação da empresa, sempre pautada em sua Política de Investimento Social, que determina as diretrizes e os focos de atuação de seus investimentos.

Convicta de que Responsabilidade Social é um dos marcos de uma política empresarial baseada em integridade, igualdade e inclusão social, e buscando alcançar os objetivos de inserção e melhor relacionamento da empresa com a sociedade e a comunidade de entorno, a Eletrosul amplia o alcance de seus compromissos mediante o desenvolvimento de diversos programas, com foco em educação em conservação de energia elétrica, promoção de arte regional, educação para acesso ao mercado de trabalho, desenvolvimento de atividades esportivas, desenvolvimento tecnológico e de infraestrutura das comunidades, valorização de profissionais terceirizados, voluntariado corporativo, geração de trabalho, renda e inclusão social.

A Eletrosul apoia formalmente duas iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU): Metas do Milênio e Pacto Global (*Global Compact*), comprometendo-se com princípios básicos de defesa dos direitos humanos, direitos do trabalho, proteção do meio ambiente e combate à corrupção.

8.1 Público Interno

Em 2013, o quadro de pessoal efetivo da Eletrosul contava, ao final do período, com um total de 1.343 profissionais. Foram readmitidos 46 empregados anistiados de acordo com a Lei da Anistia, Nº 8.878, de 11/05/1994. Segundo a Orientação Normativa MPOG/RH nº 4 de 09/07/2008, a readmissão dos empregados anistiados não onera o limite de 1.672 vagas estabelecido pela Portaria MP Nº 19 de 28/12/2006 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST). Dessa forma, o índice de ocupação do limite de vagas da empresa em 2013 foi de 80,32% do total estabelecido.

A Eletrosul reserva, no processo do Concurso Público, 5% do quadro de vagas para pessoas com deficiência. Paralelamente, a empresa desenvolve o Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência (PAPD), com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de empregados e dependentes, atendendo às necessidades biopsicossociais e financeiras decorrentes do tratamento de saúde dessas pessoas. Atualmente, são atendidas pelo programa 72 pessoas com deficiência. Deste público, 17 pessoas estão relacionadas a empregados que se desligaram pelo Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), o qual contempla a possibilidade de uso do Plano de Saúde da empresa e ao PAPD por até cinco anos.

Em 2013, ocorreram 198 desligamentos entre os empregados, sendo 2 falecimentos, 8 pedidos de demissão, 4 aposentadorias por invalidez e 184

integravam o PID. Com relação aos 4 aposentados por invalidez, cabe esclarecer que a Lei trabalhista impede que a empresa rescinda o contrato de trabalho, porém deixa-se de contabilizá-los nos relatórios, pois não são mais empregados ativos. Dessa forma, considerando não ter ocorrido novas admissões no quadro de empregados, a taxa de rotatividade do quadro efetivo da empresa no período ficou em 7,37%. Já entre os anistiados, ocorreu 1 desligamento em decorrência de aposentadoria por invalidez. Os 13 empregados requisitados de outros órgãos em atuação na Eletrosul foram alocados em áreas estratégicas de forma a colaborar com os desafios e as metas da empresa (**GRI LA1; LA2**). O quadro a seguir apresenta a evolução do número de empregados nos três últimos exercícios:

Quadro Funcional	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2013
Empregados	1.555	1.546	1.343 (*)
Empregados Anistiados (Lei N° 8.878/94)	121	204 (*)	249
QUADRO DE EMPREGADOS	1.676	1.750	1.592
(+) Admissões	83	9	0
(+) Readmissões de Empregados Anistiados (Lei N° 8.878/94)	9	87 (*)	46
(-) Desligamentos	134	18	198
(-) Desligamentos Anistiados	0	4	1
VARIAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL	(42)	74	(153)

Quadro 24: Evolução do número de empregados.

(*) Observação Quadro 24: O número de empregados anistiados de 2012 foi revisto em relação ao anteriormente informado, tendo em vista a não consideração de 1 readmissão no ano e ter sido computado equivocadamente no quadro de 31/12/2012, 2 empregados desligados no mês de dezembro daquele ano.

A distribuição dos empregados ativos, por região, está apresentada no quadro abaixo:

Empregados Ativos	Por região			
	Sul	Centro-Oeste	Norte	Total
Quadro Efetivo	1.270	50	23	1.343
Estagiários	182	5	0	187
Jovem Aprendiz	27	8	0	35

Quadro 25 - Distribuição dos empregados ativos, por região.

O quadro a seguir apresenta a distribuição dos empregados efetivos desligados, por região.

Empregados efetivos desligados			
Por região	Sul	Centro-Oeste	Norte
	181	14	3
Por Gênero	Feminino		Masculino
	33	165	

Quadro 26 - Distribuição dos empregados efetivos desligados, por região.

A taxa de rotatividade, por região, gênero e faixa etária, está apresentada no quadro apresentado:

Taxa de rotatividade (somente empregados efetivos)			
Região	Sul	Centro-oeste	Norte
	7,13%	14,00%	6,52%
Gênero	Feminino	Masculino	
	6,99%		7,45%
Faixa etária	0 a 29	30 a 50	Acima de 50
	1,40%	0,62%	35,06%

Quadro 27 - taxa de rotatividade, por região, gênero e faixa etária.

A composição dos empregados da empresa e do órgão de governança apresenta-se abaixo (**GRI LA13**):

Dados quantitativos		2013
1. Número de empregados (por categoria funcional)		
a) Cargos gerenciais		102
b) Cargos com nível superior		484
c) Cargos sem nível superior		757
2. Empregados permanentes por categoria funcional		
Cargos com nível superior – Feminino		137
Cargos com nível superior – Masculino		347
Cargos gerenciais – Feminino		11
Cargos gerenciais – Masculino		91
Cargos sem nível superior – Feminino		88
Cargos sem nível superior – Masculino		669
3. Empregados abaixo de 30 anos (sem incluir 30 anos)		
Feminino		34
Masculino		73
4. Empregados entre 30 e 50 anos (inclui 50 anos)		
Feminino		156
Masculino		819
5. Empregados acima de 50 anos		
Feminino		46
Masculino		215
6. Composição do órgão de governança – faixa etária		
a) Abaixo de 30 anos		0
b) Entre 30 e 50 anos		5
c) Acima de 50 anos		8
7. Composição do órgão de governança – gênero		
Feminino		4
Masculino		9

Quadro 28 - Composição dos empregados da empresa e do órgão de governança.

As informações que identificam os grupos minoritários da empresa estão apresentadas abaixo:

Grupos Minoritários - Dados Quantitativos		2013
1. Empregados em cargos gerenciais		
Acima de 50 anos – Feminino		2
Acima de 50 anos – Masculino		20
Amarelos – Feminino		0
Amarelos – Masculino		1
Indígenas – Feminino		0
Indígenas – Masculino		0
Negros – Feminino		1
Negros – Masculino		0
Pardos – Feminino		0

Pardos – Masculino	4
Pessoas com deficiência – Feminino	0
Pessoas com deficiência – Masculino	0
2. Empregados em cargos com nível superior	
Acima de 50 anos – Feminino	17
Acima de 50 anos – Masculino	60
Amarelos – Feminino	1
Amarelos – Masculino	8
Indígenas – Feminino	0
Indígenas – Masculino	0
Negros – Feminino	4
Negros – Masculino	9
Pardos – Feminino	1
Pardos – Masculino	9
Pessoas com deficiência – Feminino	0
Pessoas com deficiência – Masculino	1
3. Empregados em cargos sem nível superior	
Acima de 50 anos – Feminino	27
Acima de 50 anos – Masculino	135
Amarelos – Feminino	0
Amarelos – Masculino	3
Indígenas – Feminino	0
Indígenas – Masculino	3
Negros – Feminino	2
Negros – Masculino	13
Pardos – Feminino	4
Pardos – Masculino	50
Pessoas com deficiência – Feminino	3
Pessoas com deficiência – Masculino	17
4. Composição do órgão de governança	
Empregados acima de 50 anos	8
Mulheres	4
Negros, amarelos, pardos e indígenas	0
Pessoas com deficiência	0

Quadro 29 – Grupos Minoritários

Em 2013, considerando os empregados do quadro efetivo e o critério de apuração de horas trabalhadas, o total foi de 3.008.004 horas-homem. A Taxa de Absenteísmo por Saúde foi registrada em 2,33%, o índice de Frequência (Lesões) foi igual a 4,93, e o índice de Gravidade foi de 102, observando-se que houve uma ocorrência de doença ocupacional (**GRI LA7**).

A proporção entre o menor salário praticado pela empresa (R\$ 2.387,24) e o salário mínimo nacional (R\$ 678,00) foi de 3,52 vezes, em 2013. Em relação ao salário base médio praticado na empresa, essa proporção é de 8,95 vezes (**GRI EC5**).

Os valores de remuneração e salário-base apresentados nos Quadros 30 a 35 a seguir, referem-se ao quadro efetivo de empregados.

O perfil da remuneração, considerando a proporção de remuneração de mulheres para homens de acordo com a categoria funcional, está apresentado a seguir (**GRI LA14**).

Perfil de remuneração por categoria funcional	
Proporção entre a remuneração de mulheres em relação aos homens	2013
Cargo gerencial	96,84%
Cargo com nível superior	79,75%
Cargo sem nível superior	84,06%

Quadro 30: Perfil de remuneração, por categoria funcional.

Perfil de remuneração, considerando o salário base, por categoria funcional	
Proporção entre o salário base médio de mulheres em relação aos homens	2013
Cargo gerencial	104,49%
Cargo com nível superior	90,80%
Cargo sem nível superior	99,75%

Quadro 31: Perfil de remuneração, considerando o salário base, por categoria funcional.

O perfil da remuneração, por faixa de salários no período de 2011 a 2013 e por gênero, está apresentado abaixo:

Perfil de remuneração, por faixa de salários, no período de 2011 a 2013			
% de empregados em cada faixa de salários	2011	2012	2013 (*)
Até R\$ 1.600,00	0 %	0 %	0%
De R\$ 1.600,01 a R\$ 3.200,00	16,92%	12,23%	4,91%
De R\$ 3.200,01 a R\$ 6.400,00	67,05 %	68,31 %	68,43%
De R\$ 6.400,01 a R\$ 9.000,00	6,63 %	8,93 %	16,01%
Acima de R\$ 9.000,00	9,40 %	10,54 %	10,65%

Quadro 32: Perfil de remuneração, por faixa de salários, no período de 2011 a 2013.

Perfil de remuneração, por faixa de salários e por gênero		
Porcentagem de empregados em cada faixa – por gênero	2013	
Até R\$1.600,00	Homem	0%
	Mulher	0%
De R\$1.600,01 a R\$3.200,00	Homem	3,35%
	Mulher	1,56%
De R\$3.200,01 a R\$6.400,00	Homem	56,89%
	Mulher	11,54%
De R\$6.400,01 a R\$9.000,00	Homem	12,88%
	Mulher	3,13%
Acima de R\$9.000,01	Homem	9,31%
	Mulher	1,34%

Quadro 33: Perfil de remuneração, por faixa de salários e por gênero

Perfil de remuneração, por faixa de salários, no período de 2011 a 2013 (R\$)			
Por categoria (salário-base médio nos anos decorrentes)	2011	2012	2013
Cargos de diretoria	29.616,32	31.687,69	33.886,65
Cargos gerenciais	13.884,99	14.525,65	14.027,90
Cargos universitários	5.946,89	6.717,45	6.777,08
Cargos não universitários	3.840,54	4.337,78	4.540,89

Quadro 34: Perfil de remuneração, por categoria no período de 2011 a 2013.

Por categoria funcional – salário-base médio no ano corrente (R\$)	2013
Cargos de diretoria	Homem
	Mulher
Cargos gerenciais	Homem
	Mulher
Cargos universitários	Homem
	Mulher
Cargos não universitários	Homem
	Mulher

Quadro 35: Perfil de remuneração, por categoria e por gênero.

A Eletrosul tem a prática de respeitar a livre associação sindical e de categoria para realização de Acordos Coletivos de Trabalho, em conformidade com a legislação vigente (**GRI HR5**). A totalidade dos empregados é abrangida por acordos de negociação coletiva (**GRI LA4**).

A empresa contrata seguindo a Cláusula de Acordo Coletivo de Trabalho, em que se compromete a discutir previamente com os sindicatos signatários eventuais alterações das normas internas incorporadas aos Contratos Individuais de Trabalho dos Empregados que, porventura, venham a implicar em diminuição das vantagens já adquiridas, observando-se a legislação vigente. Contudo, na referida cláusula, não há prazo mínimo para notificação (**GRI LA5; LA9**).

8.2 Profissionais Terceirizados

Para manter maior foco em seus negócios, a Eletrosul terceiriza os serviços de limpeza, vigilância, jardinagem, recepção, copa e outras atividades de caráter continuado que não são atendidas pelo Plano de Carreira e Remuneração da empresa. Em 2013, esses tipos de serviços estavam sob a responsabilidade de 543 profissionais, que não são considerados para o cômputo do quadro de empregados da empresa (**GRI LA1**).

Nos contratos firmados entre a Eletrosul e as empresas prestadoras de serviços são incluídas cláusulas que preveem a obrigatoriedade do cumprimento da legislação relacionada à saúde ocupacional e segurança do trabalho, sendo realizado acompanhamento sistemático das ações previstas no Programa Terceira de Primeira (3D1), que tem como objetivo assegurar o respeito e a proteção à saúde,

bem como a integridade dos trabalhadores das empresas contratadas. Por intermédio do programa, busca-se atuar nos fatores de risco, promovendo melhoria contínua em saúde, segurança, relações interpessoais e qualidade de vida (**GRI EU16**).

Outras ações de natureza socioeducativa foram desenvolvidas junto aos profissionais terceirizados, em parceria com o Programa 3D1, seguem algumas das atividades:

- Palestra “Aprenda uma nova língua: comunique-se com as mãos”, sensibilizando sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais;
- 22ª edição do Seminário do Programa de Prevenção e Tratamento à Dependência do Álcool e outras Drogas (PRAD);
- Palestra “Cigarro não combina com a saúde do planeta. Nem com a sua”, ministrada pelo psiquiatra Nelson Cardoso;
- Palestra sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), promovida pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) de Campo Grande;
- Palestra “Saúde mental e qualidade de vida”, proferida pelo doutor em Neurociências, professor Ubirajara Duarte dos Santos, realizada durante a Semana de Qualidade de Vida;
- Palestra sobre Planejamento Familiar, ministrada pela ginecologista e obstetra Karoline Soares, realizada durante a Semana de Qualidade de Vida;
- Workshop “Mecânica Rosa Graxa”, ministrada pelo mecânico instrutor Sérgio Aliano Cuadro com o objetivo de orientar os motoristas sobre como identificar problemas mecânicos, manter o veículo em boas condições e prevenir acidentes;
- Palestra “Exercício físico e a saúde da mulher”, ministrada pela educadora física Juliana Campos, realizada durante a Semana Interna de Prevenção de Acidente no Trabalho (SIPAT) na Sede.

Ainda em 2013, foram realizados atendimentos do Serviço Social e de Saúde para profissionais terceirizados, especialmente os da Sede da empresa.

Destaca-se, também, a conclusão do Projeto de Elevação do Nível de Escolarização dos profissionais Terceirizados da Sede, parceria da Eletrosul com a Secretaria de Estado da Educação, por meio do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), no qual 17 participantes receberam diploma de conclusão do Ensino Fundamental. A proposta foi de oferecer uma oportunidade de acesso à educação básica e ampliar o nível de escolaridade entre aqueles que, por alguma razão, tiveram que abandonar os estudos. As aulas aconteceram dentro da empresa durante o horário de expediente. O projeto surgiu a partir de pesquisas realizadas por estudantes de Serviço Social, que estagiaram na Eletrosul com supervisão de profissionais da área de Gestão de Pessoas dentro do Programa 3D1 (**GRI EU17; EU18**).

8.3 Treinamento e Desenvolvimento

Em 2013, a área de Educação Corporativa na Eletrosul teve como destaque as seguintes atividades educacionais (**GRI EU14**):

- Planejamento de Desenvolvimento de Equipes (PDEquipe) – ações educacionais com o objetivo de consolidar a capacitação e o desenvolvimento dos empregados em competências críticas afetas à área;
- Processo de Certificação dos Técnicos e Assistentes da Manutenção, Proteção e Apoio à Operação, com vistas à qualificação desses profissionais para execução de atividades de apoio à operação do sistema. O Processo teve início em 2012 e foi concluído em outubro/2013. Execução das ações educacionais integrantes do Programa de Atendimento às Situações de Emergência (PASE) da Eletrosul, com capacitação dos empregados que atuam nas áreas de manutenção e operação nas competências de Brigada de Emergência, Socorristismo e Resgate em Altura;
- Implementação do Programa de Valorização do Empregado Educador Unificado para as empresas Eletrobras. Foram realizadas três turmas do Curso de Capacitação para Empregado Educador, visando à preparação de recursos humanos para realização de ações educacionais;
- Implementação do Programa de Capacitação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com o objetivo de promover acessibilidade da pessoa surda, enquanto Responsabilidade Social da Eletrosul, por meio da realização de cursos de LIBRAS para empregados, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, com vistas a adequar a empresa ao disposto no Decreto N° 5.626/2005.

O Quadro a seguir apresenta o número de cursos de Socorristismo e Brigada de Incêndio realizados em 2013:

Curso	Turmas	Horas/Turma	Total
Socorristo	10	40	400
Brigada de incêndio	3	16	48
Brigada de incêndio	6	40	240
Socorristo e resgate em torres de Telecom	1	24	24
Socorristo e resgate em linhas e torres de transmissão	3	24	72

Quadro 36: Número de cursos de Socorristismo e Brigada de Incêndio realizados em 2013.

Os indicadores de treinamento no período de 2012 e 2013, apontando a variação entre os dois exercícios, estão apresentados a seguir (**GRI LA10; LA11**):

Indicadores	2012	2013	Variação %
Empregados Treinados	1.427	1.244	-12,82%
Homem-Hora Treinado	121.248	77.195	-36,33%
Média de Horas de Treinamento	85	62	-27,00%
Índices de Empregados Treinados (%)	93%	81%	-12,46%
Força de Trabalho Treinada (%)	4,1%	2,39%	-41,66%
Investimento Total (R\$ mil)	2.833	1.258	-55,59%
Valor Médio Investido por Empregado (R\$)	2.000	823	-58,84%

Quadro 37: Indicadores de treinamento no período de 2012 e 2013.

Nota 1: Para o cálculo dos indicadores de Educação Corporativa, é considerado o total de empregados que estiveram na empresa ao longo do ano de 2013, incluindo os diretores e requisitados.

Nota 2: A diminuição do investimento em treinamentos na Eletrosul, em 2013, deveu-se à maior utilização de instrutores internos, principalmente em virtude da implantação do Programa de Valorização do Empregado Educador que, além do reconhecimento e da

valorização dos empregados que ministram treinamentos, contribui com a racionalização da aplicação dos recursos financeiros da empresa.

A média de horas de treinamento, por categoria funcional, no período no período de 2012 e 2013, apontando a variação entre os dois exercícios, está apresentada no quadro:

Média de horas de treinamento			
Categoria Funcional	2012	2013	Variação %
Cargos de diretoria	64	8,7	-86,46
Cargos gerenciais	185,1	85,5	-53,79
Cargos universitários	83,3	70,8	-15,07
Cargos não universitários	70,6	53,5	-24,20

Quadro 38: Média de horas de treinamento no período de 2012 e 2013.

Programa de Orientação para a Aposentadoria

O Programa de Orientação para a Aposentadoria (POPA) é um instrumento de gestão de pessoas e de sucessão profissional permanente que oportuniza aos empregados um processo de orientação para uma nova etapa de vida (pós-carreira) que é a de “estar aposentado”. Os objetivos do programa são construir espaços de suporte psicossocial às múltiplas dimensões da aposentadoria e estabelecer relações de ajuda à (re)construção de projetos de vida na aposentadoria.

Em 2013, os empregados em fase de pré-aposentadoria foram convidados a participar de uma videoconferência na Sede, com transmissão para as áreas descentralizadas, com o tema “Aposentadoria – uma nova etapa de vida”. A atividade contou com a participação de, aproximadamente, 45 empregados da Sede e teve como objetivo refletir sobre os impactos da transição de uma vida de trabalho regular para a aposentadoria e sobre a importância de se preparar para novos hábitos de vida. Ainda, a atividade oportunizou uma reflexão de que a vida não termina com a aposentadoria, sendo necessário adotar atitudes inovadoras e criativas, de forma a encarar esse período como uma rica e promissora travessia de uma etapa para outra, e não como o fim do caminho.

Ainda, em 2013, buscando acompanhar o processo de desligamento dos empregados inscritos pelo Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), foram realizadas pelo Serviço Social e Psicologia entrevistas com todos os empregados inscritos e que se desligaram da empresa no decorrer deste ano, visando refletir sobre a trajetória profissional e oferecer suporte psicossocial de ajuda a essa fase de transição. Além das entrevistas, foi criado um fórum de discussão, “Ir de vento em POPA”, com o objetivo de disponibilizar um espaço no qual os empregados pudessem trocar informações e refletir sobre questões relacionadas à aposentadoria, bem como exercícios vivenciais relacionados ao tema.

DESTAQUE - Adesão ao PID

Criado pela Eletrobras como uma das ações para adaptação ao novo cenário que se estabeleceu para o setor elétrico a partir da Lei Nº 12.783, o Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), teve na Eletrosul a adesão de 184 empregados e desligou a primeira turma em maio e a segunda em dezembro de 2013. No segundo semestre de 2014 ocorrerá o desligamento da última turma.

O plano está alinhado às ações empresariais de valorização das pessoas e à política de gestão de pessoas, de reconhecimento e sucessão profissional. As ações contidas nele confirmam o compromisso social da empresa com seus empregados, gerando satisfação e motivação, melhoria do clima organizacional, das relações interpessoais e dos resultados empresariais, na medida em que esses trabalhadores em fase de aposentadoria participam e contribuem com sugestões de melhorias do ambiente empresarial.

O quadro apresenta o número de beneficiados com o PID no ano de 2013 (**GRI EU15**).

Plano de Incentivo ao Desligamento - PID	2013
Número de beneficiados	184

Quadro 39: Número de beneficiados com o PID no ano de 2013.

O planejamento para aposentadoria dos empregados da Eletrosul está mapeado e definido considerando o quadro de empregados (Diretor Empregado, Empregados, Cédidos e Empregados Anistiados/Reintegrados) da empresa, conforme apresentado a seguir (**GRI EU15**):

Empregados por categoria funcional que podem se aposentar nos próximos 5 anos (%)	
Cargo gerencial	23,53%
Cargos com exigência de nível universitário	13,67%
Cargos sem exigência de nível universitário	28,44%
Empregados por categoria funcional que podem se aposentar entre 6 e 10 anos (%)	
Cargo gerencial	31,37%
Cargos com exigência de nível universitário	8,78%
Cargos sem exigência de nível universitário	18,52%
Empregados que podem se aposentar nos próximos 5 anos por região (%)	
Região Centro-Oeste	25,49%
Região Norte	43,48%
Região Sul	22,21%
Empregados que podem se aposentar entre 6 e 10 anos por região (%)	
Região Centro-Oeste	15,69%
Região Norte	17,39%
Região Sul	15,93%

Quadro 40: Planejamento para a aposentadoria

8.4 Plano de Carreira e Remuneração (PCR)

O PCR é parte integrante do Modelo de Gestão Integrada de Pessoas das empresas Eletrobras, e a concepção metodológica adotada no desenvolvimento do PCR foi baseada no conceito de Competências e Resultados, sendo estes os orientadores da evolução dos empregados nas respectivas carreiras, observando-se o alinhamento com o Plano Estratégico da empresa. As competências subsidiam todos os processos de Gestão de Pessoas, tais como Carreira, Educação Corporativa, Captação, Planejamento de Recursos Humanos, Remuneração e Avaliação de Desempenho.

8.5 Benefícios

Em 2013, a Eletrosul investiu R\$ 79,5 milhões em benefícios para todos os seus empregados diretos e dependentes, dos quais se destacam auxílio-creche, auxílio-babá, auxílio-educação, autodesenvolvimento, auxílio-funeral, auxílio alimentação, vale-transporte, plano de saúde (assistência médica e odontológica), licença maternidade, Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS) – Fundo de Aposentadoria e seguro de vida em grupo. É importante ressaltar que a empresa não diferencia os benefícios oferecidos para empregados com carga horária diferenciada, nível hierárquico ou cargo. Em linha com os valores da empresa, os direitos relacionados à maternidade são tratados com a devida importância (**GRI LA3**).

Em 2013, 9 empregadas tinham direito à licença-maternidade (e gozaram dela), das quais todas retornaram à atividade laboral e permaneceram no cargo. No mesmo sentido e com 100% dos resultados, 39 homens gozaram da licença-paternidade, retornando e permanecendo no trabalho.

No que se refere à licença-maternidade estendida, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) determina que a prorrogação da licença-maternidade seja garantida desde que a empregada apresente requerimento à área de Gestão de Pessoas até o final do primeiro mês após o parto, sendo concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade. Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito a sua remuneração integral (**GRI LA15**).

A participação financeira dos empregados nos custos dos programas constantes no Plano de Saúde é específica para cada sistema de utilização, seja credenciamento seja reembolso, conforme segue:

- a) No sistema de credenciamento, a empresa participa financeiramente com 80% das despesas e o empregado participa financeiramente com 20% das despesas;
- b) No sistema de reembolso, a participação financeira da empresa varia de acordo com o salário-base do empregado em relação ao menor salário da tabela e o número de seus dependentes, conforme os percentuais de tabela específica, aplicados sobre o valor das despesas apresentadas ou até o preço máximo das Tabelas de Serviços.

8.6 Sistema de Gestão do Desempenho (SGD)

Implantado em 2011, o SGD unificou o sistema para todas as empresas Eletrobras e está estruturado em dois blocos distintos de avaliação: Competências e Resultados. Atualmente, são avaliadas apenas as competências gerais vinculadas aos cargos amplos. No que diz respeito aos resultados, foram estabelecidas metas empresariais e de equipe alinhadas às estratégias empresariais (**GRI LA12**).

Na Etapa de Planejamento do ciclo de 2013, foram estabelecidas as metas, objeto do processo avaliativo. Logo após, deu-se início à Etapa de Acompanhamento do SGD, seguida pela Etapa de Avaliação. O ciclo de gestão do desempenho finaliza-se com a Etapa de Desenvolvimento, prevista para ocorrer entre janeiro e março/2014.

8.7 Programas de preparação para o mercado de trabalho

A Eletrosul, consciente de sua responsabilidade social, desenvolve programas de preparação de jovens para o mercado de trabalho, dentre os quais, se destacam:

- a) Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado de Santa Catarina (SENAI) que, no ciclo 2013, capacitou 35 jovens, representando um investimento de R\$ 400.086,47; e
- b) Programa Estágio Curricular, destinado ao aprimoramento de estudantes regulamente matriculados e com frequência efetiva nos cursos de Ensino Médio, Técnico ou Superior, que beneficiou, em 2013, 187 estudantes com um investimento de R\$ 661.070,28.

8.8 Pesquisa de Clima Organizacional

O Programa de Gestão do Clima Organizacional é uma ferramenta para diagnosticar o grau de satisfação dos empregados, e seus resultados podem subsidiar o desenvolvimento de competências organizacionais, a análise situacional das relações de trabalho que interferem na produtividade, o fortalecimento de aspectos motivadores, o potencial criativo e o produtivo dos empregados.

Em 2013, realizou-se a III Pesquisa Unificada de Clima Organizacional das empresas Eletrobras, que foi aplicada de forma censitária no mês de novembro. Participaram da pesquisa 853 empregados, correspondendo a 57,9% do quadro.

A pesquisa foi composta por 70 assertivas que avaliaram as seguintes dimensões e fatores:

Clima

Ambiente de Trabalho

- ✓ Condições de Trabalho
- ✓ Segurança e Saúde Ocupacional
- ✓ Clareza Organizacional
- ✓ Comunicação
- ✓ Imagem Institucional
- ✓ Sustentabilidade

Filosofia de Gestão

- ✓ Carreira e Remuneração
- ✓ Educação Corporativa
- ✓ Reconhecimento

Gestão de Pessoas

- ✓ Identidade
- ✓ Liderança
- ✓ Relacionamento Interpessoal

Motivação

Figura 1: Pesquisa de Clima Eletrosul

A análise do resultado da III Pesquisa Unificada de Clima Organizacional das empresas Eletrobras deve ser concluída ainda no primeiro trimestre de 2014, a qual será base de elaboração de proposição de um Plano de Ação.

8.9 Saúde e Segurança

No que diz respeito à gestão de saúde, a Eletrosul atua em duas grandes frentes perante seus empregados, considerando os contextos de saúde ocupacional e assistencial.

Na gestão de saúde ocupacional, que compreende segurança do trabalho, bem-estar social e qualidade de vida, a empresa desenvolve um trabalho que visa à preservação da integridade, do bem-estar das pessoas, relações interpessoais e clima organizacional favoráveis à saúde e ao crescimento pessoal, profissional e organizacional.

Para tanto, é desenvolvido o Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social/Funcional (PESSOAS). Esse plano engloba atividades de prevenção por meio da supervisão e do acompanhamento de segurança, de saúde e psicossocial das equipes operacionais, bem como programas focados no condicionamento físico, gestão da ergonomia e outros, como Programa Saúde é Vida, PRAD, PAPD, Programa 3D1 – Terceira de Primeira (gestão de segurança e saúde de empregados terceirizados), Programa de Qualidade de Vida e PASE (**GRI LA8**).

Cabe ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), entre outras responsabilidades: zelar pelo cumprimento de leis, normas, regulamentos atendendo a legislação vigente; propor e criar estratégias e intervenções para mudanças nas condições de trabalho; analisar, controlar e diminuir fatores de riscos físicos, químicos, biológicos, situacionais e humanos que possam causar danos à saúde e à segurança; promover saúde, e bem-estar físico, mental e social em toda a sua integridade, observando as especificidades das dimensões humanas e assessorar a empresa nas questões relativas à segurança, saúde ocupacional, clima organizacional, relacionamento humano, entre outros.

Em 2013, foram renovadas as 17 CIPAS e mantido o Comitê Permanente da NR-10, que têm o objetivo de discutir a adequação em toda a empresa do dispositivo legal relativo à segurança nos serviços em instalações elétricas. Em sua totalidade, os empregados estão representados nas comissões de saúde e segurança (**GRI LA6**).

Com o intuito de garantir a segurança em sua cadeia de negócio, a Eletrosul exige a informação dos índices de acidentes para as empresas contratadas e os prestadores de serviço (**GRI EU16**).

Dentre as ações desenvolvidas em 2013, destacam-se o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). No PPRA, são identificadas, avaliadas e neutralizadas as possibilidades de risco de acidentes/doenças e/ou condições desfavoráveis no processo e/ou ambiente de trabalho, tornando-as conhecidas dos empregados, e adotadas as medidas necessárias a um ambiente laboral seguro e saudável. Por ocasião do levantamento dos riscos ambientais, os empregados são solicitados a trocar informações sobre os métodos e processos de trabalho.

Outra forma de participação dos empregados se dá na elaboração/atualização dos mapas de riscos realizados pelas CIPAS, e, ainda, por intermédio da revisão global dos PPRA, realizada anualmente pela equipe de Segurança do Trabalho em todos os estabelecimentos. No Quadro 41, estão apresentados os indicadores de Segurança do Trabalho da Eletrosul em 2013 (**GRI LA7**).

DESCRÍÇÃO	
Número total de acidentes de trabalho com empregados (*)	12
Total de acidentes típicos	12
Acidente Fatal	0
Acidentados típicos da empresa sem afastamento	8
Total de acidentados de trajeto da empresa com afastamento	1
Total de acidentados de trajeto da empresa sem afastamento	2
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano 2013	1
Número total de dias perdidos em função de acidentes	249
Acidentes que resultaram em mutilações ou outros danos à integridade física e/ou prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%)	0
Índice TF (taxa de Frequência) total da empresa no período, para empregados	4,93
Índice TG (taxa de Gravidade) total da empresa no período, para empregados	102

Quadro 41: Indicadores de Segurança do Trabalho da Eletrosul em 2013.

(*) No Número total de acidentes de trabalho com empregados, são considerados apenas os acidentes típicos da empresa com afastamento e acidentes fatais (não houve). As informações do quadro acima são tratadas em tópicos específicos, não considerando o somatório dos tipos acidentes para compor o total de acidentes.

Em 2013, a Eletrosul firmou sua adesão ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, junto ao Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC). O Programa Trabalho Seguro, coordenado nacionalmente pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, tem como proposta central o desenvolvimento de ações permanentes voltadas à saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST).

Dentro do Programa Trabalho Seguro, foram adotadas estratégias de divulgação do programa aos empregados da Eletrosul, utilizando os meios de comunicação corporativos e programas da área de Saúde e Segurança do Trabalho para divulgar os objetivos e as diretrizes da Política Nacional. Ainda, foi realizada videoconferência sobre “Trabalho Seguro e Qualidade de Vida”, atividade que abriu a programação da Semana de Qualidade de Vida em Outubro de 2013.

A Eletrosul participou da Revista Trabalho Seguro em Santa Catarina (SC), edição 2013, com a matéria “Eletrosul: referência no cuidado das pessoas”, como destaque às boas práticas dos parceiros. Além disso, por intermédio de profissionais da equipe do SESMT, a empresa participou das reuniões dos parceiros do Programa Trabalho Seguro em Florianópolis.

DESTAQUE - Eletrosul adere ao programa Trabalho Seguro

A adesão ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho reforça o compromisso da empresa em aprimorar as ações já desenvolvidas nas áreas de segurança e saúde ocupacional que abrangem todos os seus estados de atuação.

Foi realizada, também, Campanha de Segurança do Trânsito, por meio de informações eletrônicas, cartazes, adesivos no interior de veículos da empresa e na entrada do edifício da Sede. Frases afirmativas relacionadas ao Programa Trabalho Seguro foram enviadas eletronicamente em *pop-ups* em cada estação de trabalho.

Plano de Atendimento às situações de Emergência (PASE)

O PASE tem a finalidade de aprimorar os procedimentos atuais e estabelecer um padrão de atendimento pré-hospitalar em situações de emergência e, também, um plano de ação para capacitação e aperfeiçoamento dos empregados para atendimento de primeiros socorros.

Para tanto, estão sendo desenvolvidos estudos e trabalhos voltados ao estabelecimento de protocolos de resgate e orientação em circunstâncias de emergência, como socorristismo e resgate em altura em linhas de transmissão, torres de telecomunicações, espaços confinados, aerogeradores, usinas, subestações e canteiro de obras da empresa e formação de brigadas de emergência. O projeto disponibilizará indicações de rotas de fuga e saídas de emergência, análise de sistemas preventivos anti-incêndio, georreferenciamento de hospitais por níveis de complexidade, indicação dos meios de comunicação mais apropriados nas emergências e definição dos *kits* de primeiros socorros, incluindo um sistema informatizado para dar suporte técnico às equipes durante as ocorrências e uma

versão para dispositivos móveis, agregando maior agilidade e efetividade aos atendimentos.

O PASE, cuja implantação definitiva deverá ocorrer até o final de 2014, está sendo elaborado com base nas diretrizes das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, e em protocolos internacionais de atendimento a emergências, analisando a realidade, as diversas funções e especificidades da Eletrosul, e tem abrangência para todas as áreas da empresa.

8.10 Previdência Complementar

A Eletrosul é patrocinadora da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Elos), entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo básico a complementação de aposentadoria de seus empregados. As contribuições e as responsabilidades da patrocinadora são paritárias com as dos participantes, nos termos da legislação vigente.

Além do Plano de Benefício Definido (BD), existente desde a criação da Elos e que busca a complementação de aposentadoria com base no salário real médio dos últimos 36 meses de atividade do empregado, em relação ao valor do benefício de aposentadoria da Previdência Oficial, em 2010 teve início o processo de adesão a um novo tipo de Plano, na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Plano CD consiste em pagamento de um benefício em função do saldo de conta individual do participante, constituído pelas contribuições do participante e patrocinadora, corrigido pela rentabilidade da aplicação desses recursos no mercado financeiro, descontados os respectivos custos do Plano (**GRI EC3**).

A natureza do Plano CD difere do Plano BD pelo seu caráter individual, visto que o BD tem caráter de mutualismo.

Os participantes do Plano BD-ELOS/Eletrosul têm direito benefícios como: complementação de aposentadoria por tempo de contribuição/serviço, idade, especial e invalidez; institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate; empréstimo; seguro de vida em grupo (opcional) e; auxílio-funeral por morte de dependente. Desde 31/12/2009, o Plano BD está fechado para novas adesões, e os empregados admitidos a partir dessa data podem se inscrever no Plano CD.

Os participantes do Plano CD-ELOS/Eletrosul têm direito aos seguintes benefícios: benefício de aposentadoria e benefício de pecúlio por incapacidade; institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate; empréstimo e; seguro de vida em grupo (opcional).

Atualmente, a participação no plano de previdência vigente é voluntária e somente aqueles empregados que se interessam pelo benefício têm a opção de participar. O valor da contribuição pode ser realizado pelo empregado que optar pelo benefício com base em um valor de piso e de teto.

A Fundação ELOS mantém um estreito canal de comunicação com seus participantes. No site www.elos.org.br, é disponibilizado o resultado mensal de seus Planos de Benefícios, bem como informações atualizadas sobre os Planos e matérias referentes à educação financeira e previdenciária. Por meio do jornal impresso, divulga esses dados quadrimensalmente. Em 2013, a Fundação deu continuidade ao processo de educação financeira e previdenciária, com apresentação dos resultados e demais temas relevantes para os participantes dos Planos.

Os participantes do Plano BD-ELOS/Eletrosul têm direito aos seguintes benefícios:

- Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição/Serviço, Idade, Especial e Invalidez;
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate;
- Empréstimo;
- Seguro de Vida em Grupo (opcional);
- Auxílio-funeral por morte de dependente.

Os participantes do Plano CD-Eletrosul têm direito aos seguintes benefícios:

- Benefício de Aposentadoria e Benefício de Pecúlio por Incapacidade;
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate;
- Empréstimo;
- Seguro de Vida em Grupo (opcional).

Sempre que convidada pela patrocinadora, quando da integração dos empregados da Eletrosul, a ELOS realiza uma apresentação sobre a Fundação, bem como dos benefícios por ela oferecidos.

Os principais indicadores de Previdência Complementar, no período de 2011 a 2013:

Previdência Complementar	2011	2012	2013
Investimentos (em R\$ mil)	18.786	20.939	21.607
Número de beneficiados pelo programa	1.583	1.527	1.651

Quadro 42: Principais indicadores de Previdência Complementar no período de 2011 a 2013

Obs.: Os valores/quantitativos referentes à Previdência Complementar foram revisados, uma vez que os anteriormente informados equivocadamente referiam-se ao desconto efetuado na remuneração do empregado e agora estão sendo apresentados os dados extraídos da Contabilidade da Eletrosul, relativos aos valores dispêndios pela empresa.

8.11 Impactos Socioeconômicos

As regiões de empreendimentos elétricos passam por profundas mudanças sociais, ambientais e econômicas, com diversos impactos para a economia local. O crescimento demográfico e o aumento da oferta de empregos levam a um impacto direto no mercado de bens e prestação de serviços, principalmente em função de um aumento considerável no número de consumidores potenciais, dinamizando a economia desses municípios. As propriedades atingidas pela implantação de

empreendimentos são, em sua maioria, exploradas para fins econômicos. Assim, desde o início das obras de engenharia, essas propriedades terão suas áreas alteradas, influindo, diretamente, na renda familiar. Há, também, um aumento de tráfego rodoviário, rural e urbano, em função da mobilização de equipamentos e do deslocamento de empregados (**GRI EC9**).

A infraestrutura local também é impactada devido a interferências, com pontes e estradas situadas dentro da área do futuro reservatório e de Áreas de Preservação Permanente (APP). O mercado imobiliário regional passa por alterações temporárias, uma vez que surge a necessidade de compra de terras particulares em grande escala, num curto espaço de tempo, elevando valores, disputas, aquecendo o mercado e desestabilizando a questão fundiária regional.

Além disso, há um aumento temporário das receitas públicas municipais, em função da instalação de diversas empresas na área e consequente aumento da base arrecadatória do município, da compra de equipamentos e materiais para construção, e, também, da prestação de serviços, como alimentação e transporte, para os empregados da obra. Esse aumento significativo, ainda que temporário, colabora para a melhoria de infraestrutura nos municípios atingidos e, consequentemente, na região como um todo.

A adição de energia firme ao sistema elétrico nacional, a se considerar o aproveitamento da produção energética desses empreendimentos em âmbito regional, possibilita um incremento industrial nos municípios da região, potencializando a geração de demandas de emprego e aumento de renda familiar.

A compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: estados, municípios e órgãos da administração direta da União.

8.12 Comunidade

As principais comunidades com as quais a Eletrosul se relaciona são proprietárias de terras, rurais ou urbanas, diretamente atingidas por seus empreendimentos, e associações denominadas comunidades de entorno, bem como grupos da sociedade civil organizada nas áreas ambiental, social e de transmissão da cidadania e do saber.

Ciente dos efeitos que a implantação de um empreendimento do setor elétrico provoca nas condições ambientais e sociais de uma determinada região, a Eletrosul desenvolve inúmeros programas socioambientais voltados ao benefício da comunidade. Em 2013, 11 programas foram desenvolvidos pela própria empresa ou em parceria com prefeituras e secretarias municipais, órgãos e entidades públicas, bem como entidades classistas e instituições oficiais de crédito. Com o objetivo principal de minimizar os impactos causados pelas obras, observa-se que, em

muitos casos, as ações da Eletrosul proporcionam uma significativa melhora na qualidade de vida da população (**GRI SO1**).

Para os empreendimentos impactantes, como usinas hidrelétricas, antes da entrada na comunidade, é realizado o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório), que abrange diagnóstico da situação atual da comunidade, enfocando a infraestrutura do local, renda da população, escolaridade, condições de saúde, além de uma pesquisa sobre a Percepção Socioambiental dos empreendimentos, que permite conhecer os principais anseios e as dúvidas das comunidades, e estabelecer ações de mitigação, controle, reparação e compensação.

Durante os estudos, a Eletrosul apresenta à população as futuras atividades da empresa e seus potenciais impactos. Portanto, muitas decisões pertinentes são tomadas baseadas em diálogos com a comunidade, a partir de comissões formadas por integrantes residentes na localidade. Presente no processo de licenciamento ambiental, essa articulação acontece, especialmente, quando há a necessidade de alterações no meio impactado ou realocação de uma parcela dos moradores, bem como a modificação de seu cotidiano. Nesses locais, a empresa garante que todos sejam indenizados e assistidos, preservando suas tradições, sua cultura e suas relações sociais.

8.12.1 Comunidades atingidas

A constante preocupação com a comunidade residente nas áreas de implantação de seus empreendimentos tem levado a Eletrosul a exercer uma política socioambiental cada vez mais efetiva e abrangente. Com o objetivo de garantir o bem-estar da sociedade atual e das gerações futuras, a empresa busca minimizar todos os impactos provocados antes, durante e depois das obras.

As características do empreendimento e do local proposto para sua instalação exigem a avaliação desses possíveis impactos, bem como medidas de prevenção que visam atender os requisitos legais do EIA/RIMA. Esse diagnóstico prevê a caracterização da área por seus atributos físicos, sociais e econômicos, identificação e avaliação dos impactos socioambientais levando em consideração cada fase do empreendimento – planejamento, construção e operação, pois essas diferentes fases implicam em diferenças significativas na população e, por fim, a proposição de programas socioambientais.

No caso dos impactos sociais, as medidas adotadas pela Eletrosul visam alcançar um padrão além da conformidade legal. A empresa implementou o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável que, entre outras finalidades, propõe a integração de suas atividades com políticas públicas, de forma a gerir o atendimento aos interesses e às necessidades das comunidades, principalmente nas demandas oriundas dos municípios das regiões impactadas pelos empreendimentos (**GRI SO9; SO10**).

Essas medidas são adotadas porque a Eletrosul tem consciência de que a implantação de empreendimentos do setor elétrico, mesmo as de pequenas dimensões, causam alguns desconfortos à população residente próxima às obras. Ao longo das etapas de implantação, várias ações podem representar mudanças no

cotidiano das pessoas que residem, trabalham, estudam ou circulam nos locais mais diretamente afetados, especialmente com a chegada de trabalhadores de outras regiões, com hábitos e costumes diferentes.

Podemos destacar as expectativas que giram em torno da geração de emprego, a partir de oportunidades de trabalho e negócios não só na comunidade local, mas em pessoas que são atraídas pelas oportunidades de trabalho e negócios, gerando fluxo migratório e transformação do cenário demográfico regional. Outra questão impactante é o tráfego rodoviário, rural e urbano, que aumenta em função da mobilização de equipamentos e do deslocamento de trabalhadores.

A instalação de infraestrutura para abrigar operários e o aumento do aporte populacional faz com que a geração de resíduos sólidos e efluentes sanitários seja maior, diminuindo a qualidade ambiental dos municípios envolvidos, principalmente daqueles que carecem de uma estrutura de saneamento básico adequada.

No momento de “pico” da obra, a pressão exercida sobre serviços públicos, como saúde, compromete ainda mais um quadro geral de carência física e estrutural de tratamentos na Medicina tradicional, tipicamente curativa. As propriedades e sua infraestrutura são afetadas diretamente a partir da mobilização para o início das obras de engenharia, especialmente as situadas na área do futuro canteiro de obras, bem como as demais durante a implantação do reservatório e APPs. As propriedades atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos são, em sua maioria, exploradas para fins econômicos. Assim, desde o início das obras de engenharia, essas propriedades têm suas áreas alteradas, influindo, diretamente, na renda familiar.

O deslocamento compulsório de famílias atingidas, advindo da necessidade de áreas para a construção da usina, além da construção de acessos para as estruturas do empreendimento e, ainda, para a formação do reservatório, e daquelas necessárias para a manutenção da qualidade ambiental – APP, assumem especial relevância pelo fato de envolver diretamente os seres humanos, no que tange a seus meios de produção, aferição de renda para a sua sobrevivência e desenvolvimento econômico, bem como seus laços afetivos e culturais, pois a adição ou supressão de elementos vivos e construídos, tradicionalmente, leva à perda de valores estéticos, históricos e culturais deste patrimônio.

A circulação de máquinas pesadas e a provável utilização de explosivos durante a fase de implantação do empreendimento ocasionam aumento nos níveis de poluição atmosférica e de ruído, principalmente nas áreas próximas ao canteiro de obras dos empreendimentos.

Neste cenário, as ações desenvolvidas pela Eletrosul com o propósito de mitigar todos esses impactos têm feito com que a empresa seja uma impulsionadora da economia local nas regiões nas quais seus empreendimentos são implantados. Percebe-se uma melhora significativa na qualidade de vida da população, proporcionada pela valorização das terras, pelo incentivo ao turismo regional, pelo incremento econômico, e pela expansão da infraestrutura e dos serviços públicos.

Tanto nos empreendimentos próprios como naqueles em que a empresa tem participação societária, são desenvolvidas ações para minimização dos impactos

causados. Como exemplo, podemos destacar a realização, em 2013, do Diagnóstico Socioeconômico Ambiental de Nova Santa Rita – RS, realizado pela área de responsabilidade social, visando enriquecer conhecimento sobre o município de Nova Santa Rita – RS, impactado pela ampliação da Subestação, empreendimento da Eletrosul.

Os projetos de capacitação ambiental para professores, realizado em Alta Floresta – MT, e de capacitação em panificação e confeitaria para reassentados, realizado em Nova Mutum Paraná – RO, são exemplos das ações desenvolvidas pelos consórcios responsáveis pela construção das Usinas de Teles Pires e Jirau, respectivamente, dos quais a Eletrosul participa.

Por se tratarem de situações complexas e de múltiplos interesses, muitas decisões envolvendo a implantação dos empreendimentos da Eletrosul são tomadas com base em diálogos com a comunidade, por meio de audiências públicas e reuniões. Nesses encontros, são elaborados acordos que definem diretrizes para mitigar os impactos socioambientais na região. Nos casos de realocação dos moradores locais, também são instalados escritórios para prestação de assistência e esclarecimento de dúvidas. Para garantir negociações coerentes e justas, o primeiro passo antes do início das obras é a realização de um cadastramento com dados dos proprietários e das terras utilizadas para a implantação do empreendimento.

Nas faixas de servidão, como são conhecidas as áreas de segurança localizadas sob as linhas de transmissão de energia, a empresa realiza o registro da faixa de servidão na matrícula do imóvel e indeniza adequadamente o proprietário pelas restrições de uso na faixa.

O mesmo cuidado referente às devidas indenizações acontece quando há aquisição de propriedades para implantação de subestações e usinas de geração hidráulica, sendo, ainda, analisada a viabilidade da área remanescente e a possibilidade de o proprietário continuar residindo e utilizando o local.

No caso das usinas eólicas, ocorre uma remuneração aos proprietários dos imóveis pela disponibilização de área para a implantação do projeto.

Com vistas a propiciar um relacionamento harmônico com os proprietários, a Eletrosul realiza o pagamento de todas as despesas legais sob sua responsabilidade, tais como taxas, certidões, escrituras, registros e impostos, e, finalizado o processo de indenizações, uma série de outras ações é realizada para garantir o direito à cidadania, reforçando a responsabilidade social da empresa:

- apoio para que sejam encontradas soluções compatíveis com o poder aquisitivo das pessoas atingidas, como orientação técnica à construção da nova moradia;
- orientação técnica para que haja melhor aproveitamento do material existente na edificação a ser demolida;
- apoio financeiro para realização da mudança;
- pagamento de aluguel durante um período necessário para a realocação do cidadão;
- indenização dos custos necessários à regularização do imóvel a ser desapropriado e daquele a ser adquirido ou construído;

- assistência técnica e jurídica, mesmo que de modo informal, na aquisição de novo imóvel;
- intermediação em acordos entre proprietários e inquilinos;
- busca de parcerias institucionais objetivando soluções e operacionalização das ações necessárias à viabilização das remoções;
- viabilização nas Prefeituras Municipais da isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sempre que se fizer necessário.

Diante das mudanças a serem enfrentadas, técnicos da Eletrosul estabelecem um contato pessoal com as famílias para auxiliá-las em todo o processo. Aquelas a serem realocadas de suas residências recebem uma atenção maior em procedimentos como a composição dos valores indenizatórios, já que é exigida uma readaptação do cidadão a uma nova situação de vida.

Neste contexto, a empresa prima por realizar melhorias na comunidade local, como reassentamentos individuais em estruturas melhores que as anteriores, melhorias na infraestrutura da área, entre outras, demonstradas nos Programas Ambientais voltados à comunidade. Como exemplos, citamos os programas desenvolvidos na Usina Hidrelétrica São Domingos, que entrou em operação em 2013:

- Plano de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA);
- Programa de Educação Ambiental envolvendo escolas e a comunidade;
- Programa de Educação Patrimonial.

Além disso, o componente indígena é contemplado em todos os estudos ambientais dos empreendimentos, quando aplicável, bem como nos diversos relatórios ambientais gerados.

A empresa ainda desenvolve uma série de programas relacionados aos aspectos socioeconômicos e ambientais em áreas impactadas pela implantação e operação de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, tais como Usinas Hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Usinas Eólicas, linhas de transmissão e subestações.

Alguns Programas voltados ao benefício público estão listados abaixo:

- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Resgate Socioambiental da Paisagem;
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Turístico;
- Programa de Remanejamento da População e Reorganização das Áreas Remanescentes;
- Programa de Recomposição da Infraestrutura Básica;
- Programa de Negociação e Aquisição de Terras;
- Programa de Divulgação e Informação;
- Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório;
- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Educação Patrimonial.

Como exemplo, a formação de reservatórios artificiais possibilita novas oportunidades de atividades de lazer para a população do entorno, como balneários, parques urbanos, áreas de pesca e náutica.

Comprovadamente, um dos impactos mais notórios a partir da operação, é a valorização das terras nas margens do lago, isso se deve, principalmente, à especulação sobre a viabilidade de balnearização de parte de área de reservatórios para uso como área de lazer. Este impacto contribui substancialmente como um fator positivo da construção do empreendimento (**GRI EC8**).

8.12.2 Deslocamentos

Nos empreendimentos de Linhas de Transmissão (LTs), os deslocamentos de moradores ocorrem em casos esporádicos, mais especificamente, quando a instalação atravessa áreas urbanas. Em áreas rurais, a faixa de servidão da LT corresponde a uma área pequena, ocupando, assim, menor espaço nas propriedades, não atingindo diretamente a comunidade, mas, caso isso aconteça e não haja possibilidade de deslocamento na mesma propriedade, a Eletrosul se prontifica a reassentar ou indenizar as famílias.

No caso das Usinas Eólicas, não há deslocamento, sendo compatível a instalação dos aerogeradores e infraestrutura associada com a permanência do domínio da propriedade.

Já na área dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas, o deslocamento da população local ocorre com mais frequência e a Eletrosul dá todo o auxílio necessário nesse processo. Primeiramente, ocorre a identificação das propriedades ao longo do rio que será represado e, paralelamente ao licenciamento ambiental e à elaboração do Projeto Executivo, há o cadastro socioeconômico, que levanta informações sobre a população afetada.

Além disso, há o cadastro fundiário, que subsidia os processos de desapropriação e apoio à realocação na propriedade remanescente ou realocações para outras áreas. Os valores praticados nas indenizações de terras, culturas, edificações e outros são fundamentados em pesquisa de preços e valores praticados na região do empreendimento, sendo previamente apresentados em reuniões específicas com a comunidade atingida. Os valores indenizatórios são apresentados individualmente aos proprietários antes mesmo da disponibilização dos recursos, a qual ocorre somente após o aceite (**GRI EU20**).

Em 2013, não ocorreram deslocamentos físicos ou econômicos de pessoas, no entanto, 313 pessoas foram indenizadas. O valor financeiro total desembolsado a título de indenizações de diferentes naturezas relativas aos empreendimentos em implantação e operação em 2013 foi de R\$ 4.223.225,35 (**GRI EU22**).

8.13 Projetos Sociais por Área e por Estado de Atuação da Empresa

Além da implementação de ações socioambientais definidas pelos requisitos legais com o intuito de minimizar os impactos dos empreendimentos, a empresa vem desenvolvendo algumas iniciativas para estreitar o relacionamento com a população de convivência.

Há mais de dez anos, o investimento social realizado pela organização ocorre por intermédio do patrocínio a projetos socioambientais próprios e desenvolvidos por terceiros, por meio de parcerias, e, ainda, apoio a programas governamentais.

De acordo com a política de investimento social da Eletrosul, as parcerias devem ser estabelecidas com instituições idôneas, mediante Termo de Compromisso, definindo-se as responsabilidades das partes de forma a conferir transparência na utilização dos recursos. Além disso, essas parcerias devem estar alinhadas ao negócio da empresa e ao gerenciamento de impactos socioambientais, assim como a sua corresponsabilidade em relação ao desenvolvimento social do país.

Para atender às necessidades de um público de diversas faixas etárias, a empresa subdividiu seus eixos de atuação em:

- Educação complementar: projetos complementares à educação formal na rede pública de ensino;
- Educação para qualificação profissional: projetos que propiciem a educação profissional e o desenvolvimento de habilidades para inserção de comunidades de baixa renda historicamente discriminadas no mercado de trabalho;
- Geração de trabalho e renda: projetos de empreendedorismo comunitário que possibilitem a criação de novas unidades produtivas e a expansão de unidades já existentes;
- Conservação do meio ambiente: projetos que tenham a finalidade de conservação de meio ambiente, garantindo a sustentabilidade para as futuras gerações;
- Direitos da criança e do adolescente: projetos sociais aprovados pelos Conselhos da Criança e do Adolescente (municipal, estadual e federal) que visem à proteção de crianças e adolescentes em relação a maus-tratos, abusos e exploração sexual/moral e combate ao trabalho infantil.

Em 2013, a Eletrosul deu continuidade às ações do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável, cujo objetivo é integrar, padronizar e otimizar os processos de gestão dos programas sociais, bem como inserir e fortalecer a imagem da empresa nas comunidades próximas das instalações, dos empreendimentos e da implantação de negócios. O programa se consolida como uma importante ferramenta de gestão alinhada à sua política de investimento social, às diretrizes do Sistema Eletrobras, aos relatórios de gestão empresarial, ao Planejamento Estratégico e ao Programa Nacional Brasil sem Miséria, do Governo Federal.

Os projetos próprios desenvolvidos pela Eletrosul também estão alinhados à sua Política de Investimento Social; alguns deles estão descritos a seguir:

Programa de Valorização dos Terceirizados

Os profissionais terceirizados que trabalham no edifício-sede da Eletrosul, por meio de um convênio firmado com uma creche próxima à empresa, têm a possibilidade de deixar seus filhos de 0 a 5 anos na escola enquanto estão em horário de trabalho.

Projeto de Elevação do Nível de Escolarização dos Profissionais Terceirizados da Sede

Destaca-se a continuidade do Projeto de Elevação do Nível de Escolarização dos Profissionais Terceirizados da sede, iniciado em 2010. Fruto de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina e a Eletrosul, o projeto tem o objetivo de aumentar o nível de escolaridade de terceirizados. Em 2013, foi realizada a formatura da primeira turma de Ensino Fundamental, quando 17 profissionais terceirizados concluíram seus estudos.

Programa Hortas Comunitárias

Desenvolvido nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, o programa tem por finalidade oferecer alternativas de renda às comunidades vizinhas às linhas de transmissão e proporcionar o uso adequado e a preservação das faixas de servidão, evitando ocupações irregulares. O projeto prevê o cultivo de culturas de pequeno porte, como leguminosas e hortaliças, e beneficia, diretamente, as famílias moradoras do entorno das instalações, que passam a ter melhor qualidade de vida.

Programa Eletrosul Casa Aberta

Informar e debater aspectos sociais, econômicos, ecológicos e de conservação de energia, abordando os benefícios e os riscos da eletricidade são os principais objetivos do Programa Casa Aberta. A iniciativa, realizada nas dependências da Eletrosul nos estados de SC, PR, MS e RS, compreende um trabalho de educação voltado às crianças na faixa de 10 e 11 anos. Em 2013, participaram do programa 204 escolas, sendo contempladas 11.838 crianças.

DESTAQUE - Conclusão do Arca das Letras

Com a entrega de 110 bibliotecas rurais no Rio Grande do Sul, em 2013, a Eletrosul concluiu a última etapa do Programa Arca das Letras, realizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Desde 2007, quando foi firmado o convênio para o primeiro ciclo, a empresa entregou um total de mil arcas com livros para comunidades rurais de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Programa Casa Aberta Itinerante

Tem por objetivo promover a conscientização das crianças residentes próximas às instalações da empresa sobre o processo de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, meio ambiente e o combate ao desperdício de energia, além do enfoque específico sobre cuidados e perigos no trato com a eletricidade. Em 2013, participaram do programa 204 escolas, sendo contempladas 11.838 crianças na faixa de 10 e 11 anos nos estados de SC, PR, MS e RS.

Coral dos Empregados da Eletrosul

Além de integrar empregados, familiares, prestadores de serviço e estagiários, o coral colabora para o fomento da cultura local. Criado em 2004, conta com suporte musical feito pelo maestro Robson Medeiros.

Programa Espaço Cultural Eletrosul

Desde 2003, quando foi criado, o programa oportuniza a disseminação de iniciativas culturais locais, propiciando aos empregados, aos familiares e à comunidade um espaço de lazer, entretenimento, interação e contato com diversas manifestações artístico-culturais locais. Muitos artistas regionais divulgam seus trabalhos no edifício-sede da Eletrosul, por meio de apresentações de teatro, dança, shows musicais, feiras de artesanato e mostras de arte. A participação voluntária de artesãos em eventos, como feiras culturais, possibilita que esses profissionais direcionem 10% de suas vendas para os projetos sociais da Transmissão da Cidadania e do Saber (ONG).

Programa Eletrosul de Doações

Tem a proposta de estimular o desenvolvimento tecnológico e de infraestrutura por meio da doação de bens móveis para a sociedade civil organizada, prefeituras, instituições que trabalham com a inclusão digital e órgãos do Governo Federal que tenham dificuldades estruturais. São doados carros, mesas, cadeiras, computadores, entre outros.

Programa Voluntariado Corporativo

Incentivados pela Eletrosul, os empregados têm a oportunidade de doar parte de seu tempo, trabalho e talento em prol de uma causa comunitária. Associados a entidades sociais dos estados de atuação da empresa, eles podem se cadastrar no Programa de Voluntariado Corporativo da Eletrosul, criado em 2010 com o objetivo de incentivar empregados, ex-empregados, familiares e colaboradores a se engajarem em ações de solidariedade. As atividades acontecem de tal forma que não interfiram na execução de suas atividades profissionais e têm a intenção de contribuir para a transformação da realidade social das comunidades. O programa Voluntariado Corporativo contempla, também, o Projeto Leãozinho da Cidadania,

que busca informar, mobilizar e sensibilizar empregados sobre o uso de imposto de renda retido na fonte em benefício de projetos sociais.

Programa Conhecendo a Eletrosul

A Eletrosul acredita que a parceria com as escolas e universidades, além de aproximar os alunos do dia a dia da empresa, ratifica o nosso compromisso com a promoção humana e com o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o Programa Conhecendo a Eletrosul dá aos alunos a chance de entender o setor de atuação da empresa, suas instalações, sua dinâmica de trabalho e seus projetos voltados às novas energias. Este programa visa, também, atingir os objetivos que constam no Plano Estratégico Eletrosul 2010/2020 (potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança perante a sociedade, e atrair talentos para as empresas Eletrobras).

Em 2013, o Programa Conhecendo a Eletrosul recebeu 681 visitantes de 14 diferentes instituições, superando o registrado no ano anterior, que foi 555 e representando mais que o dobro do total recepcionado em 2011, ano de início do Programa, quando foram contabilizados 325. O balanço da Assessoria de Comunicação Social e Marketing, área responsável pelo programa, demonstra que a empresa vem despertando, cada vez mais, o interesse da comunidade acadêmica, especialmente, das cadeiras de engenharia elétrica, civil e ambiental. O fato de a Eletrosul já ter em operação empreendimentos de geração hidrelétrica e eólica, por exemplo, justifica a maior visibilidade. Os projetos da empresa nas áreas de eficiência energética, com o “Prédio Sustentável” do Setor de Manutenção de Campos Novos, e energias alternativas também motivaram o aumento na participação do Programa.

Projetos Culturais e esportivos

No ano de 2013, a Eletrosul investiu um total de R\$ 604 mil em projetos culturais e esportivos. Deste montante, foram seis os projetos culturais relacionados à Lei *Rouanet*, quatro deles realizados em Santa Catarina e dois no Rio Grande do Sul, somando R\$ 250 mil. Os projetos patrocinados com incentivo fiscal se dividem entre as áreas de audiovisual (curta-metragem e difusão de filmes) e humanidades (produção de livros).

Maior projeto: Recadastramento de sítios arqueológicos no Mato Grosso do Sul

Foi iniciado em 2013, o inventário de 88 sítios arqueológicos, que reúnem grafismos rupestres, em Mato Grosso do Sul – estado onde a Eletrosul colocou em operação a Hidrelétrica São Domingos (48 MW). O propósito do trabalho é atualizar e complementar as informações já existentes, além de diagnosticar o estado de conservação desses sítios. O levantamento está sendo realizado pela Eletrosul, em parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O trabalho, que começou em 2013, se estenderá pelo prazo dois anos, entre avaliações em campo e laboratório.

Os primeiros cadastros dos sítios rupestres de Mato Grosso do Sul foram feitos há cerca de 50 anos, sem o auxílio de recursos tecnológicos. Boa parte desses sítios está em locais muito visitados e, por isso, as pinturas e gravuras sofreram vandalismo e destruição por agentes naturais. O recadastramento permitirá que sejam reavaliados, traçando um quadro da situação de conservação e possibilidades de preservação da arte rupestre.

As figuras encontradas em Mato Grosso do Sul registram a presença de populações que habitaram a região há, pelo menos, 10 mil anos, e que usavam o grafismo em rochas para retratar suas crenças e atividades cotidianas como a caça.

O Projeto de Pesquisa de Arte Rupestre resultará numa publicação com todas as informações resgatadas da história local. Um dos mais importantes e antigos sítios de Mato Grosso do Sul, em Alcinópolis (390 quilômetros da capital Campo Grande), será um dos locais visitados durante a pesquisa. A cidade possui o maior conjunto de sítios até então catalogados no Estado, o que leva Alcinópolis a reivindicar a alcunha de capital sul-mato-grossense da arte rupestre. Há pelo menos 50 anos, a região vem sendo estudada por causa do vulto histórico.

8.13.1 Participação em Projetos Sociais Governamentais

Eletrosul, como controlada da Eletrobras, atua alinhada às diretrizes das políticas governamentais e apoia os seguintes programas (**GRI S05**):

Projetos Estruturais	Valor Investido 2012	Valor Investido 2013
Programa Jovem Aprendiz	R\$ 735.135,09	R\$ 400.086,47
Programa Estágio Curricular	R\$ 870.250,52	R\$ 661.070,28
Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça – Comitê de Gênero	R\$ 6.650,49	R\$ 11.208,04
Programa Luz para Todos	R\$ 4.107.204,69	R\$ 900.000,00
TOTAL	R\$ 6.159.689,15	R\$ 1.972.364,79

Quadro 43: Projetos estruturais

A partir das ações desenvolvidas pelo Programa Luz para Todos, destaca-se o programa Ações Integradas, cuja intenção é transformar o acesso à eletricidade em uso social e produtivo.

A iniciativa é um instrumento capaz de alavancar o desenvolvimento de comunidades isoladas e tradicionalmente excluídas do desenvolvimento nacional (indígenas, quilombolas, assentamentos, agricultores com base econômica na agricultura familiar e/ou atingidos por barragens). Os projetos apoiados consistem, principalmente, no desenvolvimento de Unidades de Inclusão Digital e Centros Comunitários de Produção.

Programa Luz Para Todos

Em 2013, a Eletrosul investiu R\$ 900.000 no programa Luz para Todos, tirando da escuridão mais de 5,3 mil pessoas da região Sul e do Mato Grosso do Sul.

Criado pelo Governo Federal com a proposta de levar energia elétrica a milhões de lares situados na zona rural do Brasil, o programa Luz para Todos é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) de acordo com art. 7º do Decreto N° 4.873, de 11/11/2003, sendo desenvolvido em parceria com os governos estaduais, concessionárias de energia e cooperativas de eletrificação rural. A operacionalização das ações tem ativa participação da Eletrobras e das empresas que compõem o sistema (**GRI EU23**).

Até 2014, a meta nacional é levar energia elétrica a 3,2 milhões de domicílios rurais, atendendo a 16 milhões de pessoas. Nessa busca, a Eletrosul assume um importante papel no apoio logístico para a realização das ligações elétricas, assim como no acompanhamento das obras e da qualidade do serviço prestado junto às famílias inscritas no programa e o desenvolvimento de oficinas sobre o uso racional da eletricidade. Nos estados de atuação da empresa, 261.979 domicílios (1.309.895 pessoas) deverão ser atendidos até 2014.

Área de Atuação da Eletrosul	Realizado em 2012		Realizado em 2013		Acumulado até 2013	
	Domicílios	Pessoas	Domicílios	Pessoas	Domicílios	Pessoas
Mato Grosso do Sul	687	3.435	443	2.215	40.695	203.475
Paraná	513	2.565	1.379	6.895	80.424	402.120
Santa Catarina	99	495	7	35	41.898	209.490
Rio Grande do Sul	944	4.720	163	815	91.742	458.710
Total	2.243	11.215	1.992	9.960	254.759	1.273.795

Quadro 44: Luz Para Todos

Programa Ações Integradas

O programa Ações Integradas, que é parte integrante do Programa Luz para Todos, objetiva que o acesso à eletricidade seja usado de forma social e produtiva. Os projetos apoiados consistem, principalmente, no desenvolvimento de Unidades de Inclusão Digital e Centros Comunitários de Produção.

Desde 2006, o Programa Ações Integradas, coordenado pela empresa em sua área de atuação, desenvolveu 30 projetos sociais voltados às comunidades indígenas, como, por exemplo, os cursos de capacitação indígena e a implementação de Centros Comunitários de Produção nas comunidades beneficiadas pelo Programa Governamental Luz para Todos. A Eletrosul não apresentou, em 2013, nenhum caso de violação dos direitos dos povos indígenas, pois se empenha em estreitar, cada vez mais, o seu relacionamento com as comunidades indígenas, quilombolas, agricultores familiares e atingidos por barragens.

Para atendimento dos povos indígenas que também foram beneficiados pelo Luz pra Todos, foram confeccionadas, pelo MME, Cartilhas Informativas Bilíngues, com orientações sobre o uso correto da energia elétrica, para evitar seu desperdício e contribuir para preservação de acidentes. Neste ano, a Eletrosul promoveu a distribuição dessas cartilhas em comunidades de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul (**GRI HR9**).

8.14 Práticas anticorrupção e antipropina

A Eletrosul dispõe de uma Norma de Gestão Empresarial que abrange questões sobre Conduta nas Relações de Trabalho, cuja meta é estabelecer regras de conduta a serem observadas pelos empregados nas relações de trabalho, além de fornecer orientações éticas e morais, deveres, proibições e penalidades, aplicadas a todos os empregados da empresa.

As dúvidas em relação a essa norma são sanadas formalmente pela Comissão Permanente de Ética da Eletrosul. Esta, por sua vez, é orientada sob observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e foi aprovada pelo Presidente da República em 2000. A empresa também aderiu ao Código de Ética Único das empresas Eletrobras, que, por meio do alinhamento dos princípios e condutas já consolidados no âmbito dos códigos de ética das controladas, constituiu-se em um documento único que visa nortear as ações e decisões em todos os âmbitos, respeitando os princípios e compromissos das empresas do Sistema. O Código de Ética ressalta a necessidade de repúdio e denúncia de toda forma ou tentativa de corrupção, suborno, propina e tráfico de influência.

Em 2013, não houve treinamento de empregados nas políticas e nos procedimentos anticorrupção da organização (**GRI SO3**). Também não foi registrada nenhuma ocorrência de corrupção no ano (**GRI SO4**).

Risco de Corrupção

A Eletrosul observa princípios éticos e compromissos de conduta que norteiam todas as ações da empresa. Essas orientações estão dispostas no Código de Ética e valorizam a conduta transparente, imparcial e a utilização dos recursos de forma responsável por todos os profissionais atuantes e partes envolvidas com os negócios da empresa, e contribuem para reduzir o risco de corrupção. (**GRI SO2**)

Para promover um ambiente transparente e ético, a empresa trabalha na sua estrutura organizacional a gestão integrada de riscos, com o objetivo identificar, analisar, avaliar e monitorar, de forma integrada com as áreas de negócios, os riscos críticos. Além disso, a estrutura organizacional contempla a Ouvidoria, que tem o compromisso com a verdade dos fatos e a apuração dos acontecimentos, a Comissão Permanente de Ética, criada para avaliar denúncias e indicar medidas aos agentes que agiram em desacordo com os princípios éticos, e a Auditoria Interna, que tem por competência avaliar os processos e procedimentos da empresa.

8.15 Direitos Humanos

No que se relaciona a Direitos Humanos, a Eletrosul tem especial atenção no sentido de inibir práticas que venham proporcionar a violação desses direitos. A empresa busca sensibilizar seus empregados sobre essa temática mediante a realização de atividades educacionais que contemplam temas relacionados às políticas de direitos humanos.

Neste sentido, em 2013, a empresa investiu em treinamento nas políticas e nos procedimentos de Direitos Humanos no total de 100 horas. Os principais treinamentos foram em seminários do Comitê de Gênero e Raça, com eventos coletivos voltados a Direitos Humanos (**GRI HR3**).

Em 2013, não houve ocorrência na Ouvidoria da Eletrosul de queixa relacionada a Direitos Humanos. São disponibilizados canais de comunicação internos e externos para denúncias, a fim de evitar violação destes direitos, tanto nas localidades em que atua quanto nas áreas de implantação de novos empreendimentos (**GRI HR4; HR11**).

CANAIS DE COMUNICAÇÃO	FORMAS DE CONTATO
Website	www.eletrosul.gov.br
Atendimento por e-mail das partes interessadas	eletrosul@eletrosul.gov.br
Atendimento telefônico das partes interessadas	fone: (48) 3231-7300
Ouvidoria - recebe, analisa, encaminha e responde as solicitações de informações, sugestões, reclamações, críticas e denúncias das partes interessadas (público interno e externo).	e-mail: ouvidoria@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7655 ou 0800.6487822 Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999 Pantanal. Florianópolis-SC Atendimento das 8:00 às 17:00 horas
Em atendimento à Lei N° 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, está disponível o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). O SIC é responsável pelo recebimento, processamento, gerenciamento e envio da resposta aos pedidos de acesso e pela orientação aos cidadãos.	e-mail: sic@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7655 ou 0800.6487822 Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999 Pantanal. Florianópolis-SC Atendimento das 8:00 às 17:00 horas
Comissão Permanente de Ética – oportuniza ao seu corpo funcional o esclarecimento de dúvidas quanto à conduta ética dos empregados, administradores e prepostos, minimizando a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos, bem como busca fortalecer a imagem da empresa e de seus empregados junto à sociedade.	e-mail: etica@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7117
Assembleia Geral de Acionistas	Convocação, com, no mínimo, 08 dias de antecedência, publicada na imprensa oficial do Estado de Santa Catarina e no jornal de maior circulação de Florianópolis.
Área de Relações com Investidores – grandes acionistas e potenciais investidores	e-mail: mlongen@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7048 e fax: (48) 3234-5678
Serviço de Atendimento aos Acionistas (SAA) – Pequenos acionistas.	e-mail: mlongen@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7048 e fax: (48) 3234-5678
Secretaria da Administração Societária – recebe e encaminha sugestões e solicitações de acionistas.	e-mail: mlongen@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7048 e fax: (48) 3234-5678
Conselho de Administração e Conselho Fiscal	e-mail: mlongen@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7048 e fax: (48) 3234-5678
Jornal Eletrosul	e-mail: speres@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7934 e fax: (48)3234-3494

Quadro 45: Canais de Comunicação

Em todas as regiões de operação da empresa, a construção de Usinas Hidrelétricas e/ ou PCHs e a limpeza de faixas abaixo das LTs são atividades que apresentam riscos de ocorrências de trabalho infantil e de empregados jovens expostos. Com o intuito de minimizar esses riscos, a empresa realiza ações com seus empregados e fornecedores. Após aderir a um Fórum específico de combate à violência e exploração sexual infanto-juvenil, a empresa procura desenvolver iniciativas de sensibilização de seus empregados e demais públicos.

Além disso, apesar de não existir uma metodologia de avaliação de impactos de Direitos Humanos referentes às operações da empresa, são realizadas campanhas de conscientização junto aos empregados e colaboradores, assim como nas comunidades residentes no entorno dos empreendimentos, como eventos referentes às questões de gênero, saúde da mulher e do homem (**GRI HR6; HR10**).

Além disso, em sua Política de Investimento Social, a Eletrosul prioriza a destinação de recursos do Fundo de Amparo à Infância e à Adolescência (FIA) a organizações que desenvolvem projetos de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade, aprovados pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (municipais, estaduais e federais), na proteção contra violência (maus-tratos, abuso, exploração sexual e/ou moral), em projetos de combate ao trabalho infantil, à profissionalização de adolescentes, além de orientação, apoio sociofamiliar e medidas socioeducativas. Ao conscientizar empregados e contratados, estes se tornam multiplicadores na erradicação de ocorrências desse tipo de violência e exploração.

Em atendimento ao Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que proíbe a utilização de trabalho degradante ou forçado e/ ou trabalho infantil, e ao compromisso firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Pacto Global, para formalizar tais determinações em suas operações, a Eletrosul exige de seus fornecedores o cumprimento dos Direitos Humanos e Trabalhistas, mediante cláusulas contratuais, solicitando, para fins de registro cadastral e habilitação em licitações, uma declaração assinada pelo representante legal da empresa, comprovando que esta não possui no seu quadro de empregados menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer atividade, salvo como aprendiz, nem empregados executando trabalho degradante ou forçado. Sem a apresentação desta declaração, a Eletrosul não firma contrato com a empresa, bem como não a habilita em processos licitatórios, nem mesmo emite Certificado de Registro Cadastral (**GRI HR7; HR10**).

A Eletrosul não efetua contratação direta de seguranças e, por esse motivo, não realiza treinamento em políticas ou procedimentos relativos a aspectos de Direitos Humanos. Porém, em seus editais, a empresa possui cláusula padrão, exigindo que a mão de obra contratada em segurança seja capacitada e qualificada, sendo a empresa contratada responsável por comprovar a realização dos treinamentos, por meio de certificados (**GRI HR8**).

Mais do que garantir os Direitos Trabalhistas aos seus empregados, a empresa aplica o mesmo aos fornecedores, incluindo os de organização e associação,

conforme previsto na Constituição Brasileira e no artigo 9º da Lei de Greve, Nº 7.783, de 28/06/1989. Nos casos de greve, a Eletrosul negocia com os sindicatos a permanência dos empregados necessários para que o fornecimento de energia seja mantido. Assim, até hoje, não foi identificada nenhuma ação quanto ao cerceamento desse direito aos empregados, bem como aos fornecedores (**GRI HR5**).

8.16 Fornecedores

Os critérios para seleção de fornecedores adotados pela Eletrosul abrangem requisitos jurídicos, fiscais, trabalhistas, econômico-financeiros e técnicos, em consonância com a Lei Nº 8.666/93. Esta determina a garantia da isonomia no processo de contratação de serviços e produtos para as empresas estatais, e, por isso, a Eletrosul não tem autonomia para privilegiar os fornecedores locais nos processos de contratação.

Além dos critérios definidos na Lei Nº 8.666/93, a Eletrosul seleciona tecnicamente seus fornecedores de materiais críticos por meio da qualificação desses. Esta qualificação, quando aplicável, é complementada por meio da avaliação técnica atendendo à NBR 12.966 – Avaliação técnica de fornecedores. A análise de protótipos também é um recurso utilizado em complementação às avaliações (**GRI EC6**).

A gestão de fornecedores na Eletrosul é uma ação compartilhada entre diversas instâncias internas, com perfis, estruturas, atribuições, competências e responsabilidades específicas, ficando a cargo da área de gestão de suprimentos a tradução dos preceitos legais em normatização e procedimentos internos. Todas as contratações de obras, serviços e equipamentos na Eletrosul obedecem às legislações de compras nacionais, internacionais e às específicas para convênios.

O volume de aquisições realizadas apresenta os seguintes dados:

INDICADORES	2011	2012	2013
Nº de Licitações Finalizadas	456	1.002	775
Nº de Itens Contratados	1.007	2.838	1.968
Contratações Formalizadas	558	1.074	847
Valor das Contratações – R\$ mil	170.978	152.654	140.481

Quadro 46: Licitações e contratações

Em 2013, foram realizados 847 contratos, que somaram R\$ 140.481.330,00, todos contendo cláusulas relacionadas a Direitos Humanos, como a apresentação de declaração formal da não utilização de mão de obra escrava e/ou trabalho infantil (**GRI HR1; HR2**).

As principais contratações de obras e equipamentos associados efetivadas no período foram as seguintes:

- Usina Hidrelétrica São Domingos, localizada em Mato Grosso do Sul;
- PCH João Borges, localizada no complexo do Rio Caveiras, em Santa Catarina;

- execução do empreendimento da Ampliação "C" e "E" da SE Biguaçu 138 kV, em Santa Catarina;
- LT 138 kV UHE São Domingos – SE Água Clara, em Mato Grosso do Sul;
- ampliação "J"/"J2" da SE Joinville 230 kV, em Santa Catarina;
- ampliação "F" da SE Dourados 230/138 kV, em Mato Grosso do Sul;
- execução da Variante LT 750 kV Ivaiporã- Itaberá – Circuitos I e II, no Paraná;
- Megawatt Solar, localizada no edifício-sede da Eletrosul, em Florianópolis.

9. DIMENSÃO AMBIENTAL

A Eletrosul, com base em seu posicionamento estratégico, tem trabalhado para diversificar as fontes de energia geradas pela empresa, sempre privilegiando as renováveis para, assim, obter melhor aproveitamento energético com menor impacto socioambiental.

Tendo como política o compromisso de implantar e manter seus ativos operacionais com absoluta observância às legislações ambientais e respeito às populações abrangidas pelos seus empreendimentos, desenvolve suas atividades priorizando a prática do bom relacionamento com todas as partes interessadas.

Para tanto, a Eletrosul atua na elaboração e execução de projetos, obtenção de licenças ambientais para a implantação de empreendimentos e gestão dos ativos, levantamentos físicos, avaliação de terras e benfeitorias, negociação e regularização de bens imóveis e acompanhamento de obras.

Com o intuito de assegurar a incorporação da dimensão ambiental em seus processos, a empresa segue as diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras, cuja premissa fundamental é a conformidade com as diretrizes das políticas públicas relativas a meio ambiente e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção do Clima, a Agenda 21, o Protocolo de Quioto, entre outros.

Em 2013, a empresa não recebeu sanções administrativas, notificações de embargo ambiental nem ocorrências na esfera judicial (**GRI EN28**).

Em relação ao número de autuações e/ou multas por violação de normas ambientais, em 2013, este foi 0, em 2012, foi 2 e, em 2011, foi 0. Valor incorrido em autuações e/ou multas por violação de normas ambientais em 2013 foi 0, em 2012, foi R\$ 30.000,00, e, em 2011, foi 0. A quantidade de acidentes por violação das normas de segurança ambiental são indicadores ainda não mensurados pela organização.

A Eletrosul investiu em 2013 o valor de R\$ 715 mil em preservação da biodiversidade, R\$ 1.670 mil em recuperação de áreas degradadas e mais R\$ 987 mil em outros projetos ambientais, totalizando o valor de R\$ 3.372 mil em investimentos e gastos em proteção ambiental (**GRI EN30**).

9.1 Projeto Megawatt Solar

A implantação do Megawatt Solar representa um novo momento para a energia solar no Brasil, que já teve, no ano de 2013, dois leilões com a inclusão dessa fonte: o leilão A-3, ocorrido em novembro, contou com a participação de empreendimentos solares disputando com usinas eólicas e PCHs, e o leilão específico de energia solar realizado pelo governo de Pernambuco, que contratou 122 MW (**GRI EN6**).

Lançado em 2012, o edital de concorrência internacional para contratar a implantação da SOL Megawatt Solar teve como vencedor o consórcio EFACEC MEGAWATT SOLAR. O projeto conceitual, que segue o modelo BAPV (Sistema Fotovoltaico Aplicado à Edificação), prevê a instalação de módulos fotovoltaicos na cobertura do prédio e nos estacionamentos da sede da Eletrosul, em Florianópolis, totalizando uma área de, aproximadamente, 10 mil metros quadrados. A usina fotovoltaica, com capacidade instalada de 1 megawatt-pico (MWp), utilizará tecnologia de módulos de silício cristalino.

A licitação encerrou com o lance de R\$ 8.099.637,28, um deságio de 14% frente ao orçado, sendo que parte deste valor virá de um financiamento não reembolsável do banco alemão *KfW Bankengruppe*. O projeto conta com apoio técnico da agência alemã de cooperação internacional GIZ (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Instituto Ideal.

É esperada a produção de 1.079 MWh de energia no primeiro ano de operação – equivalente ao consumo de 489 residências, evitando a emissão anual de 260 tCO₂e na atmosfera. A entrada em operação comercial está prevista para o primeiro semestre de 2014 e sua energia será comercializada por 10 anos para consumidores livres.

Como forma de estimular o crescimento de um mercado de energia verde no país e agregar valor à energia fotovoltaica produzida, será vinculada à comercialização dessa energia a emissão de um Selo Solar, sob gestão do Instituto Ideal. Esse selo poderá ser utilizado em diversos mecanismos de comunicação da empresa compradora da energia como uma ferramenta de marketing, dando ao cliente final a visão sustentável da empresa. Em função dessa estratégia, a energia produzida pela usina será comercializada no Ambiente de Contratação Livre.

Além dessa usina comercial, o edital prevê a instalação de uma planta experimental de 8 kW de potência, contemplando outras tecnologias fotovoltaicas instaladas em estruturas metálicas ajustáveis em inclinação e orientação solar, permitindo o estudo comparativo de desempenho desses sistemas perante diversas condições de operação. A energia gerada por esta planta experimental será absorvida pelo edifício-sede da Eletrosul.

O Megawatt Solar demonstra a atuação da Eletrosul em projetos fotovoltaicos e plantas comerciais empregando essa tecnologia. Além disso, a usina coloca a Eletrosul em evidência nesse setor, haja vista que será o maior projeto brasileiro aplicado a uma edificação.

No estacionamento do edifício-sede da Eletrosul, encontra-se em operação, desde 2009, a Planta-Piloto Fotovoltaica, construída com o objetivo de servir como base para empreendimentos maiores, desenvolver competência técnica na área e avaliar os impactos da inserção dessa fonte na rede elétrica.

Com investimento de R\$ 397 mil, potência instalada de 11,97 kWp e uma área de cobertura de 228 m², a planta gerou, em 2013, cerca de 12,1 MWh, geração equivalente ao consumo anual de 5,5 residências da Região Sul, e que foram absorvidos pelo edifício-sede.

A planta será parte integrante do projeto Megawatt Solar que, além de se tornar uma possibilidade de receita para a empresa, também formará competência técnica própria para futuros projetos no país.

9.2 Estações Solarimétricas

Buscando estar na vanguarda do aproveitamento das tecnologias de produção de energia solar, a Eletrosul realizou, ainda em 2013, uma licitação para a contratação de seis estações de medição, destinadas, especificamente, para adquirir dados que darão suporte à empresa para prospectar novos negócios que utilizem o sol como fonte primária de energia.

Essas estações solarimétricas estarão distribuídas pelos estados do RS, MS e RO com a finalidade de obter informações que permitam a avaliação técnico-econômica de projetos de usinas fotovoltaicas ou termossolares (heliotérmicas). Além disso, todos os equipamentos contratados estão de acordo com as orientações da EPE de modo que as medições certificadas podem capacitar a empresa para participar de leilões de energia no mercado regulado.

O recurso financeiro para a instalação das estações é oriundo de um projeto aprovado pela Eletrosul junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), corroborando que as ações da empresa estão alinhadas também com as diretrizes de inovação tecnológicas pretendidas pelo governo brasileiro por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Destaque - Investimento em estudos para projetos termossolares

A Eletrosul abriu licitação para aquisição e instalação de estações solarimétricas no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Com a iniciativa, a empresa se torna uma das pioneiras do setor elétrico brasileiro a prospectar investimentos em usinas solares de concentração. Ao todo, serão instaladas seis estações. As obras tiveram início no mês de dezembro de 2013.

9.3 Geração eólica

Buscando se tornar uma das maiores empresas brasileiras com geração de energia a partir de fontes limpas e renováveis, a Eletrosul também investe fortemente em usinas eólicas.

Atualmente, a empresa possui três usinas em operação, totalizando 90MW de potência instalada e, por meio de SPE's, investe em outras 21 usinas em construção em três complexos eólicos com previsão de entrada em operação comercial em 2014. A Eletrosul também tem participação em outras 15 usinas eólicas, vencedoras do Leilão de Energia Nova A-3 de 2013.

A Eletrosul mantém fortes perspectivas de uma expansão ainda maior dessa matriz de energia limpa nos próximos anos, com a consolidação de outros projetos já em análise e a instalação de novas estações de prospecção eólica nos estados de atuação da empresa, firmando seu compromisso com a geração de energia limpa e renovável no Brasil.

Os indicadores da ANEEL referentes à geração eólica de energia, passaram a ser aplicáveis à Eletrosul em 2013, por meio dos Parques Eólicos Cerro Chato I, II e III. Porém, neste ano, o consumo de energia elétrica das unidades geradoras e auxiliares não foi calculado.

A mensuração dos indicadores referentes ao ruído associado à geração de energia eólica e às possíveis interferências em ondas de rádio ainda não são mesuradas, contudo, ressalta-se que os parques eólicos da Eletrosul em operação encontram-se agrupados, localizados em zona rural e em um ambiente com um número extrativamente reduzido de vizinhos.

Nos Parques Eólicos Cerro Chato I, II e III morreram, em 2013, no total, aproximadamente, 18 aves.

9.4 Eficiência Energética

A Eletrosul faz investimentos na área de eficiência energética, apesar de não ter obrigatoriedade em cumprir o Programa de Eficiência Energética da ANEEL, conforme os citados abaixo (**GRI EN5; EN26**):

Etiquetagem das novas instalações

A Eletrosul procura tornar suas instalações eficientes, obtendo a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia para Edificações Comerciais, tanto para o projeto quanto para a construção (**GRI EN7**).

Novas Tecnologias

A Eletrosul investe no estudo de aplicações de novas tecnologias nas áreas-fim da empresa, subestações, usinas, linhas de transmissão e PCHs, com o intuito de aumentar a eficiência do sistema e tornar a empresa mais competitiva. Encontra-se em fase de implantação um projeto-piloto para testar e dominar a tecnologia de barramento de processo (norma IEC6150-9-2) em Sistemas de Proteção e Controle, a qual digitaliza toda a troca de informações, por meio de fibra ótica, entre os equipamentos de pátio das subestações e a casa de controle. Esta tecnologia permitirá grande economia de cabos de cobre, diminuição dos tamanhos das canaletas, além da redução do tempo de testes de comissionamento.

Educação

Os profissionais de eficiência energética da empresa apresentam, em eventos e escolas, por meio de palestras, os projetos realizados e os conceitos de eficiência energética, de sustentabilidade e de conservação de energia. Na empresa, é realizada a divulgação, destes mesmos conceitos, diariamente, por meio dos equipamentos de telemídia, na forma de dicas de eficiência energética, e, semanalmente, no jornal eletrônico Saiba Mais. Além dessas divulgações, são realizadas inserções no Jornal Eletrosul Agora, apresentando os resultados obtidos com algum projeto ou divulgando premiação recebida. Além disso, a Eletrosul atende, diariamente, visitantes na Casa Eficiente, que é uma casa construída com o objetivo de tornar-se uma vitrine de conceitos de eficiência energética, sustentabilidade, conservação de energia, adequação climática e uso racional da água, não só para a comunidade acadêmica, mas, também, para os profissionais que atuam no mercado da construção civil e comunidade em geral. Localizada no pátio da Sede da Eletrosul, em Florianópolis (SC), a Casa Eficiente contou, em 2013, com um público de 2.593 visitantes de diversas instituições, dentre eles, veículos de comunicação, universidades, institutos, centros de pesquisa, entre outros. Além das visitas presenciais, por ano, são contabilizados mais de 40 mil acessos ao site da Casa Eficiente.

PROCEL

A Eletrosul, enquanto integrante das empresas Eletrobras, também trabalha, na área da eficiência energética, com programas do PROCEL, tais como o ReLuz, o Edifica (Prédios Públicos), o Educação, entre outros (**GRI EN7; EU7**).

Entre as últimas realizações da área de eficiência energética, estão os seguintes projetos:

Etiquetagem do Edifício-Sede

Após adequações no sentido de tornar eficiente o prédio da Eletrosul, ocorridas em 2006 e 2007, como retrofit de iluminação e central de ar-condicionado, a Eletrosul entrou, junto à Fundação CERTI, com o processo de etiquetagem do prédio, procurando, por meio disso, atestar a efetividade dos trabalhos realizados e da própria estrutura civil, que, mesmo sendo projetada na década de 70, já contava com a estratégia de sombreamento, previsão de aproveitamento de água de chuva, etc. Após este processo, a Eletrosul recebeu a etiqueta nível A de eficiência energética em edificações.

Casa Eficiente

Início da operação do sistema fotovoltaico da Casa, composto por 66 módulos de silício cristalino (2.040 Watts de pico instalados) fornecidos em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), dois inversores conectados à rede elétrica da empresa, com equipamentos e sensores de

monitoramento de variáveis climáticas e elétricas, disponibilizados para acompanhamento remoto por IP (*Internet Protocol*). Este sistema produz energia suficiente para suprimento do consumo da Casa Eficiente, e um excedente que é aproveitado pelo prédio Sede da Eletrosul.

Troca da iluminação de três salas da gerência da Regional de Santa Catarina

Após diagnóstico energético de iluminação realizado em três salas foram trocadas lâmpadas tubulares, de iluminação fluorescente e ineficiente, por lâmpadas tubulares a LED (*Light Emitting Diode*), com reduzida potência e maior eficiência luminosa. Neste projeto, contabiliza-se uma economia de energia anual de 789,36 kWh.

Retrofit de iluminação do prédio do Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Areia/PR

Foi realizada a troca de todo o sistema de iluminação do prédio, em que foram substituídas 110 lâmpadas fluorescentes de 4x40W T8 por 120 luminárias de 2x28W T5. Economia prevista de 50,9 MWh/ano.

Iluminação externa do entorno do prédio do centro de operação SE Blumenau/SC

Troca de 7 luminárias a vapor de sódio por 7 luminárias LED. Economia prevista de 5,33 MWh/ano e investimento de R\$ 15.750,00.

ReLuz de Novo Hamburgo/RS

Finalização do programa de eficiência energética da iluminação pública, com realização da última inspeção técnica prevista no cronograma, atestando a execução que abrangeu a iluminação pública de todo o município. Como resultado final, foram substituídos 22.852 pontos de iluminação (com troca de lâmpadas, luminárias, braços, relés e reatores), resultando em uma economia de energia 8.209,59 MWh/ano e uma redução de potência de 1.874,34 kW.

Projeto de Retrofit da iluminação externa na Sede da Eletrosul

Elaborado projeto para substituição de toda a iluminação externa da Sede da empresa. A previsão é que todas as atuais 190 luminárias de Vapor de Sódio de 70 W sejam substituídas por luminárias de LED, totalizando uma redução de consumo de até 54,78%. A economia de energia anual deve ser de 40,42 MWh/ano e a redução de demanda deve ser de 8,31 kW, representando uma economia de até R\$ 13.168,95/ano no consumo de energia e mais R\$ 19.189,37/ano com a redução dos custos de mão de obra e compra de materiais elétricos, considerando que o sistema atual será trocado dentro de quatro anos.

Quanto aos indicadores da ANEEL referentes a Projetos de Eficiência Energética (PEEs), destinados à formação da cultura em conservação e uso racional de energia elétrica, por envolverem unidades consumidoras, não são aplicáveis à Eletrosul.

Com relação a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&Ds) voltados ao meio ambiente, em 2013, foram aplicados R\$ 1.643.156,50, em 2012, R\$ 1.404.728,12, em 2011, R\$ 742.919,84. Neste período, foi registrada 01 (uma) patente no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Em 2013, não tivemos nenhuma ocorrência de ações de P&D que favoreçam a prevenção da poluição.

9.5 Implantação de empreendimentos

Os impactos ambientais em empreendimentos de geração e transmissão ocorrem em todas as etapas de sua implantação, e são mitigados com o desenvolvimento e execução de estudos e programas ambientais.

9.5.1 Áreas de Proteção Ambiental

As diretrizes defendidas pela Eletrosul na manutenção de APPs priorizam a utilização de modelos de conservação da biodiversidade. Essa visão prima em refazer processos naturais da sucessão, direcionando a comunidade para a sua integração com a paisagem que a rodeia, refletindo sobre seus processos e sua atual capacidade de campo. Dentro desse contexto, a empresa já está utilizando nas APPs o processo de nucleação, que consiste na criação de pequenas áreas ambientais a fim de aguardar que os grandes espaços desocupados entre elas sejam lentamente ocupados por uma diversidade compatível com o conjunto de aptidões bióticas e abióticas da área em questão. Como resultado, essas técnicas produzem uma variedade de fluxos naturais sobre o ambiente degradado, mantendo processos-chave e contribuindo para resgatar a complexidade de condições dos sistemas naturais (**GRI EN13**).

9.5.2 Biodiversidade e Unidades de Conservação

Para mitigar os impactos ambientais decorrentes da implantação de seus empreendimentos, tais como supressão da vegetação, inundação e modificações na composição da flora, os quais podem impactar a biodiversidade, a Eletrosul desenvolve Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/Rimas) ou, no caso de empreendimentos de pequeno porte, elabora Relatórios Ambientais Simplificados (RAS).

É prática, também, o desenvolvimento de ações de recuperação de áreas degradadas, reposição florestal e monitoramento, gerenciamento de resíduos e controle de processos erosivos, os quais são executados pelas empreiteiras contratadas para execução das obras, sob coordenação e responsabilidade da Eletrosul.

Para as áreas nas quais é realizada a supressão vegetal, a empresa faz um intenso trabalho de reposição florestal. Em 2013, 52.000 mudas nativas foram plantadas na APP da Usina Hidrelétrica São Domingos. Além disso, a Eletrosul promoveu campanhas de monitoramento de fauna, antes da implantação do empreendimento, o que permitiu realizar levantamento das espécies existentes no local anteriormente à intervenção, salvamento de flora antes da supressão de vegetação e reposição florestal, visando à manutenção da variabilidade genética das populações, resgate e afugentamento de fauna para salvar os espécimes durante o enchimento do reservatório. Também foram previstos programas de monitoramento para o período após a conclusão das obras, a fim de se obter um comparativo da biodiversidade antes, durante e após a implantação do empreendimento.

A área de atuação da Eletrosul envolve os biomas: Cerrado (Região Centro-Oeste), Mata Atlântica (Sul), Pampas (Sul) e Floresta Amazônica (Norte), em que existem diversas espécies ameaçadas de extinção. Para que haja a preservação dessas espécies, os estudos ambientais desenvolvidos pela empresa listam e monitoram seus hábitos durante as obras (**GRI EN11; EN12; EN13; EN14; EN15; EU13**).

Relatório de Supressão de Vegetação nas Linhas de Transmissão

Contém o quantitativo de vegetação suprimida nas faixas de servidão das linhas de transmissão, informando os vãos nos quais a atividade foi realizada, e os volumes de vegetação exótica e nativa suprimidos ao longo do ano.

O referido relatório, após concluído, é encaminhado ao órgão ambiental, em atendimento às condicionantes ambientais da licença de supressão concedida à Eletrosul e, também, é utilizado pela Engenharia de Manutenção de Linhas para o controle desta atividade, visando minimizar a supressão para a perfeita operação das linhas de transmissão.

Em 2013, o total de vegetação nativa suprimida em decorrência das atividades de manutenção de Linhas de Transmissão foi 2.310,10 mst, o total de vegetação nativa suprimida relacionada aos empreendimentos de transmissão foi de 0,19 mst e 0,11 m³. Para os demais empreendimentos de transmissão e de geração da empresa, não houve vegetação nativa suprimida.

O total suprimido em 2012 foi de 82.409,378 mst e, em 2011, foi de 2.774,20 mst. Os quantitativos de poda são indicadores ainda não mensurados pela organização.

9.5.3 Licenciamentos ambientais

No ano de 2013, a Eletrosul obteve licenças ambientais para 28 empreendimentos

de transmissão e geração de energia, sendo sete localizados em Santa Catarina, 19 no Rio Grande do Sul e um em Mato Grosso do Sul. Os empreendimentos correspondem a dez linhas de transmissão, cinco subestações, nove parques eólicos, duas PCHs e uma usina hidrelétrica. Além disso, foram obtidas 19 autorizações para torres anemométricas no Estado do Rio Grande do Sul.

Das licenças obtidas para os empreendimentos, três foram prévias, cinco de instalação, duas autorizações de fauna, uma autorização de corte de vegetação, uma autorização de drenagem, uma autorização de enchimento de reservatório, uma autorização ambiental, duas autorizações gerais e 11 licenças de operação. Nos casos de LTs em operação, foi avaliada a situação de 108 proprietários que tiveram supressão vegetal em suas terras. Nos empreendimentos corporativos, entre LTs, PCHs e usinas, a empresa indenizou 206 proprietários.

Ainda em 2013, foram obtidas as autorizações da FEPAM para instalação de torres anemométricas para estudos do potencial eólico nos municípios de Lavras do Sul e Pinheiro Machado, no Rio Grande do Sul, e para ampliação da SE Foz do Chapecó.

9.5.4 Gestão Patrimonial da Eletrosul

Os processos de instituição de servidão ou desapropriação de áreas para implantação de empreendimentos envolvem um amplo relacionamento com a comunidade local. Nesse processo, se realiza um cadastramento com dados pessoais do proprietário, dos documentos comprobatórios de posse ou domínio da área em questão, um inventário das terras e benfeitorias para correta avaliação de valores e uma negociação coerente com o proprietário. Para os casos de instituição de faixas de servidão para as linhas de transmissão, há um registro da faixa para restrições de uso, mediante indenização correspondente.

Em caso de desapropriações (Subestações e Usinas de Geração Hidrelétrica), ocorre a desapropriação mediante a aquisição da propriedade. No caso de reservatórios, é analisada a viabilidade da área remanescente e a possibilidade do proprietário continuar residindo e/ou utilizando o local. Para as Usinas de Geração Eólica, são feitos contratos de cessão de direito de uso de superfície, os quais contemplam uma remuneração de, aproximadamente, 1,0% do faturamento dos aerogeradores aos proprietários dos imóveis.

Os danos decorrentes dos trabalhos de implantação dos empreendimentos são indenizados à medida que forem ocorrendo, de acordo com as etapas da obra. Além disso, acontece o pagamento das despesas legais (taxas, certidões, escrituras, registros, impostos, entre outros) de responsabilidade da Eletrosul e, também, um diligenciamento da construção, que consiste no acompanhamento, com vistas a propiciar um relacionamento harmônico com os proprietários, impedindo embargos e prejuízos ao bom andamento das obras.

9.5.5 Programas Ambientais de Empreendimentos

Além das ações realizadas nos Programas Ambientais de cada empreendimento, em 2013, foram realizadas outras iniciativas com o objetivo de mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços da empresa (**GRI EN26**).

Campanha Anual Contra Queimadas

A campanha anual contra queimadas, realizada desde 1995 em caráter educativo, tem como objetivo orientar os proprietários rurais que possuem terras junto às linhas de transmissão e subestações de energia elétrica, de que a prática de queimadas próxima a essas provoca o seu desligamento, trazendo grandes problemas para a população em geral, deixando hospitais, indústrias, comércio e trânsito sem energia elétrica.

Até 2012, a campanha foi realizada em todo o sistema de transmissão da Eletrosul e veiculada em rádios AM, *outdoors*, cartazes, *folders*, com distribuição de bonés e sacolas retornáveis aos proprietários e aos sindicatos, prefeituras e outras entidades com as quais o público-alvo se relaciona.

Em 2013, a campanha foi direcionada aos proprietários de terras localizadas nas imediações das Linhas de Transmissão Itá – Salto Santiago (525 kV) – e Areia – Campos Novos (525 kV), com divulgação em rádios AM e distribuição de kits temáticos aos proprietários. A campanha teve 100% de êxito, já que não foram registradas ocorrências de desligamentos nestas linhas. Os desligamentos ocorreram em outras linhas não contempladas com as ações do programa. Os registros de desligamento, em 2013, estão apresentados a seguir:

- LT Campo Grande/MS – Mimoso 2 (1 desligamento);
- LT Ivaiporã/PR – Salto Santiago 2 (2 desligamentos);
- LT Areia/PR – Segredo (1 desligamento);
- LT Areia/PR – Bateias (1 desligamento);
- LT Campo Mourão/PR – Apucarana (2 desligamentos).

Programa Hortas Comunitárias

Em 2012, foi implantada a nova metodologia de desenvolvimento do programa Hortas Comunitárias, que inclui, além das definições técnicas sobre os locais a serem implantadas, o cadastramento de famílias, palestras e capacitações, acompanhamento do projeto e monitoramento dos resultados. Desenvolvido nas faixas de servidão de linhas de transmissão localizadas, especialmente, em grandes centros urbanos, o programa tem como meta beneficiar as famílias contempladas por meio da educação, empreendedorismo e qualificação profissional.

No ano de 2013, a Eletrosul investiu cerca de R\$ 7 mil na implantação, revitalização e manutenção das hortas comunitárias, estando, atualmente, 39 hortas ativas nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, com, aproximadamente, 300 mil m² de área plantada. Os beneficiados, no total de 1.066 famílias, além da orientação e assistência para a atividade, receberam, também, capacitações em diversos temas relacionados à agricultura.

9.6 Gestão Ambiental da Eletrosul

As ações de Gestão Ambiental englobam o monitoramento, a proposição de ações de melhoria, reportes internos e externos, a conscientização ambiental interna e realização de inventários, dentre outras questões empresariais voltadas ao meio ambiente.

9.6.1 Materiais e insumos

Os principais insumos utilizados pela empresa em seu processo produtivo e atividades administrativas com impacto ambiental significativo são: óleos, solventes, gases, terras ativadas, papéis e plásticos.

Embora em quantidade mínima (parte por milhão – ppm), o insumo utilizado pela empresa que representa risco ambiental significativo é o óleo mineral isolante contaminado com ascarel, um tipo de bifenila policlorada (PCB). A Eletrosul não possui equipamentos contendo ascarel puro, apenas óleo mineral isolante contaminado com este composto. A Convenção de Estocolmo, da qual o Brasil é membro signatário, propôs uma meta de eliminação das PCBs até 2025.

A Eletrosul já está desenvolvendo seu inventário de PCBs, tendo concluído, em 2012, o trabalho de levantamento da quantidade de óleo mineral isolante contaminado pelo ascarel que teve um total de 489 transformadores de força e reatores avaliados – permanecendo este valor em 2013. Entretanto, a avaliação do nível de contaminação do óleo dos transformadores auxiliares e de instrumentos ainda está em andamento.

Além disso, foram substituídas 0,75 toneladas de bauxita ativada contaminada com óleos. Para minimizar o impacto ambiental causado pela utilização desses materiais, a Eletrosul regenerou e reutilizou 112.000 litros de óleo mineral isolante. Houve registro de aquisição de 600 kg de SF6 para reposição em equipamentos. Em novos disjuntores, foram adquiridos 694 Kg de gás SF6 (não se trata de consumo operacional) para equipamentos da Eletrosul e outros 3.367 kg de SF6 instalados em novos equipamentos de terceiros, mas com manutenção sob responsabilidade da Eletrosul.

A benzina é o principal solvente utilizado nas atividades de manutenção da empresa. Em 2013, foram adquiridos 4.060 litros de benzina e 171 litros de benzina retificada.

A acetona é utilizada como solvente de óleos usados na operação e manutenção de máquinas de subestações de energia. Em 2013, foram adquiridos 105 litros de acetona. Suas características toxicológicas tanto para o homem quanto para o meio ambiente são parecidas com as da benzina. O tolueno é utilizado no Laboratório Físico-Químico da empresa para análises gerais, em 2013, foram adquiridos 30 litros.

A quantidade de papel branco adquirida foi de 16,866 toneladas e o consumo foi de 15,671 toneladas, enquanto que a quantidade de papel reciclado adquirida foi de

10,848 toneladas e o consumo foi de 6,982 toneladas. O percentual de papel reciclado adquirido em relação ao total de papel representa 64,318%. (**GRI EN1**, **GRI EN2**)

9.6.2 Energia

A energia indireta (energia elétrica) consumida pela empresa é proveniente do SIN, a qual é utilizada na climatização, na iluminação, em equipamentos, em serviços auxiliares em subestações, entre outros. O quadro abaixo apresenta um comparativo do consumo de energia elétrica nos últimos 03 anos (**GRI EN4**).

	2013	2012	2011
Consumo de energia elétrica (em kWh)	17.147.795,00 (**)	9.950.851,93 (*)	15.631.132,00 (**)

Quadro 47: Consumo de energia elétrica

(*) proveniente somente de concessionária em kWh

(**) proveniente de fontes próprias e concessionárias em kWh

Fonte: Formulário de dados do Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa

Em 2013, o consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária foi de (**GRI EN3**):

- Consumo total de diesel (litros): 18.170,83 (grupo gerador) + 329.761,49 (fontes móveis terrestres): 354.942,47;
- Consumo total de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (Kg): 3.204,65;
- Consumo total de Etanol (litros): 4.497,03;
- Consumo total de Gasolina (litros): 321.813,89.

9.6.3 Água

O consumo de água nas unidades da empresa ocorre, basicamente, por quatro meios (**GRI EN21**):

- Aquisição da concessionária pública;
- Captação de poços artesianos;
- Captação superficial de corpos d'água.
- Captação de águas pluviais.

O monitoramento do consumo de água na Eletrosul abrange a totalidade de suas unidades e é realizado com apoio de software ambiental.

	2013	2012	2011
Abastecimento (rede pública) (em m ³)	19.983,64	28.696,80	27.335,53
Fonte subterrânea (poço) (em m ³)	51.304,55	41.969,00	47.801,00
Captação superficial (cursos d'água) (em m ³)	213,00	1.317,00	3.024,00
Captação de águas de chuva (em m ³)	128,58*	14,90	NA

	2013	2012	2011
Consumo total de água (em m ³)	71.501,09 + 128,58 (chuva) = 71.629,67	85.222,90	91.421,00
Consumo de água por empregado (em m ³)	53,3355	55,1151	58,7916

Quadro 48: Consumo de água

No caso de abastecimento por rede (concessionária pública), não é possível identificar a fonte hídrica afetada. Já os casos de abastecimento por captação de poços artesianos são mais comuns, ocorrendo em subestações de energia elétrica, tendo seu consumo monitorado. Os casos de abastecimento por captação superficial de corpos d'água não são considerados significativos, pois apenas visam suprir alguns dos sistemas anti-incêndio de subestações de energia elétrica, quando necessário (**GRI EN9**).

A literatura técnica especializada prevê que o volume médio de esgotos domésticos gerados em uma determinada fonte corresponde a, aproximadamente, 80% do quantitativo do consumo de água registrado. Considerando-se que o consumo total de água nas unidades que compõem a Eletrosul em 2013 foi de 71.629,67m³, considerando a soma das fontes subterrânea, captação superficial, concessionária pública e pluvial, estima-se uma geração de esgotos domésticos nas unidades que compõem a Eletrosul, em 2013, de 57.303,74m³.

Dos quatro empreendimentos hidrelétricos da Eletrosul, a Usina Hidrelétrica Passo São João conta com outorga emitida para uso da água autorizando a captação de 333m³/s de água do Rio Ijuí (RS).

As PCHs em operação Barra do Rio Chapéu e João Borges têm as outorgas para os Rios Braço do Norte e Caveiras (SC), respectivamente, sem estipular a vazão definida. Para a Usina Hidrelétrica São Domingos, aguarda-se a manifestação do órgão ambiental competente quanto às orientações para solicitação de outorga.

Para discussão sobre questões hídricas, a Eletrosul participa de reuniões de comitês de bacias. Como seu produto principal é a transmissão e a geração de energia hidrelétrica, a Eletrosul não utiliza água para resfriamento, processamento e consumo em usinas térmicas e nucleares, incluindo o uso de água em manuseio de cinzas (**GRI EN8**).

Entre iniciativas de sua política de responsabilidade socioambiental, a Eletrosul desenvolveu projetos de reutilização de água pluviais.

O aproveitamento de água da chuva na Divisão Regional do Oeste é utilizado para vários fins não potáveis, entre os quais a irrigação de uma horta comunitária. Os 45 mil litros da cisterna e os 5 mil litros do reservatório da horta comunitária são suficientes para irrigar toda a área plantada – cerca de 8 mil m² – durante 20 dias.

A unidade de Campos Novos, desde outubro de 2012, conta com uma torre sustentável com altura total de 8,25 metros e diâmetro de 1,91m buscando eficiência energética e uso racional da água, que é o principal diferencial em relação às propostas convencionais, que agrupa em um único elemento um sistema de aquecimento solar de água e um sistema de aproveitamento de água da chuva com

capacidade de 10 mil litros para fins não potáveis. Na torre, ainda está inserida a caixa de água fornecida pela concessionária pública. O sistema da torre é autônomo, quando falta água da chuva, os pontos de consumo de água não potável serão supridos com água do sistema de abastecimento público. A torre proporciona ainda vantagens quanto ao efeito estético da edificação e diminui os riscos com vazamentos e manutenções. Seu projeto já participou de mostras, eventos e recebeu premiações.

Em 2013, o consumo águas pluviais na unidade de Campos Novos foi de 114 m³, enquanto que o de água potável foi de 60,9 m³. No período, o consumo de água da chuva representou uma economia ou aproveitamento de 65,5% da necessidade total de água para o prédio. A água da chuva é utilizada nos banheiros, para lavar calçadas e pisos, e regar o jardim. Porém, o reaproveitamento de águas pluviais ainda não é mensurado nesta unidade (**GRI EN10; EN21**).

Consumo de água na geração de energia

Para a Usina Hidrelétrica Passo São João - UHPJ, considerando a queda e potência nominais, chega-se a 13,78566234 m³/kWh. Para a Usina Hidrelétrica São Domingos - UHSD, tem-se 11,8275 m³/kWh. Para a Pequena Central Hidrelétrica João Borges - UHJB, considerando a queda e potência nominais, chega-se a 12,10259716 m³/kWh. Para a Pequena Central Hidrelétrica Barra do Rio Chapéu - UHBC, tem-se 7,385346535 m³/kWh.

O consumo de água em vazão (m³/s) está associado à potência gerada (MW), e não à energia (MWh), e, da mesma forma, depende da queda líquida verificada e da potência que o gerador operou no intervalo. Quanto maior a queda, menor o consumo de água, e, quanto maior a potência, menor o consumo proporcional (maior rendimento). Para a UHPJ, considerando a queda e potência nominais, chega-se a 3,829350649 m³/s/MW. Para a UHSD, chega-se a 3,285416667 m³/s/MW, para a UHJB, a 3,361832543 m³/s/MW e, para a UHBC, a 2,051485149 m³/s/MW.

Não foram identificadas ocorrências nos reservatórios da Eletrosul relativas à erosão de borda. Entretanto, as áreas suscetíveis à erosão foram mapeadas e estão sendo monitoradas. Quanto à restauração de mata ciliar, o número de mudas plantadas, em 2013, foi de 5.000 mudas nativas, na APP da UHE Passo São João, em que o índice de sobrevivência não atingiu 80%, e de 50.000 mudas nativas na APP da UHE São Domingos.

São monitorados os parâmetros necessários para todos os aproveitamentos hidrelétricos da empresa em operação, visando à qualidade de água e de sedimentos dos reservatórios.

Quanto ao resgate de peixes em turbinas em 2013, na UHE Passo São João, foram 03 paradas de máquina, totalizando 80 kg de peixes (ou seja 26,7 kg /parada), e, na UHE São Domingos, foram computados de 2 a 5kg de peixes por parada de máquina. Ainda em 2013, não houve soltura de alevinos nos reservatórios.

Em 2013, na UHE Passo São João, foram descartados com destino adequado 300 litros de óleos lubrificantes usados/contaminados e foram usados 10 kg de graxas nos mancais das máquinas. Na UHE São Domingos, foram consumidos 1.600 litros de óleo. Assim, tivemos 1900 litros por 8329,80 hm³ de água total turbinada.

Em 2013, na UHE Passo São João, foram retirados 3.000 kg de macrófitas do reservatório, enquanto, na UHE São Domingos, não houve retirada de resíduos.

Para a UHE Passo São João, em 2013, não ocorreram lançamentos de efluentes sanitários sem tratamento e não houve vazamento de óleos das turbinas. Já na UHE São Domingos, o lançamento de efluentes sanitários sem tratamento correspondeu a 0 m³/ano. Ocorreu um vazamento de óleo lubrificante nas turbinas com valor aproximado de 0,050 m³/ano.

9.6.4 Gestão de Resíduos

Os resíduos sólidos gerados pelas atividades de escritório da Eletrosul são recolhidos pelas empresas municipais de coleta e, quando recicláveis, destinados às associações de catadores de resíduos recicláveis dos municípios interessados, via convênio – ação já em vigor em algumas áreas e em processo de implantação nas demais áreas da empresa.

Desta forma, além de contribuir significativamente para a redução do volume de resíduos destinados ao meio ambiente, contribui, também, para a sociedade, por meio da geração de empregos. Os resíduos sólidos gerados pelas atividades de manutenção e operação do sistema de transmissão, caracterizados como resíduos perigosos, são coletados e armazenados seletivamente nas fontes, segundo sua característica principal (resíduos oleosos, contaminados com solventes, entre outros), e encaminhados para empresas especializadas em transporte, tratamento e disposição final desta categoria de resíduos. Para acompanhar esse processo, a empresa tem a prática de exigir Certificados de Destinação, que contemplam todas as informações necessárias para esse controle.

A gestão dos resíduos é realizada de maneira eletrônica e com alimentação de informações descentralizadas. Além disso, a empresa formalizou sua preocupação com o transporte correto para todos os tipos de resíduos gerados, incluindo os resíduos perigosos entre as suas áreas, elaborando e distribuindo material instrutivo aos envolvidos.

Em 2012 e em 2013, não foi registrada nenhuma ocorrência de vazamento de óleos, segundo os registros de contingência. Em 2011, foram registradas 14 ocorrências, totalizando um volume de 600 litros. A seguir, apresentamos o quadro com o peso total dos resíduos perigosos e totais da empresa por ano (**GRI EN22; EN23; EN24**).

	2013	2012	2011
Total resíduos Eletrosul (Kg)	144.156,37	191.927,55	62.339,70
Peso total dos resíduos perigosos transportados (Aterro Sanitário Industrial) (Kg)	11.333,67	1.764,80	51.146,80
Peso total dos resíduos perigosos tratados (Incineração) (Kg)	2,17	3,80	5,21
Peso total dos resíduos perigosos importados (Kg)	0	0	0
Peso total dos resíduos perigosos exportados (Kg)	0	0	0

Quadro 49: Total de resíduos Eletrosul

O transporte de resíduos perigosos decorrentes das contratações de destinação em aterro industrial ou, em menor escala, incineração (resíduos de saúde), não ultrapassa o limite territorial dos estados de atuação da empresa. Sua destinação ocorre no aterro industrial ou incinerador mais próximo.

Atualmente, a contratação e gestão do processo de destinação final dos resíduos sólidos, tanto de Classe I quanto de Classe II, ocorrem de modo pulverizado e descentralizado, sob responsabilidade das unidades geradoras. A seguir, o quadro com o peso total dos resíduos por tipo.

Resíduos Eletrosul	2013 (kg)	Métodos de destinação	Quantidade destinada (Kg)
TOTAL Classe I – perigosos (Kg)	11.333,67	Alienação	ND
		Aterro Sanitário Industrial	11.331,50
		Incineração	2,17
		Reciclagem	0
TOTAL Classe IIA – não perigosos (Kg)	45.878,00	Alienação	ND
		Aterro Sanitário Comum	ND
		Coleta Municipal	ND
		Compostagem	1.754,30
		Reciclagem	29.012,80
		Reutilização	30.045,00
TOTAL Classe IIB – não perigosos (Kg)	86.944,70	Aterro Sanitário Industrial	ND
		Coleta Municipal	86.944,70
		Outros	ND
TOTAL (kg)	144.156,37		

Quadro 50: Resíduos por tipo

Em 2013, os gastos com tratamento e destinação de resíduos tóxicos não foram mensurados. Em 2012, equivaleram a R\$ 8.308,30 e, em 2011, a R\$ 16.387,41. Em 2012, os gastos com a destinação de resíduos não perigosos foram de R\$ 10.637,40, em 2011, de R\$ 1.440,00 e, em 2013, não foram mensurados.

Em 2013, não houve registros de destinação de resíduos sólidos contaminados com PCBs. Não há registros de resíduos desagregados e/ou excluídos da rotina de operações. Não há aplicabilidade para barragem de rejeitos e resíduos para empresas com areias, petrolíferas e/ou operações de mineração de areias. Quanto a indicadores referentes à substituição de Ascarel em equipamentos e percentual de lâmpadas descontaminadas em relação ao total substituído nas unidades consumidoras, não são aplicáveis à Eletrosul.

Reciclagem de Resíduos

Os resíduos recicláveis são destinados às Associações de Catadores de Resíduos Recicláveis dos municípios interessados, via Convênio – ação já em vigor em algumas áreas da empresa e em processo de implantação nas demais áreas.

Em 2012, iniciou-se a mensuração do quantitativo percentual de resíduos sólidos gerados pela Eletrosul destinados à reciclagem e à reutilização, respectivamente, 3,14% e 8,78%. Já em 2013, foram de 20,12% e 20,84%, respectivamente.

9.6.5 Educação e Conscientização Ambiental

O número de empregados treinados nos programas de educação ambiental na Eletrosul, em 2013, foi 16, correspondendo a 1,19% do total de empregados. Já em 2012, foram 31 empregados, correspondendo a 2,00% do total, em 2011, foram 284 empregados, correspondendo a 18,21% do total.

As ações de educação ambiental promovidas pela Eletrosul voltadas à comunidade são o Programa Casa Aberta (tanto na unidade Sede quanto o itinerante), e programas de educação ambiental em decorrência da implantação de novos empreendimentos de geração e transmissão. Em 2013, a empresa atendeu 308 unidades de Ensino Fundamental e Médio, 14.456 alunos e 979 professores foram capacitados. Em 2012, a empresa atendeu 338 unidades de Ensino Fundamental e Médio, 16.583 alunos e 1.215 professores foram capacitados. Em 2011, a empresa atendeu 493 unidades de ensino, 19.400 alunos e 21 professores foram capacitados.

Quanto aos indicadores da ANEEL referentes a programas de Eficiência Energética destinados à formação da cultura em conservação e uso racional de energia, por envolverem unidades consumidoras, não são aplicáveis à Eletrosul.

9.7 Mudanças Climáticas

Com o intuito de contribuir na transição para um novo modelo de desenvolvimento baseado numa economia de baixo carbono, a Eletrosul busca novas oportunidades de negócios, priorizando, em sua carteira de projetos, a participação de fontes de energia renovável. Neste sentido, vem expandindo sua matriz energética em geração hidráulica e eólica, além de investimentos em energia solar por meio do Projeto Megawatt Solar (**GRI EC2**).

Além disso, a empresa fomenta alguns estudos que, além de buscar novas tecnologias, se constituem em alternativas importantes para a preservação do meio ambiente, as quais também contribuem para minimizar as emissões de gases de efeito estufa. Neste sentido, destacamos os seguintes projetos de pesquisa (**GRI EN18**):

Tratamento da vinhaça

A pesquisa visa proporcionar ao setor sucroalcooleiro nacional novas perspectivas para o aproveitamento energético da vinhaça – subproduto do processamento da cana-de-açúcar na fabricação do etanol. A meta é aliar a destinação adequada de um resíduo industrial altamente poluente com o ganho do aproveitamento para geração de energia limpa, que pode ser usada pela própria indústria sucroalcooleira no processo produtivo;

Tratamento de resíduos agrícolas

Consiste no desenvolvimento de pesquisa de tecnologia de biodigestão para o processamento de resíduos agrícolas adequados ao contexto rural brasileiro, com a implantação de gasoduto para transporte de biogás até uma central de geração de energia;

Purificação do silício ao grau solar

Visa obter o silício purificado ao grau solar, o qual é a matéria-prima necessária para fabricação de células fotovoltaicas, para utilização em módulos solares permitindo o domínio em toda a cadeia de produção dos módulos para gerar energia limpa a partir de luz solar;

Aproveitamento de resíduos sólidos urbanos

Estudo de viabilidade técnica e econômica para implantação de usina de geração de energia com aproveitamento de resíduos sólidos urbanos na região do Alto Uruguai. Atualmente, 80% da produção de resíduos sólidos já é reciclada e a ideia é gerar energia elétrica a partir dos 20% não reciclados.

9.7.1 Emissões atmosféricas

A Eletrosul monitora suas emissões atmosféricas por meio do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa – GEE, que é um documento estratégico, cuja publicação evidencia o compromisso da empresa com a sociedade, em consonância com os princípios estabelecidos tanto na Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas quanto na Política Ambiental. Configura-se como um dos instrumentos da Estratégia Climática das empresas Eletrobras, sistematizando e divulgando as informações relativas às emissões de GEE.

O Inventário está em seu quinto ciclo anual consecutivo e contabiliza as emissões dos seguintes gases causadores do efeito estufa: dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4), óxido nitroso (N_2O) e hexafluoreto de enxofre (SF_6), hidrofluorcarbonos (HFC) e perfluorcarbonos (PFC).

A partir de 2013, passou a ser assegurado por terceira parte independente, com o objetivo de atestar a qualidade e credibilidade dos dados. A carta de asseguração

dos auditores independentes foi emitida em 2013 pela KPMG *Risk Advisory Services* Ltda.

Sua metodologia foi definida pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC (2006) e as diretrizes são do GHG *Protocol*, padrão corporativo de contabilização e comunicação de emissões de gases de efeito estufa, reconhecido internacionalmente e, hoje, a ferramenta mais utilizada no mundo pelas empresas e governos para entender, quantificar e gerenciar suas emissões.

No que tange os limites organizacionais, o inventário utiliza a abordagem do controle operacional, na qual a organização responde por 100% das emissões de GEE das unidades sobre as quais tem controle operacional, não respondendo por aquelas provenientes de operações nas quais tem apenas participação societária. Possuir controle operacional sobre uma unidade/operação consiste no fato da organização ter autoridade absoluta para introduzir e implementar políticas na operação em questão.

A empresa declara em seus inventários as suas emissões diretas (escopo 1) e indiretas (escopo 2 e 3). Na edição 2013, foram consideradas, no escopo 1, as emissões diretas provenientes dos grupos geradores de emergência que operam na sede da empresa e nas subestações, do consumo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em cozinhas, da queima de combustíveis por veículos próprios ou controlados pela empresa, da queima de combustíveis por aeronaves alugadas para uso exclusivo da empresa, do gás SF₆ utilizado como isolante elétrico em disjuntores e transformadores, do gás consumido em recargas de extintores de incêndio e do gás consumido em recargas de equipamentos de ar condicionado.

No escopo 2, foram consideradas as emissões indiretas provenientes do consumo de energia elétrica adquirida da rede distribuidora, do consumo de energia elétrica no processo de geração, do consumo de energia elétrica para serviços auxiliares em subestações provenientes do terciário do transformador, além das perdas no sistema de transmissão (**GRI EN16**).

No escopo 3, foram consideradas as emissões indiretas do consumo de combustível para o transporte de equipamentos/produtos não energéticos, de empregados no trajeto residência-trabalho, e das viagens aéreas nacionais e internacionais realizadas por empregados a serviço. (**GRI EN17 e EN29**).

A partir do estabelecimento de uma rotina para elaboração e publicação dos inventários de gases de efeito estufa, todos os anos, têm sido publicada uma edição, sendo que o conteúdo inventariado vem sendo ampliado a cada edição, na medida em que novas fontes passam a ser incorporadas.

O total das emissões da empresa no ano de 2013, bem como um comparativo com os anos anteriores, está apresentado no quadro e gráfico a seguir (**GRI EU5**):

Emissões – por toneladas de carbono equivalente (tCO_{2e})

Ano Base	Escopo 1	Escopo 2	Escopo 3	Total
2011	5.456,3	55.856,00	1.238,86 ⁽¹⁾	62.551,16 ⁽³⁾
2012	4.484,94	186.133,00	1.497,00 ⁽²⁾	192.114,94 ⁽⁴⁾
2013	17.546,49	161.172,31	1.197,78	179.916,58

Quadro 51: Emissões – por tonelada de carbono equivalente

(1) (2) Valores corrigidos devido ao recálculo das emissões provenientes de viagens aéreas nacionais.

(3) (4) Somatório recalculado devido às correções nas emissões do escopo 3, que incluem as viagens aéreas.

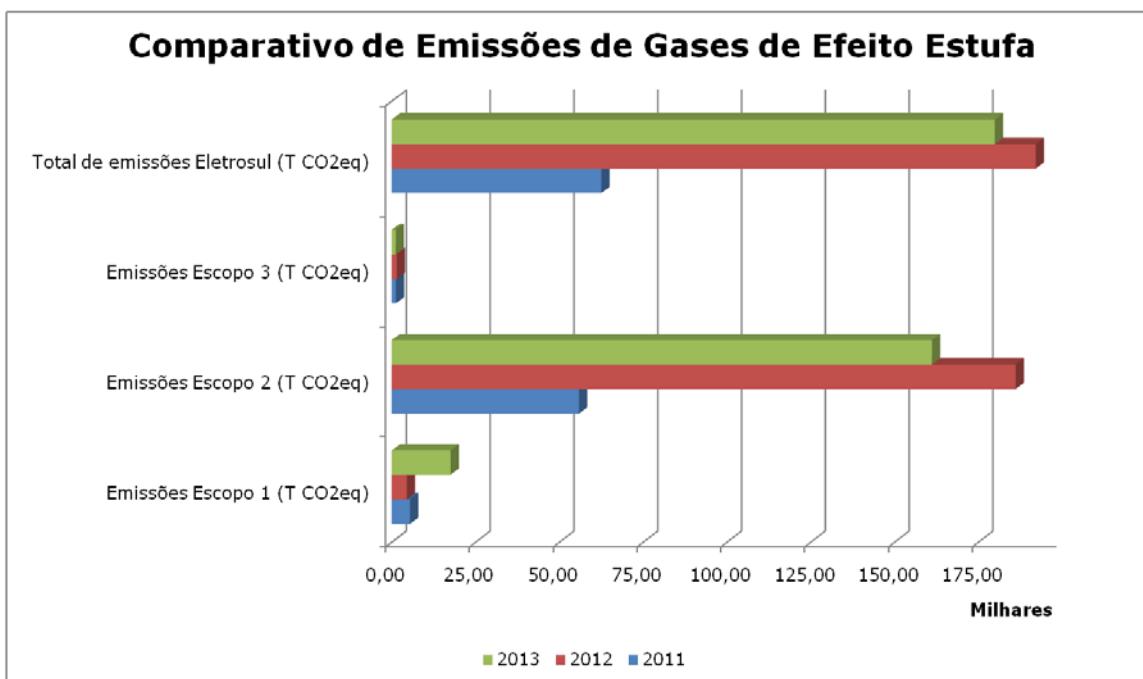


Figura 2: Comparativo de emissões de gases de efeito estufa

O detalhamento das emissões por escopo está apresentado nos quadros a seguir (**GRI EN16; EN17**):

Escopo 1				
(tCO _{2e})	Fixas, geradores e outras	Móveis (Rodoviárias e aeroviárias)	Fugitivas (SF ₆ , refrigeração e extintores)	Subtotal escopo 1
Total 2011	61,00	1.716,00	3.679,30	5.456,30
Total 2012	66,32	1.787,57	2.631,05	4.484,94
Total 2013	72,54	1.514,70	15.959,25	17.546,49

Quadro 52: Escopo 1 – emissões diretas

Escopo 2				
(tCO _{2e})	Consumo de eletricidade	Perdas na transmissão	Perdas na distribuição	Subtotal escopo 2
Total 2011	835,00	55.421,00	n.a.	55.856,00
Total 2012	691,30	185.441,70	n.a.	186.133,00
Total 2013	420,76	160.751,55	n.a.	161.172,31

Quadro 53: Escopo 2 – emissões indiretas

Escopo 3					
(tCO _{2e})	Produtores Independentes de Energia - PIEs	Viagens aéreas	Transporte de Colaboradores	Logística terrestre	Subtotal escopo 3
Total 2011	n.a.	926,86 ⁽¹⁾	312,00	n.d.	1.238,86
Total 2012	n.a.	1.032,28	462,74	1,98	1.497,00
Total 2013	n.a.	864,48	332,27	1,03	1.197,78

Quadro 54: Escopo 3 – emissões indiretas

Detalhamento das emissões de gases de efeito estufa				
(tCO _{2e})	Subtotal Escopo 1	Subtotal Escopo 2	Subtotal Escopo 3	Total
Total 2011	5.456,30	55.856,00	1.238,86	62.551,16
Total 2012	4.484,94	186.133,00	1.497,00	192.114,94
Total 2013	17.546,49	161.172,31	1.197,78	179.916,58

Quadro 55: Detalhamento das emissões de GEE

Legenda:

n.a. Não se aplica.

n.d. Não disponível

Percebe-se que a maioria das fontes inventariadas contribuiu para a redução no valor total das emissões em 2013 em relação ao ano anterior, com exceção das emissões fugitivas de SF₆, que influenciaram fortemente no aumento das emissões do escopo 1, devido, entre outros fatores, a incidentes que acarretaram em explosões de dois disjuntores na subestação Curitiba, com liberação de 65 kg de gás.

Nos escopos 2 e 3, houve uma redução em relação às perdas na transmissão, consumo de energia elétrica, viagens aéreas, transporte de colaboradores e logística terrestre. No que tange as emissões provenientes das perdas na transmissão, constatou-se que o percentual de perdas da empresa reduziu de 2,08% (2012) para 1,76% (2013)⁶, refletindo numa redução de 13% nas emissões em relação ao ano anterior. Quanto às emissões relativas ao consumo de energia elétrica, houve redução porque muitas instalações da empresa (subestações) utilizam em seus serviços auxiliares energia proveniente do terciário do transformador, que não é contabilizada para evitar a dupla contagem, já que esta energia entra no cálculo das perdas.

Verificou-se, também, uma redução nas emissões indiretas relacionadas às viagens aéreas a serviço, provavelmente relacionada às alternativas tecnológicas de comunicação (videoconferências), que tem se mostrado uma ferramenta eficaz, sobretudo quando o número de empregados a serem deslocados e o tempo gasto em transporte se mostram inviáveis, tanto sob o ponto de vista operacional quanto do ambiental. Em 2013, houve uma redução de 167,8 tCO_{2e} nas emissões decorrentes de viagens aéreas a serviço em relação a 2012, correspondendo a um percentual de 16% (**GRI EN18**).

Além desta iniciativa para redução de emissões, a empresa também formalizou o estabelecimento de duas metas para redução de emissões de gases de efeito estufa, ambas relacionadas ao consumo de energia elétrica no edifício-sede da empresa, conforme descrito a seguir:

⁶ Fonte: Relatório Índice de Perdas na Transmissão do Sistema Eletrobras

Meta 1: Em 2014, reduzir 20% do consumo de energia elétrica proveniente do SIN, no Edifício-Sede, tendo como referência o ano base 2012.

Meta 2: Em 2015, reduzir 40% do consumo de energia elétrica proveniente do SIN, no Edifício-Sede, tendo como referência o ano base 2012.

O estabelecimento destas metas, definidas tomando como base os resultados do Inventário de Emissões de GEE, está em consonância com os princípios estabelecidos tanto na Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas quanto na Política Ambiental.

Estas metas, juntamente com outras ações focadas na estratégia climática, contribuem para elevar a pontuação da dimensão ambiental da Eletrobras em um dos índices de maior visibilidade no mercado internacional, o *Dow Jones Sustainability Index – DJSI*.

O consumo, a partir de uma fonte limpa e renovável em substituição ao consumo de energia proveniente do SIN, irá reduzir as emissões, uma vez que a energia do Sistema reflete a composição das fontes energéticas presentes na matriz energética brasileira, entre as quais aquela proveniente de geração termelétrica, responsável pela maior parcela de emissões no Inventário de Emissões de GEE (**GRI EN18; EC2**).

No que diz respeito aos impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da empresa, foram contabilizadas as emissões do transporte terrestre de equipamentos realizado por terceiros entre as instalações da empresa, que totalizou 1,03 tCO_{2e}.

Para o transporte de empregados no trajeto residência-trabalho, já é praxe da empresa contratar ônibus em suas áreas descentralizadas, sendo que as emissões decorrentes do combustível utilizado totalizou 332,27 03 tCO_{2e} (**GRI EN29**).

Com relação às substâncias químicas que destroem a Camada de Ozônio – SDOs, a Eletrosul vem substituindo o HCFH - 22 (R22), que é um gás regulado pelo Protocolo de Montreal e utilizado na empresa para refrigeração em aparelhos de ar condicionado pelo HCF - 134a, que é considerado um gás ecológico em relação a camada de ozônio. (**GRI EN19**).

Quanto às emissões de SOx e NOx, salientamos que a empresa não emite estes gases porque o processo de geração de energia elétrica da Eletrosul ocorre a partir de energias limpas e renováveis, não possuímos geração termelétrica por combustíveis fósseis, cujo processo de combustão libera óxidos de enxofre e de nitrogênio (**GRI EN20**).

Em relação à novas oportunidades de negócios, a empresa prioriza, em sua carteira de projetos, a participação de fontes de energia renovável e, também, fomentando alguns estudos utilizando novas tecnologias, que se constituem em alternativas importantes para a preservação do meio ambiente, que também podem contribuir para minimizar as emissões de GEE.

9.8 Planejamento de contingências, plano de gestão e programas de treinamento para desastres/emergências

Na transmissão, todas as atividades de operação e de manutenção encontram-se regidas por normativos internos, dentre os quais Manuais de Manutenção (MMs), Manuais de Operação (MOs), disponibilizados em aplicativo eletrônico disponível para consulta interna, e Prontuários e Planos de Contingência (PPCs), que, além de estarem em meio eletrônico, são disponibilizados em via impressa em cada uma das respectivas unidades, em local visível e de fácil acesso, para uso do público interno.

Os PPCs são desenvolvidos de modo individual, para cada unidade de transmissão da empresa. Com objetivo de atender às falhas de equipamentos em caráter emergencial, cada instalação tem seu próprio Plano de Contingências.

Já os Prontuários da Instalação atendem a NR-10 e contêm diretrizes básicas para implementação de medidas de controle e sistema preventivos, destinados a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade nos seus mais diversos usos e aplicações, e quaisquer trabalhos realizados nas suas proximidades.

Na geração, todas as atividades de operação e de manutenção encontram-se regidas por normativos internos, dentre os quais Manuais de Manutenção (MMs), Manuais de Operação (MOs) e Prontuários da Instalação, que encontram-se disponibilizados em aplicativo eletrônico disponível para consulta interna. Os PPCs ainda estão em fase de desenvolvimento e as usinas já contam com um Plano de Atendimento a Emergências (PAE) institucionalizado. A identificação da contingência e comunicação para as áreas afins é feita por meio do Centro de Operação do Sistema Eletrosul (COSE) (**GRI EU21**).

10. PREMIAÇÕES

Selo de Pró-Equidade de Gênero e Raça

Pelo quarto ano consecutivo, a Eletrosul recebe o Selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. A premiação é entregue a empresas que se destacaram no desenvolvimento de novas concepções de gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade entre mulheres e homens no ambiente corporativo. Para receber o reconhecimento, as instituições devem executar, ao menos, 70% das ações pactuadas do Plano de Ação do Programa e obter desempenho considerado satisfatório ou muito satisfatório.

Prêmio Empresa Cidadã ADVB/SC

A Eletrosul conquistou, pela sexta vez consecutiva, o Prêmio Empresa Cidadã, oferecido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil em Santa Catarina (ADVB/SC). A premiação na categoria Participação Comunitária contemplou o Programa Voluntariado Corporativo, que teve início em 2010 com a realização de campanhas e capacitações para incentivar empregados, ex-empregados, familiares e colaboradores a desenvolverem trabalhos comunitários. Ao todo, já foram atendidos 21 projetos e, aproximadamente, 6,4 mil pessoas em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Melhores e Maiores 2013 da Revista Exame

A Eletrosul ficou entre as 15 melhores empresas do setor de energia do País, ocupando a sexta posição, segundo ranking Melhores e Maiores 2013 da revista Exame. A empresa aparece com o sétimo maior crescimento do setor em aumento das vendas líquidas e na segunda colocação em liquidez corrente. A empresa figura, também, no 411º lugar entre as 500 maiores em vendas líquidas e ficou entre as 100 maiores do Sul do País, ocupando a 58ª posição. Na estratificação por estado, a Eletrosul ficou com a segunda colocação entre as dez empresas de Santa Catarina com maior crescimento em vendas líquidas. Ocupou a segunda posição, também, entre as companhias catarinenses com melhor resultado em liquidez corrente.

Sede recebe etiqueta Nível A de eficiência energética

O edifício-sede da Eletrosul, em Florianópolis (SC), recebeu a etiqueta nível A de Eficiência Energética, viabilizada por meio de convênio firmado entre Eletrobras e Fundação Certi. Construído na década de 70, o prédio foi projetado visando à redução do consumo de energia elétrica nos sistemas de climatização e iluminação. As instalações também apresentam soluções aplicadas para uso racional da água.

Conquista do Troféu Sesi Esportes

Em 2013, a Eletrosul faturou, pela 7^a vez, o Troféu Sesi Esportes pelo melhor desempenho nas etapas regionais e estadual da Grande Florianópolis. Com a participação de 154 empregados, divididos em 53 modalidades, a empresa marcou forte presença na última edição da competição, conquistando 12 vezes o primeiro lugar.

Eletrosul na Melhores da Dinheiro, pela Revista IstoÉ

Entre as grandes empresas do setor elétrico, a Eletrosul figura como vice-líder em governança corporativa e uma das cinco melhores em inovação e qualidade, e recursos humanos. O anuário da revista IstoÉ Dinheiro é o mais completo e abrangente ranking empresarial do Brasil, que avalia as companhias segundo critérios de gestão de sustentabilidade financeira, recursos humanos, inovação e qualidade, responsabilidade socioambiental e governança corporativa.

500 Maiores do Sul da Revista Amanhã

Ocupando a sexta posição entre as 100 maiores empresas de Santa Catarina e a vigésima no ranking da Região Sul, a Eletrosul, novamente, esteve em destaque na publicação 500 Maiores do Sul da Revista Amanhã.

Prêmio Ser Humano

Com o programa Hortas Comunitárias, na categoria Projetos Socioambientais, a Eletrosul conquistou o Prêmio Ser Humano 2013, uma realização da Associação Brasileira de Recursos Humanos. A premiação reconhece o profissional e a organização que, em seu escopo de atividade, tenham realizado contribuições relevantes para a evolução da prática de Gestão de Pessoas, visando promover o desenvolvimento humano e das organizações.

Eletrosul é finalista do *Green Project Awards Brasil 2013*

Com a Casa Eficiente, a Eletrosul foi uma das finalistas da segunda edição do *Green Project Awards Brasil 2013*, na categoria Gestão Eficiente de Recursos, ficando entre os 10 primeiros de um total de 60 projetos inscritos. A premiação é uma realização da GCI, uma consultoria portuguesa especializada em sustentabilidade, co-organizada pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A iniciativa reconhece as melhores práticas de sustentabilidade desenvolvidas no País ao longo do ano. (**GRI 2.10**)

11. IBASE

Balanço Social - Informações de Natureza Social e Ambiental

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e distribuição de riqueza	Em 2013			Em 2012 (Reapresentado)		
Distribuição do Valor Adicionado A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Financeiras.	21,9% governo 20,9% acionistas	28,8% empregados 28,4% financiadores		-21,5% governo 11,2% acionistas	46,4% empregados 63,9% financiadores	
2 - RECURSOS HUMANOS	Em 2013			Em 2012 (Reapresentado)		
2.1 – Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)	224.358			206.138		
- Empregados	222.040			203.967		
- Administradores	2.318			2.171		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	15,99			16,02		
- Administradores	1,05			1,05		
2.2 - Benefícios Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	74.551	33,23%	7,90%	72.661	35,25%	6,31%
Alimentação	21.965	9,79%	2,33%	19.021	9,23%	1,65%
Transporte	343	0,15%	0,04%	299	0,15%	0,03%
Previdência privada	21.607	9,63%	2,29%	25.745	12,49%	2,24%
Saúde	24.056	10,72%	2,55%	19.128	9,28%	1,66%
Segurança e Medicina do trabalho	1.971	0,88%	0,21%	2.089	1,01%	0,18%
Educação ou auxílio creche	4.474	1,99%	0,47%	4.119	2,00%	0,36%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.193	0,53%	0,13%	3.063	1,49%	0,27%
Participação nos lucros ou resultados	28.531	12,72%	3,02%	31.772	15,41%	2,76%
Outros	3.901	1,74%	0,41%	6.270	3,04%	0,54%
Total	182.592	81,38%	19,35%	184.167	89,35%	16,00%
2.3 - Composição do Corpo Funcional(*)						
Nº de empregados no final do exercício	1.343			1.535		
Nº de admissões	-			9		
Nº de demissões	198			18		
Nº de estagiários no final do exercício	78			110		
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	21			26		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	543			469		
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	1.107			1.269		
- Feminino	236			266		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	-			-		
- De 18 a 35 anos	433			495		
- De 36 a 60 anos	892			1.008		
- Acima de 60 anos	18			32		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	-			-		
- Com ensino fundamental	8			14		
- Com ensino médio	108			144		
- Com ensino técnico	496			570		
- Com ensino superior	483			530		
- Pós-graduados	248			277		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	89,22%			85,71%		
- Feminino	10,78%			14,29%		

Balanço Social - Informações de Natureza Social e Ambiental

(Valores expressos em milhares de reais)

2.4 - Contingências e passivos trabalhistas:	Em 2013			Em 2012 (Reapresentado)		
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	914			1.255		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	61			41		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	126			82		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	25.429			11.215		
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	751	0,20%	0,08%	1.959	-0,82%	0,17%
Cultura	156	0,04%	0,02%	885	-0,37%	0,08%
Saúde e infra-estrutura	773	0,20%	0,08%	4.116	-1,71%	0,36%
Esporte e lazer	153	0	0,02%	675	-0,28%	0,06%
Alimentação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	391	0,10%	0,04%	1.340	-0,56%	0,12%
Outros	620	0,16%	0,07%	1.528	-0,64%	0,13%
Total dos investimentos	2.844	0,74%	0,31%	10.503	-4,38%	0,92%
Tributos (exluídos encargos sociais)	229.912	60,01%	24,36%	(172.006)	71,61%	-14,94%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	8.607	2,25%	0,75%	1.013	-0,42%	0,09%
Total - Relacionamento com a Comunidade	241.363	63,00%	25,42%	(160.490)	66,81%	-13,93%
3.2 - Interação com os Fornecedores						

Nos critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores, são exigidos controles sobre:

A seleção de fornecedores segue legislação e normas específicas com ênfase na Lei das Licitações nº 8.666 de 21/06/1993, Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 5.450 de 31/05/2005. São realizadas pesquisas de satisfação abordando o sistema de cadastramento de fornecedores e o sistema de pregão. É fiscalizado o cumprimento de questões como treinamento e pagamento de pessoal, uniforme, alimentação, saúde e segurança de pessoal e de terceiros.

4 - Interação com o Meio Ambiente	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	4.088	1,07%	0,43%	6.311	-2,63%	0,55%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	1.670	0,44%	0,18%	7.540	-3,14%	0,66%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	-	0,00%	0,00%	38	-0,02%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	2	0,00%	0,00%	1	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	987	0,26%	0,10%	7.044	-2,93%	0,61%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Passivos e contingências ambientais	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total da Interação com o meio ambiente	6.747	1,77%	0,71%	20.934	8,72%	1,82%
5 - Outras informações						
Receita Líquida (RL)	943.962			1..151.122		
Resultado Operacional (RO)	383.143			-240.213		

*Valores relativos a 2012 revistos em relação ao anteriormente informado, tendo em vista a utilização do conceito de quadro efetivo em substituição a quadro próprio.

12. PERSPECTIVAS

Após um período marcado pela reorganização e adequação ao novo modelo setorial, a Eletrosul vislumbra um caminho de grandes conquistas para 2014. O cenário que se apresenta é delineado, principalmente, pela expectativa de novos financiamentos por parte do banco de fomento alemão KfW, voltados para projetos de energia renovável, e pela destacada atuação nos leilões realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando arrematou lotes de transmissão e geração.

Serão mais de R\$ 1,1 bilhão investidos em 15 novos projetos eólicos no extremo Sul gaúcho, distribuídos por Sant'Ana do Livramento (40,8 MW), Santa Vitória do Palmar (154,7 MW) e Chuí (17 MW). Juntamente com a CEEE-GT, a Eletrosul vai implantar mais duas subestações e outros 240 quilômetros de linhas da rede básica entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina e, sozinha, dará início à implantação da quarta subestação no Mato Grosso do Sul – empreendimentos previstos no Plano Decenal de Expansão (PDE 2022).

Para 2014, é grande a expectativa com a entrada em operação do projeto Megawatt Solar, prevista para o primeiro semestre, o que tornará o edifício-sede da Eletrosul o primeiro prédio público brasileiro a gerar e comercializar energia fotovoltaica, conectando-a à rede elétrica local. O empreendimento, somado aos novos parques eólicos dos complexos Cerro Chato, Geribatu e Chuí, e às usinas Teles Pires e Jirau, que deverão estar operando plenamente dentro de três anos, farão a Eletrosul gerar mais de 2,2 mil gigawatts, aumentando a segurança energética do País.

Também deve iniciar a construção da Pequena Central Hidrelétrica Santo Cristo, a terceira em Santa Catarina, proporcionando um incremento energético de 19,5 MW, o suficiente para atender a 143 mil consumidores.

No segmento de transmissão, a empresa também dará continuidade à implantação de importantes empreendimentos, consolidando-se como uma das maiores empresas neste segmento, segundo apontam os órgãos reguladores e gestores do sistema elétrico brasileiro. Até 2015, a estimativa é que sua rede própria ultrapasse os 15 mil quilômetros – cerca de 15% do sistema nacional. Para isso, os investimentos ultrapassam os R\$ 3,5 bilhões e contemplam obras como as do segundo circuito do Linhão do Madeira, da Interligação Elétrica Brasil-Uruguai e de outras duas grandes linhas que irão melhorar a conexão do Sul ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

E é dessa forma, alinhando e planejando seus negócios, que, em 2014, a Eletrosul intensificará os investimentos em todas as áreas de atuação, incluindo as ambiental e social, certa de que essa é a melhor forma de dar suporte à sua estratégia empresarial – baseada na eficiência operacional, confiabilidade e sustentabilidade.

13. AGRADECIMENTOS

A consolidação da Eletrosul como geradora e uma das maiores transmissoras de energia do País deve-se, principalmente, ao comprometimento de seus empregados. A Administração agradece a todos pelo empenho, pela compreensão e pela colaboração nas ações da empresa em 2013, determinantes na superação dos desafios e na obtenção de resultados positivos. Agradece à *holding* Eletrobras e a todos os seus acionistas pela confiança depositada e pelo apoio nos direcionamentos empresariais. Também aos clientes, aos fornecedores e à sociedade, fica aqui registrada a gratidão.

A Eletrosul acredita que essa união de esforços, embasada na transparência, ética e no empreendedorismo, terá continuidade nos próximos anos, e fará do Brasil um país cada vez mais forte.

14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	138
PARECER DO CONSELHO FISCAL	141
BALANÇO PATRIMONIAL	142
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	144
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	144
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	145
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	146
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	148
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	149



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e suas controladas (Consolidado) em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2 c, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a medida provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização foram divulgadas pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

O Decreto nº 7.891/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, para as concessionárias que optarem pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Aneel. A Companhia está na fase de elaboração do laudo de avaliação dos referidos ativos para entrega a ANNEL que terá 150 dias para se manifestar.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R\$ 514.924 mil em 31 de dezembro de 2013 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 2 c, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.



Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Outros assuntos

**Informação suplementar - demonstração
do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis, 26 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., abaixo assinados, após examinarem o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, consubstanciadas no Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração dos Fluxos de Caixa e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do parecer emitido em 26 de março de 2014, sem ressalvas, pela empresa de auditoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e da proposta de destinação do lucro líquido, sendo: R\$ 13.239 mil para constituição de reserva legal; R\$ 62.886 mil para pagamento aos acionistas a título de dividendos mínimos relativos ao exercício de 2013 e R\$ 188.660 mil a título de dividendos adicionais propostos; entendem que as Demonstrações acima referidas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., naquela data, e que a proposta de destinação do lucro líquido está em consonância com a legislação e o Estatuto Social da Companhia, estando em condições de serem submetidas, juntamente com o Relatório Anual de Administração, à aprovação dos Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Florianópolis, 27 de março de 2014.


Sônia Regina Jung


Suzana Teixeira Braga


Antônio Gomes de Farias Neto

BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012
(em milhares de reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Notas	(reapresentado)* (reapresentado)* (reapresentado)*					
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	5	771.597	87.454	257.339	773.711	210.988
Clientes	7	109.700	141.835	107.185	112.048	168.112
Ativo financeiro - concessão de serviço público	8	59.775	16.434	118.851	62.760	52.119
Créditos indenizatórios - Lei 12.783/13	9	391.107	1.404.632	-	391.107	1.404.632
Créditos de energia renegociados - Lei 8.727/93	10	134.193	140.068	127.639	134.193	140.068
Dividendos a receber	11	3.793	23.052	10.493	2.057	1.340
Tributos a recuperar	12	70.078	29.582	30.983	70.082	36.038
Cauções e depósitos vinculados	6	25.626	5.797	2.019	25.626	5.797
Almoxarifado		35.745	32.318	30.767	35.745	32.318
Outros ativos	14	66.042	69.410	75.031	66.058	69.238
	1.667.656	1.950.582	760.307	1.673.387	2.120.650	955.649
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Créditos indenizatórios - Lei 12.783/13	9	228.146	620.651	-	228.146	620.651
Créditos de energia renegociados - Lei 8.727/93	10	374.261	438.586	479.752	374.261	438.586
Tributos a recuperar	12	25.901	41.435	62.463	25.901	51.992
Ativo fiscal diferido, líquido	15	161.226	319.214	-	161.226	324.543
Adiantamento para aumento de capital	13	208.629	31.898	367.527	208.629	31.898
Ativo financeiro - concessão de serviço público	8	2.004.960	969.776	2.400.742	2.088.177	2.158.504
Cauções e depósitos vinculados	6	113.915	95.273	29.514	116.752	106.091
Outros ativos	14	33.762	41.014	16.819	29.188	53.649
	3.150.800	2.557.847	3.356.817	3.232.280	3.785.914	4.023.197
Investimentos	16	2.524.606	2.547.215	1.348.816	2.468.677	1.461.129
Imobilizado	17	2.378.241	2.012.129	1.538.955	2.378.241	2.431.982
Intangível	18	164.932	83.274	79.795	180.261	188.317
	8.218.579	7.200.465	6.324.383	8.259.459	7.867.342	6.865.458
TOTAL DO ATIVO		9.886.235	9.151.047	7.084.690	9.932.846	9.987.992
						7.821.107

*Ver nota 4, u – motivos e efeitos da reapresentação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012
(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora			Consolidado		
		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
		(reapresentado)*			(reapresentado)*		
CIRCULANTE							
Fornecedores	20	62.734	70.540	109.546	62.863	84.987	127.687
Financiamentos e empréstimos	21	382.874	180.526	149.408	389.167	270.336	189.398
Folha de pagamento		35.302	36.775	52.049	35.311	36.808	52.195
Tributos a recolher	22	53.277	45.329	46.324	53.476	59.238	57.419
Dividendos a pagar	32	62.887	15.636	24.552	63.466	16.272	24.552
Obrigações estimadas	23	48.760	33.170	29.918	48.791	40.335	32.008
Benefício pós-emprego	31	11.733	13.158	13.534	11.733	13.158	13.534
Pesquisa e desenvolvimento	26	31.349	26.331	29.477	32.072	29.298	31.656
Provisão para contratos onerosos	24	9.662	28.673	7.215	9.662	28.673	7.215
Provisões operacionais	28	111.283	104.901	-	111.283	104.901	-
Outros passivos	29	57.516	95.652	75.369	57.708	102.235	71.748
		867.377	650.691	537.392	875.532	786.241	607.412
NÃO CIRCULANTE							
Financiamentos e empréstimos	21	2.775.877	1.852.407	1.692.082	2.800.672	2.535.414	2.316.296
Tributos a recolher	22	72.400	109.762	136.476	72.400	109.762	136.476
Obrigações estimadas	23	20.638	7.212	13.604	20.638	7.212	13.604
Passivo fiscal diferido, líquido	15	-	-	118.001	-	-	121.073
Provisões para riscos	25	55.903	120.366	52.235	55.903	120.366	52.235
Benefício pós-emprego	31	77.766	239.011	71.574	77.766	239.011	71.574
Adiantamento para aumento de capital	13	59.284	554.930	1.810.793	59.284	554.930	1.833.233
Provisão para contratos onerosos	24	427.746	930.327	-	427.746	930.327	-
Concessões a pagar - Uso do Bem Públco	27	22.814	26.507	21.200	22.814	26.507	21.200
Provisões operacionais	28	13.448	-	-	13.448	-	-
Outros passivos	29	48	57	55	176	4.984	2.954
		3.525.924	3.840.579	3.916.020	3.550.847	4.528.513	4.568.645
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	32	4.295.250	3.740.410	1.577.686	4.295.250	3.740.410	1.577.686
Reservas de lucros		1.072.411	1.059.172	1.055.880	1.072.411	1.059.172	1.055.880
Ajuste de avaliação patrimonial		(63.387)	(186.711)	(75.940)	(63.387)	(186.711)	(75.940)
Dividendos adicionais propostos		188.660	46.906	73.652	188.660	46.906	73.652
		5.492.934	4.659.777	2.631.278	5.492.934	4.659.777	2.631.278
Participação de não controladores		-	-	-	13.533	13.461	13.772
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.886.235	9.151.047	7.084.690	9.932.846	9.987.992	7.821.107

*Ver nota 4, u – motivos e efeitos da reapresentação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2013	31.12.2012 (reapresentado)*	31.12.2013	31.12.2012 (reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	37	943.962	1.151.122	1.059.350	1.485.404
CUSTO OPERACIONAL					
Custo com energia elétrica	24 e 39	(27.934)	(166.241)	(27.934)	(166.247)
Energia comprada para revenda	39	(41.864)	(159.526)	(41.864)	(159.532)
Reversão perdas contrato oneroso	24 e 39	13.930	(6.715)	13.930	(6.715)
Custo de operação	39	(379.077)	(255.117)	(394.872)	(284.723)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(266.116)	(224.953)	(270.070)	(230.044)
Depreciação e amortização		(79.836)	(12.245)	(89.997)	(33.994)
Taxa de fiscalização		(5.626)	-	(5.626)	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		77	(9.477)	(36)	(9.405)
Outros		(27.576)	(8.442)	(29.143)	(11.280)
Custo do serviço prestado a terceiros	39	(10.633)	(9.405)	(11.082)	(9.405)
Custo de construção	39	(75.835)	(82.730)	(117.925)	(261.125)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		450.483	637.629	507.537	763.904
Despesas operacionais	39	(260.590)	(281.391)	(266.538)	(290.138)
RESULTADO DO SERVIÇO		189.893	356.238	240.999	473.766
Outras receitas e despesas operacionais					
Resultado de participações societárias	16	(1.781)	49.700	(20.778)	6.768
Resultado financeiro	40	(59.288)	(163.703)	(84.193)	(219.385)
Impairment	19	(247.578)	(149.672)	(247.578)	(149.672)
Contratos onerosos	24	488.601	(896.494)	488.601	(896.494)
Outras receitas/despesas, líquido	41	(11.796)	(14.084)	(11.796)	(15.100)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13		358.051	(818.015)	365.255	(800.117)
Indenizações Lei 12.783/13	2.c	25.092	577.802	25.092	577.802
LUCRO OPERACIONAL		383.143	(240.213)	390.347	(222.315)
Imposto de renda e contribuição social correntes	42	(6.547)	(71.998)	(9.700)	(94.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42	(111.811)	378.044	(113.384)	385.733
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		264.785	65.833	267.263	68.511
Atribuível a:					
Acionistas controladores		264.785	65.833	264.785	65.833
Acionistas não controladores		-	-	2.478	2.678
Número de ações ordinárias		101.117.798	90.261.115	101.117.798	90.261.115
Lucro básico por ação ordinária		<u>2,62</u>	<u>0,73</u>	<u>2,62</u>	<u>0,73</u>
Média ponderada de ações ordinárias		92.402.707	52.871.686	92.402.707	52.871.686
Lucro diluído por ação ordinária		<u>2,87</u>	<u>1,25</u>	<u>2,87</u>	<u>1,25</u>

*Ver nota 4, u – motivos e efeitos da reapresentação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	264.785	65.833	267.263	68.511
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	134	12.701	134	12.701
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	177.742	(178.246)	177.742	(178.246)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(54.552)	54.774	(54.552)	54.774
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	388.109	(44.938)	390.587	(42.260)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
SALDOS EM 01.01.2012	1.577.686	1.055.880	(75.940)	73.652	-	2.631.278	13.772	2.645.050
Resultado abrangente do exercício								
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	-	-	(119.075)	-	-	(119.075)	-	(119.075)
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	-	-	8.304	-	-	8.304	-	8.304
Incorporação do AFAC ao capital	2.162.724	-	-	-	-	2.162.724	-	2.162.724
Dividendos aprovados AGO	-	-	-	(73.652)	-	(73.652)	-	(73.652)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	65.833	65.833	-	65.833
Destinação para AGO								
Reserva Legal	-	3.292	-	-	-	3.292	-	3.292
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,17 por ação)	-	-	-	-	(3.292)	(3.292)	-	(3.292)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(15.635)	(15.635)	-	(15.635)
Reserva para Investimentos	-	-	-	46.906	(46.906)	-	-	-
	3.740.410	1.059.172	(186.711)	46.906	-	4.659.777	13.772	4.673.549
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(311)	(311)
SALDOS EM 31.12.2012	3.740.410	1.059.172	(186.711)	46.906	-	4.659.777	13.461	4.673.238
Resultado abrangente do exercício								
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	-	-	123.190	-	-	123.190	-	123.190
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	-	-	134	-	-	134	-	134
Incorporação do AFAC ao capital	554.840	-	-	-	-	554.840	-	554.840
Dividendos aprovados AGO	-	-	-	(46.906)	-	(46.906)	-	(46.906)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	264.785	264.785	-	264.785
Destinação para AGO								
Reserva Legal	-	13.239	-	-	(13.239)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,62 por ação)	-	-	-	-	(62.886)	(62.886)	-	(62.886)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	188.660	(188.660)	-	-	-
	4.295.250	1.072.411	(63.387)	188.660	-	5.492.934	13.461	5.506.395
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	72	72
SALDOS EM 31.12.2013	4.295.250	1.072.411	(63.387)	188.660	-	5.492.934	13.533	5.506.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	383.143	(240.213)	390.347	(222.315)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa				
Receita de Ativo Financeiro	(125.664)	(423.875)	(175.808)	(546.800)
Amortização de Ativo Financeiro	174.348	534.939	241.260	655.004
Depreciação e amortização	81.623	14.340	91.809	36.110
Amortização de ágio de investimentos	8.972	8.937	8.972	9.037
Variação monetária	3.734	(9.009)	4.302	(5.938)
Encargos financeiros gerados	141.341	252.082	168.205	311.950
Resultado de Participações Societárias	1.781	(49.700)	20.778	(6.768)
Ajuste a valor presente de tributos	(6.536)	(631)	(6.536)	(631)
Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)	247.578	149.672	247.578	149.672
Indenizações Lei 12.783/13	(25.092)	(577.802)	(25.092)	(577.802)
Perdas do ativo permanente	2.824	5.147	2.824	5.981
Provisões para contingências	(19.425)	67.227	(19.425)	67.227
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	(64)	9.477	49	9.405
Comp. Aposent. Especial/passivo atuarial	4.585	1.053	4.585	1.053
Provisão para perdas com contrato oneroso	(502.531)	903.209	(502.531)	903.209
Passivo atuarial (CVM 695)	15.997	(4.213)	15.997	(4.213)
Plano de incentivo ao desligamento	73.695	-	73.695	-
Outros	(4.164)	13.775	1.304	13.775
	73.002	894.628	151.966	1.020.271
(Acréscimo) decréscimo nos ativos operacionais				
Clientes	55.283	(44.907)	56.027	(51.776)
Créditos de indenização Lei 12.783/13	1.504.383	-	1.504.383	-
Créditos de energia renegociados	163.665	144.211	163.665	144.211
Tributos a recuperar	10.122	82.044	12.946	74.419
Ativo fiscal diferido	107.111	(260.043)	108.765	(265.433)
Almoxarifado	176	185	176	185
Cauções, depósitos e fundos vinculados	11.627	(69.538)	(30.490)	(68.744)
Outros créditos	13.269	(15.320)	29.626	(26.526)
	1.865.636	(163.368)	1.845.098	(193.664)
Acréscimo (decréscimo) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(27.274)	(39.006)	(22.124)	(42.069)
Folha de pagamento	(1.587)	(15.274)	(1.497)	(15.387)
Tributos a recolher	(145.011)	285.222	(143.704)	285.877
Passivo fiscal diferido	-	(118.001)	-	(121.012)
Obrigações estimadas	(46.976)	(30.218)	(51.814)	(25.143)
Entidade de previdência complementar	3.767	5.180	3.767	5.180
Pesquisa e desenvolvimento	2.496	(3.146)	2.775	(2.358)
Provisões operacionais	19.830	104.901	19.830	104.901
Outros passivos	(93.584)	13.405	(98.031)	15.105
	(288.339)	203.063	(290.798)	205.094
Caixa proveniente das atividades operacionais	2.033.442	694.110	2.096.613	809.386
Pagamento de encargos financeiros	(199.064)	(138.587)	(244.520)	(176.996)
Recebimento de encargos financeiros	566	175	566	175
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(27.749)	(57.424)	(32.095)	(70.485)
Depósitos Judiciais	(26.101)	8.920	(26.101)	8.920
Caixa líquido das atividades operacionais	1.781.094	507.194	1.794.463	571.000

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Ativo Financeiro	(75.835)	(82.730)	(117.925)	(261.125)
Em ativo imobilizado	(152.292)	(515.362)	(154.246)	(543.386)
Em ativo intangível	(1.673)	(1.820)	(1.673)	(1.820)
Em participações societárias	(1.233.505)	(842.595)	(1.218.505)	(772.261)
Recebimento de remuneração dos investimentos societários	20.249	18.791	12.862	2.916
Incorporação de subsidiárias	85.072	-	-	-
Outros investimentos	40	36	40	36
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.357.944)	(1.423.680)	(1.479.447)	(1.575.640)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos	581.821	241.427	595.578	375.786
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	728.630	-	706.130
Pagamento de empréstimos e financiamento-principal	(242.313)	(102.754)	(266.893)	(153.030)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(67.672)	(106.501)	(70.135)	(108.626)
Pagamento de dívida da Previdência Complementar	(10.843)	(14.201)	(10.843)	(14.201)
Total das atividades de financiamento	260.993	746.601	247.707	806.059
Variação				
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	684.143	(169.885)	562.723	(198.581)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	87.454	257.339	210.988	409.569
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	771.597	87.454	773.711	210.988

*Ver nota 4, u – motivos e efeitos da reapresentação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012 (reapresentado)*	31.12.2013	31.12.2012 (reapresentado)*
01 - CÁLCULO DO VALOR ADICIONADO				
Receita				
Receita de transmissão, geração e serviços	1.060.815	1.830.345	1.185.739	2.181.995
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais	16.321	10.324	16.542	10.725
Serviço de terceiros	87.939	79.613	92.952	88.142
Custo de construção transmissão	75.835	82.730	117.925	261.125
Energia elétrica comprada para revenda	41.864	159.526	41.864	159.532
Seguros	3.982	2.736	4.103	3.057
Valor recuperável de ativos (Impairment)	247.578	149.672	247.578	149.672
Provisão (reversão) perdas na comercialização	(13.930)	6.715	(13.930)	6.715
Provisão (reversão) para contingências	(33.918)	46.324	(33.918)	46.324
Provisão (reversão) contrato oneroso compra de energia	(488.601)	896.494	(488.601)	896.494
Outros	70.237	52.610	72.521	54.552
	7.307	1.486.744	57.036	1.676.338
(=) Valor adicionado bruto	1.053.508	343.601	1.128.703	505.657
(-) Depreciação e amortização	81.623	14.340	91.809	36.110
(=) Valor adicionado líquido	971.885	329.261	1.036.894	469.547
(+) Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações societárias	(1.781)	49.700	(20.778)	6.768
Receita aplicação financeira	69.913	28.693	73.976	39.071
Rendas sobre créditos de energia renegociados	93.465	115.472	93.465	115.472
Outras receitas financeiras	130.666	65.471	131.205	68.030
	292.263	259.336	277.868	229.341
(=) Valor adicionado total a distribuir	1.264.148	588.597	1.314.762	698.888
02 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração/benefícios/FGTS	270.790	251.248	273.502	254.522
Contingência/indenização trabalhista	14.455	20.653	14.455	20.653
Aposentadoria especial/passivo atuarial	4.585	1.053	4.585	1.053
Plano de incentivo ao desligamento	73.695	-	73.695	-
	363.525	272.954	366.237	276.228
Governo				
Tributos	94.809	97.507	101.793	110.850
Encargos Regulatórios	16.745	36.533	19.892	42.051
Encargos sociais	47.130	45.546	47.834	46.216
Contribuição social	31.664	(80.445)	32.970	(76.180)
Imposto de renda	86.694	(225.601)	90.114	(214.646)
	277.042	(126.460)	292.603	(91.709)
Financiadores				
Encargos sobre tributos	3.956	5.676	3.987	5.676
Encargos sobre dividendos	5.131	8.298	5.131	8.298
Encargos sobre AFAC	59.194	178.231	59.194	178.231
Encargos de dívidas	181.569	93.415	210.291	153.236
Variações monetárias	76.953	35.835	77.521	41.364
Aluguel	5.464	2.931	5.820	3.900
Outras despesas financeiras	26.529	51.884	26.715	55.153
	358.796	376.270	388.659	445.858
Acionistas				
Dividendos mínimos obrigatórios	62.886	15.635	62.886	15.635
Dividendos adicionais propostos	188.660	46.906	188.660	46.906
Lucros retidos	13.239	3.292	15.717	5.970
	264.785	65.833	267.263	68.511
Valor adicionado distribuído	1.264.148	588.597	1.314.762	698.888

Ver nota 4, u – motivos e efeitos da reapresentação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Controladora e Consolidado)**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

a) A Companhia

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul”, “Companhia” ou “Controladora”), é uma sociedade de economia mista federal, de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e tem sede na Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal, CEP 88040-901, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Foi constituída em 23 de dezembro de 1968 e tem como atividades preponderantes a transmissão e a geração de energia elétrica, estando presente nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

O sistema de transmissão de energia elétrica, da Eletrosul, possui 10.702,8 km de linhas de transmissão e potência de transformação de 25.463,0 MVA em 44 subestações e uma conversora de frequência na fronteira do Brasil com a Argentina. Além das instalações próprias, a Companhia possui equipamentos ou presta serviços de operação e/ou manutenção em mais 31 subestações e nos sistemas de integração com o Uruguai (Rivera) e Argentina (Garabi).

O parque gerador é formado por 3 hidrelétricas, 2 PCH's, 3 parques eólicos e possui ainda 119,3 km de linhas de transmissão e potência de transformação de 200,2 MVA em 4 subestações de conexão.

Além dos sistemas de transmissão e parque gerador próprio, a Companhia participa em outras sociedades, para implantação e operação de sistemas de transmissão compostos por 4.461,0 km de linha, 10 subestações com capacidade de transformação de 2.851 MVA, 2 usinas hidrelétricas com capacidade instalada de 5.570 MW e 21 parques eólicos com capacidade instalada de 480,0 MW.

b) Empresas controladas e controladas em conjunto

As participações societárias em Sociedades de Propósito Específico (SPE) e seus objetivos sociais são:

Empresas	Sede	Data de constituição	Objetivo
Controladas			
Uirapuru Transmissora de Energia S/A	Florianópolis - SC	08/2004	Construção, operação e manutenção da LT 525 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR)
Controladas em conjunto			
Empresa Transmissora de Energia do Alto Uruguai S/A - Etau	Rio de Janeiro - RJ	05/2002	Construção, operação e manutenção da LT 230 kV, Campos Novos (SC) - Barra Grande (SC) - Lagoa Vermelha (RS) - Santa Marta (RS)
Norte Brasil Transmissora de Energia S/A	Rio de Janeiro - RJ	05/2008	Construção, operação e manutenção da LT Coletora Porto Velho – Araraquara 2
Construtora Integração Ltda	Rio de Janeiro - RJ	06/2009	Construção, montagem e serviços associados ao lote G do Leilão ANEEL nº 007/2008, para LT +/- 600KV coletora Porto Velho – Araraquara 2
ESBR Participações S/A	Rio de Janeiro - RJ	08/2008	Participação na SPE Energia Sustentável do Brasil S/A, cuja atividade é a construção, operação e manutenção da UHE Jirau (RO)
Teles Pires Participações S/A - TPP	Rio de Janeiro - RJ	11/2011	Participação na SPE Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A, cuja atividade é a construção, operação e manutenção da UHE Teles Pires, localizada no Rio Teles Pires entre os estados de Mato Grosso e Pará.
Costa Oeste Transmissora de Energia S/A	Curitiba - PR	12/2011	Construção, operação e manutenção da LT 230/138 kV, Cascavel Oeste – Umuarama (PR)
Santa Vitória do Palmar Holding S/A	Florianópolis - SC	11/2011	Participação em SPE's constituídas para exploração dos empreendimentos Verace I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X (RS)
Livramento Holding S/A	Florianópolis - SC	11/2011	Participação em SPE's constituídas para exploração dos empreendimentos Cerro Chato IV, V e VI, Cerro dos Trindade e Ibaraputã I (RS)
Chuí Holding S/A	Florianópolis - SC	12/2011	Participação em SPE's constituídas para exploração dos empreendimentos Chuí I, II, IV e VI (RS)
Marumbi Transmissora de Energia S/A	Curitiba - PR	12/2011	Construção, operação e manutenção da LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste (PR) e Subestação Curitiba leste 525/230 kV (3+1 res.) x 224 MVA
Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A	Florianópolis - SC	12/2011	Construção, operação e manutenção da LT 230 kV Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT 230 kV Camaquã 3-Quinta; LT 525 kV Salto Santiago - Itá; LT 525 kV Itá - Nova Santa Rita; Subestação Camaquã 3 230/69 kV.
Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A	Florianópolis - SC	07/2012	Construção, operação e manutenção da LT Nova Santa Rita – Povo Novo, em 525 kV, LT Povo Novo – Marmeleiro, em 525 kV, LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar, em 525 kv, SE Povo Novo 525/230 kV de 672 MVA, SE Marmeleiro 525 kV e SE Santa Vitória do Palmar 525/138 kV
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A	Florianópolis - SC	12/2013	Construção, operação e manutenção da LT 230 kV Santo Ângelo-Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó, circuito simples, C1; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó, circuito simples, C2; SE Pinhalzinho 230/138 kV e SE Santa Maria 3 230/138 kV.

c) Início de operação comercial de empreendimentos em 2013

c.1) Empreendimentos corporativos

Em 2013, os seguintes empreendimentos corporativos passaram a operar comercialmente:

Usina	Unidade geradora	Data	Potência instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)
UHE São Domingos	1ª unidade	06/2013	24,0	36,4
	2ª unidade	07/2013	24,0	
PCH Barra do Rio Chapéu	1ª unidade	02/2013	7,6	8,6
	2ª unidade	02/2013	7,6	
PCH João Borges	1ª unidade	07/2013	6,3	10,1
	2ª unidade	07/2013	6,3	
	3ª unidade	08/2013	6,3	

c.2) Empreendimentos controlados em conjunto

Em 2013, os seguintes empreendimentos controlados em conjunto passaram a operar comercialmente:

UHE Jirau

Em setembro de 2013, entrou em operação comercial a primeira unidade geradora UG 29 da Usina Hidrelétrica Jirau, de um total de 50 unidades, com capacidade total de 3.750 MW. A Eletrosul tem participação de 20% no empreendimento.

Parque Eólico Livramento

Em novembro de 2013 entrou em operação comercial os primeiros 3 (três) aerogeradores de um total de 4 (quatro) do Parque Eólico Livramento, pertencente a Eólica Cerro dos Trindade, com capacidade instalada total de 8 MW. A Eletrosul tem participação de 41% no empreendimento.

d) Eventos Societários

Incorporação de controladas em 2013

Os acionistas da Eletrosul aprovaram a incorporação ao patrimônio da Companhia, das seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE), que foram extintas de pleno direito, em função da referida incorporação.

Sociedades de Propósito Específico Incorporadas	Partic. (%) da Eletrosul	Data da Realização da Assembleia
Artemis Transmissora de Energia S/A	100,0%	11.01.2013
Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S/A	100,0%	29.05.2013
Eólica Cerro Chato I S/A	100,0%	29.05.2013
Eólica Cerro Chato II S/A	100,0%	29.05.2013
Eólica Cerro Chato III S/A	100,0%	29.05.2013
Porto Velho Transmissora de Energia S/A	100,0%	29.05.2013

A Eletrosul possuía a totalidade das ações representativas do capital social das empresas incorporadas, desta forma a incorporação foi realizada sem o aumento do capital social da Companhia, bem como sem emissão de novas ações.

A seguir, apresentamos os ativos e passivos líquidos das empresas incorporadas:

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL					
	Artemis	RS Energia	PVTE	Cerro Chato I	Cerro Chato II	Cerro Chato III
CIRCULANTE	39.436	37.889	45.847	16.257	11.259	11.379
Caixa e equivalentes de caixa	22.884	12.846	15.437	14.549	9.619	9.737
Concessionárias e permissionárias	8.152	5.108	6.169	1.214	1.214	1.214
Outros créditos a receber	204	9.855	2.278	494	426	428
Ativo financeiro amortizável pela RAP	8.196	10.080	21.963	-	-	-
NÃO CIRCULANTE	247.080	352.672	581.461	138.165	136.492	132.487
Fundos vinculados	7.815	-	12.774	-	-	-
Impostos diferidos	2.310	3.390	2.212	554	492	-
Ativo financeiro amortizável pela RAP	169.939	243.695	394.364	-	-	-
Ativo financeiro indenizável	67.016	98.693	149.588	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	6.789	22.396	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	6	170	-
Imobilizado	-	105	127	137.605	135.830	132.487
TOTAL DO ATIVO	286.516	390.561	627.308	154.422	147.751	143.866
<hr/>						
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE	47.194	23.677	57.335	9.943	9.861	10.204
Empréstimos e financiamentos	14.908	15.836	36.665	9.452	9.440	9.440
Fornecedores	538	3.157	15.581	92	92	94
Impostos a recolher	12.289	456	1.961	399	323	375
Dividendos a pagar	15.649	-	-	-	-	289
Taxas regulamentares	2.868	1.020	1.605	-	-	-
Outras provisões e contas a pagar	942	3.208	1.523	-	6	6
NÃO CIRCULANTE	70.047	127.752	265.845	57.654	57.406	57.412
Empréstimos e financiamentos	67.623	127.752	249.469	57.483	57.406	57.406
Impostos diferidos	2.424	-	1.374	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	15.000	-	-	-
Outros passivos	-	-	2	171	-	6
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	169.275	239.132	304.128	86.825	80.484	76.250
Capital social	139.734	221.325	297.793	86.940	81.090	74.970
Reservas legal	6.143	733	-	-	-	57
Outras reservas de lucro	22.417	13.914	-	-	-	791
Lucros/Prejuízos acumulados	981	3.160	6.335	(115)	(606)	432
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	286.516	390.561	627.308	154.422	147.751	143.866

NOTA 2 – CONCESSÕES

a) Concessões e autorizações

a.1) Transmissão

A Companhia possui concessão para construção e operação de subestações e linhas de transmissão, a seguir discriminadas:

Contrato de Concessão	Linhas de Transmissão/Subestações	Data da concessão	Vencimento da concessão
057/2001*	38 subestações de transmissão, 1 conversora de frequência e 9.409,7 km de linhas de transmissão em 525 kV, 230 kV e 138 kV	12/2012	12/2042
004/2004	Linhas de transmissão 525 kV Salto Santiago (PR) – Ivaiporã (PR) 168,5 km e Ivaiporã (PR) – Cascavel D’Oeste (PR) 203,4 km e Módulos nas SE Ivaiporã, SE Salto Santiago e SE Cascavel do Oeste (Copel)	02/2004	02/2034
010/2005	Linha de transmissão 525 kV Campos Novos - Blumenau com 359 km de extensão e subestação Biguaçu 525 kV	03/2005	03/2035
005/2006	Linha de transmissão 525 kV Campos Novos (SC) – Nova Santa Rita (RS) com 257,43 km de extensão e Módulos na SE Nova Santa Rita e SE Campos Novos	04/2006	04/2036
004/2008	Linha de transmissão 230 kV Presidente Médice - Santa Cruz com 237,4 km de extensão	03/2008	03/2038
005/2009	Subestação Missões em 230/69 kV (150 MVA)	01/2009	01/2039
010/2009	Linhas de transmissão 230 kV coletora Porto Velho - Porto Velho C1 e C2 com 17 km de extensão cada, subestação coletora Porto Velho 500/230 kV e duas estações conversoras CA/CC/CA Back-to-Back em 400 MW e Módulos na SE Porto Velho (Eletronorte)	02/2009	02/2039
011/2010	Subestações: Caxias 6 230/69 kv, Ijuí 2 230/69 kv, Lageado Grande 230/69 kv (ampliação) e Nova Petrópolis 2 230/69 kv	10/2010	10/2040
012/2010	Linha de transmissão 230 kv Monte Claro - Garibaldi (RS) com 33,34 km de extensão e Módulos na SE Garibaldi (CEEE) e SE Monte Claro (CERAN)	10/2010	10/2040
002/2011	Subestação Foz do Chapecó 230/138 kv (ampliação)	06/2011	06/2041
008/2014	SE Ivinhema 2 230/138 kV com 2x150 MVA (ampliação)	01/2014	01/2044

* Contrato de concessão renovado por 30 anos nas condições da Lei 12.783/13.

Subestações

Denominação	Localização	Capacidade de transformação (MVA)	Data Concessão/Permissão	Data de vencimento da concessão
(não auditado)				
Transmissão				
SE - Campos Novos	SC	2.466,0	12/2012	12/2042
SE - Caxias	RS	2.016,0	12/2012	12/2042
SE - Gravataí	RS	2.016,0	12/2012	12/2042
SE - Nova Santa Rita	RS	2.688,0	12/2012	12/2042
SE - Blumenau	SC	1.962,0	12/2012	12/2042
SE - Curitiba	PR	1.344,0	12/2012	12/2042
SE - Londrina	PR	1.344,0	12/2012	12/2042
SE - Santo Ângelo	RS	1.344,0	12/2012	12/2042
SE - Biguaçu	SC	1.344,0	03/2005	03/2035
SE - Biguaçu	SC	300,0	12/2012	12/2042
SE - Coletora Porto Velho	RO	800,0	02/2009	02/2039
SE - Joinville	SC	691,0	12/2012	12/2042
SE - Areia	PR	672,0	12/2012	12/2042
SE - Xanxerê	SC	600,0	12/2012	12/2042
SE - Itajaí	SC	525,0	12/2012	12/2042
SE - Joinville Norte	SC	450,0	12/2012	12/2042
SE - Jorge Lacerda "A"	SC	400,0	12/2012	12/2042
SE - Palhoça	SC	384,0	12/2012	12/2042
SE - Canoinhas	SC	375,0	12/2012	12/2042
SE - Siderópolis	SC	364,0	12/2012	12/2042
SE - Assis (*)	SP	336,0	12/2012	12/2042
SE - Caxias 6	RS	330,0	10/2010	10/2040
SE - Dourados	MS	300,0	12/2012	12/2042
SE - Atlântida 2	RS	249,0	12/2012	12/2042
SE - Caxias 5 (*)	RS	215,0	12/2012	12/2042
SE - Passo Fundo	RS	168,0	12/2012	12/2042
SE - Ijuí 2	RS	166,0	10/2010	10/2040
SE - Tapera 2	RS	166,0	12/2012	12/2042
SE - Gravataí 3	RS	165,0	12/2012	12/2042
SE - Desterro	SC	150,0	12/2012	12/2042
SE - Missões	RS	150,0	01/2009	01/2039
SE - Anastácio	MS	150,0	12/2012	12/2042
Conversora de frequência de Uruguaiana	RS	110,0	-	-
SE - Ilhota	SC	100,0	12/2012	12/2042
SE - Foz do Chapecó (*)	RS	100,0	06/2011	06/2041
Outras subestações	-	523,0	12/2012	12/2042
		25.463,0		
Conexão da Geração				
SE EOL Cerro Chato	RS	105,0	08/2010	08/2045
SE UHE São Domingos	MS	54,0	12/2002	12/2037
SE PCH Barra do Rio Chapéu	SC	20,0	05/2004	05/2034
SE PCH João Borges	SC	21,2	12/2005	12/2035
		200,2		
Total		25.663,2		

(*) Equipamentos de propriedade da Companhia instalados em subestações de terceiros

a.2) Geração

O parque gerador próprio da Companhia é formado pelos empreendimentos a seguir discriminados. (ver nota 17):

Empreendimentos	Operação comercial	Rio/Local	Potência instalada (não auditado)	Concessão/Permissão	Vencimento da concessão
Usinas Hidrelétricas (UHE)					
UHE Passo São João	2012	Rio Ijuí (RS)	77,0 MW	08/2006	08/2041
UHE Mauá (49% - consórcio)	2012	Rio Tibaji (PR)	177,9 MW	07/2007	07/2042
UHE São Domingos	2013	Rio Verde (MS)	48,0 MW	12/2002	12/2037
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)					
PCH Barra do Rio Chapéu	2013	Rio Braço do Norte (SC)	15,2 MW	05/2004	05/2034
PCH João Borges	2013	Rio Caveiras (SC)	19,0 MW	12/2005	12/2035
PCH Santo Cristo	2016	Rio Pelotinhas (SC)	19,5 MW	06/2012	06/2042
PCH Coxilha Rica	2016	Rio Pelotinhas (SC)	18,0 MW	06/2012	06/2042
Usinas Eólicas					
Eólica Cerro Chato I	2011	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	08/2010	08/2045
Eólica Cerro Chato II	2011	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	08/2010	08/2045
Eólica Cerro Chato III	2011	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	08/2010	08/2045
Usina Solar Fotovoltaica					
Megawatt Solar*	2014	Florianópolis (SC)	0,93 MW	-	-
* Empreendimento abordado pela Resolução Normativa Aneel 390/2009.					
<u>465,53 MW</u>					

Quando todos os empreendimentos próprios e em parcerias entrarem em operação, a Companhia terá uma potência instalada na geração de 1.896,6 MW.

b) Concessões e autorizações das controladas e controladas em conjunto

b.1) Linhas de Transmissão:

SPE's	Partic.	Linha de Transmissão	Extensão (KM) (não auditado)	Concessão	Vencimento da Concessão
Etau	27,40%	LT 230 kV Campos Novos (SC) – Santa Marta (RS)	188	12/2002	12/2032
Costa Oeste*	49,00%	LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama (PR)	143	01/2012	01/2042
Fronteira Oeste*	51,00%	LT 230 kV Santo Ângelo-Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó, circuito simples, C1; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó, circuito simples, C2	285	01/2014	01/2044
Marumbi*	20,00%	LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste (PR).	28	05/2012	05/2042
Norte Brasil*	24,50%	LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP), em CC, \pm 600 kV	2.412	02/2009	02/2039
TSBE*	80,00%	LT 230 kV Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT 230 kV Camaquã 3-Quinta; LT 525 kV Salto Santiago - Itá; LT 525 kV Itá - Nova Santa Rita.	798	05/2012	05/2042
TSLE*	51,00%	LT 525 kV Nova Santa Rita - Povo Novo; LT 525 kV Povo Novo - Marmeiro; LT 525 kV Marmeiro - Santa Vitória do Palmar, Seccionamento da LT 230 kV Camaquã 3	487	08/2012	08/2042
Uirapuru	75,00%	LT 525 kV Ivaiporã (PR) – Londrina (PR)	120	03/2005	03/2035
Construtora Integração	24,50%	Construção da LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP), montagem e serviços associados.	-	-	-

* Em fase pré-operacional.

b.2) Subestações

SPE's	Partic.	Subestação	Capac. Transf. (não auditado)	Concessão	Vencimento da Concessão
Etau	27,40%	SE Lagoa Vermelha 2 230/138 kv SE Barra Grande 230/138 kv	150 MVA -	12/2002 12/2002	12/2032 12/2032
Costa Oeste*	49,00%	SE Umuarama 230/138 kv	300 MVA	01/2012	01/2042
Fronteira	51,00%	SE Pinhalzinho 230/138 kV	450 MVA	01/2014	01/2044
Oeste*		SE Santa Maria 3 230/138 kV	166 MVA	01/2014	01/2044
Marumbi*	20,00%	SE Curitiba leste 525/230 kV (3+1 res.) x 224 MVA	672 MVA	05/2012	05/2042
TSBE*	80,00%	SE Camaquã 3 230/69 kV SE Povo Novo 525/230 kv	166 MVA 672 MVA	05/2012 08/2012	05/2042 08/2042
TSLE*	51,00%	SE Marmeleiro 2 525 kv SE Santa Vitória do Palmar 2 525/138 kv	200 MVA 75 MVA	08/2012 08/2012	08/2042 08/2042

* Em fase pré-operacional.

b.3) Usinas Hidrelétricas e Eólicas

SPE's	Partic.	Usinas	Localização	Potência Instalada	Operação comercial	Concessão/Permissão	Vencimento Concessão/Permissão
Usinas Hidrelétricas							
ESBR Participações	20,00%	UHE Jirau	Rio Madeira (RO)	3.750 MW	09/2013	08/2008	08/2043
Teles Pires Participações*	24,72%	UHE Teles Pires	Rio Teles Pires (MT)	1.820 MW	04/2015	06/2011	06/2046
Usinas Eólicas							
Chuí*	49,00%	Chuí I	Chuí (RS)	24 MW	04/2015	03/2012	03/2047
		Chuí II	Chuí (RS)	22 MW	04/2015	03/2012	03/2047
		Chuí IV	Chuí (RS)	22 MW	04/2015	02/2012	02/2047
		Chuí V	Chuí (RS)	30 MW	04/2015	03/2012	03/2047
		Chuí VI	Chuí (RS)	24 MW	04/2015	04/2012	04/2047
		Chuí VII	Chuí (RS)	22 MW	04/2015	03/2012	03/2047
Livamento	49,00%	Cerro Chato IV	Sant'Ana do Livramento (RS)	10 MW	03/2014	03/2012	03/2047
		Cerro Chato V	Sant'Ana do Livramento (RS)	12 MW	03/2014	03/2012	03/2047
		Cerro Chato VI	Sant'Ana do Livramento (RS)	24 MW	05/2014	02/2012	02/2047
		Cerro dos Trindade	Sant'Ana do Livramento (RS)	8 MW	11/2013	03/2012	03/2047
		Ibirapuitã	Sant'Ana do Livramento (RS)	24 MW	06/2014	02/2012	02/2047
Santa Vitória do Palmar*	49,00%	Geribatu I	Santa Vitória do Palmar (RS)	20 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu II	Santa Vitória do Palmar (RS)	20 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu III	Santa Vitória do Palmar (RS)	26 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu IV	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu V	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	10/2014	04/2012	04/2047
		Geribatu VI	Santa Vitória do Palmar (RS)	18 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu VII	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu VIII	Santa Vitória do Palmar (RS)	26 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu IX	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu X	Santa Vitória do Palmar (RS)	28 MW	10/2014	02/2012	02/2047

* Em fase pré-operacional.

c) Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica – Lei 12.783/13

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a medida provisória nº 579, sobre as prorrogações concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais visando à modicidade tarifária. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As medidas adotadas pelo Governo Federal visaram, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através de redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais.

Por meio da aludida Lei, o Governo pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento

ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a Lei nº 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

As novas tarifas e o valor da indenização foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

Impactos no negócio transmissão afetados diretamente pela Lei nº 12.783/13

A Eletrosul aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na medida provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 o contrato de prorrogação da concessão nº 057/2001, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

Conforme facultado pelo artigo 4º da Portaria 580, supracitada, a Eletrosul solicitou o recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa: 50% à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em 31 parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da respectiva Portaria, a acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

As concessionárias de transmissão deverão encaminhar à ANEEL as informações relativas aos ativos adquiridos anteriormente a 31 de maio de 2000 (RBSE), ainda não depreciados ou amortizados, necessárias para o cálculo da indenização complementar, em prazo a ser definido pelo poder concedente, conforme § 8º do artigo 15 da Lei nº 12.783/2013, que quando homologada será paga em 30 anos, atualizada na forma de regulamento.

A tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) será calculada com base nos custos de O&M acrescido da taxa de 10% (empresa eficiente). Adicionalmente, futuramente poderá ser incluída parcela de ativos ainda não amortizados ou depreciados, desde que homologados pela ANEEL.

Os novos investimentos (repotencialização e expansão) ocorridos a partir de 31 de dezembro de 2012, desde que aprovados formalmente, deverão ser contemplados em tarifas futuras, sendo seu critério de remuneração ainda não definido.

O recolhimento da quota anual (RGR) relativos ao contrato de concessão prorrogado, ficou desobrigado a partir de 1º de janeiro de 2013, conforme art. 21 da Lei nº 12.783/2013.

Informações e Decisões da Companhia

A Eletrosul detém uma única concessão afetada pela Lei nº 12.783/13, o contrato de Concessão nº 57/2001, composto por 37 subestações de transmissão e 9.413 km de linhas de transmissão. As empresas controladas pela Eletrosul não possuem contratos de concessão afetados pela renovação.

Efeitos da Lei 12.783/2013 - Renovação das Concessões

TRANSMISSÃO	Efeitos Patrimoniais		DRE	
	Valor contábil	Indenização		
	Líquido (i) 31.12.2013			
Empreendimentos prorrogados				
Parcela indenizada			Superávit indenizatório (ii)	
Contratos afetados				
057/2001	1.405.774	2.008.668	602.894	
Parcela não indenizada				
057/2001 (iii)	514.924	-	-	

(i) Valor contábil líquido ajustado em 2013 em menos R\$ 25.092 mil (ver nota 8).

(ii) O superávit apurado em 31/12/2012 foi de R\$ 577.802 mil ajustado em mais R\$ 25.092 mil em 31/12/2013.

(iii) Aguardando homologação do valor a ser indenizado.

d) Bens do sistema existente em 31 de maio de 2000

Conforme determina o Despacho nº 155 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 23 de janeiro de 2013 e o Despacho nº 4.413 de 27 de dezembro de 2013, os ativos não contemplados com indenização previstos no anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, a que se referem aos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, deverão ser mantidos no ativo até que esses investimentos sejam submetidos à avaliação e homologação da ANEEL, quando a partir deste momento será constituído um contas a receber pelo valor homologado.

Para o cálculo da indenização da RBSE/RPC, propõe-se que o VNR seja definido considerando-se os seguintes critérios:

- a) As empresas deverão elaborar um laudo de avaliação, conforme o Submódulo 9.1 do PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 553/2013;
- b) O laudo deverá contemplar apenas os ativos da RBSE/RPC;
- c) Data-base do laudo: 31 de dezembro de 2012.

Em 10 de dezembro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 589 que definiu os critérios para valoração dos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 das concessões de transmissão de energia elétrica.

Em atendimento à nota técnica ANEEL 0402/2013 e a Resolução Normativa nº 589/2013 da ANEEL, a Companhia contratou empresa avaliadora, credenciada pela ANEEL, para avaliar os ativos da RBSE e RPC, para definição do montante da indenização. Os trabalhos estão previstos para serem concluídos no segundo semestre de 2014.

Em uma avaliação preliminar com base em estudo realizado pela área técnica, os montantes previstos de indenização são superiores aos valores registrados contabilmente.

NOTA 3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico com base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária prevista na Lei nº 6.404/76, e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como os

demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e investimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira. Desta forma, essas demonstrações financeiras não estão apresentadas conforme as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que exigem a avaliação desses instrumentos pelo seu valor justo ou de custo.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 20 de março de 2014.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas empresas controladas. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

c) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações da Eletrosul e da seguinte controlada:

Controlada	Atividade	Participação no capital (%)		
		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Uirapuru	Transmissão	75,0%	75,0%	75,0%

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Essas estimativas incluem: ativo financeiro da concessão, *impairment*, ajustes a valor presente, provisões para riscos, tributos diferidos e benefícios pós-emprego.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Quando houver perdas, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em grupos de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidade geradora de caixa).

Os testes de *impairment* e os impactos no resultado do exercício estão apresentados na nota 19.

Ativos do sistema existente (RBSE)

Para fins de estimativa, a Companhia adotou como premissa de que os bens existentes até 31 de maio de 2000 serão indenizados com base no VNR ou valor residual contábil, a ser calculado pelo órgão regulador. A Companhia mantém os valores contabilizados pelo valor residual contábil uma vez que em sua estimativa, os valores contábeis estão registrados por valores inferiores se estiverem reconhecidos com base no VNR.

Contratos onerosos

Representam os compromissos compulsórios contratados pela Companhia referente compra de energia elétrica, cujos custos excedem os benefícios econômicos que se esperam. O montante relativo ao período de longo prazo está reconhecido a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos (*wacc pós-tax*) aprovados pela administração, conforme descrito na nota 24.

A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD médio histórico aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis. Utilizando o PLD médio histórico, de R\$ 109,78 MWh, foi reconhecido no Balanço de 2013, reversão da provisão contábil, reconhecida em 2012, no montante de R\$ 488.601 mil (provisão de R\$ 896.494 mil em 2012, tendo como base o PLD médio histórico de R\$ 67,00MWh (nota 24).

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas e políticas contábeis abaixo foram adotadas pela Companhia em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em caixa, saldos em contas bancárias, aplicações financeiras e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

b) Cauções e depósitos vinculados

Representam aplicações financeiras mantidas para pagamentos futuros específicos. Os saldos são mantidos até o total cumprimento de determinadas obrigações contratuais por parte dos fornecedores. Após seu reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

c) Clientes

Corresponde aos valores a receber de clientes pela venda de energia, prestação de serviços e uso do sistema de transmissão. Estão reconhecidos com base no regime de competência, atualizados quando aplicável e contratualmente exigido. As contas a receber de clientes são apresentadas ajustadas pela provisão para créditos de liquidação duvidosa “PCLD”.

d) Ativos financeiros – contratos de concessão

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A rubrica Ativo Financeiro – ICPC 01 refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia e Controladas no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 e a Orientação Técnica OCPC 05, os ativos de transmissão por possuírem certas características (abaixo), estão ao alcance da aplicação do IFRIC 12:

- a) As empresas de transmissão têm a obrigação contratual de construir, operar e manter a infraestrutura;
- b) A maioria dos contratos tem prazo de concessão de 30 anos;
- c) Na média, a vida útil econômica estimada dos bens é superior ao prazo de concessão;
- d) A atividade de transmissão não é competitiva. Não existe competição entre as empresas (existe entre os investidores para obtenção da concessão);
- e) A concessionária é interposta entre o poder concedente e os usuários;
- f) A atividade é sujeita à condição de generalidade (direito de livre acesso) e continuidade;
- g) Alguns contratos têm garantia de manutenção do equilíbrio econômico financeiro;
- h) O contrato estabelece quais os serviços e para quem deve ser prestados.
- i) O preço é regulado por tarifa. A Transmissora não pode negociar preços com os usuários.
- j) A RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada 4 anos.
- k) Os bens são reversíveis ao final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Considerando a natureza do ativo financeiro, classificado como recebível, a infraestrutura construída será recebida através de dois fluxos de caixa:

- (i) A parcela dos investimentos que será amortizada com o recebimento das RAPs que serão faturadas para os usuários do sistema, é classificada entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo por base a data de encerramento das concessões.
- (ii) A parcela dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão foi classificada como um ativo financeiro indenizável a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Este ativo financeiro está registrado pelo valor presente do direito e é calculado com base no valor residual dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo Poder Concedente;

e) Créditos indenizatórios – Lei nº 12.783/13

Representam os créditos indenizatórios a receber da União, em face da opção realizada pela Companhia em 4 de dezembro de 2012 pela renovação antecipada da prorrogação das concessões relativas ao contrato de concessão nº 057/2001.

f) Créditos de energia renegociados com a União – Lei nº 8.727/93

Representam créditos a receber da União conforme estabelecido na Lei nº 8.727/93, decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica.

g) Outros ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

h) Ativo e Passivo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações

financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (demonstrações individuais), conforme CPC 18 (R2), reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

j) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. Os ativos das concessões de transmissão são reconhecidos na contabilidade societária como ativo financeiro, conforme o ICPC 01 (R1) e OCPC 05, ficando o registro como ativo imobilizado e a respectiva depreciação restritas à escrituração exigidas pelo órgão regulador. Os ativos de geração são depreciados com base no período da concessão, face a não previsão contratual de reversão dos bens ao final da concessão, ainda não depreciados e/ou amortizados.

k) Intangível

i) Programas de computador (softwares)

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo intangível, em especial as licenças de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas pelo tempo da licença. Os gastos associados à manutenção dos programas de computador são reconhecidos quando incorridos, como despesa do exercício.

ii) Ágio

O ágio resultante da aquisição de participação acionária em controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é fundamentado em expectativas de resultado futuro e por possuir tempo de vida definido devido ao fato de estar relacionado com o prazo determinado nos contratos de concessão, é amortizado no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados. O ágio alocado a ativos e passivos identificáveis é amortizado na proporção em que esses ativos e passivos na controlada são realizados.

iii) Uso de bem público - UBP

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

I) Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

O custo dos empréstimos atribuídos à aquisição ou construção do ativo imobilizado são capitalizados como parte do custo destes ativos até o inicio da operação comercial.

O custo dos empréstimos atribuídos aos bens que comporão o ativo financeiro (ICPC 01 e OCPC 05 – linhas de transmissão e subestações) são reconhecidos diretamente no resultado.

m) Fornecedores

São as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, ou por estimativa, com base nos valores contratados.

n) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada. São reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação futura, com probabilidade de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionadas.

o) Benefícios pós-emprego

i) Plano de complementação de aposentadoria e pensão

A Companhia participa do plano de aposentadoria e pensão, administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, que provê a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação do benefício é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrerem. Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições à Fundação Elos em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias.

ii) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Além do programa de aposentadorias e pensões, a Companhia suporta, igualmente, um programa de assistência médica aos empregados aposentados por invalidez e seus dependentes, durante os primeiros 5 anos, sem que o vínculo empregatício com a Eletrosul tenha cessado.

Para os empregados que aderiram ao Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), a Companhia criou um programa de assistência à saúde nos mesmos moldes do plano mantido aos empregados, incluindo seus dependentes, por um prazo de 5 (cinco) anos para os empregados que optaram pelo desligamento em 2013, e por 1 (um) ano para os empregados que optaram pelo desligamento em 2014.

As obrigações com esses programas foram calculadas atuarialmente e estão demonstradas na nota 31.

p) Receitas, custos e despesas

As receitas, custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

A receita de geração é reconhecida com base nos contratos de CCEAR e/ou bilaterais. A receita de transmissão é reconhecida com base no CPC 17 (R1) e CPC 30 (R1), com base no modelo financeiro (ICPC 01 e OCPC 05).

O resultado financeiro líquido é composto basicamente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, parcelamento de tributos e créditos de energia renegociados. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

q) Questões ambientais

A Companhia capitaliza os gastos relativos às demandas ambientais consubstanciadas nas “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos do meio ambiente para a concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos nas áreas de geração e transmissão. Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizados para a execução do projeto, visando reparar ou evitar danos ao meio ambiente no local da realização dos empreendimentos, limitados até o final da construção dos empreendimentos.

r) Consórcios

A Companhia possui investimento em consórcio para exploração da UHE Mauá, no qual os sócios mantém acordo para controle compartilhado das operações. As operações compartilhadas envolvem ativos para geração de energia elétrica, operação e manutenção. A Companhia registra em sua contabilidade os ativos, passivos, receitas e despesas proporcionais a sua participação no consórcio.

s) Demonstração do valor adicionado – DVA

A Demonstração do valor adicionado é elaborada com base em informações contábeis e apresentada conforme as disposições contidas no CPC 09.

t) Normas e interpretações de normas

As normas e interpretações abaixo entraram em vigor em 2013 e foram adotadas pela Companhia quando aplicáveis:

Norma	Assunto
IFRS 10 (CPC 36 (R3))	Demonstrações Financeiras Consolidadas
IFRS 11 (CPC 19 (R2))	Negócios em Conjunto
IFRS 12 (CPC 45)	Divulgações de Participações em Outras Entidades
IFRS 13 (CPC 46)	Mensuração de Valor Justo
Emenda ao IAS 1 (CPC 26 (R1))	Apresentação das demonstrações financeiras
Emenda ao IFRS 7 (CPC 40 (R1))	Instrumentos Financeiros: Divulgações
Emenda ao IAS 16 (CPC 27)	Imobilizado
Emenda ao IAS 28 (CPC 18 (R2))	Investimentos em coligadas e controladas em conjunto

Novas normas e interpretações emitidas pelo *IASB (International Accounting Standards Board)* que afetam a Companhia e ainda não entram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2013 estão a seguir relacionadas:

Norma	Assunto
IFRS 9	Instrumentos Financeiros. Estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros. Aplicável a partir de 1º.01.2015.
Emenda ao IAS 32	Esclarecem os requisitos para compensação de instrumentos financeiros: A emenda visa esclarecer os critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (sistemas de câmaras de liquidação). A Administração entende que essas revisões não deverão causar algum impacto sobre a posição financeira, pois não se aplica à Companhia. Aplicável a partir de 1º.01.2014

IFRIC 21	Taxa do governo: a Interpretação aborda o reconhecimento de obrigações determinadas pelos Governos. A adoção é requerida a partir de 1º de janeiro de 2014 e a Administração está analisando os impactos que poderiam advir referentes a esta atualização.
----------	---

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

u) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A partir de 2013, a Eletrosul adotou prática contábil prevista no CPC 19 (R2), que permite a utilização do método de equivalência patrimonial para avaliação e demonstração de investimentos em entidades controladas em conjunto.

Assim, os investimentos nas SPE's controladas em conjunto (Costa Oeste Transmissora de Energia S/A, Marumbi Transmissora de Energia S/A, Empresa de Transmissão de Energia do Alto Uruguai S/A (Etau), Teles Pires Participações S/A (TPP), ESBR Participações S/A (ESBRP), Norte Brasil Transmissora de Energia S/A (NBTE), Construtora Integração Ltda, Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A (TSLE), Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A (TSBE), Santa Vitória do Palmar Holding S/A, Chuí Holding S/A, Livramento Holding S/A e Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A) deixaram de ser consolidados proporcionalmente à participação da Companhia e passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demonstrações financeiras ajustadas e reapresentadas conforme previsto no CPC 23.

O efeito da desconsolidação dos balanços das controladas em conjunto alterou os saldos das contas patrimoniais e resultado consolidado, mas em termos de resultado líquido não houve efeito, pois não ocorreu mudança quanto ao registro da equivalência patrimonial.

A demonstração dos efeitos da adoção do CPC 16 (R1), nos balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, na demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2012, demonstração dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2012 e na demonstração do valor adicionado de 31 de dezembro de 2012 está demonstrado a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL
Demonstração dos efeitos da adoção do CPC 16 (R1)

ATIVO	Consolidado					
	31.12.2012			01.01.2012		
	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	612.806	(401.818)	210.988	624.187	(214.618)	409.569
Clientes	169.037	(925)	168.112	127.475	(945)	126.530
Ativo financeiro - concessão de serviço público	57.232	(5.113)	52.119	152.543	(4.887)	147.656
Créditos indenizatórios - Lei 12.783/13	1.404.632	-	1.404.632	-	-	-
Créditos de energia renegociados - Lei 8.727/93	140.068	-	140.068	127.639	-	127.639
Dividendos a receber	-	1.340	1.340	-	2.823	2.823
Tributos a recuperar	51.593	(15.555)	36.038	42.509	(5.798)	36.711
Cauções e depósitos vinculados	57.985	(52.188)	5.797	27.311	(25.283)	2.028
Almoxarifado	32.318	-	32.318	30.767	-	30.767
Outros ativos	114.058	(44.820)	69.238	76.720	(4.794)	71.926
	2.639.729	(519.079)	2.120.650	1.209.151	(253.502)	955.649
NÃO CIRCULANTE						
Ativo Realizável a longo prazo						
Créditos indenizatórios - Lei 12.783/13	620.651	-	620.651	-	-	-
Créditos de energia renegociados - Lei 8.727/93	438.586	-	438.586	479.752	-	479.752
Tributos a recuperar	153.752	(101.760)	51.992	131.960	(65.837)	66.123
Ativo fiscal diferido, líquido	322.302	2.241	324.543	-	-	-
Adiantamento para aumento de capital	-	31.898	31.898	-	8.809	8.809
Ativo financeiro - concessão de serviço público	2.672.826	(514.322)	2.158.504	3.618.110	(203.015)	3.415.095
Cauções e depósitos vinculados	61.675	44.416	106.091	45.911	(4.791)	41.120
Outros ativos	59.549	(5.900)	53.649	21.253	(8.955)	12.298
	4.329.341	(543.427)	3.785.914	4.296.986	(273.789)	4.023.197
Investimentos	3.277	1.457.852	1.461.129	3.281	695.011	698.292
Imobilizado	5.464.638	(3.032.656)	2.431.982	3.735.612	(1.783.058)	1.952.554
Intangível	230.848	(42.531)	188.317	228.760	(37.345)	191.415
	10.028.104	(2.160.762)	7.867.342	8.264.639	(1.399.181)	6.865.458
TOTAL DO ATIVO	12.667.833	(2.679.841)	9.987.992	9.473.790	(1.652.683)	7.821.107

BALANÇO PATRIMONIAL
Demonstração dos efeitos da adoção do CPC 16 (R1)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado					
	31.12.2012			01.01.2012		
	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado
CIRCULANTE						
Fornecedores	210.590	(125.603)	84.987	325.022	(197.335)	127.687
Financiamentos e empréstimos	479.567	(209.231)	270.336	265.903	(76.505)	189.398
Folha de pagamento	37.670	(862)	36.808	52.686	(491)	52.195
Tributos a recolher	63.770	(4.532)	59.238	61.303	(3.884)	57.419
Dividendos a pagar	16.272	-	16.272	24.552	-	24.552
Obrigações estimadas	215.588	(175.253)	40.335	32.104	(96)	32.008
Benefício pós-emprego	13.158	-	13.158	13.534	-	13.534
Pesquisa e desenvolvimento	29.557	(259)	29.298	31.887	(231)	31.656
Provisão para contratos onerosos	28.673	-	28.673	7.215	-	7.215
Provisões operacionais	104.901	-	104.901	-	-	-
Outros passivos	140.582	(38.347)	102.235	90.249	(18.501)	71.748
	1.340.328	(554.087)	786.241	904.455	(297.043)	607.412
NÃO CIRCULANTE						
Financiamentos e empréstimos	4.566.505	(2.031.091)	2.535.414	3.639.933	(1.323.637)	2.316.296
Tributos a recolher	109.762	-	109.762	136.476	-	136.476
Obrigações estimadas	7.212	-	7.212	13.604	-	13.604
Passivo fiscal diferido, líquido	-	-	-	112.972	8.101	121.073
Provisões para riscos	170.068	(49.702)	120.366	52.545	(310)	52.235
Benefício pós-emprego	239.011	-	239.011	71.574	-	71.574
Adiantamento para aumento de capital	554.930	-	554.930	1.833.233	-	1.833.233
Provisão para contratos onerosos	930.327	-	930.327	-	-	-
Concessões a pagar - Uso do Bem Públíco	68.867	(42.360)	26.507	58.416	(37.216)	21.200
Outros passivos	7.585	(2.601)	4.984	5.532	(2.578)	2.954
	6.654.267	(2.125.754)	4.528.513	5.924.285	(1.355.640)	4.568.645
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	3.740.410	-	3.740.410	1.577.686	-	1.577.686
Reservas de lucros	1.059.172	-	1.059.172	1.055.880	-	1.055.880
Ajuste de avaliação patrimonial	(186.711)	-	(186.711)	(75.940)	-	(75.940)
Dividendos adicionais propostos	46.906	-	46.906	73.652	-	73.652
	4.659.777	-	4.659.777	2.631.278	-	2.631.278
Participação de não controladores	13.461	-	13.461	13.772	-	13.772
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.667.833	(2.679.841)	9.987.992	9.473.790	(1.652.683)	7.821.107

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Demonstração dos efeitos da adoção do CPC 16 (R1)

	Consolidado		
	31.12.2012		
	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.824.859	(339.455)	1.485.404
CUSTO OPERACIONAL			
Custo com Energia Elétrica	(166.247)	-	(166.247)
Energia comprada para revenda	(159.532)	-	(159.532)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso	(6.715)	-	(6.715)
Custo de Operação	(285.432)	709	(284.723)
Pessoal, material e serviços de terceiros	(230.702)	658	(230.044)
Depreciação e amortização	(33.994)	-	(33.994)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(9.405)	-	(9.405)
(-) Recuperação de despesas	4.444	(4.444)	-
Outros	(15.775)	4.495	(11.280)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(16.183)	6.778	(9.405)
Custo de Construção	(557.410)	296.285	(261.125)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	799.587	(35.683)	763.904
Despesas Operacionais	(302.419)	12.281	(290.138)
RESULTADO DO SERVIÇO	497.168	(23.402)	473.766
Outras receitas e despesas operacionais			
Resultado de Participações Societárias	-	6.768	6.768
Resultado Financeiro	(227.751)	8.366	(219.385)
Impairment	(149.672)	-	(149.672)
Contratos Onerosos	(896.494)	-	(896.494)
Outras Receitas/Despesas, Líquido	(14.339)	(761)	(15.100)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13	(791.088)	(9.029)	(800.117)
Indenizações Lei 12.783/13	577.802	-	577.802
LUCRO OPERACIONAL	(213.286)	(9.029)	(222.315)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(97.840)	2.933	(94.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	379.637	6.096	385.733
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	68.511	-	68.511

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Demonstração dos efeitos da adoção do CPC 16 (R1)

	Consolidado		
	31.12.2012		
	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(213.286)	(9.029)	(222.315)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Receita de Ativo Financeiro	(566.199)	19.399	(546.800)
Amortização de Ativo Financeiro	659.155	(4.151)	655.004
Depreciação e amortização	36.172	(62)	36.110
Amortização de ágio de investimentos	9.037	-	9.037
Variação monetária	(5.727)	(211)	(5.938)
Encargos financeiros gerados	439.250	(127.300)	311.950
Resultado de Participações Societárias	-	(6.768)	(6.768)
Ajuste a valor presente de tributos	(631)	-	(631)
Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)	149.672	-	149.672
Indenizações Lei 12.783/13	(577.802)	-	(577.802)
Perdas do ativo permanente	5.981	-	5.981
Provisões para contingências	67.227	-	67.227
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	9.405	-	9.405
Comp. Aposent. Especial/passivo atuarial	1.053	-	1.053
Provisão para perdas com contrato oneroso	903.209	-	903.209
Passivo atuarial (CVM 695)	(4.213)	-	(4.213)
Outros	15.661	(1.886)	13.775
	1.141.250	(120.979)	1.020.271
(Acréscimo) decréscimo nos ativos operacionais			
Clientes	(51.756)	(20)	(51.776)
Créditos de energia renegociados	144.211	-	144.211
Tributos a recuperar	28.739	45.680	74.419
Ativo fiscal diferido	(263.328)	(2.105)	(265.433)
Almoxarifado	185	-	185
Cauções, depósitos e fundos vinculados	(46.442)	(22.302)	(68.744)
Outros créditos	(47.533)	21.007	(26.526)
	(235.924)	42.260	(193.664)
Acréscimo (decréscimo) nos passivos operacionais			
Fornecedores	(135.163)	93.094	(42.069)
Folha de pagamento	(15.031)	(356)	(15.387)
Tributos a recolher	275.610	10.267	285.877
Passivo fiscal diferido	(112.775)	(8.237)	(121.012)
Obrigações estimadas	150.014	(175.157)	(25.143)
Entidade de previdência complementar	5.180	-	5.180
Pesquisa e desenvolvimento	(2.330)	(28)	(2.358)
Provisões operacionais	104.901	-	104.901
Outros passivos	98.113	(83.008)	15.105
	368.519	(163.425)	205.094
Caixa proveniente das atividades operacionais	1.060.559	(251.173)	809.386
Pagamento de encargos financeiros	(188.129)	11.133	(176.996)
Recebimento de encargos financeiros	175	-	175
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(70.485)	-	(70.485)
Depósitos Judiciais	8.920	-	8.920
Caixa líquido das atividades operacionais	811.040	(240.040)	571.000

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Demonstração dos efeitos da adoção do CPC 16 (R1)

	Consolidado		
	31.12.2012		
	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ativo Financeiro	(557.410)	296.285	(261.125)
Em ativo imobilizado	(1.793.004)	1.249.618	(543.386)
Em ativo intangível	(1.904)	84	(1.820)
Em participações societárias	-	(772.261)	(772.261)
Recebimento de remuneração dos investimentos societários	-	2.916	2.916
Outros investimentos	36	-	36
Caixa líquido das atividades de investimentos	(2.352.282)	776.642	(1.575.640)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.173.271	(797.485)	375.786
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	706.130	-	706.130
Pagamento de empréstimos e financiamento-principal	(226.713)	73.683	(153.030)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(108.626)	-	(108.626)
Pagamento de dívida de Previdência Complementar	(14.201)	-	(14.201)
Total das atividades de financiamento	1.529.861	(723.802)	806.059
Variação			
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(11.381)	(187.200)	(198.581)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	624.187	(214.618)	409.569
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	612.806	(401.818)	210.988

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Demonstração dos efeitos da adoção do CPC 16 (R1)

	Consolidado		
	31.12.2012		
	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado
01 - CÁLCULO DO VALOR ADICIONADO			
Receita			
Receita de transmissão, geração e serviços	3.338.647	(1.156.652)	2.181.995
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais	11.221	(496)	10.725
Serviço de terceiros	737.855	(649.713)	88.142
Custo de construção transmissão	557.410	(296.285)	261.125
Energia elétrica comprada para revenda	159.532	-	159.532
Seguros	2.949	108	3.057
Valor recuperável de ativos (Impairment)	149.672	-	149.672
Provisão (reversão) perdas na comercialização	6.715	-	6.715
Provisão (reversão) para contingências	46.324	-	46.324
Provisão (reversão) contrato oneroso compra de energia	896.494	-	896.494
Outros	<u>57.165</u>	<u>(2.613)</u>	<u>54.552</u>
	2.625.337	(948.999)	1.676.338
(=) Valor adicionado bruto	713.310	(207.653)	505.657
(-) Depreciação e amortização	36.172	(62)	36.110
(=) Valor adicionado líquido	677.138	(207.591)	469.547
(+) Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de participações societárias	-	6.768	6.768
Receita aplicação financeira	41.071	(2.000)	39.071
Rendas sobre créditos de energia renegociados	115.472	-	115.472
Outras receitas financeiras	<u>69.300</u>	<u>(1.270)</u>	<u>68.030</u>
	225.843	3.498	229.341
(=) Valor adicionado total a distribuir	902.981	(204.093)	698.888
02 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal			
Remuneração/benefícios/FGTS	263.245	(8.723)	254.522
Contingência/indenização trabalhista	20.653	-	20.653
Aposentadoria especial/passivo atuarial	<u>1.053</u>	<u>-</u>	<u>1.053</u>
	284.951	(8.723)	276.228
Governo			
Tributos	166.112	(55.262)	110.850
Encargos Regulatórios	42.347	(296)	42.051
Encargos sociais	47.995	(1.779)	46.216
Contribuição social	(73.765)	(2.415)	(76.180)
Imposto de renda	<u>(208.032)</u>	<u>(6.614)</u>	<u>(214.646)</u>
	(25.343)	(66.366)	(91.709)
Financiadores			
Encargos sobre tributos	5.740	(64)	5.676
Encargos sobre dividendos	8.298	-	8.298
Encargos sobre AFAC	178.231	-	178.231
Encargos de dívidas	163.774	(10.538)	153.236
Variações monetárias	41.244	120	41.364
Aluguel	4.411	(511)	3.900
Outras despesas financeiras	<u>173.164</u>	<u>(118.011)</u>	<u>55.153</u>
	574.862	(129.004)	445.858
Acionistas			
Dividendos mínimos obrigatórios	15.635	-	15.635
Dividendos adicionais propostos	46.906	-	46.906
Lucros retidos (reserva legal)	<u>5.970</u>	<u>-</u>	<u>5.970</u>
	68.511	-	68.511
Valor adicionado distribuído	902.981	(204.093)	698.888

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras da Companhia, em consonância com a Resolução nº 2.917, de 19.12.2001, do Banco Central do Brasil, encontram-se aplicadas no fundo de FAE do Banco do Brasil S.A., que tem como meta de rentabilidade 98% da taxa média da SELIC (TMS). São operações que tem como características liquidez diária e baixo risco. Em dezembro de 2013 a rentabilidade bruta média da Eletrosul nas aplicações financeiras atingiram 7,28% ou 97,78% da TMS.

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Caixa e depósitos bancários à vista	45.603	18.193	10.948	45.640	18.296	47.974
Aplicações financeiras	725.994	69.261	246.391	728.071	192.692	361.595
Total	771.597	87.454	257.339	773.711	210.988	409.569

A variação na rubrica “aplicações financeiras” em relação ao saldo apresentado em 31 de dezembro de 2012, decorre basicamente do recebimento em 18 de janeiro de 2013 do montante de R\$ 1.014.994 mil relativo a 50% dos créditos indenizatórios referentes à renovação das concessões previstas na Lei 12.783/2013, além do recebimento de 12 (doze) parcelas de um total de 31 (trinta e uma) parcelas referente o saldo remanescente.

O detalhamento das aplicações financeiras está demonstrado abaixo:

Instituição Financeira	Tipo Aplicação	Indexador	Controladora			Consolidado		
			31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
ABN	CDB	CDI	-	-	-	-	-	156
Banco do Brasil	CDB	CDI	-	-	-	-	101.375	105.951
Banco do Brasil	Fundo Exclusivo	CDI	-	-	117.547	-	-	117.547
Banco do Brasil	Fundo FAE	CDI	-	-	128.844	-	-	128.844
Banco do Brasil	Fundo FAE	IRF-M1	146.854	69.261	-	146.854	69.261	-
Banco do Brasil	Fundo FAE 2	IRF-M1	314.366	-	-	314.366	-	-
CEF	FI Caixa Extramer VI	IRF-M1	264.774	-	-	264.774	-	-
Votorantin	CDB	CDI	-	-	-	-	268	7.925
Votorantin	Fundo Vintage	CDI	-	-	-	2.077	21.788	1.172
			725.994	69.261	246.391	728.071	192.692	361.595

NOTA 6 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

A seguir, as cauções e depósitos vinculados são apresentados por natureza:

Cauções e depósitos vinculados	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Circulante						
Caução CEF - garantia ANEEL	9	9	9	9	9	9
Caução CEF - PCH São Mateus	14	13	13	14	13	13
Caução CEF - PCH Santo Cristo	10	10	-	10	10	-
Caução CEF - FI Caixa Extramer VI	1.252	-	-	1.252	-	-
Caução Bradesco	25	3.641	319	25	3.641	319
Caução Bradesco - garantia Leilão 06/2013	8.285	-	-	8.285	-	-
Fundo vinculado BB conv. SENAI 6246	88	87	14	88	87	14
Fundo vinculado BB conv. PRC-PRODEEM	1.209	1.220	1.137	1.209	1.220	1.137
Fundo vinculado BB conv. PROCEL ECV-042/04	-	-	136	-	-	136
Fundo vinculado BB conv. PROCEL ECV-028/05	-	-	249	-	-	249
Fundo vinculado BB conv. ECV-182/2006	-	-	142	-	-	142
Fundo vinculado BB compensação ambiental	551	817	-	551	817	-
Fundo vinculado garantia aluguéis	-	-	-	-	-	9
Bloqueio judicial	14.183	-	-	14.183	-	-
Subtotal	25.626	5.797	2.019	25.626	5.797	2.028
Não circulante						
Caução BB Eletronet	47.867	49.555	-	47.867	49.555	-
Fundo vinculado BNDES Mauá	5.757	9.880	9.127	5.757	9.880	9.127
Fundo vinculado BB Mauá	5.880	10.300	9.269	5.880	10.300	9.269
Fundo vinculado BB São Domingos	7.291	7.556	-	7.291	7.556	-
Fundo vinculado BB Passo São João	6.364	7.084	-	6.364	7.084	-
Fundo vinculado BB O&M Aplicação Mauá	890	1.527	-	890	1.527	-
Fundo vinculado BB O&M Aplicação SC Energia	-	-	1.206	-	-	1.206
Fundo vinculado BB SC Energia	8.528	9.371	-	8.528	9.371	-
Fundo vinculado BB PVTE	16.992	-	-	16.992	-	-
Fundo vinculado BB RS Energia	6.999	-	-	6.999	-	-
Fundo vinculado Bradesco Artemis	7.347	-	-	7.347	-	-
Fundo vinculado -Citibank/ conta reserva O&M Uirapuru	-	-	-	545	-	-
Fundo vinculado garantia de financiamentos	-	-	9.912	2.292	10.818	21.518
Subtotal	113.915	95.273	29.514	116.752	106.091	41.120
Total	139.541	101.070	31.533	142.378	111.888	43.148

O valor de R\$ 47.867 mil, demonstrado na rubrica “Cauções BB Eletronet”, é decorrente do vencimento dos ativos CFT que estavam cedidos em comodato por força do contrato ECF-2799/2009 e que se encontravam ofertados como garantias no processo judicial da Operação Eletronet. O mesmo valor encontra-se registrado no passivo não circulante na rubrica “outros passivos”, pois será convertido em empréstimo financeiro de Longo Prazo junto a Eletrobras.

Os valores das rubricas "Fundo Vinculado BNDES Mauá e BB Mauá" referem-se à constituição da conta reserva de garantia dos contratos de financiamento da UHE Mauá junto ao BNDES e Banco do Brasil conforme cláusulas contratuais.

Os valores das rubricas “Fundo Vinculado BB PVTE, BB RS Energia e Bradesco Artemis”, referem-se a saldos incorporados das SPE’s Artemis Transmissora de Energia S/A, incorporada pela Eletrosul em 11 de janeiro de 2013, Porto Velho Transmissora de Energia S/A e Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S/A, incorporadas pela Eletrosul em 29 de maio de 2013.

O detalhamento dos fundos vinculados é apresentado a seguir:

Instituição Financeira	Tipo Aplicação	Indexador	Controladora			Consolidado		
			31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Banco do Brasil	CDB	CDI	-	-	11.118	-	10.818	11.127
Banco do Brasil	Fundo Exclusivo	CDI	-	-	18.645	-	-	18.645
Banco do Brasil	Fundo FAE	CDI	-	-	1.429	-	-	1.429
Banco do Brasil	Fundo FAE	IRF-M1	102.974	97.397	-	102.974	97.397	-
Banco do Brasil	Aplicação POS	LFT	19.625	-	-	19.625	-	-
Bradesco	CDB	CDI	25	3.641	319	25	3.641	8.679
Bradesco	FIC-FI DI - Federal	CDI	7.347	-	-	7.347	-	-
Caixa	Conta remunerada	TR	33	32	22	33	32	22
Caixa	FI Caixa Extramer VI	IRF-M1	1.252	-	-	1.252	-	-
Bradesco	-	-	8.285	-	-	8.285	-	-
Citibank	Fundo	CDI	-	-	-	2.837	-	3.246
			139.541	101.070	31.533	142.378	111.888	43.148

NOTA 7 – CLIENTES

A composição da conta clientes é demonstrada a seguir:

a) Composição por natureza

	Controladora				
	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012
	vincendas	vencidas	total	total	total
Uso da rede elétrica	70.326	7.425	77.751	105.789	99.765
Conexão ao sistema de transmissão	7.130	-	7.130	8.664	8.161
Comercialização de energia	-	7.264	7.264	35.334	2.768
Suprimento de energia	31.672	-	31.672	5.814	-
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa	-	(14.117)	(14.117)	(13.766)	(3.509)
	109.128	572	109.700	141.835	107.185

	Consolidado				
	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012
	vincendas	vencidas	total	total	total
Uso da rede elétrica	72.604	7.645	80.249	128.904	114.041
Conexão ao sistema de transmissão	7.130	-	7.130	8.664	13.494
Comercialização de energia	-	7.264	7.264	35.334	2.768
Suprimento de energia	31.672	-	31.672	9.441	-
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa	-	(14.267)	(14.267)	(14.231)	(3.773)
	111.406	642	112.048	168.112	126.530

b) Composição por vencimento

	Controladora				
	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012
	vincendas	Vencidas até 90 dias	Vencidas há mais de 90 dias	total	total
Clientes	109.128	7.457	7.232	123.817	155.601
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa	-	-	(14.117)	(14.117)	(13.766)
	109.128	7.457	(6.885)	109.700	141.835
					107.185

	Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012		01.01.2012
	Vencidas vincendas	Vencidas até 90 dias	Vencidas há mais de 90 dias	total	total	total
Clientes	111.406	7.479	7.430	126.315	182.343	130.303
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa	-	-	(14.267)	(14.267)	(14.231)	(3.773)
	111.406	7.479	(6.837)	112.048	168.112	126.530

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão de créditos de liquidação duvidosa está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Saldo inicial	13.766	3.509	14.231	3.773
Incorporação SPE	428	-	-	-
Provisões	1.230	10.592	1.369	10.803
Reversões	(1.307)	(335)	(1.333)	(345)
Saldo final	14.117	13.766	14.267	14.231

NOTA 8 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia e Controladas estão no âmbito da Interpretação Técnica ICPC 01, decorrente da aplicação do modelo de ativo financeiro.

Ativo Financeiro	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Circulante						
Ativo Financeiro Amortizável RAP (I)	59.775	16.434	118.851	62.760	52.119	147.656
Subtotal	59.775	16.434	118.851	62.760	52.119	147.656
Não circulante						
Ativo Financeiro Amortizável RAP (I)	1.346.248	361.266	589.004	1.406.936	1.217.737	1.281.274
Ativo Financeiro Indenizável (II)	658.712	608.510	1.811.738	681.241	940.767	2.133.821
Subtotal	2.004.960	969.776	2.400.742	2.088.177	2.158.504	3.415.095
Total	2.064.735	986.210	2.519.593	2.150.937	2.210.623	3.562.751

O aumento na rubrica “ativo financeiro amortizável RAP”, em relação ao período anterior, decorre da incorporação do ativo financeiro da SPE Artemis Transmissora de Energia S/A, incorporada em 11 de janeiro de 2013, e das SPE’s Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S/A (RS Energia) e Porto Velho Transmissora de Energia S/A, incorporadas em 29 de maio de 2013.

Do saldo de R\$ 658.712 mil, apresentado na rubrica “Ativo Financeiro Indenizável II” no ativo não circulante, o montante de R\$ 513.455 mil refere-se ao saldo do ativo financeiro relativo ao sistema existente (RBSE), cujo valor da indenização encontra-se em avaliação.

As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do ativo financeiro foram as seguintes:

- (i) Ativo Financeiro Indenizável - a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como ativo financeiro, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

- (ii) Ativo Financeiro Amortizável pela RAP – A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras como ativo financeiro amortizável a diferença entre o valor total líquido da infraestrutura de transmissão e o valor residual da infraestrutura na data do término do contrato de concessão.
- (iii) Receita Financeira – A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras, a título de receita financeira, valor calculado sobre recebíveis registrados como Ativo Financeiro (antigo Imobilizado), com base em taxa apurada conforme o fluxo de recebimento das RAPs (RAP bruta (-) valor alocado para receita de O&M) até o final dos contratos de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica.
- (iv) Receita de O&M - A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras, Receita de Operação e Manutenção (O&M), considerando os valores realizados de pessoal, material, serviços e outros (PMSO) no período, acrescidos das taxas de PIS e Cofins e das taxas referente os encargos regulatórios (RGR, taxa de fiscalização e P&D). Não faz parte da prática contábil acima, as receitas oriundas do contrato de concessão 57/2001, renovado em 4 de dezembro de 2012 pelo prazo de 30 anos, cuja tarifa não contempla remuneração do capital investido.
- (v) Margem de Construção, Receita de Construção e Custo de Construção. A Companhia reconheceu em suas Demonstrações financeiras, margem de lucro zero sobre os valores registrados a título de receita de construção de empreendimentos de transmissão, cuja construção é efetuada por terceiros, haja vista que a condição precípua de empresa concessionária de energia elétrica, cujo objeto empresarial é o de manter e operar, pelo prazo da concessão, o empreendimento, onde o retorno ocorre através do recebimento da receita anual permitida (RAP).

A mutação da conta “ativo financeiro” é apresentada como segue:

Transmissão	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Saldo inicial em 1º de janeiro	986.210	2.519.593	2.210.623	3.562.751
(+) Receita de Construção	75.835	82.730	117.925	261.125
(+) Receita Financeira	125.664	423.875	175.808	546.800
(+) Incorporação SPE's (nota 1.d)	1.163.533	-	-	-
(-) Baixa ativo financeiro Lei 12.783/13	-	(1.430.868)	-	(1.430.868)
(+) Reversão/baixa ativo financeiro Lei 12.783/13	25.092	-	25.092	-
(-) Amortização, recebimentos, baixas e transferências	(174.348)	(534.939)	(241.260)	(655.004)
(-) <i>Impairment</i> (CPC 01 (R1)) (nota 19.b)	(137.251)	(32.115)	(137.251)	(32.115)
(-) Transferência para Imobilizado	-	(42.066)	-	(42.066)
Saldo final do período	2.064.735	986.210	2.150.937	2.210.623

O valor correspondente à reversão de baixa do ativo financeiro se refere a autorizações de receitas cujos investimentos foram baixados em 2012, todavia tinham inicio de operação previsto a partir de 1º de maio de 2012 e que na época do encerramento das demonstrações financeiras de 2012 esta informação ainda não havia sido ratificada pela ANEEL.

O valor do impairment registrado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 137.251 mil, refere-se ao ativo financeiro da LT Presidente Médice – Santa Cruz, SE Missões, LT Campos Novos – Nova Santa Rita, SE Caxias 6 SE Ijuí 2, SE Lageado Grande, SE Nova Petrópolis 2, SE Foz do Chapecó e Coletora Porto Velho.

NOTA 9 – CRÉDITOS INDENIZATÓRIOS – LEI nº 12.783/13

Os créditos indenizatórios referem-se ao valor da indenização prevista pela Lei nº 12.783/13, decorrente da renovação antecipada do contrato de concessão nº 57/2001, cujos valores foram divulgados pela Portaria MME nº 579/2012, tendo a Companhia optado pelo recebimento de 50% à vista atualizado pelo IPCA a partir de outubro de 2012, cujo montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013, e o restante, equivalente a 50%, a ser recebido em 31 parcelas mensais até 07/2015, atualizados pelo IPCA e acrescidos por uma taxa média ponderada do custo de capital (WACC) regulatório equivalente a 5,59% a.a. Do montante parcelado, até 31 de dezembro de 2013, a Companhia já havia recebido 12 (doze) parcelas de um total de 31(trinta e uma) parcelas.

A mutação da conta Créditos Indenizatórios é apresentada como segue:

	Controladora	
	31.12.2013	31.12.2012
Movimentação no período:		
Saldo final do período anterior	2.025.283	-
Reconhecimento da indenização	-	2.008.668
Recebimentos	(1.504.383)	-
Atualização monetária	52.916	12.052
Juros	45.437	4.563
Saldo do período final	619.253	2.025.283
 Circulante	 391.107	 1.404.632
Não Circulante	228.146	620.651

NOTA 10 – CRÉDITOS DE ENERGIA RENEGOCIADOS COM A UNIÃO

Os créditos renegociados referem-se a créditos junto à União, atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica. Sob a égide da Lei nº 8.727/93, a União assumiu, refinanciou e reescalou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, está limitado por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses. Os tributos incidentes sobre a receita decorrente da atualização desses créditos estão sendo diferidos. (ver nota 15).

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Movimentação no período:			
Saldo final do período anterior	578.654	607.391	672.678
Recebimentos	(163.665)	(144.209)	(178.512)
Atualização monetária	28.256	43.907	32.944
Juros	65.209	71.565	80.281
Saldo do período final	508.454	578.654	607.391
 Circulante	 134.193	 140.068	 127.639
Não Circulante	374.261	438.586	479.752

NOTA 11 – DIVIDENDOS A RECEBER

Os valores apresentados abaixo se referem às estimativas dos dividendos mínimos obrigatórios a serem destinados pelas SPE's e estão baseados no lucro líquido constante nos Demonstrativos de Resultados das investidas em 31 de dezembro de 2013.

Sociedades de Propósito Específico (SPE)	% de participação	Controladora		
		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Artemis	100,00%	-	15.945	4.863
Cerro Chato III	100,00%	-	176	652
Conta Oeste	49,00%	458	-	-
Etau	27,40%	58	535	513
Integração	24,50%	-	-	2.060
Marumbi	20,00%	101	-	-
Norte Brasil	24,50%	-	805	250
Porto Velho	100,00%	-	1.351	-
RS Energia	100,00%	-	2.332	773
TSBE	80,00%	1.440	-	-
Uirapuru	75,00%	1.736	1.908	1.382
		3.793	23.052	10.493

NOTA 12 – TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
ICMS	2.080	2.942	13.892	2.080	2.942	17.279
PIS	9.422	10.914	10.703	9.422	13.101	11.279
COFINS	43.406	50.272	49.305	43.406	60.351	51.961
Contribuição Social	8.539	-	5.885	8.539	637	6.121
Imposto de Renda	32.864	436	16.733	32.868	4.541	19.266
Outros créditos	971	8.372	1.038	971	8.377	1.038
(-) Ajustes a valor presente (CPC 12)	(1.303)	(1.919)	(4.110)	(1.303)	(1.919)	(4.110)
	95.979	71.017	93.446	95.983	88.030	102.834
Circulante	70.078	29.582	30.983	70.082	36.038	36.711
Não circulante	25.901	41.435	62.463	25.901	51.992	66.123

ICMS, PIS e COFINS referem-se a créditos tomados na compra de ativo imobilizado e na formação do ativo financeiro da transmissão.

Contribuição Social e Imposto de Renda referem-se ao saldo pago a maior em 2013, apurado por estimativa, superior ao montante devido apurado no encerramento de 2013. Tais valores serão compensados com os pagamentos a serem realizados no exercício de 2014.

NOTA 13 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A composição dos saldos de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC é apresentada a seguir:

a) Composição dos saldos de AFAC no ativo, por SPE:

	Controladora		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Cerro Chato I	-	-	86.760
Cerro Chato II	-	-	80.910
Cerro Chato III	-	-	74.790
Costa Oeste	15.104	-	-
Livramento	-	-	3.742
Marumbi	4.505	-	-
Porto Velho	-	-	50.000
RS Energia	-	-	66.258
Santa Vitória do Palmar	-	-	5.067
TSBE	86.400	31.898	-
TSLE	102.620	-	-
TOTAL	208.629	31.898	367.527

Movimentação de AFAC no ativo:

	Controladora		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Saldo Inicial	31.898	367.527	42.390
(+) AFAC aportado no exercício	389.849	158.012	419.515
(-) Incorporação SPE	(15.000)	-	-
(-) Integralização de capital	(198.118)	(493.641)	(94.378)
Total	208.629	31.898	367.527

b) Movimentações de AFAC no passivo:

O saldo da conta “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 59.284 mil está composto por valores recebidos da acionista Eletrobras.

	Controladora		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Saldo Inicial	554.930	1.810.793	724.125
(+) AFAC recebido no exercício	-	728.630	972.279
(+) Atualização pela SELIC	59.194	178.231	114.389
(-) Incorporação ao capital	(554.840)	(2.162.724)	-
Total	59.284	554.930	1.810.793

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Créditos diversos (a)	48.842	55.071	27.563	44.280	67.452	19.741
Devedores diversos (b)	13.213	13.845	31.505	13.217	13.927	31.701
Serviços em curso (c)	32.474	21.913	27.916	32.474	21.913	27.916
Desativações em curso (c)	4.092	18.507	3.651	4.092	18.507	3.651
Alienações em curso (c)	1.183	1.088	1.215	1.183	1.088	1.215
	99.804	110.424	91.850	95.246	122.887	84.224
Circulante	66.042	69.410	75.031	66.058	69.238	71.926
Não circulante	33.762	41.014	16.819	29.188	53.649	12.298

a) Créditos diversos

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Títulos de crédito a receber/alien., bens e direitos	2.054	2.794	3.493	2.054	2.794	3.493
Créditos por serviços prestados a terceiros	6.650	6.750	10.341	2.076	6.750	2.217
Títulos e valores mobiliários	143	139	136	143	139	136
Valores bloqueados judicialmente	-	175	20	45	344	61
Reserva Global de Reversão (RGR)	-	1.180	-	-	1.180	-
Dispêndios a reembolsar	13.645	11.364	7.734	13.645	11.364	7.756
Prêmio de seguro	582	615	382	619	768	651
Créditos em litígio	10.154	10.154	10.154	10.154	10.154	10.154
Depósitos vinculados a litígios	22.472	26.741	6.025	22.472	39.285	6.072
Empréstimo compulsório-aq. de combustível	-	2.024	1.876	-	2.024	1.876
Convênios prefeituras	4.089	4.252	734	4.089	4.252	734
Outros créditos a receber	3.050	2.867	1.432	2.980	2.382	1.355
(-) Prov. outros créd. liquid. Duvidosa (d)	(13.997)	(13.984)	(14.764)	(13.997)	(13.984)	(14.764)
	48.842	55.071	27.563	44.280	67.452	19.741
Circulante	15.080	14.057	10.744	15.092	13.803	7.443
Não circulante	33.762	41.014	16.819	29.188	53.649	12.298

A Companhia registra na rubrica “Provisões para riscos”, evidenciada no Passivo Não Circulante, apenas os valores dos depósitos judiciais vinculados a provisões cujo parecer da área jurídica é “Perda Provável”, reduzindo as provisões para contingências.

b) Devedores diversos

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Rendas a receber - encargos de dívidas	1.403	1.423	1.403	1.403	1.423	1.403
Adiantamentos a fornecedores	1.961	1.626	21.779	1.961	1.764	21.814
Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar	7.023	7.023	7.023	7.023	7.023	7.023
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	280	280	280	280	280	280
Adiantamentos a empregados	4.952	5.077	4.199	4.952	5.134	4.226
Créditos com empregados	92	143	150	98	143	166
Credenciamento médico	2.675	2.383	2.332	2.675	2.383	2.332
Outros devedores	1.850	2.913	1.362	1.848	2.800	1.480
(-) Prov. créd. liquid. Duvidosa (d)	(7.023)	(7.023)	(7.023)	(7.023)	(7.023)	(7.023)
	13.213	13.845	31.505	13.217	13.927	31.701

Os créditos com a Eletrobrás Participações S.A. (Eletropar), vinculados a créditos que a mesma detém na Eletronet, que por sua vez, teve sua falência decretada, estão incluídos na provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

c) Desativações, alienações e serviços em curso

Serviços em curso	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Construção da casa sustentável	-	-	126	-	-	126
Convênio MME - 009/2004 Evit. Capac. Prodee	85	156	151	85	156	151
Implantação LT 525 kV Campos Novos/Santa Rita-RS	-	27	16	-	27	16
Implantação novo Trafo p/ Gerdau - SE Charqueadas	-	156	508	-	156	508
Projeto Alto Uruguai	-	1	2.226	-	1	2.226
P&D ANEEL diversos	278	143	8.969	278	143	8.969
Substituição de transfr. III-GENVISA na SE Joinville	743	743	743	743	743	743
Análise de projeto acomp. Comis. das instalações	3.425	4.600	4.633	3.425	4.600	4.633
Licitações e Leilões ANEEL	553	606	230	553	606	230
Engenharia do proprietário UHE Mauá	2.247	2.197	1.936	2.247	2.197	1.936
Engenharia do proprietário CHUI I, II, IV, V	1.157	627	-	1.157	627	-
Engenharia do proprietário IBIRAPUTA, C. Chato IV, V	6.643	4.859	-	6.643	4.859	-
Engenharia do proprietário VERACE I A X	3.466	1.425	-	3.466	1.425	-
Sinistro transformador Siderópolis	872	1.009	872	872	1.009	872
Fontes alternativas geração de energia eletrica	-	-	2.199	-	-	2.199
Sinistro transformadores SE Curitiba	-	28	28	-	28	28
Troca sistema climatização Sertão do Maruim	-	1.818	1.818	-	1.818	1.818
Desenvolvimento de redes de sensores passivos	1.687	779	-	1.687	779	-
Utilização de tecnologia de plasma para bauxita	1.440	381	-	1.440	381	-
Estudo de expansão da UHE Belo Monte	313	300	208	313	300	208
Desenvolv. célula comb. microbiana geração de energia	1.500	108	-	1.500	108	-
Desenv. biodigestão resíduos agrícolas	841	228	-	841	228	-
Desenv. purific. silício metal grau solar	598	1	-	598	1	-
Turbina hidráulica Magnus	567	138	-	567	138	-
Outros serviços	6.059	1.583	3.253	6.059	1.583	3.253
	32.474	21.913	27.916	32.474	21.913	27.916
Desativações em curso	4.092	18.507	3.651	4.092	18.507	3.651
Alienações em curso	1.183	1.088	1.215	1.183	1.088	1.215
	37.749	41.508	32.782	37.749	41.508	32.782

d) Movimentação da provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa – PCLD

	Consolidado				
	Ativo Circulante	Saldo em 31.12.2012	Provisões	Reversões	Baixas para perdas
Devedores diversos	7.023	-	-	-	7.023
Créditos diversos	3.830	13	-	-	3.843
Ativo Não Circulante					
Créditos diversos	10.154	-	-	-	10.154

	Consolidado				
	Ativo Circulante	Saldo em 01.01.2012	Provisões	Reversões	Baixas para perdas
Devedores diversos	7.023	-	-	-	7.023
Créditos diversos	4.610	368	(1.148)	-	3.830
Ativo Não Circulante					
Créditos diversos	10.154	-	-	-	10.154

NOTA 15 – TRIBUTOS DIFERIDOS

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ativo não circulante						
Provisões cíveis e fiscais	14.727	27.136	8.670	14.727	27.136	8.670
Provisões trabalhistas	20.725	24.567	21.496	20.725	24.567	21.496
Passivo atuarial	13.566	64.442	6.702	13.566	64.442	6.702
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.441	7.247	4.025	7.441	7.327	4.025
Provisão para perdas contratos onerosos	138.682	309.543	2.453	138.682	309.543	2.453
Amortização ágio s/ investimento	7.784	9.488	8.480	7.784	9.488	8.480
Valor recuperável de ativos (Impairment)	174.981	90.528	48.575	174.981	90.528	48.575
Participação nos lucros e resultados (PLR)	11.824	10.717	11.287	11.824	10.717	11.287
Contribuição benefício geração atual	5.096	7.248	9.226	5.096	7.248	9.226
Plano de incentivo ao desligamento	4.648	-	-	4.648	-	-
Ajuste valor presente de tributos e UBP	443	1.236	1.398	443	1.236	1.398
Outros	7.328	-	-	7.328	9.013	3.703
	407.245	552.152	122.312	407.245	561.245	126.015
Passivo não circulante						
Receita de atual. créditos energia renegociados (i)	172.323	195.554	205.469	172.323	195.554	205.469
Parcelamento Especial (PAES)	1.757	1.295	1.242	1.757	1.295	1.242
Provisão ajustes de adoção CPC's	7.353	3.042	11.427	7.353	5.421	11.427
Amortização ágio s/ investimento	13.435	5.992	-	13.435	5.992	-
Depreciação acelerada usinas	25.076	4.366	-	25.076	4.366	-
Atualização de depósito judicial	3.781	2.970	2.456	3.781	2.970	2.456
Passivo atuarial - resultado abrangente	17.956	19.719	19.719	17.956	19.719	19.719
Ajuste valor presente de tributos e UBP	968	-	-	968	-	-
Outros	3.370	-	-	3.370	1.385	6.775
	246.019	232.938	240.313	246.019	236.702	247.088
Tributos diferidos líquidos						
	161.226	319.214	(118.001)	161.226	324.543	(121.073)

(i) O diferimento dos tributos incidentes sobre a receita de atualização dos créditos de energia renegociados – Lei nº 8.727/93 foi iniciado em janeiro de 1999. Até dezembro de 1998, todos os tributos incidentes sobre tais receitas (juros e variação monetária) foram recolhidos pelo regime de competência. Todavia, os valores recolhidos até aquela data já ultrapassavam aos valores efetivamente recebidos da União com o pagamento da dívida à Eletrosul, por conta da Lei nº 8.727/93. Destarte, de forma a preservar o patrimônio da Companhia, a Administração optou por diferir os tributos, a partir de janeiro de 1999, para recolhimento com base nos valores efetivamente recebidos.

Até dezembro de 2004, foram compensados os valores recolhidos até a competência dezembro de 1998. A partir de janeiro de 2005, passou-se a tributar e recolher sobre os valores efetivamente recebidos. Essa situação é decorrente do fato de que a União paga as parcelas mensais de sua dívida de acordo com o que recebe dos Estados, que, por sua vez, estão limitados por lei em níveis de comprometimento de suas receitas, conforme descrito na nota 10.

A expectativa de compensações dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

Ano	Consolidado	
	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
2014	47.188	10.506
2015	42.832	11.610
2016	28.779	11.610
2017	25.285	11.359
2018	25.285	11.108
Após 2018	237.876	189.826
Total	407.245	246.019

NOTA 16 – INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia em sociedades controladas e em empreendimentos controlados em conjunto são apresentados como segue:

a) Investimentos nas controladas

Participação societária permanente	Controladora		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Subsidiárias e controladas (i)	55.929	1.086.086	650.524
Controladas em conjunto	2.465.400	1.457.852	695.011
Outros	3.277	3.277	3.281
Total	2.524.606	2.547.215	1.348.816

- (i) A redução do montante em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 1.086.086 mil para R\$ 55.929 mil em 31 de dezembro de 2013, refere-se às incorporações de empresas controladas, como segue:
Artemis (01/2013), Cerro Chato I, II e III (05/2013), RS Energia (05/2013) e PVTE (05/2013).

b) Movimentação dos investimentos (Controladora)

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	Part. (%)	Saldos em 31.12.2012	Adições	Resultado participação societária	Ajus. Aval. patrimonial	Destin./ Ajuste de Dividendos	Amort. / Transf. do Ágio	Incorporação SPE	Saldos em 31.12.2013
Em operação									
Subsidiárias e controladas									
Artemis (i)	100,0%	252.971	-	3.592	-	-	(87.584)	(168.979)	-
Cerro Chato I (i)	100,0%	86.499	-	326	-	-	-	(86.825)	-
Cerro Chato II (i)	100,0%	80.006	-	478	-	-	-	(80.484)	-
Cerro Chato III (i)	100,0%	75.819	-	543	-	(112)	-	(76.250)	-
RS Energia (i)	100,0%	231.919	-	4.882	-	2.331	-	(239.132)	-
Porto Velho (i)	100,0%	302.440	-	1.746	-	1.351	(1.409)	(304.128)	-
Uirapuru	75,0%	56.432	-	7.433	-	(7.215)	(721)	-	55.929
Controladas em conjunto									
Etau	27,4%	23.696	-	3.845	-	(3.342)	-	-	24.199
Integração	24,5%	20.155	-	11.342	-	(9.043)	-	-	22.454
Em fase pré-operacional									
Controladas em conjunto									
Chuí	49,0%	33.606	41.797	(193)	-	-	-	-	75.210
Costa Oeste	49,0%	1.138	-	3.599	-	(458)	-	-	4.279
ESBR Participações	20,0%	939.825	475.000	(38.889)	134	-	-	-	1.376.070
Fronteira Oeste	51,0%	-	5	-	-	-	-	-	5
Livramento	49,0%	35.280	73.031	(10.963)	-	-	-	-	97.348
Marumbi	20,0%	570	-	682	-	(101)	-	-	1.151
Norte Brasil	24,5%	193.625	30.625	6.391	-	805	-	-	231.446
Santa Vitória do Palmar	49,0%	97.059	88.772	139	-	-	-	-	185.970
TSBE	80,0%	6.301	157.754	4.788	-	(1.440)	-	-	167.403
TSLE	51,0%	16.781	-	120	-	-	-	-	16.901
Teles Pires Participações	24,7%	89.816	174.790	(1.642)	-	-	-	-	262.964
Outros investimentos		3.277	-	-	-	-	-	-	3.277
Total		2.547.215	1.041.774	(1.781)	134	(17.224)	(89.714)	(955.798)	2.524.606

(i) incorporadas pela Companhia em 2013.

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	Part. (%)	Saldos em 01.01.2012	Adições	Resultado participação societária	Ajus. Aval. patrimonial	Destin./ Ajuste de Dividendos	Amort. do Ágio	Outros	Saldos em 31.12.2012
Em operação									
Subsidiárias e controladas									
Artemis	100,0%	252.302	-	26.989	-	(20.582)	(5.738)	-	252.971
Cerro Chato I	90,0%	-	86.760	(261)	-	-	-	-	86.499
Cerro Chato II	90,0%	-	80.910	(904)	-	-	-	-	80.006
Cerro Chato III	90,0%	2.275	74.789	(1.721)	-	476	-	-	75.819
Porto Velho	100,0%	193.624	107.500	2.685	-	(1.351)	(18)	-	302.440
RS Energia	100,0%	146.203	79.092	8.182	-	(1.558)	-	-	231.919
Uirapuru	75,0%	56.120	-	7.935	-	(6.902)	(721)	-	55.929
Controladas em conjunto									
Etau	27,4%	21.840	-	4.793	-	(2.937)	-	-	23.696
Integração	24,5%	8.898	-	9.197	-	2.060	-	-	20.155
Em fase pré-operacional									
Controladas em conjunto									
Chuí	49,0%	-	33.887	(281)	-	-	-	-	33.606
Costa Oeste	49,0%	196	1.194	(252)	-	-	-	-	1.138
ESBR Participações	20,0%	554.408	390.001	(4.352)	(232)	-	-	-	939.825
Livramento	49,0%	-	36.055	(775)	-	-	-	-	35.280
Marumbi	20%	-	622	(52)	-	-	-	-	570
Norte Brasil	24,5%	16.119	166.110	3.414	8.536	(554)	-	-	193.625
Santa Vitória do Palmar	49%	-	97.551	(492)	-	-	-	-	97.059
TSBE	80,0%	-	6.408	(107)	-	-	-	-	6.301
TSLE	51,0%	-	17.345	(564)	-	-	-	-	16.781
Teles Pires Participações	24,5%	93.550	-	(3.734)	-	-	-	-	89.816
Outros investimentos		3.281	-	-	-	-	-	(4)	3.277
Total		1.348.816	1.178.224	49.700	8.304	(31.348)	(6.477)	(4)	2.547.215

c) Informações das Sociedades Investidas em 31 de dezembro de 2013

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	% Part.	Acionistas	%	Início da construção	Início da operação	Término da concessão
Em operação comercial						
ESBR Participações	20,0%	SUEZ CHESF Mitsui	40,0% 20,0% 20,0%	2009	2013	2043
Etau	27,4%	Transmissora Aliança CEEE DME Energética	52,6% 10,0% 10,0%	2003	2004	2032
Uirapuru	75,0%	ELOS	25,0%	2004	2005	2035
Construtora Integração	24,5%	Eletronorte Abengoa Brasil	24,5% 51,0%	-	-	-
Livramento	49,0%	Rio Bravo Investimentos Fundação Elos	41,0% 10,0%	2012	2014	2047
Em fase pré-operacional						
Norte Brasil	24,5%	Eletronorte Abengoa Brasil	24,5% 51,0%	2009	2014	2039
Costa Oeste	49,0%	Copel	51,0%	2012	2014	2042
Fronteira Oeste	51,0%	CEEE	49,0%	2014	2016	2044
TSBE	80,0%	Copel	20,0%	2012	2014	2042
Marumbi	20,0%	Copel	80,0%	2012	2014	2042
TSLE	51,0%	CEEE	49,0%	2012	2014	2042
Teles Pires Participações	24,7%	Neoenergia Furnas	50,6% 24,7%	2011	2015	2046
Chuí	49,0%	Rio Bravo Investimentos	51,0%	2012	2014	2047
Santa Vitória do Palmar	49,0%	Brave Winds Geradora	51,0%	2012	2014	2047

d) Informações resumidas financeiras das controladas

31.12.2013						
Sociedades de Propósito Específico (SPE's)	Part. (%) em 31.12.2013	Receita operacional Líquida	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ativo total	Passivo	Patrimônio Líquido
Em operação						
Uirapuru	75,0%	17.893	9.911	93.639	39.506	54.133

A Companhia utilizou as Demonstrações de 30 de novembro de 2013 para calcular o resultado de participação nas subsidiárias e controladas, exceto para os balanços que apresentaram variação relevante entre 30 de novembro e 31 de dezembro de 2013.

e) Informações financeiras das controladas em conjunto

As informações financeiras resumidas das controladas em conjunto estão apresentadas a seguir, de forma consolidada:

Balanço Patrimonial	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	720.826	1.543.019	993.391
Outros ativos circulantes	746.548	296.823	264.189
Ativo não circulante	24.718.842	17.288.359	10.270.213
	26.186.216	19.128.201	11.527.793
Passivo			
Financiamentos e empréstimos (curto prazo)	616.835	833.206	834.375
Outros passivos circulantes	1.069.785	1.411.717	554.318
Financiamentos e empréstimos (longo prazo)	12.315.831	9.942.277	6.605.205
Outros passivos não circulantes	2.130.854	531.665	198.053
Patrimônio líquido	10.052.911	6.409.336	3.335.842
	26.186.216	19.128.201	11.527.793

Demonstração do Resultado	31.12.2013	31.12.2012
Receita líquida	1.796.451	537.416
Custo da operação	(1.644.017)	(495.539)
Lucro bruto	152.434	41.877
Despesas operacionais	(245.201)	(20.320)
Receita financeira	35.281	7.683
Despesa financeira	(79.127)	(20.079)
Lucro antes dos impostos	(136.613)	9.161
Impostos sobre o lucro	12.045	(376)
Lucro líquido	(124.568)	8.785

NOTA 17 – IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Transmissão						
Imobilizações em curso	39.437	2.782	-	39.437	2.782	-
Total Transmissão	39.437	2.782	-	39.437	2.782	-
Geração						
Imobilizações em serviço	2.684.095	590.156	-	2.684.095	996.933	-
(-) Depreciação acumulada	(115.285)	(11.502)	-	(115.285)	(33.251)	-
Imobilizações em curso	47.622	1.600.426	1.656.223	47.622	1.635.001	2.069.555
(-) <i>Impairment</i> (CPC 01 (R1))	(308.972)	(198.645)	(142.870)	(308.972)	(198.645)	(142.870)
Total Geração	2.307.460	1.980.435	1.513.353	2.307.460	2.400.038	1.926.685
Administração						
Imobilizações em serviço	41.582	39.322	36.151	41.582	39.601	36.331
(-) Depreciação acumulada	(17.594)	(16.062)	(14.743)	(17.594)	(16.102)	(14.762)
Imobilizações em curso	7.356	5.652	4.194	7.356	5.663	4.300
Total Administração	31.344	28.912	25.602	31.344	29.162	25.869
Total Imobilizado Líquido	2.378.241	2.012.129	1.538.955	2.378.241	2.431.982	1.952.554

a) Encargos financeiros capitalizados

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos são reconhecidos no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos de energia elétrica. Os encargos capitalizados no ativo imobilizado estão demonstrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Total dos encargos financeiros	266.267	138.831	295.557	198.709
(-) Transferência para o imobilizado	7.745	45.416	7.745	45.416
Efeito Líquido no resultado	258.522	93.415	287.812	153.293

c) Taxas de depreciação

	Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Geração			
Intangíveis	20,00%	20,24%	19,64%
Reservatórios, barragens e adutoras	3,65%	3,40%	3,40%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,79%	3,48%	4,13%
Máquinas e equipamentos	4,05%	3,67%	4,24%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%	-
Terrenos	3,52%	3,42%	-
Administração			
Intangíveis	20,00%	6,64%	6,64%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,45%	3,45%	4,17%
Máquinas e equipamentos	4,41%	8,40%	6,54%
Veículos	8,16%	9,78%	15,20%
Móveis e utensílios	6,25%	5,12%	8,28%

Em 16 de fevereiro de 2012 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou a Resolução Normativa nº 474/2012, que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado do Setor Elétrico. A Companhia adota o prazo de concessão/autorização ou as taxas ANEEL, dos dois o menor para os cálculos de depreciação do ativo imobilizado da geração.

d) Movimentação

	Controladora							
	31.12.2012	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Incorporações	31.12.2013	Vlr líquido
Geração								
Em serviço	590.156	-	(3.262)	1.660.497	436.704	2.684.095		
Depreciação acumulada	(11.502)	(71.797)	-	(76)	(31.910)	(115.285)		
Em curso	1.600.426	155.961	(48.417)	(1.661.471)	1.123	47.622		
Total	2.179.080	84.164	(51.679)	(1.050)	405.917	2.616.432		
Transmissão								
Em curso	2.782	37.676	(1.021)	-	-	39.437		
Total	2.782	37.676	(1.021)				39.437	
Administração								
Em serviço	39.322	2.568	(26)	(579)	297	41.582		
Depreciação acumulada	(16.062)	(1.786)	25	294	(65)	(17.594)		
Em curso	5.652	3.795	(46)	(2.049)	4	7.356		
Total	28.912	4.577	(47)	(2.334)	236	31.344		
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(198.645)	(110.652)	325	-	-	(308.972)		
TOTAL	2.012.129	15.765	(52.422)	(3.384)	406.153	2.378.241		

O valor de R\$ 1.660.497 mil na coluna “transferências” do quadro acima, refere-se à transferência dos ativos em curso para em serviço em decorrência do início da operação comercial das UHE Mauá e UHE São Domingos, PCH Barra do Rio Chapéu e PCH João Borges.

O valor de R\$ 406.153 mil na coluna “incorporações” do quadro acima, refere-se à incorporação dos ativos das SPEs Eólica Cerro Chato I, Eólica Cerro Chato II e Eólica Cerro Chato III, evento aprovado através da AGE de 29 de maio de 2013.

	Consolidado						
	31.12.2012	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2013	Vlr líquido
Geração							
Em serviço	996.933	-	(4.221)	1.691.383	2.684.095		
Depreciação acumulada	(33.251)	(81.958)	-	(76)	(115.285)		
Em curso	1.635.001	157.909	(52.931)	(1.692.357)	47.622		
Total	2.598.683	75.951	(57.152)	(1.050)	2.616.432		
Transmissão							
Em curso	2.782	37.676	(1.021)	-	39.437		
Total	2.782	37.676	(1.021)			39.437	
Administração							
Em serviço	39.601	2.575	(26)	(568)	41.582		
Depreciação acumulada	(16.102)	(1.811)	25	294	(17.594)		
Em curso	5.663	3.799	(46)	(2.060)	7.356		
Total	29.162	4.563	(47)	(2.334)	31.344		
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(198.645)	(110.652)	325	-	(308.972)		
TOTAL	2.431.982	7.538	(57.895)	(3.384)	2.378.241		

As principais adições no imobilizado consolidado referem-se, basicamente, aos investimentos realizados no período nas UHE Mauá e UHE São Domingos, PCH Barra do Rio Chapéu e PCH João Borges.

	Controladora				
	01.01.2012	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2012
	Vlr líquido				Vlr líquido
Geração					
Em serviço	-	-	(18.755)	608.911	590.156
Depreciação acumulada	-	(11.899)	397	-	(11.502)
Em curso	1.656.223	613.410	(59.749)	(609.458)	1.600.426
Total	1.656.223	601.511	(78.107)	(547)	2.179.080
Trasmissão					
Em curso	-	2.782	-	-	2.782
Total	-	2.782	-	-	2.782
Administração					
Em serviço	36.151	2.971	(405)	605	39.322
Depreciação acumulada	(14.743)	(1.942)	397	226	(16.062)
Em curso	4.194	3.263	(11)	(1.794)	5.652
Total	25.602	4.292	(19)	(963)	28.912
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(142.870)	(84.706)	28.931	-	(198.645)
TOTAL	1.538.955	523.879	(49.195)	(1.510)	2.012.129

	Consolidado				
	01.01.2012	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2012
	Vlr líquido				Vlr líquido
Geração					
Em serviço	-	-	(18.755)	1.015.688	996.933
Depreciação acumulada	-	(33.648)	397	-	(33.251)
Em curso	2.069.555	641.335	(59.749)	(1.016.140)	1.635.001
Total	2.069.555	607.687	(78.107)	(452)	2.598.683
Trasmissão					
Em curso	-	2.782	-	-	2.782
Total	-	2.782	-	-	2.782
Administração					
Em serviço	36.331	3.065	(405)	610	39.601
Depreciação acumulada	(14.762)	(1.963)	397	226	(16.102)
Em curso	4.300	3.268	(11)	(1.894)	5.663
Total	25.869	4.370	(19)	(1.058)	29.162
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(142.870)	(84.706)	28.931	-	(198.645)
TOTAL	1.952.554	530.133	(49.195)	(1.510)	2.431.982

e) Indisponibilidade de bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e as instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a estes serviços públicos, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do Poder Concedente.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que os recursos da alienação sejam depositados em conta bancária vinculada, para que sejam reaplicados na concessão.

f) Reversão de bens vinculados à concessão

Ao término dos contratos de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas passarão a integrar o patrimônio da União. Os investimentos adicionais ao projeto básico autorizado, realizados para garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido, terão a parcela não amortizada ou depreciada indenizada ao término da concessão.

Com a assinatura do aditivo contratual ao contrato de concessão nº 57/2001 em 4 de dezembro de 2012, a Companhia aceitou as condições de prorrogação antecipada das concessões previstas na Lei 12.783/13.

g) Bens e direitos da União

A Companhia mantém, em registros auxiliares, o montante de R\$ 5.199 mil a título de Bens da União sob Administração (BUSA), relativo à parte da subestação - SE Alegrete, Linha de Transmissão de 138 kV Jupiá/ Mimoso I, Linha de Transmissão de 138 kV Mimoso/Campo Grande I, Linha de Transmissão de 230 kV Assis/Londrina, Linha de Transmissão de 230 kV Londrina/Apucarana e um terreno situado no município de Capivari de Baixo.

NOTA 18 – INTANGÍVEL

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Intangível em serviço						
Softwares	4.264	4.252	4.252	4.264	4.252	4.252
Uso de bens públicos	25.636	4.056	-	25.636	4.056	-
Intangível - direito de concessões	244.313	113.319	113.319	261.385	261.385	261.485
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(33.855)	-	-	(33.855)	(33.855)	(33.855)
	240.358	121.627	117.571	257.430	235.838	231.882
(-) Amortização acumulada						
Softwares	20%	(3.716)	(3.708)	(3.426)	(3.716)	(3.708)
Uso de bens públicos		(784)	(35)	-	(784)	(35)
Intangível - direito de concessões		(75.182)	(58.785)	(56.325)	(76.925)	(67.953)
		(79.682)	(62.528)	(59.751)	(81.425)	(71.696)
Intangível em curso						
Softwares		4.256	2.595	775	4.256	2.595
Uso de bens públicos		-	21.580	21.200	-	21.580
		4.256	24.175	21.975	4.256	24.175
Total Intangível		164.932	83.274	79.795	180.261	188.317
						191.415

A movimentação do intangível está demonstrada abaixo:

	Controladora				
	Softwares	Uso de bens públicos	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Impairment	Total
Saldos em 01.01.2012	1.601	21.200	56.994	-	79.795
Adições	1.820	4.436	-	-	6.256
Amortização	(282)	(35)	(2.460)	-	(2.777)
Saldos em 31.12.2012	3.139	25.601	54.534	-	83.274
Adições	1.673	-	-	-	1.673
Incorporação SPE*	-	-	122.830	(33.855)	88.975
Amortização	(8)	(749)	(8.233)	-	(8.990)
Saldos em 31.12.2013	4.804	24.852	169.131	(33.855)	164.932

* Os valores referem-se a reclassificação do ágio da Artemis e Porto Velho do grupo investimentos em função da incorporação pela Companhia.

	Consolidado				
	Softwares	Uso de bens públicos	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Impairment	Total
Saldos em 01.01.2012	1.601	21.200	202.469	(33.855)	191.415
Adições	1.820	4.436	-	-	6.256
Amortização	(282)	(35)	(9.037)	-	(9.354)
Saldos em 31.12.2012	3.139	25.601	193.432	(33.855)	188.317
Adições	1.673	-	-	-	1.673
Amortização	(8)	(749)	(8.972)	-	(9.729)
Saldos em 31.12.2013	4.804	24.852	184.460	(33.855)	180.261

Os ágios pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente de projeções de fluxo de caixa futuros estimados obtidos através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela ANEEL para o uso do sistema de transmissão de elétrica.

O valor registrado do ágio refere-se à aquisição da participação acionária na SC Energia em 11 de fevereiro de 2009, Artemis em 11 de agosto de 2011, na Uirapuru em 11 de agosto de 2011 e na Porto Velho em 12 de novembro de 2010. O ágio tem vida útil definida e está sendo amortizado de acordo com o período de concessão.

De acordo com a Orientação Técnica “OCPC 05”, os valores relativos ao uso de bem público decorrentes de contratos de concessões onerosas com a União estão demonstrados ao custo amortizado e atualizados conforme dispõem os contratos. Assim, a Companhia contabilizou os registros de uso de bem público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital. Os valores estão divulgados na nota 27.

NOTA 19 – IMPAIRMENT

A Companhia testa anualmente a recuperabilidade para os seus ativos intangíveis, que se constituem basicamente da parcela de ágio por expectativa de resultados futuros advindos dos processos de combinação de negócios, com base em valor presente dos fluxos de caixas.

Para os ativos de longa duração (ativo financeiro e ativo imobilizado), são revisados anualmente ou sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) e em projetos quanto aos aspectos do *impairment*.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

a) Principais premissas adotadas

	2013	2012
Taxa de desconto “ <i>pós-tax</i> ” - Geração	6,80%	4,98%
Taxa de desconto “ <i>pós-tax</i> ” - Transmissão	6,45%	4,73%
Preço da energia gerada	Valor atualizado dos preços dos contratos vigentes no ambiente regulado e/ou livre	
PIS e Cofins	9,25% sobre a receita	
Pesquisa e desenvolvimento	1% da ROL	
CFURH	Montantes determinados em resoluções da ANEEL	
EUSD/EUST	Montantes determinados em resoluções da ANEEL	
Taxa de fiscalização	0,4% da receita bruta	
RGR	3% da receita bruta para concessões de transmissão licitadas até 11 de setembro de 2012 (Lei 12.783/2013), deduzida a taxa de fiscalização	
UBP	Valores estabelecidos nos contratos de concessão	
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações	
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC), considerando a redução do quadro de pessoal em função do plano de incentivo ao desligamento e demais reduções de custo	
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das concessões e/ou autorizações	

b) Resultado dos Testes de *Impairment*

A composição dos saldos de *impairment* por Unidade Geradora de Caixa (UGC) e a respectiva variação em 2013, é apresentada a seguir:

	Variação	Controladora	
		31.12.2013	31.12.2012
Geração - Imobilizado			
UGC PCH João Borges	2.139	46.516	44.377
UGC PCH Rio Chapéu	(325)	40.004	40.329
UGC PCH Coxilha Rica	-	9.739	9.739
UGC UHE Passo São João	49.685	153.885	104.200
UGC UHE São Domingos	58.828	58.828	-
	110.327	308.972	198.645
Transmissão - Ativo Financeiro			
UGC LT Presidente Méd. - Santa Cruz	5.660	32.777	27.117
UGC SE Missões	(1.332)	3.666	4.998
UGC LT Campos Novos - Nova Santa Rita	27.701	27.701	-
UGC SE Caxias/Ijuí/ N.Petrópolis /Lageado	23.384	23.384	-
UGC LT Monte Claro - Garibaldi	10.468	10.468	-
UGC Conversora Uruguaiana	-	36.315	36.315
UGC Conversora Porto Velho	71.370	71.370	-
	137.251	205.681	68.430
Intangível			
UGC Artemis	-	(33.855)	(33.855)
	-	(33.855)	(33.855)
Total	247.578	480.798	233.220

Os impactos das despesas de *impairment* registradas no exercício de 2013 no montante de R\$ 110.327 mil para o segmento de geração e R\$ 137.251 mil para o segmento de transmissão, decorre basicamente da alteração da taxa de desconto (wacc) de 4,98% em 2012 para 6,80% em 2013 para o segmento de geração e de 4,73% em 2012 para 6,45% em 2013 para o segmento de transmissão.

A Companhia realizou testes de recuperabilidade para o seu investimento na Artemis (incorporada em janeiro de 2013), tendo apurado e reconhecido no resultado do exercício de 2011 desvalorização no montante de R\$ 33.855 mil, decorrentes da diferença entre fluxos de caixa futuro descontado a valor presente e o valor total do investimento após a realização da combinação de negócios, reconhecido diretamente no resultado do exercício. Em 2013, não houve necessidade de reconhecimento adicional de *impairment*. Conforme dispõe o CPC 04 (R1), não é permitido a reversão da provisão, permanecendo desta forma o valor apurado em 2011.

NOTA 20 – FORNECEDORES

A composição de saldo de fornecedores é apresentada como segue:

Fornecedores	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Materiais e serviços	60.340	55.912	97.060	60.469	70.359	115.201
Encargos de uso da rede elétrica	1.074	1.079	-	1.074	1.079	-
Fornecimento de energia elétrica	1.320	13.549	12.486	1.320	13.549	12.486
	62.734	70.540	109.546	62.863	84.987	127.687

NOTA 21 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

A Companhia utiliza recursos de financiamentos e empréstimos para financiar a implantação de investimentos corporativos e inversões financeiras em empreendimentos em sociedades controladas e empreendimentos controlados em conjunto.

Em 2013, a Companhia efetuou captação dos seguintes financiamentos e empréstimos:

- Em 01/04/2013, foi assinado contrato com a Centrais Elétricas Brasileiras S/A, no montante de R\$ 52.229 mil, recursos oriundos das garantias na ação judicial da Eletronet. Referido financiamento será atualizado pela SELIC, e o vencimento do contrato será em 30/08/2021.
- Em 26/04/2013, foi assinado contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R\$ 12.000 mil, para implantação da LT 230 kV Monte Claro – Garibaldi com as seguintes condições contratuais: a) 92% = TJLP + 2,42% a.a, e, b) 8% = TJLP + 2,02% a.a. O contrato tem vencimento para 15/08/2027.
- Em 24/05/2013, foi assinado contrato com o Banco KfW, através da Centrais Elétricas Brasileiras S/A, no montante de R\$ 136.064 mil para aplicação no Complexo de PCHs São Bernardo com as seguintes condições contratuais: a) 37% = conversão da moeda (Euros) + 4,70% juros a.a, b) 30% = conversão da moeda (Euros) + 2,20% juros a.a, e, c) 33% = conversão da moeda (Euros) + 2,24% juros a.a. O contrato de financiamento tem vencimento em 30/12/2042.
- Em 06/12/2013, foi assinado contrato com o Banco do Brasil S/A, no montante de R\$ 250.000 mil para recompor o fluxo de caixa. Os juros do financiamento equivalem a 115% do CDI. Esse financiamento tem vencimento para 15/11/2023

a) Composição

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2013				31.12.2013			
	Não		Circulante		Circulante		Não	
	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal
Moeda estrangeira								
Partes relacionadas								
Eletrobras	-	-	191.143	191.143	-	-	191.143	191.143
	-	-	191.143	191.143	-	-	191.143	191.143
Moeda nacional								
Partes relacionadas								
Eletrobras	665	214.886	937.558	1.153.109	665	214.886	937.558	1.153.109
Instituições financeiras								
BRDE	89	4.403	19.459	23.951	660	10.125	44.254	55.039
BNDES	9.042	133.035	1.193.940	1.336.017	9.042	133.035	1.193.940	1.336.017
Banco do Brasil	3.547	17.207	433.777	454.531	3.547	17.207	433.777	454.531
	13.343	369.531	2.584.734	2.967.608	13.914	375.253	2.609.529	2.998.696
	13.343	369.531	2.775.877	3.158.751	13.914	375.253	2.800.672	3.189.839
<hr/>								
	Controladora				Consolidado			
	31.12.2012				31.12.2012			
	Não		Circulante		Circulante		Não	
	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal
Moeda estrangeira								
Partes relacionadas								
Eletrobras	-	-	35.831	35.831	-	-	35.831	35.831
	-	-	35.831	35.831	-	-	35.831	35.831
Moeda nacional								
Partes relacionadas								
Eletrobras	5.366	93.186	943.086	1.041.638	5.366	93.186	943.086	1.041.638
Instituições financeiras								
BRDE	99	4.309	23.231	27.639	697	9.949	53.266	63.912
BNDES	3.635	49.268	649.851	702.754	23.098	113.377	1.302.823	1.439.298
Banco do Brasil	5.438	19.225	200.408	225.071	5.438	19.225	200.408	225.071
	14.538	165.988	1.816.576	1.997.102	34.599	235.737	2.499.583	2.769.919
	14.538	165.988	1.852.407	2.032.933	34.599	235.737	2.535.414	2.805.750
<hr/>								
	Controladora				Consolidado			
	01.01.2012				01.01.2012			
	Não		Circulante		Circulante		Não	
	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal
Moeda estrangeira								
Partes relacionadas								
Eletrobras	-	-	32.359	32.359	-	-	32.359	32.359
	-	-	32.359	32.359	-	-	32.359	32.359
Moeda nacional								
Partes relacionadas								
Eletrobras	5.465	65.623	879.591	950.679	5.465	65.623	879.591	950.679
Instituições financeiras								
BRDE	135	4.227	27.135	31.497	650	5.517	11.005	17.172
BNDES	6.205	34.400	550.023	590.628	19.707	92.436	1.393.341	1.505.484
Banco do Brasil	5.892	27.461	202.974	236.327				-
	17.697	131.711	1.659.723	1.809.131	25.822	163.576	2.283.937	2.473.335
	17.697	131.711	1.692.082	1.841.490	25.822	163.576	2.316.296	2.505.694

b) Movimentação e saldo dos financiamentos e empréstimos

	Controladora							
	Moeda nacional				Moeda estrangeira			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 01.01.2012	17.697	131.711	149.408	1.659.723	-	-	-	32.359
Ingressos	-	-	-	241.427	-	-	-	-
Refinanciamentos	(4.539)	(81)	(4.620)	4.619	-	-	-	-
Provisão de encargos	123.764	-	123.764	11.648	905	-	905	-
Variação monetária e cambial	3.011	1.432	4.443	34.838	-	-	-	3.472
Transferências	-	135.679	135.679	(135.679)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(125.395)	(102.753)	(228.148)	-	(905)	-	(905)	-
Saldo em 31.12.2012	14.538	165.988	180.526	1.816.576	-	-	-	35.831
Ingressos	-	-	-	445.757	-	-	-	136.064
Incorporação de SPE	898	94.844	95.742	617.140	-	-	-	-
Refinanciamentos	(6.053)	(3.623)	(9.676)	9.677	-	-	-	-
Provisão de encargos	178.035	-	178.035	3.160	3.221	-	3.221	-
Variação monetária e cambial	8.651	561	9.212	46.498	-	-	-	19.248
Transferências	-	354.074	354.074	(354.074)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(182.726)	(242.313)	(425.039)	-	(3.221)	-	(3.221)	-
Saldo em 31.12.2013	13.343	369.531	382.874	2.584.734	-	-	-	191.143
Consolidado								
	Moeda nacional				Moeda estrangeira			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 01.01.2012	25.822	163.576	189.398	2.283.937	-	-	-	32.359
Ingressos	-	-	-	375.786	-	-	-	-
Refinanciamentos	(4.539)	(81)	(4.620)	4.619	-	-	-	-
Provisão de encargos	173.342	-	173.342	21.938	905	-	905	-
Variação monetária e cambial	3.011	1.916	4.927	37.424	-	-	-	3.472
Transferências	9.324	214.797	224.121	(224.121)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(172.361)	(144.471)	(316.832)	-	(905)	-	(905)	-
Saldo em 31.12.2012	34.599	235.737	270.336	2.499.583	-	-	-	35.831
Ingressos	-	-	-	459.514	-	-	-	136.064
Refinanciamentos	(6.053)	(3.623)	(9.676)	9.677	-	-	-	-
Provisão de encargos	204.899	-	204.899	3.160	3.221	-	3.221	-
Variação monetária e cambial	8.651	667	9.318	46.960	-	-	-	19.248
Transferências	-	409.365	409.365	(409.365)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(228.182)	(266.893)	(495.075)	-	(3.221)	-	(3.221)	-
Saldo em 31.12.2013	13.914	375.253	389.167	2.609.529	-	-	-	191.143

c) Vencimentos de longo prazo

As parcelas de financiamento e empréstimos de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
2013	-	-	149.127	-	-	212.380
2014	-	219.238	144.801	-	306.705	208.054
2015	320.640	182.405	144.801	320.640	281.407	208.054
2016	267.699	152.427	136.048	273.454	250.065	199.301
2017	275.938	149.510	133.131	281.693	245.737	196.384
2018	275.556	148.688	133.131	281.311	239.892	196.384
2019	250.795	148.688	133.131	256.550	239.892	196.384
Após 2019	1.385.249	851.451	717.912	1.387.024	971.716	899.355
Total não circulante	2.775.877	1.852.407	1.692.082	2.800.672	2.535.414	2.316.296

d) Composição do saldo da dívida por indicador

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
IPCA	788.767	786.187	777.538	788.767	786.187	777.538
TJLP	1.302.955	947.913	856.744	1.327.839	1.698.932	1.502.135
SELIC	244.895	106.107	-	244.895	106.107	-
Cesta de moedas	191.143	35.832	32.359	197.347	57.630	51.172
Taxa CDI	250.852	-	-	250.852	-	-
Outros	380.139	156.894	174.849	380.139	156.894	174.849
Total	3.158.751	2.032.933	1.841.490	3.189.839	2.805.750	2.505.694
Principal	3.145.408	2.018.395	1.823.793	3.175.925	2.771.151	2.479.872
Encargos	13.343	14.538	17.697	13.914	34.599	25.822
Total	3.158.751	2.032.933	1.841.490	3.189.839	2.805.750	2.505.694

e) Condições contratuais dos financiamentos da controladora

Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento Contrato	Garantias	Saldos em 31.12.2013
Centrais Elétricas Brasileiras S.A					1.344.252
12/01/2006	Reforço Energético Ilha - Continente	7,0% a.a.	30/08/2019	a	87.824
20/11/2008	Implantação da SE Joinville Norte	7,0% a.a.	30/03/2016	a	26.260
14/03/2011	Reluz Novo Hamburgo RS	6,5% a.a.	30/11/2017	a	5.363
01/07/2009	Complexo São Bernardo PCHs	Conversão da moeda + 2,2% a.a.	30/12/2038	a	42.892
		37% = Conversão da Moeda + 4,70% a.a.			
24/05/2013	Complexo São Bernardo PCHs	30% = Conversão da Moeda + 2,20% a.a.	30/12/2042	a	148.251
		33% = Conversão da Moeda + 2,24% a.a.			
01/11/2009	Repactuação de dívidas (ECF 2626, ECF 2692 e ECF 2727)	7% a.a. + IPCA	30/03/2030	a	527.155
04/03/2010	Programa de Obras de Transmissão	7% a.a. + IPCA	30/09/2021	a	84.037
Reinversões de dividendos a Eletrobras relativos ao exercício de 2011; quitação do serviço da dívida do mês 12/2012; liberação de recursos para aplicação junto às SPE's.					
19/12/2012		0,5% a.a. + SELIC	20/04/2015	a	192.666
01/04/2013	Garantias na Ação Judicial da ELETRONET	SELIC	30/08/2021	-	52.229
17/08/2011	Aquisição da Artemis e Uirapuru	7% a.a. + IPCA	28/02/2024	a	177.575
Banco do Brasil S.A.					454.531
06/12/2013	Provisão de fundos na conta corrente	115% do CDI	15/11/2023	c	250.852
16/04/2009	Implantação da UHE Mauá	TJLP + 2,13 a.a.	15/01/2028	d	172.841
01/03/2011	Nota de Crédito Comercial - Subestação Biguaçu ampliação D	5,5% a.a.	15/03/2021	b	4.887
01/03/2011	Nota de Crédito Comercial - Subestação Biguaçu ampliação F	5,5% a.a.	15/03/2021	b	1.956
26/05/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,5% a.a 20% = Cesta de Moedas + 4,5% a.a	15/05/2019	e	23.995
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE					23.951
26/05/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,5% a.a 20% = Cesta de Moedas + 4,5% a.a	15/05/2019	e	23.951
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					1.336.017
25/06/2010	Construção dos Aerogeradores	4,5% a.a.	01/07/2020	g	184.274
05/08/2005	LT 525 KV interligando Salto Santiago e Cascavel Oeste	TJLP + SPREAD de 4%	15/08/2018	f	69.575
24/05/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos – Blumenau	80% = TJLP + 4,0% a.a 20% = Cesta de Moedas + 4% a.a	15/05/2019	e	48.415
23/12/2008	Expansão da linha de transmissão Campos Novos - Blumenau	TJLP + 2,12% a.a	15/03/2021	e	41.180
04/03/2008	Implantação da UHE Passo São João	TJLP + 1,91% a.a	15/07/2026	c	164.786
20/06/2012	Implantação da UHE Passo São João	TJLP + 1,91% a.a.	15/07/2026	c	13.619
16/04/2009	Implantação da UHE Mauá	TJLP + 1,81 a.a.	15/01/2028	d	172.786
10/03/2011	Implantação da UHE São Domingos	TJLP + 1,72 a.a.	15/06/2028	c	214.552
04/03/2011	SE Coletora Porto Velho em 500/230 kV	76% = TJLP + 2,2% a.a. 24% = IPCA + 9,39% a.a.	15/08/2028	h	283.902
07/05/2008	Implantação de linha de transmissão 525 kV, Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS)	TJLP + 3,00%	15/06/2021	i	88.700
04/04/2012	SE Caxias 6, SE Ijuí 2, SE Nova Petrópolis 2 e SE Lajeado Grande	61% = TJLP + 2,12% a.a. 39% = TJLP + 1,72% a.a.	01/03/2027	j	36.650
30/04/2012	SE Foz de Chapecó	63% = TJLP + 2,12% a.a. 37% = TJLP + 1,72% a.a.	01/03/2027	j	9.647
26/04/2013	LT 230kV Monte Claro/Garibaldi	92% = TJLP + 2,42% a.a. 8% = TJLP + 2,02% a.a.	15/08/2027	j	7.931
Total					3.158.751

Garantias dos financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos da companhia estão garantidos conforme abaixo:

- (a) Receita própria, suportada por procuração para recebimentos dos valores vencidos e não pagos;
- (b) Contrato de penhor de duplicatas, vencíveis a prazo de até 180 dias, não excedendo o vencimento deste contrato e cobrindo, no mínimo, 130% da dívida resultante do presente financiamento;
- (c) Fiança da Eletrobras;
- (d) Fiança da Eletrobras, com a cessão e vinculação de receitas;
- (e) Penhor de ações;
- (f) Penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e manter um índice de cobertura da dívida – ICSD superior a 1,3 durante a vigência do contato;
- (g) Aval parcial da Eletrobras e imobilizado da companhia em alienação fiduciária ao Banco do Brasil;
- (h) Cessão fiduciária da totalidade dos direitos emergentes da concessão de que é titular em decorrência do Contrato de Concessão de Transmissão nº 010/2009 – ANEEL;
- (i) Penhor dos direitos emergentes da Concessão da RS Energia, penhor de direito de crédito, e penhor de ações ordinárias nominativas de propriedade dos Acionistas;
- (j) Fiança Eletrobras, cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios de contrato de prestação de serviços de transmissão.

A Eletrosul entende que em 31 de dezembro de 2013, além dos *covenants* financeiros, está atendendo aos *covenants* não financeiros exigidos pelos contratos de financiamentos.

f) Condições contratuais dos financiamentos da Uirapuru Transmissora de Energia S/A

Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento Contrato	Saldos em 31.12.2013
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE				
15/10/2006	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Ivaporã (PR) - Londrina (PR)	TJLP + 4,50%	15/03/2019	24.884
15/10/2006	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Ivaporã (PR) - Londrina (PR)	Cesta de Moedas + 4,5% a.a.	15/03/2019	6.204
Total				31.088

Garantias da Eletrosul

Penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e manter um índice de cobertura da dívida – ICSD superior a 1,3 durante a vigência do contato.

g) Garantias da Companhia para empreendimentos controlados e/ou controlados em conjunto

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora dos empreendimentos das SPE's Uirapuru, Santa Vitória e Sul Litorânea, cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados no quadro abaixo:

Ano	Empreendimento	Banco Financiador	Nome da SPE ⁽¹⁾	% de Participação da Controlada ELETROSUL	Valor Total do Financiamento R\$ Mil	Valor do Financiamento (Quota Parte da Controlada)	Saldo Devedor em 31/12/2013 (Total do Financiamento)	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício			Data do Término da Garantia
								2014	2015	2016	
2005	Linha de transmissão (S. Santiago (PR)-Ivaporá-Cascavel (PR)) - 525 kV com 476 km	BRDE SC-17.265	Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	75,00%	67	50	31	24	20	15	15/10/2018
2013	Parques Eólicos Verace I ao X	Notas Promissórias - Banrisul e ABC	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	49,00%	100	49	107.776	-	-	-	01/12/2014
2013	SE Santa Vitória do Palmar, SE Marmeleiro, SE Povo Novo, LT Nova Santa Rita – Povo Novo; LT Povo Novo – Marmeleiro e LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar	Notas Promissórias Banrisul	Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	51,00%	150	77	157	-	-	-	13/01/2014

h) Cláusulas contratuais - covenants

A Companhia possui financiamento com o BNDES com condições contratuais que preveem o cumprimento de *covenants* com base em índices financeiros denominados de índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD).

O ICSD é calculado pela divisão de geração de caixa operacional pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras. Conforme o quadro abaixo, o ICSD calculado para a Eletrosul refere-se ao período de junho a dezembro de 2013, apresenta valor acima do mínimo exigido pelo BNDES, que é 1,3.

CÁLCULO DO ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA (ICSD)

Período: junho a dezembro de 2013

A) Geração de caixa da atividade	995.560
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	883.160
(+) LAJIDA (EBITDA)	271.516
(+/-) Lucro líquido	264.785
(+/-) Despesa (receita) financeira líquida	59.288
(+/-) Provisão para IR e CS	118.358
(+/-) Depreciação e amortização	81.623
(+/-) Outras despesas (receita) líquidas não operacionais	(254.319)
(+/-) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial	1.781
(-) Imposto de Renda	(86.694)
(-) Contribuição Social	(31.664)
(+/-) Variação do Capital de Giro	(40.758)
(+/-) Necessidade de Capital de Giro no período t	411.556
(+/-) Ativo circulante menos disponibilidades	896.059
(-/-) Passivo circulante menos empréstimos, financiamentos, debêntures de curto prazo e adiantamentos para futuro aumento de capital	484.503
(-/-) Necessidade de Capital de Giro no período t-1	452.314
(+/-) Ativo circulante menos disponibilidades	951.949
(-/-) Passivo circulante menos empréstimos, financiamentos, debêntures de curto prazo e adiantamentos para futuro aumento de capital	499.635
B) Serviço da Dívida	428.258
(+) Amortização do principal	242.310
(+) Pagamento de juros	185.948
C) Índice de cobertura do serviço da dívida A/B	2,3
Meta	= ou > que 1,3

NOTA 22 – TRIBUTOS A RECOLHER

A composição de saldos de tributos a recolher é apresentada como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Passivo Circulante						
PIS	1.275	261	459	1.283	499	612
COFINS	5.863	1.203	2.117	5.863	2.299	2.832
Parcelamento especial (PAES)	31.594	31.015	30.055	31.594	31.015	30.055
Encargos sociais (folha de pagamento)	7.547	6.579	6.490	7.558	6.669	6.552
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS - Lei 10.833/03	1.526	2.185	3.151	1.526	2.185	3.151
Contribuição social	-	18	-	65	2.918	2.474
Imposto de Renda	-	-	-	38	8.468	7.124
ICMS	81	41	47	81	41	47
Outros tributos e contribuições	5.391	4.027	4.005	5.468	5.144	4.572
	53.277	45.329	46.324	53.476	59.238	57.419
Passivo Não Circulante						
Parcelamento especial (PAES)	72.400	109.762	136.476	72.400	109.762	136.476
	72.400	109.762	136.476	72.400	109.762	136.476
	125.677	155.091	182.800	125.876	169.000	193.895

a) A movimentação dos valores devidos ao PAES é demonstrada como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Saldo final do período anterior						
140.777	166.531	184.260	140.777	166.531	184.260	
Compensação de tributos	(7.467)	-	-	(7.467)	-	-
Atualização monetária	3.792	5.559	6.911	3.792	5.559	6.911
Pagamentos efetuados	(31.751)	(31.158)	(29.663)	(31.751)	(31.158)	(29.663)
Ajuste a valor presente (CPC 12)	(1.357)	(155)	5.023	(1.357)	(155)	5.023
Saldo final do período	103.994	140.777	166.531	103.994	140.777	166.531
Circulante	31.594	31.015	30.055	31.594	31.015	30.055
Não circulante	72.400	109.762	136.476	72.400	109.762	136.476

A rubrica “Compensação de tributos”, no valor de R\$ 7.467 mil, se refere à restituição de INSS pago em duplicidade nos anos 2000 e 2001, atualizados pela SELIC, utilizados para compensar débitos parcelados (PAES).

b) Ajuste a valor presente do parcelamento especial PAES

	Controladora e Consolidado			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Parcelamento Especial PAES						
Valor nominal do parcelamento	109.161	144.587	170.185	109.161	144.587	170.185
Ajuste a valor presente (CPC 12)	(5.167)	(3.810)	(3.654)	(5.167)	(3.810)	(3.654)
Valor Líquido	103.994	140.777	166.531	103.994	140.777	166.531

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

A composição de obrigações estimadas é apresentada como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Prov. encargos sociais e trabalhistas	30.718	33.170	29.918	30.749	33.353	30.093
Plano de read. progr. do quadro de pessoal	5.058	7.212	13.604	5.058	7.212	13.604
Plano de incentivo ao desligamento	30.421	-	-	30.421	-	-
Contribuição social	698	-	-	698	1.553	295
Imposto de Renda	2.503	-	-	2.503	5.429	1.620
	69.398	40.382	43.522	69.429	47.547	45.612
Circulante	48.760	33.170	29.918	48.791	40.335	32.008
Não circulante	20.638	7.212	13.604	20.638	7.212	13.604

O valor de R\$ 30.421 mil destina-se a custear o Plano de Incentivo ao Desligamento (PID). Pelo fato de serem contabilizados como provisão, os valores serão adicionados para efeito de apuração do lucro real, tornando-se dedutíveis, ou seja, excluídos somente quando da rescisão do contrato de trabalho. O detalhamento do Plano de Incentivo ao Desligamento (PID) está apresentado na nota explicativa 45.

NOTA 24 – CONTRATOS ONEROSOS

O montante provisionado a título de contratos onerosos é apresentado a seguir:

Usina	Período	Consolidado		
		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
UHE Jirau	2013-2032	407.893	896.494	-
UHE São Domingos	2013	-	13.930	2012
UHE Mauá - Klabin	2013-2016	29.515	48.576	-
UHE Mauá	-	-	-	2012
UHE Passo São João	-	-	-	2012
Total		437.408	959.000	7.215

*a preços de 2013

A variação registrada na provisão referente a UHE Jirau entre 31 de dezembro de 2012 e 2013, refere-se a variação no valor do PLD médio histórico de R\$ 67,00/MWh para R\$ 109,78/MWh e também pela alteração da taxa de desconto de 4,98% adotada em 2012 para 6,80% em 2013.

a) Compra de energia de empresas controladas

A Eletrosul possui contrato de compra e venda de energia firmado com sua controlada em conjunto, a Energia Sustentável do Brasil S/A (UHE Jirau), tendo sido garantida ao agente financiador do respectivo empreendimento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a aquisição, pela Eletrosul, da energia não comercializada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) pelo empreendimento, proporcionalmente à sua participação acionária, pelo período de vigência do contrato de financiamento, cujo valor médio de aquisição com base no contrato firmado é de aproximadamente R\$ 160,90 MWh.

A provisão para contrato oneroso contempla a valoração a valor presente, à taxa de desconto de 6,8% a.a. (taxa “wacc”), da obrigação de aquisição com base nos preços de venda contratuais, e a venda desse mesmo montante, pela Eletrosul, tendo como referência o preço de R\$ 109,78 MWh, apurado com base no PLD médio histórico dos últimos dez anos, para fins exclusivamente contábeis.

Foi também computado na projeção o benefício futuro decorrente do contrato na proporção de 20%, ou seja, a participação da Eletrosul no resultado estimado desse contrato a ser apurado pela ESB em decorrência do PPA (*power purchase agreement*). O resultado foi trazido a valor presente pela mesma taxa de desconto anteriormente citada, e que resultou no reconhecimento, em 2013, de reversão da provisão para perdas com o contrato oneroso no montante de R\$ 488.601 mil (provisão de R\$ 896.494 mil em 2012).

Apesar de ser constituída e reconhecida no balanço, a provisão para contrato oneroso relativo ao PPA (*power purchase agreement*) firmado com a Energia Sustentável do Brasil proporcionará à Companhia o benefício dos dividendos que serão gerados no futuro.

b) Ressarcimento de energia Klabin

A Companhia efetuou provisão para ressarcimento de energia à empresa Klabin S.A. pela perda da geração que ocorrerá na Companhia Hidrelétrica Salto Mauá para o período 2012 a 2016, devido a formação do reservatório da UHE Mauá. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da provisão era de R\$ 29.515 mil.

A provisão foi constituída com base no custo total estimado de compra de energia para indenização à empresa Klabin S.A. para o período 2014 a 2016.

NOTA 25 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis na esfera judicial com vários estágios de julgamento. A classificação dos processos é realizada de acordo com as expectativas de perda como provável, possível ou remota.

a) Processos com probabilidade de perda classificados como provável

A composição das provisões para contingências está assim demonstrada:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Passivo Não Circulante						
Trabalhistas						
Periculosidade	380	6.786	6.173	380	6.786	6.173
Horas extras	846	1.006	804	846	1.006	804
Reenquadramento salarial	17.866	25.773	12.776	17.866	25.773	12.776
Indenizações danos morais/materiais	207	2.607	1.195	207	2.607	1.195
FGTS/Expurgos inflacionários	111	339	386	111	339	386
Responsabilidade solidária/Verbas RCT	1.174	14.480	13.041	1.174	14.480	13.041
Diferenças benefícios ELOS	1.250	4.044	4.080	1.250	4.044	4.080
Outros	39.121	17.219	24.764	39.121	17.219	24.764
Depósitos vinculados a litígios	(39.440)	(24.679)	(31.057)	(39.440)	(24.679)	(31.057)
Trabalhistas	21.515	47.575	32.162	21.515	47.575	32.162
Cíveis						
Indenizações	43.720	26.295	21.037	43.720	26.295	21.037
Depósitos vinculados a litígios	(9.888)	(527)	(1.099)	(9.888)	(527)	(1.099)
Cíveis	33.832	25.768	19.938	33.832	25.768	19.938
Tributárias						
Notificações	1.283	47.616	5.154	1.283	47.616	5.154
Depósitos vinculados a litígios	(727)	(593)	(5.019)	(727)	(593)	(5.019)
Tributárias	556	47.023	135	556	47.023	135
	55.903	120.366	52.235	55.903	120.366	52.235

Os valores de R\$ 39.440 mil, R\$ 9.888 mil e R\$ 727 mil (R\$ 24.679 mil, R\$ 527 mil e R\$ 563 mil em dezembro de 2012) apresentados, no quadro acima, na rubrica “Depósitos vinculados a litígios”,

correspondem a depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas, cíveis e tributários, que estão sendo demonstrados como redutores das provisões, em conformidade com o CPC 25.

Do valor de R\$ 39.121 mil (R\$ 17.219 mil em dezembro de 2012) demonstrado na rubrica “outros”, R\$ 32.723 mil (R\$ 13.870 mil em dezembro de 2012) referem-se a depósitos judiciais pendentes de alvarás para conclusão dos processos.

Em 17 de setembro de 2013 ocorreu o julgamento no CARF referente o recurso administrativo interposto pela Companhia relativo à autuação fiscal sobre as contribuições previdenciárias incidentes sobre o PREQ, e por unanimidade dos votos o recurso foi julgado favorável a Companhia.

A administração da Companhia, baseada na decisão ocorrida e na opinião do jurídico interno, optou pela reversão do referido provisionamento no montante de R\$ 48.355 mil (R\$ 46.430 mil em 2012) (ver nota 49).

As movimentações das provisões para o ano de 2013 e 2012 estão demonstradas a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2012	52.235
Adições	77.122
Baixas	(21.626)
Atualização monetária	1.259
Reclassificação de dep. Judiciais para o Ativo	11.376
Saldo em 31 de dezembro de 2012	120.366
Adições	53.186
Baixas	(98.887)
Atualização monetária	5.494
Reclassificação de dep. Judiciais para o Ativo	(24.256)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	55.903

A Companhia registra na rubrica “Provisões para contingências”, apenas os valores dos depósitos judiciais vinculados a provisões cujo parecer da área jurídica foi “Perda Provável”, reduzindo as provisões para contingências. Os demais depósitos judiciais, aqueles considerados “Perda Possível” e “Perda Remota”, estão evidenciados no Ativo Não Circulante.

b) Processos com probabilidade de perda classificados como possível

A Companhia possui ainda ações não provisionadas com risco de perda possível, conforme distribuição a seguir:

Contingências	Controladora e Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Cíveis	238.269	232.721	225.299
Trabalhistas	35.673	12.987	13.362
Tributárias	841	956	788
Total	274.783	246.664	239.449

Do valor de R\$ 238.269 mil do risco de perda possível da contingência cível, R\$ 169.193 mil refere-se à participação de 49% do valor das ações possíveis de perda do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, cuja principal discussão de risco possível diz respeito à ação de indenização de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda. no montante de R\$ 127.497 mil (valor proporcional à participação da Eletrosul).

c) Processos com probabilidade de perda classificados como remoto

A Companhia encontra-se em litígio administrativo-fiscal com a Receita Federal do Brasil pelos seguintes fatos:

c.1) Lei 8.727/93 – Créditos Renegociados com a União – imposto de renda da pessoa jurídica / contribuição social sobre o lucro líquido

Em 17 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, relativo ao período de 2005 a 2009, firmando a improcedência legal da sistemática de deferimento do recolhimento dos tributos incidentes sobre a diferença não recebida dos créditos renegociados com a União. Além de reclamar crédito tributário sobre valores não recebidos em regime de competência desta Companhia, também desconsiderou os pagamentos tributários realizados no período da exação, bem como desconsiderou seu procedimento fiscal realizado em 2001 sobre tais circunstâncias tributárias, oportunidade em que sequer manifestou-se em contrário ao procedimento, homologando tacitamente tal comportamento, de forma que esta Companhia em 18 de janeiro de 2011 impugnou o lançamento fiscal requerendo a nulidade e insubstância do auto incidente sobre as receitas financeiras não percebidas e decorrentes do parcelamento da Lei nº 8.727/1993.

Em 28 de junho de 2011 a contestação desta Companhia foi denegada pela Receita Federal do Brasil, sendo que em 02 de setembro de 2011, ainda em ambiente administrativo, se interpôs, tempestivamente, recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, cujo julgamento em 08 de maio de 2013 proveu parcialmente a reclamação da Companhia, de forma que a Fazenda Nacional interpôs recurso especial em 27 de setembro de 2013, pelo que aguarda sua admissibilidade, para que posteriormente seja intimada esta Eletrosul quanto ao teor da decisão última do órgão colegiado fiscal federal.

Consubstanciada em opinião jurídica externa, a qual atribui grau de risco remoto à perda, inclusive em âmbito judicial, a Companhia opta por manter o não provisionamento contábil do auto de infração ao Balanço, cuja importância atualizada, se finda em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 445.589 mil.

c.2) PIS e COFINS – Contratos anteriores a 31/10/2003 – não cumulatividade x cumulatividade

Em 7 de janeiro de 2011, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, relativo ao período de 2006 a 2007, com fundamento de que a incidência dos tributos sobre as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31 de outubro de 2003 devem observar o regime de não cumulatividade, em detrimento do regime de cumulatividade, regime último adotado pela Companhia em consonância com os termos do Art. 10, inciso XI, Art. 15 da Lei nº 10.833/20013, c/c Art. 109 da Lei nº 11.196/2005, e em conformidade ao teor da Nota Técnica nº 224/2006-SFF-ANEEL, de forma que em 7 de fevereiro de 2011 impugnou o lançamento fiscal requerendo sua nulidade e insubstância.

Em 10 de agosto de 2011 a contestação desta Companhia foi denegada pela Receita Federal do Brasil, sendo que em 17 de outubro de 2011, ainda em ambiente administrativo, se interpôs, tempestivamente, recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, cujo julgamento em 28 de novembro de 2012 do órgão colegiado federal, em voto de qualidade, desproveu a reclamação da Companhia, pelo que em 8 de março de 2013 esta contribuinte-reclamante opôs embargos de declaração, admitido parcialmente, e que aguarda julgamento.

Consubstanciada em opinião jurídica externa, a qual atribui grau de risco remoto à perda, inclusive em âmbito judicial, a Companhia opta por manter o não provisionamento contábil do auto de infração ao Balanço, cuja importância atualizada, se finda em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 137.665 mil.

NOTA 26 – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Fundo Nac. de Des. Cient. e Tecnológico (FNDCT)	673	607	544	687	793	618
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	336	330	299	343	395	337
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	30.340	25.394	28.634	31.042	28.110	30.701
Total	31.349	26.331	29.477	32.072	29.298	31.656

A Lei nº 9.991/2000 estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante equivalente a 1% da ROL, sendo 0,40% para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), 0,40% para Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 0,20% destinados à Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

NOTA 27 – CONCESSÕES A PAGAR - USO DE BEM PÚBLICO

A Companhia possui contratos de concessão onerosos com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas Passo São João, Mauá e São Domingos. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no intangível em contrapartida do passivo não circulante.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária está sendo capitalizada no ativo durante a construção das usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

Uso do Bem Público	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ativo não circulante (intangível - nota 18)						
Usina Passo São João	3.880	4.021	4.069	3.880	4.021	4.069
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	11.902	12.352	12.357	11.902	12.352	12.357
Usina São Domingos	9.070	9.228	4.774	9.070	9.228	4.774
	24.852	25.601	21.200	24.852	25.601	21.200
Passivo circulante*						
Usina Passo São João	302	285	-	302	285	-
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	904	854	-	904	854	-
Usina São Domingos	771	731	-	771	731	-
	1.977	1.870	-	1.977	1.870	-
Passivo não circulante						
Usina Passo São João	3.538	4.122	4.069	3.538	4.122	4.069
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	10.739	12.547	12.357	10.739	12.547	12.357
Usina São Domingos	8.537	9.838	4.774	8.537	9.838	4.774
	22.814	26.507	21.200	22.814	26.507	21.200
	24.791	28.377	21.200	24.791	28.377	21.200

*Os saldos de UBP no passivo circulante estão classificados na rubrica outros passivos.

Os pagamentos da UBP serão realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

Usinas	Período de pagamento	Valores originais		Valores atualizados	
		Pagamento anual	Pagamento total	Pagamento anual	Pagamento total
Usina Passo São João	04/2012 a 08/2041	200	5.867	301	8.831
Usina Mauá*	10/2012 a 07/2042	618	18.386	904	26.758
Usina São Domingos	02/2012 a 12/2037	260	6.717	771	19.816

* Corresponde à participação de 49% no empreendimento.

NOTA 28 – PROVISÕES OPERACIONAIS

A composição de saldos de provisões operacionais é apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Circulante						
UHE Passo São João	4.227	15.932	-	4.227	15.932	-
UHE Mauá	51.478	88.969	-	51.478	88.969	-
PCH Barra Rio Chapeu	7.396	-	-	7.396	-	-
PCH João Borges	2.800	-	-	2.800	-	-
UHE São Domingos	23.195	-	-	23.195	-	-
RS Energia	14.098	-	-	14.098	-	-
PVTE	8.089	-	-	8.089	-	-
	111.283	104.901	-	111.283	104.901	-
Não circulante						
UHE Mauá	13.448	-	-	13.448	-	-
	13.448	-	-	13.448	-	-
	124.731	104.901	-	124.731	104.901	-

As provisões operacionais referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do inicio da operação comercial dos empreendimentos. Referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial dos empreendimentos.

NOTA 29 – OUTROS PASSIVOS

A composição de saldos de outros passivos é apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Circulante						
Indenizações / desapropriações	480	2.440	2.120	480	2.453	2.018
MME-PRODEEM-Convênio nº 009/2004	1.290	1.376	1.287	1.290	1.376	1.287
Convênios Eletrobras	-	989	4.590	-	989	4.590
Taxa de fiscalização - ANEEL	279	422	337	279	880	590
Reserva Global de Reversão (RGR)	280	-	1.397	334	1.512	2.074
Valores a reembolsar - Copel	10.970	4.349	27.381	10.970	4.349	27.381
Caução em garantia Eletronet	-	48.367	-	-	48.367	-
Concessões a pagar - Uso do Bem Públco	1.977	1.870	-	1.977	1.870	-
Outros	42.240	35.839	38.257	42.378	40.439	33.808
	57.516	95.652	75.369	57.708	102.235	71.748
Não Circulante						
Outros	48	57	55	176	4.984	2.954
	48	57	55	176	4.984	2.954
	57.564	95.709	75.424	57.884	107.219	74.702

O valor na rubrica “Caução em garantia Eletronet” constante no balanço de 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 48.367 mil, foi transformado em financiamento junto a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras, conforme divulgado na nota 21.

NOTA 30 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO*

A Eletrosul e suas controladas possuem contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado e contratos bilaterais, conforme demonstrado a seguir.

	Controladora					
	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
Posições vendidas						
Volume MW	1.906.000,800	1.752.700,800	1.757.502,720	1.752.700,800	1.757.080,800	36.391.461,120
Preço MWh	166,50	164,23	164,23	164,23	164,15	164,37
Total	317.355	287.844	288.633	287.844	288.423	5.981.710
Posições compradas						
Volume MW	316.646,57	1.502.201,24	1.226.299,10	1.222.948,56	1.222.948,56	19.238.356,18
Preço MWh	169,29	164,90	179,81	171,46	156,54	136,91
Total	53.606	247.709	220.505	209.687	191.438	2.633.911

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

As posições vendidas referem-se a contratos relativos às UHE Passo São João, São Domingos, Mauá (relativo à participação de 49%), UEE Cerro chato I, II e III, bem como PCHs Barra do Rio Chapéu, João Borges e Santo Cristo, esta última a partir de 2018.

Com relação às posições compradas, os valores previstos são relativos ao contrato de compra e venda de energia firmado com sua controlada em conjunto, a Energia Sustentável do Brasil S/A (UHE Jirau), por ser a Eletrosul garantidora junto ao agente financiador, o BNDES, da energia não comercializada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) pelo empreendimento, proporcionalmente à participação acionária.

NOTA 31 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

a) Plano de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo básico a complementação do salário real médio dos últimos 36 meses de atividade do empregado, em relação ao valor do benefício de aposentadoria da Previdência Oficial, para o Plano de Benefício Definido (BD) e em 1º de janeiro de 2010, passou a vigorar o Plano de Contribuição Definida (CD), que foi ofertado de forma optativa aos empregados.

No Plano de Contribuição Definida (CD) as contribuições são acumuladas em contas individuais de participantes e patrocinadora e decorrem de plano de custeio pré estabelecido, anualmente, pelo atuário responsável pelo programa que é também administrado pela Fundação ELOS.

Os planos patrocinados, que são da modalidade de benefício definido e de contribuição definida, contava, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, conforme quadro abaixo, com o seguinte perfil populacional:

DADOS POPULACIONAIS PLANO BD	31.12.2013	31.12.2012
1. Participantes ativos		
1.1. Número	648	672
1.2. Idade Média	49,0	48,3
1.3. Salário Médio em R\$	9.040,85	8.446,83
2. Aposentados		
2.1. Número	567	550
2.2. Idade Média	60,7	60,2
2.3. Benefício Médio em R\$	5.951,47	5.779,06
3. Pensionistas		
3.1. Número	46	43
3.2. Benefício Médio em R\$	2.746,22	2.510,61
Total dos Benefícios Mês (R\$ mil)	3.501	3.286
Total dos Benefícios Continuados Anual (R\$ mil) (13x)	45.511	42.724

A partir de 15 de dezembro de 2000, o custeio do plano passou a ser paritário entre patrocinadora e empregados, excetuando-se o ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias por tempo de serviço.

As obrigações relativas a esses programas foram estimadas atuarialmente por consultoria independente e representam o valor atual dos benefícios concedidos e a conceder aos beneficiários.

b) Obrigações da patrocinadora

As obrigações da patrocinadora para com a Fundação, incluindo a complementação para cobertura do passivo atuarial e respeitando a paridade contributiva definida no artigo 21 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e no estatuto da Fundação, bem como o passivo atuarial calculado conforme o CPC 33 (R1), estão a seguir demonstradas:

	Controladora				
	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012
	circulante	não circulante	total	total	total
Aposentadoria especial - SB 40	2.648	4.154	6.802	5.634	12.203
Cont. adicional/averbação tempo de serviço	3.351	-	3.351	6.162	8.731
Contribuição suplementar	717	8.367	9.084	9.213	9.194
Contribuição sobre benefício da geração atual	1.078	28.520	29.598	28.858	27.137
Diferença reserva matemática	150	4.723	4.873	4.749	4.756
Subtotal	7.944	45.764	53.708	54.616	62.021
Contribuição normal	3.789	-	3.789	3.806	3.373
Passivo atuarial - benefício pós emprego (PID) (nota 23)	-	9.356	9.356	-	-
Passivo atuarial - plano recuperação saúde	-	5.760	5.760	6.457	5.324
Passivo atuarial previdenciário	-	26.242	26.242	187.290	14.390
Total	11.733	87.122	98.855	252.169	85.108

O montante de R\$ 6.802 mil na rubrica “aposentadoria especial – SB 40” refere-se a ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias por tempo de serviço concernente aos seus empregados. O término destes compromissos cessa quando o aposentado concluir o tempo de aquisição, sendo o benefício atualizado pelo INPC.

O montante de R\$ 3.351 mil na rubrica “contribuição adicional” refere-se a instrumento particular de confissão e parcelamento de dívidas para cobertura do cadastramento por tempo de serviço, firmado em 20 de dezembro de 1993, com liquidação em 240 parcelas mensais até dezembro de 2014.

O montante de R\$ 9.084 mil na rubrica contribuição suplementar refere-se a Reserva Matemática Contratada – Serviço Passado, contratado em 1º de abril de 2008, para ser liquidado em 192 parcelas mensais, até dezembro de 2023. Ambos os valores são atualizados pelo INPC + 6% de juros ao ano.

O montante de R\$ 29.598 mil na rubrica “contribuição sobre o benefício da geração atual” refere-se a empregados inscritos no plano BD que migraram para o novo Plano de Contribuição definida – CD. Essa dívida foi contratada em 26 de abril de 2012 para ser liquidada em 240 parcelas mensais, até abril de 2032. O contrato é atualizado pelo INPC + 6% de juros ao ano.

O valor de R\$ 4.873 mil na rubrica “diferença reserva matemática” teve contrato assinado em 19 de agosto de 2011 para ser liquidado em 252 parcelas mensais até dezembro de 2023. O contrato é atualizado pelo INPC + 6% de juros ao ano.

c) Cálculo atuarial do programa de benefícios

Os valores apurados em laudo atuarial, relativo ao Programa, separadamente para os benefícios de aposentadorias e de assistência à saúde, reconhecidos no balanço patrimonial, são os seguintes:

PLANO PREVIDENCIÁRIO - BD	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor presente das obrigações atuariais	(936.520)	(1.157.165)	(741.299)
Valor justo dos ativos do plano	863.373	920.893	726.909
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(73.147)	(236.272)	(14.390)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	(73.147)	(236.272)	(14.390)
Divida Contratada - passivo reconhecido no balanço	(46.906)	(48.982)	(49.818)

PLANO DE RECUPERAÇÃO DE SAÚDE	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor presente das obrigações atuariais	(5.760)	(6.457)	(5.324)
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(5.760)	(6.457)	(5.324)
Ativo de benefício - Asset Ceiling - IAS 19 - regra 58	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial	(5.760)	(6.457)	(5.324)

PLANO DESAÚDE - BENEFÍCIO PÓS EMPREGO (PID)	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor presente das obrigações atuariais	(9.356)	-	-
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(9.356)	-	-
Ativo de benefício - Asset Ceiling - IAS 19 - regra 58	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial	(9.356)	-	-

A movimentação relativa às obrigações e ativos em cada exercício foi a seguinte:

PLANO PREVIDENCIÁRIO - BD	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.157.165	741.299	775.906
Custo de serviço corrente	10.536	10.620	8.034
Juros sobre a obrigação atuarial	98.939	74.368	66.347
Benefícios pagos no ano	(39.361)	(40.520)	(35.913)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(290.759)	371.398	(73.075)
Valor presente das obrigações	936.520	1.157.165	741.299
Valor justo dos ativos no início do ano	920.893	726.909	849.593
Benefícios pagos durante o exercício	(39.361)	(40.520)	(35.913)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	6.133	10.225	11.251
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	13.481	16.652	17.011
Rendimento efetivo dos ativos no ano	(37.773)	207.627	(115.033)
Valor justo dos ativos	863.373	920.893	726.909

PLANO PREVIDENCIÁRIO - CD Risco	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor das obrigações atuariais no início do ano	33.163	-	-
Custo de serviço corrente	2.380	-	-
Juros sobre a obrigação atuarial	2.835	-	-
Benefícios pagos no ano	(281)	-	-
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(13.382)	-	-
Valor presente das obrigações	24.715	-	-

Valor justo dos ativos no início do ano	118.403	-	-
Benefícios pagos durante o exercício	(281)	-	-
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	3.603	-	-
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	-	-	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	(59.100)	-	-
Valor justo dos ativos	62.625	-	-

PLANO DE RECUPERAÇÃO DE SAÚDE	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor das obrigações atuariais no início do ano	6.457	5.324	4.147
Custo de serviço corrente	-	-	281
Juros sobre a obrigação atuarial	552	386	318
Benefícios pagos no ano	(590)	(637)	(268)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(659)	1.384	846
Valor presente das obrigações	5.760	6.457	5.324

Valor justo dos ativos no início do ano	-	-	-
Benefícios pagos durante o exercício	(590)	(637)	(268)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	-	-	-
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	590	637	268
Rendimento efetivo dos ativos no ano	-	-	-
Valor justo dos ativos ao final do ano	-	-	-
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	-	-	-
Rendimento esperado dos ativos	-	-	-

PLANO DE SAÚDE - BENEFÍCIO PÓS EMPREGO (PID)	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor das obrigações atuariais no início do ano	-	-	-
Custo de serviço passado	9.356	-	-
Juros sobre a obrigação atuarial	-	-	-
Benefícios pagos no ano	-	-	-
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	-	-	-
Valor presente das obrigações	9.356	-	-

Valor justo dos ativos no início do ano	-	-	-
Benefícios pagos durante o exercício	-	-	-
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	-	-	-
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	-	-	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	-	-	-
Valor justo dos ativos ao final do ano	-	-	-
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	-	-	-
Rendimento esperado dos ativos	-	-	-

d) Ativos garantidores

Os ativos garantidores do programa de benefícios do Plano BD-ELOS/Eletrosul estão assim compostos:

ATIVOS GARANTIDORES	31.12.2013	%
Renda Fixa	675.596	78,2%
Renda Variável	136.379	15,8%
Investimentos estruturados	10.510	1,2%
Imóveis	28.155	3,3%
Empréstimos	23.045	2,7%
Ativo Disponível	65.547	7,6%
Contrib. a Receber de Patrocinadoras	(46.712)	-5,4%
Outros Ativos a Receber	(29.147)	-3,4%
Total	863.373	100,0%

e) Valores reconhecidos como resultados dos exercícios

Os valores reconhecidos nos resultados estão demonstrados abaixo:

PLANO PREVIDENCIÁRIO - BD

	31.12.2013	31.12.2012
Custo de serviço corrente	10.536	10.620
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	98.939	74.368
Contribuições esperadas de participante	-	-
Rendimento esperado dos ativos	(78.736)	(72.289)
Total	30.739	12.699

PLANO PREVIDENCIÁRIO - CD

	31.12.2013	31.12.2012
Custo de serviço corrente	2.380	4.146
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-
Rendimento esperado dos ativos	-	-
Total	2.380	4.146

PLANO DE RECUPERAÇÃO DE SAÚDE

	31.12.2013	31.12.2012
Custo de serviço corrente	-	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	552	386
Rendimento esperado dos ativos	-	-
Total	552	386

PLANO DE SAÚDE - BENEFÍCIO PÓS EMPREGO (PID)

	31.12.2013	31.12.2012
Custo de serviço passado	9.356	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-
Rendimento esperado dos ativos	-	-
Total	9.356	-

f) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ganhos (perdas) atuariais do exercício:			
Plano previdenciário - BD	(178.305)	176.862	32.900
Plano previdenciário - CD risco	1.223	-	-
Plano de recuperação de saúde	(660)	1.384	846
Total	(177.742)	178.246	33.746

Outros resultados abrangentes acumulados (líquidos de impostos diferidos)

	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Plano previdenciário - BD	62.022	185.458	67.382
Plano previdenciário - CD risco	807	-	-
Plano de recuperação de saúde	1.157	1.718	720
Total	63.986	187.176	68.102

g) As premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções foram:

HIPÓTESES ECONÔMICAS	31.12.2013	31.12.2012
Taxa anual de juros de desconto atuarial	12,06%	8,55%
Taxa anual de juros real de desconto atuarial	6,42%	3,49%
Taxa anual de inflação projetada	5,30%	4,89%
Projeção de aumento médio de salário	7,41%	6,99%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,30%	4,89%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,06%	8,55%
Fator de Incremento de Custos da Saúde	3,50%	3,50%
HIPÓTESES ATUARIAIS		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	LIGHT F	LIGHT F
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

Taxa de juros de longo prazo

A partir de 2012, a taxa de juros utilizada foi a do mercado dos títulos do governo federal, conforme critério recomendado pelas normas de contabilidade, para prazos similares aos dos fluxos de obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito “Duration”. Essas taxas foram respectivamente de 6,42% (3,49% em 2012).

h) Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 14.811 mil com o Plano de Benefício Definido.

i) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade das principais hipóteses estão apresentadas a seguir:

Plano previdenciário - BD	Tábua Biométrica		Taxas de Juros		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	947.657	924.905	910.794	963.500	936.520
Valor justo dos ativos do plano	863.373	863.373	863.373	863.373	863.373
Superávit/(Déficit) técnico do plano	(84.284)	(61.532)	(47.421)	(100.127)	(73.147)

Variações	Tábua Biométrica				Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Aumento/redução da obrigação atuarial	1,2%	-1,2%	-2,7%	2,9%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	15,2%	-15,9%	-35,2%	36,9%	-

Plano previdenciário - CD risco	Tábua Biométrica				Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	25.075	24.342	24.135	25.320	24.715
Valor justo dos ativos do plano	62.625	62.625	62.625	62.625	62.625
Superávit/(Déficit) técnico do plano	37.550	38.283	38.490	37.305	37.910

Variações	Tábua Biométrica				Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Aumento/redução da obrigação atuarial	1,5%	-1,5%	-2,3%	2,4%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	-0,9%	1,0%	1,5%	-1,6%	-

Plano de recuperação da saúde	Tábua Biométrica		HCTR		Taxas de Juros		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Montante do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	5.767	5.753	6.585	5.044	5.702	5.820	5.760
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) técnico do plano	(5.767)	(5.753)	(6.585)	(5.044)	(5.702)	(5.820)	(5.760)
Variações							
Aumento/redução da obrigação atuarial	0,1%	-0,1%	14,3%	-12,4%	-1,0%	1,0%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	0,1%	-0,1%	14,3%	-12,4%	-1,0%	1,0%	-
Plano de saúde - benefício rescisório de longo prazo	Tábua Biométrica		HCTR		Taxas de Juros		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Montante do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	9.371	9.339	9.472	9.241	9.302	9.410	9.356
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) técnico do plano	(9.371)	(9.339)	(9.472)	(9.241)	(9.302)	(9.410)	(9.356)
Variações							
Aumento/redução da obrigação atuarial	0,2%	-0,2%	1,2%	-1,2%	-0,6%	0,6%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	0,2%	-0,2%	1,2%	-1,2%	-0,6%	0,6%	-

NOTA 32 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DIVIDENDOS

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Eletrosul é de R\$ 4.295.250 mil, representado por 101.117.798 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A composição acionária da Companhia nessa mesma data é a seguinte:

Acionistas:	Quantidade de Ações	% de Capital Social		Participação
		Capital Social	Participação	
ELETROBRAS	100.993.125	4.289.954	99,8767	
USIMINAS	57.901	2.461	0,0573	
CEEE	49.519	2.105	0,0490	
COPEL	14.195	601	0,0140	
CELESC	1.544	64	0,0015	
CSN	1.194	52	0,0012	
OUTROS	320	13	0,0003	
Total	101.117.798	4.295.250	100,00	

O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 54,32 (R\$ 51,63 em dezembro de 2012).

b) Aumento de capital

Em 21 de outubro de 2013, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, a incorporação de R\$ 554.840 mil ao capital social, recebidos em adiantamento para futuro aumento de capital social da acionista Eletrobras, que corresponde a aumento de 10.856.683 ações. O montante aportado estava anteriormente classificado na conta de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no passivo não circulante, conforme nota 13. Os demais acionistas não exerceram seus direitos de preferência, conforme legislação vigente.

Com estas alterações a mutação do capital social em 2013 pode ser assim apresentada:

	Capital Social	Quantidade de Ações
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.740.410	90.261.115
Integralização	554.840	10.856.683
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.295.250	101.117.798

c) Reservas de lucros

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Reserva legal	115.767	102.528	99.236
Reserva para investimento	956.644	956.644	956.644
	1.072.411	1.059.172	1.055.880

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial, de R\$ 63.387 mil, compreende o ajuste do valor justo *de hedge accounting* da SPE controlada em conjunto ESBR Participações S/A, no valor negativo de R\$ 600 mil e o reconhecimento de ganhos e perdas atuariais registrados conforme o CPC 33 (R1) (nota 31), no valor de R\$ 63.987 mil.

e) Lucro básico e diluído por ação ordinária

	31.12.2013	31.12.2012
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	264.785	65.833
Número de ações ordinárias	101.117.798	90.261.115
Lucro básico por ação ordinária	2,62	0,73
Média ponderada de ações ordinárias	92.402.707	52.871.686
Lucro diluído por ação ordinária	2,87	1,25

A Companhia provisionou em 2013 o valor de R\$ 62.886 mil a título de dividendos mínimos obrigatórios e contabilizou no patrimônio líquido o valor de R\$ 188.660 mil como dividendos adicionais propostos, que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária (AGO). Em 2012, foi provisionado o valor como dividendos mínimos foi de R\$ 15.635 mil e como dividendos adicionais excedentes ao mínimo obrigatório, o valor de R\$ 46.906 mil.

f) Dividendos

Os dividendos em 2013 e em 2012 foram calculados conforme segue:

	31.12.2013	31.12.2012
Lucro líquido do exercício	264.785	65.833
Reserva legal sobre o lucro líquido (5%)	(13.239)	(3.292)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	251.546	62.541
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	62.886	15.635
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório a disposição da AGO	188.660	46.906
Dividendos propostos	251.546	62.541

Movimentação dos dividendos:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Saldo no exercício anterior	15.636	24.552
Dividendos adicionais propostos exercício anterior	46.906	73.652
Atualização SELIC	5.131	8.298
Pagamentos	(67.672)	(106.501)
Dividendos mínimos obrigatórios	62.886	15.635
Saldo no final do exercício	<u>62.887</u>	<u>15.636</u>

NOTA 33 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O total da remuneração atribuída aos diretores e conselheiros de administração está demonstrado a seguir:

	Controladora			
	<u>31.12.2013</u>		<u>31.12.2012</u>	
	Diretores	Conselheiros	Diretores	Conselheiros
Remuneração e benefícios	2.315	262	1.825	238
Encargos sociais e outros	498	52	399	49
Total	<u>2.813</u>	<u>314</u>	<u>2.224</u>	<u>287</u>

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são como segue:

ATIVO	Controladora					
	31.12.2013			31.12.2012	01.01.2012	
	Contas a receber	Dividendos	AFAC	Total	Total	Total
Controladores						
União (Governo Federal)	1.127.707	-	-	1.127.707	2.603.937	607.391
Eletrobras	1.128			1.128	747	747
Partes Relacionadas						
CEAL	277	-	-	277	496	322
CELG Distribuição	1.405	-	-	1.405	2.065	1.215
CEPISA	1.078	-	-	1.078	1.525	373
CERON	755	-	-	755	118	148
CGTEE	318	-	-	318	252	89
Chesf	6.631	-	-	6.631	7.802	7.951
Eletroacre	-	-	-	-	9	25
Eletronorte	5.066	-	-	5.066	5.650	5.943
Eletronuclear	528	-	-	528	470	461
Furnas	3.490	-	-	3.490	3.697	3.728
ITAIPU	164	-	-	164	193	(3)
Subsidiárias e Controladas						
Artemis*	-	-	-	-	16.482	5.364
Cerro Chato I*	-	-	-	-	7	86.764
Cerro Chato II*	-	-	-	-	6	80.914
Cerro Chato III*	-	-	-	-	183	75.446
Porto Velho*	-	-	-	-	1.357	50.005
RS Energia*	-	-	-	-	2.332	70.533
Uirapuru	5.304	1.736	-	7.040	7.035	6.207
Controladas em conjunto						
Costa Oeste	-	458	15.104	15.562	-	-
Etau	62	58	-	120	592	568
Integração	-	-	-	-	-	2.060
Livramento	112	-	-	112	20	3.742
Marumbi	-	101	4.505	4.606	-	-
Norte Brasil	-	-	-	-	804	250
Santa Vitória do Palmar	-	-	-	-	-	5.067
TSBE	208	1.440	86.400	88.048	31.898	-
TSLE	474	-	102.620	103.094	-	-
TOTAL DO ATIVO	1.154.707	3.793	208.629	1.367.129	2.687.677	1.015.310

*Empresas incorporadas em 2013.

ATIVO	Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012		01.01.2012
	Contas a receber	Dividendos	AFAC	Total	Total	Total
Controladores						
União (Governo Federal)	1.127.707	-	-	1.127.707	2.603.937	607.391
Eletrobras	1.128	-	-	1.128	747	747
Partes Relacionadas						
CEAL	281	-	-	281	496	363
CELG Distribuição	1.430	-	-	1.430	2.065	1.215
CEPISA	1.084	-	-	1.084	1.525	426
CERON	755	-	-	755	118	152
CGTEE	324	-	-	324	252	100
Chesf	6.872	-	-	6.872	7.802	9.183
Eletroacre	-	-	-	-	9	29
Eletronorte	5.257	-	-	5.257	5.650	6.850
Eletronuclear	528	-	-	528	470	532
Furnas	3.614	-	-	3.614	3.697	4.269
ITAIPU	164	-	-	164	193	(3)
Controladas						
Uirapuru	1.327	-	-	1.327	1.282	-
Controladas em conjunto						
Costa Oeste	-	458	15.104	15.562	-	-
Etau	62	58	-	120	592	568
Integração	-	-	-	-	-	2.060
Livramento	112	-	-	112	20	3.742
Marumbi	-	101	4.505	4.606	-	-
Norte Brasil	-	-	-	-	804	250
Santa Vitória do Palmar	-	-	-	-	-	5.060
TSBE	208	1.440	86.400	88.048	31.898	-
TSLE	474	-	102.620	103.094	-	-
TOTAL DO ATIVO	1.151.327	2.057	208.629	1.362.013	2.661.557	642.934

PASSIVO	Controladora					
	31.12.2013			31.12.2012		01.01.2012
	Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total	Total	Total
Controladores						
Eletrobras	1.344.365	-	59.284	1.403.649	1.627.034	2.698.528
Partes Relacionadas						
Chesf	50	-	-	50	74	-
Eletronorte	32	-	-	32	63	-
Furnas	62	-	-	62	101	9
Subsidiárias e Controladas						
Artemis*	-	-	-	-	2	-
Porto Velho*	-	-	-	-	2	-
RS Energia*	-	-	-	-	1	-
Uirapuru	2	-	-	2	1	-
Controladas em conjunto						
Etau	3	-	-	3	1	-
Norte Brasil	-	-	-	-	-	(8.536)
TSLE	5	-	-	5	-	-
TOTAL DO PASSIVO	1.344.519	-	59.284	1.403.803	1.627.279	2.690.001

*Empresas incorporadas em 2013.

PASSIVO	Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012		01.01.2012
	Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total	Total	Total
Controladores						
Eletrobras	1.344.365	-	59.284	1.403.649	1.697.449	2.698.528
Partes Relacionadas						
Chesf	50	-	-	50	74	-
Eletronorte	32	-	-	32	63	-
Furnas	62	-	-	62	101	9
Controladas em conjunto						
Etau	3	-	-	3	1	-
TSLE	5	-	-	5	-	-
TOTAL DO PASSIVO	1.344.517	-	59.284	1.403.801	1.697.688	2.698.537
RESULTADO	Controladora					
	31.12.2013			31.12.2012		01.01.2012
	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total	Total	Total
Controladores						
União (Governo Federal)	-	-	191.818	191.818	132.087	113.225
Eletrobras	269	(283)	(142.412)	(142.426)	(122.164)	(101.326)
Partes Relacionadas						
CEAL	2.619	(5)	-	2.614	4.384	2.579
CELG Distribuição	14.026	-	-	14.026	19.816	11.636
CEPISA	8.880	-	-	8.880	13.349	3.819
CERON	4.427	(73)	-	4.354	1.247	1.319
CGTEE	2.741	-	-	2.741	1.766	1.350
Chesf	88.085	(739)	-	87.346	76.717	65.134
Eletroacre	-	-	-	-	194	218
Eletronorte	69.161	(876)	-	68.285	55.764	55.585
Eletronuclear	5.904	-	-	5.904	4.540	3.811
Furnas	42.928	(785)	-	42.143	35.311	30.237
ITAIPU	29	-	-	29	57	-
Subsidiárias e Controladas						
Artemis*	-	-	-	-	6.254	6.067
Cerro Chato I*	-	-	-	-	66	22
Cerro Chato II*	-	-	-	-	66	30
Cerro Chato III*	-	-	-	-	65	37
Porto Velho*	-	-	-	-	53	58
RS Energia*	-	-	-	-	1.339	1.969
Uirapuru	2.450	(21)	-	2.429	2.302	2.137
Controladas em conjunto						
Etau	760	(25)	-	735	802	670
Livramento	125	-	-	125	110	-
Marumbi	-	-	-	-	262	-
Santa Vitória do Palmar	-	-	-	-	242	-
TSBE	2.595	-	-	2.595	131	-
TSLE	8.236	-	-	8.236	-	-
TOTAL DO RESULTADO	253.235	(2.807)	49.406	299.834	234.760	198.577

*Empresas incorporadas em 2013.

RESULTADO	Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012	01.01.2012	
	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total	Total	Total
Controladores						
União (Governo Federal)	-	-	191.818	191.818	132.087	113.225
Eletrobras	269	(283)	(142.412)	(142.426)	(292.558)	(101.326)
Partes Relacionadas						
CEAL	2.639	(5)	-	2.634	4.384	2.974
CELG Distribuição	14.026	-	-	14.026	19.816	11.636
CEPISA	8.902	-	-	8.902	13.349	4.269
CERON	4.452	(73)	-	4.379	1.247	1.533
CGTEE	2.765	-	-	2.765	1.766	1.620
Chesf	90.582	(739)	-	89.843	76.717	74.664
Eletroacre	-	-	-	-	194	237
Eletronorte	71.172	(876)	-	70.296	55.764	62.525
Eletronuclear	5.959	-	-	5.959	4.540	5.586
Furnas	44.092	(785)	-	43.307	35.311	33.511
ITAIPU	29	-	-	29	57	-
Controladas						
Uirapuru	613	(5)	-	607	573	-
Controladas em conjunto						
Etau	760	(25)	-	735	802	670
Livramento	125	-	-	125	110	-
Marumbi	-	-	-	-	262	-
Santa Vitória do Palmar	-	-	-	-	242	-
TSBE	2.595	-	-	2.595	131	-
TSLE	8.236	-	-	8.236	-	-
TOTAL DO RESULTADO	257.216	(2.791)	49.406	303.830	54.794	211.124

As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

- a) União Federal: créditos de energia renegociados (Lei 8.727/93) e créditos indenizatórios (Lei 12.783/13);
- b) Eletrobras: empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos e encargos financeiros;
- c) Empresas controladas e/ou controladas em conjunto: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros;
- d) Partes relacionadas: clientes, créditos diversos, fornecedores, receitas de transmissão, geração e prestação de serviços, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros.

NOTA 35 – TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL*

A Companhia tem como política permanente a qualificação dos dirigentes e empregados, tendo apresentado os seguintes indicadores:

Indicadores	Controladora	
	31.12.2013	31.12.2012
Empregados treinados	1.244	1.427
Homem hora treinados	77.195	121.248
Índice empregados treinados (%)	81%	93%
Média hora treinamento	62	85
Força de trabalho treinada (%)	2,4%	4,1%
Investimento total (mil)	1.258	2.833
Valor médio investido por empregado (mil)	1,0	2,0

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 36 – RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Administração da Companhia definiu os segmentos de negócios adotados para a gestão conforme a seguir:

- a) **Geração:** o seguimento de negócio Geração representa os negócios relativos a geração e comercialização de energia oriundo das Usinas Mauá, Passo São João, São Domingos, PCH Barra do Rio Chapéu e PCH João Borges.
- b) **Transmissão – contratos renovados:** o seguimento de negócio Transmissão – contratos não renovados - representa os negócios de transmissão oriundos do contrato de concessão ANEEL 57/2001, renovado por 30 anos, nas condições da Lei nº 12.783/2013. O valor das novas tarifas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013, foram publicadas pela portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579/2013 (nota 2, c).
- c) **Transmissão – contratos não renovados:** o seguimento de negócio Transmissão – contrato não renovados – representa os negócios de transmissão oriundos dos contratos de concessão e autorizações da ANEEL que ainda não passaram por processo de renovação.

O resultado apurado por segmento de negócio está a seguir demonstrado:

	Controladora							
	31.12.2013				31.12.2012			
	Geração	Transmissão Renovadas	Transmissão Não Renovadas	Total	Geração	Transmissão Renovadas	Transmissão Não Renovadas	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	287.651	411.628	244.683	943.962	269.990	-	881.132	1.151.122
CUSTO OPERACIONAL								
Custo com Energia Elétrica	(27.934)	-	-	(27.934)	(166.241)	-	-	(166.241)
Energia comprada para revenda	(41.864)	-	-	(41.864)	(159.526)	-	-	(159.526)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso	13.930	-	-	13.930	(6.715)	-	-	(6.715)
Custo de Operação	(125.617)	(230.325)	(23.135)	(379.077)	(30.694)	-	(224.423)	(255.117)
Pessoal, material e serviços de terceiros	(26.209)	(219.213)	(20.694)	(266.116)	(6.188)	-	(218.765)	(224.953)
Depreciação e amortização	(79.836)	-	-	(79.836)	(12.245)	-	-	(12.245)
Taxa de fiscalização	(766)	(3.169)	(1.691)	(5.626)	-	-	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	70	7	77	(7.264)	-	(2.213)	(9.477)
Outros	(18.806)	(8.013)	(757)	(27.576)	(4.997)	-	(3.445)	(8.442)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-	(10.633)	-	(10.633)	(52)	-	(9.353)	(9.405)
Custo de construção	-	-	(75.835)	(75.835)	-	-	(82.730)	(82.730)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	134.100	170.670	145.713	450.483	73.003	-	564.626	637.629
Despesas operacionais	(17.181)	(120.348)	(49.366)	(186.895)	(8.891)	-	(272.500)	(281.391)
Plano de incentivo ao desligamento - PID	-	(73.695)	-	(73.695)	-	-	-	-
RESULTADO DO SERVIÇO	116.919	(23.373)	96.347	189.893	64.112	-	292.126	356.238
Outras receitas e despesas operacionais								
Resultado de participações societárias	(50.201)	14.061	34.359	(1.781)	(12.520)	-	62.220	49.700
Resultado Financeiro	(112.576)	109.295	(56.007)	(59.288)	(12.543)	-	(151.160)	(163.703)
Impairment	(110.327)	-	(137.251)	(247.578)	(81.242)	-	(68.430)	(149.672)
Contratos Onerosos	488.601	-	-	488.601	(896.494)	-	-	(896.494)
Outras receitas/despesas	(2.828)	(5.846)	(3.122)	(11.796)	(857)	-	(13.227)	(14.084)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13	329.588	94.137	(65.674)	358.051	(939.544)	-	121.529	(818.015)
Indenizações Lei 12.783/13	-	25.092	-	25.092	-	-	577.802	577.802
LUCRO OPERACIONAL	329.588	119.229	(65.674)	383.143	(939.544)	-	699.331	(240.213)
Contribuição social	(33.420)	(7.047)	8.803	(31.664)	92.396	-	(11.951)	80.445
Imposto de renda	(91.502)	(19.293)	24.101	(86.694)	259.118	-	(33.517)	225.601
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	204.666	92.889	(32.770)	264.785	(588.030)	-	653.863	65.833

	Consolidado							
	31.12.2013				31.12.2012			
	Geração	Transmissão Renovadas	Transmissão Não Renovadas	Total	Geração	Transmissão Renovadas	Transmissão Não Renovadas	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	308.879	409.199	341.272	1.059.350	305.705	-	1.179.699	1.485.404
CUSTO OPERACIONAL								
Custo com Energia Elétrica	(27.934)	-	-	(27.934)	(166.247)	-	-	(166.247)
Energia comprada para revenda	(41.864)	-	-	(41.864)	(159.532)	-	-	(159.532)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso	13.930	-	-	13.930	(6.715)	-	-	(6.715)
Custo de Operação	(139.407)	(230.325)	(25.140)	(394.872)	(58.947)	-	(225.776)	(284.723)
Pessoal, material e serviços de terceiros	(28.251)	(219.213)	(22.606)	(270.070)	(9.593)	-	(220.451)	(230.044)
Depreciação e amortização	(89.997)	-	-	(89.997)	(33.994)	-	-	(33.994)
Taxa de fiscalização	(766)	(3.169)	(1.691)	(5.626)	-	-	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	70	(106)	(36)	(7.264)	-	(2.141)	(9.405)
Outros	(20.393)	(8.013)	(737)	(29.143)	(8.096)	-	(3.184)	(11.280)
Custo do serviço prestado a terceiros	-	(10.633)	(449)	(11.082)	(52)	-	(9.353)	(9.405)
Custo com construção	-	-	(117.925)	(117.925)	-	-	(261.125)	(261.125)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	141.538	168.241	197.758	507.537	80.459	-	683.445	763.904
Despesas Operacionais	(19.028)	(120.348)	(53.467)	(192.843)	(12.796)	-	(277.342)	(290.138)
Plano de incentivo ao desligamento - PID	-	(73.695)	-	(73.695)	-	-	-	-
RESULTADO DO SERVIÇO	122.510	(25.802)	144.291	240.999	67.663	-	406.103	473.766
Outras receitas e despesas operacionais								
Resultado de participações societárias	(51.548)	14.061	16.709	(20.778)	(9.634)	-	16.402	6.768
Resultado Financeiro	(116.050)	109.295	(77.438)	(84.193)	(18.939)	-	(200.446)	(219.385)
Impairment	(110.327)	-	(137.251)	(247.578)	(81.242)	-	(68.430)	(149.672)
Contratos Onerosos	488.601	-	-	488.601	(896.494)	-	-	(896.494)
Outras receitas/despesas	(2.828)	(5.846)	(3.122)	(11.796)	(1.567)	-	(13.533)	(15.100)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13	330.358	91.708	(56.811)	365.255	(940.213)	-	140.096	(800.117)
Indenizações Lei 12.783/13	-	25.092	-	25.092	-	-	577.802	577.802
LUCRO OPERACIONAL	330.358	116.800	(56.811)	390.347	(940.213)	-	717.898	(222.315)
Contribuição social	(33.612)	(7.047)	7.689	(32.970)	92.609	-	(16.429)	76.180
Imposto de renda	(92.080)	(19.293)	21.259	(90.114)	259.771	-	(45.125)	214.646
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	204.666	90.460	(27.863)	267.263	(587.833)	-	656.344	68.511

NOTA 37 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida em atendimento ao CPC 30 – Receitas é apresentada abaixo:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Receita de geração de energia elétrica	267.248	31.432	289.280	68.500
Receita de comercialização de energia elétrica	48.516	266.012	48.516	266.012
Receita do serviço de O&M - renovadas	430.595	-	430.595	-
Receita do serviço de O&M - não renovadas	71.121	447.697	84.045	470.730
Receita com o ativo financeiro	125.664	423.875	175.808	546.800
Receita de construção transmissão	75.835	82.730	117.925	261.125
Serviço de comunicação multimídia - SCM	1.078	1.383	1.078	1.383
Receita do serviço prestado a terceiros	16.458	15.518	14.065	6.808
Outras receitas	10.940	7.457	11.180	7.340
	1.047.455	1.276.104	1.172.492	1.628.698
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
Impostos e contribuições				
COFINS	(75.066)	(75.935)	(80.776)	(86.900)
PIS/PASEP	(16.297)	(16.479)	(17.534)	(18.857)
ICMS/ISS	(1.011)	(589)	(1.011)	(589)
	(92.374)	(93.003)	(99.321)	(106.346)
Encargos setoriais				
Reserva global de reversão (RGR)	(2.617)	(22.731)	(4.624)	(26.431)
P&D	(8.502)	(9.248)	(9.197)	(10.517)
	(11.119)	(31.979)	(13.821)	(36.948)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
	943.962	1.151.122	1.059.350	1.485.404

Suprimento de energia elétrica**

Os montantes na rubrica “receita de geração de energia” na Controladora, no valor de R\$ 267.248 mil referem-se ao faturamento da UHE Passo São João, UHE Mauá, UHE São Domingos, PCH João Borges e PCH Barra Rio Chapéu e das Eólicas Cerro Chato I, II e III, e no Consolidado, no valor de R\$ 289.280 mil, refere-se ao faturamento de janeiro a maio de 2013 das SPE’s Eólica Cerro Chato I, II e III, que foram incorporadas em 29 de maio de 2013.

Descriutivo	Controladora e Consolidado			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)
Energia gerada/vendida*	1.753.940,050	315.764	3.021.088,893	297.444
Energia gerada - Controladas	104.497,700	22.032	286.058,538	39.342

*Em 2012 está computado faturamento, autorizado pela ANEEL, de R\$ 97.172 mil, referente a UHE Mauá do período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2012. Em 2013, o mesmo ocorreu para a UHE São Domingos, com faturamento de R\$ 12.728 mil referente ao período de janeiro de 2012 a fevereiro de 2013.

** Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Receita de Transmissão

A partir de 1º de janeiro de 2013, com a renovação das concessões previstas na Lei nº 12.783/13, toda a tarifa relativa ao contrato de concessão nº 57/2001 passou a ser registrada como receita de O&M, diferentemente do exercício anterior quando parte da receita do referido contrato era reconhecida como receita de atualização do ativo financeiro. A variação da receita na rubrica “receita com o ativo

financeiro” R\$ 125.664 mil (R\$ 423.875 mil em 2012) decorre da mudança da sistemática de reconhecimento da receita conforme citado.

Serviço de Comunicação Multimídia – SCM

A Companhia possui autorização da ANATEL conforme ato nº 50.088 de 29 de abril de 2005, para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviços o território nacional.

O SCM é um serviço fixo de telecomunicação que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, utilizando quaisquer meios a assinantes que possui vínculo contratual com a autorizada, para fruição do SCM, dentro de uma área autorizada de prestação de serviço.

O Sistema de Telecomunicações é composto de estações ópticas e de radio instaladas nas subestações, que são utilizadas para comunicações corporativas, teleproteção do sistema elétrico, comunicação com o ONS, interligação das centrais telefônicas privadas, dentre outros serviços, o excedente é comercializado através do SCM.

NOTA 38 – ENCARGOS SETORIAIS

O detalhamento dos encargos setoriais do setor de energia elétrica reconhecidos no resultado é apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Reserva Global de Reversão (RGR)	2.617	22.731	4.624	26.431
Taxa de Fiscalização ANEEL	5.626	4.554	6.071	5.103
Fundo Nac. de Des. Cient. e Tecnológico (FNDCT)	3.418	3.699	3.418	3.699
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	1.695	1.850	1.695	1.850
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	3.389	3.699	4.084	4.968
Total	<u>16.745</u>	<u>36.533</u>	<u>19.892</u>	<u>42.051</u>

Houve redução na contribuição setorial para a Reserva Global de Reversão (RGR) em 2013, em função do estabelecido na Lei nº 12.783/13, que desobriga do recolhimento, dentre outros, as concessões prorrogadas.

NOTA 39 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Distribuição por natureza

Natureza	31.12.2013							
	Controladora				Consolidado			
	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total
Pessoal	6.934	195.475	115.511	317.920	6.934	196.118	118.284	321.336
Material	1.220	12.862	2.239	16.321	1.247	12.863	2.432	16.542
Serviço de terceiro	18.055	42.136	27.748	87.939	20.070	43.551	29.331	92.952
Prov. créd. líquid. duvidosa	-	(77)	13	(64)	-	36	13	49
Custo de construção transmissão	-	75.835	-	75.835	-	117.925	-	117.925
Energia comprada para revenda	41.864	-	-	41.864	41.864	-	-	41.864
Prov. (reversão) contratos onerosos	(13.930)	-	-	(13.930)	(13.930)	-	-	(13.930)
Depreciação e amortização	79.836	-	1.787	81.623	89.997	-	1.812	91.809
Taxa de fiscalização ANEEL	766	4.860	-	5.626	766	4.860	445	6.071
EUSD	4.335	-	-	4.335	4.335	-	-	4.335
EUST	6.304	-	-	6.304	7.281	-	-	7.281
CFURH	8.607	-	-	8.607	8.607	-	-	8.607
Prov. (Reversão) para contingências	-	-	(19.425)	(19.425)	-	-	(19.425)	(19.425)
Aposen. Especial	-	-	4.585	4.585	-	-	4.585	4.585
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	15.997	15.997	-	-	15.997	15.997
Plano de incentivo ao desligamento	-	-	73.695	73.695	-	-	73.695	73.695
(-) Recuperação de despesas*	(2.436)	(2.659)	(12.656)	(17.751)	(2.436)	(2.436)	(12.656)	(17.528)
Outras despesas	1.996	11.496	51.096	64.588	2.606	11.555	52.025	66.186
Total	153.551	339.928	260.590	754.069	167.341	384.472	266.538	818.351

* Contempla basicamente créditos de PIS e COFINS sobre a depreciação, reversão de provisão de contas a pagar relativo a Usina Mauá e ajuste na conta passiva de Pesquisa e Desenvolvimento.

Natureza	31.12.2012							
	Controladora				Consolidado			
	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total
Pessoal	4.014	183.747	109.033	296.794	4.014	184.521	112.203	300.738
Material	2	7.551	2.771	10.324	62	7.552	3.111	10.725
Serviço de terceiro	2.224	36.713	40.676	79.613	5.569	37.624	44.949	88.142
Prov. créd. líquid. duvidosa	7.264	2.213	-	9.477	7.264	2.141	-	9.405
Custo de construção transmissão	-	82.730	-	82.730	-	261.125	-	261.125
Energia comprada para revenda	159.526	-	-	159.526	159.532	-	-	159.532
Prov. (reversão) contratos onerosos	6.715	-	-	6.715	6.715	-	-	6.715
Depreciação e amortização	12.245	-	2.095	14.340	33.994	-	2.116	36.110
Taxa de fiscalização ANEEL	-	-	4.554	4.554	-	-	5.103	5.103
EUSD	2.733	-	-	2.733	2.733	-	-	2.733
EUST	1.380	-	-	1.380	3.623	-	-	3.623
CFURH	1.013	-	-	1.013	1.013	-	-	1.013
Prov. (Reversão) para contingências	-	-	66.977	66.977	-	-	66.977	66.977
Aposen. especial / Passivo atuarial	-	-	1.053	1.053	-	-	1.053	1.053
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	(4.213)	(4.213)	-	-	(4.213)	(4.213)
(-) Recuperação de despesas*	(304)	(4.140)	(6.249)	(10.693)	(304)	(4.140)	(6.249)	(10.693)
Outras despesas	175	7.692	64.694	72.561	1.031	7.431	65.088	73.550
Total	196.987	316.506	281.391	794.884	225.246	496.254	290.138	1.011.638

* Contempla basicamente créditos de PIS e COFINS sobre a depreciação.

NOTA 40 – RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O detalhamento das despesas e receitas financeiras é apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
a) Receitas financeiras				
Renda sobre aplicações financeiras	69.913	28.693	73.976	39.071
Créditos de energia renegociados - Juros	65.209	71.565	65.209	71.565
Créditos de energia renegociados - Variação M.	28.256	43.907	28.256	43.907
Créditos indenizatórios concessão - Variação M.	98.353	16.615	98.353	16.615
Juros	721	786	721	810
Multas	3.822	3.351	3.822	3.351
Variação Monetária sobre Depósitos Judiciais	2.449	2.323	2.449	2.323
Ajuste a valor presente de tributos/UBP	8.753	11.393	8.753	11.393
Atualização Títulos CFT-Eletronet/Eletrobras	-	26.078	-	26.078
Diversas	16.568	4.925	17.107	7.460
Subtotal	294.044	209.636	298.646	222.573
b) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas (financiamentos)	181.569	93.415	210.291	153.236
Variação monetária (financiamentos)	76.953	35.835	77.521	41.364
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	3.956	5.676	3.987	5.676
Multas diversas	2.891	1.036	2.911	1.137
Juros diversos	7	2.618	17	3.962
Despesas bancárias	280	151	303	174
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	8.076	2.302	8.129	2.464
Variação Monetária - Contingências	6.137	5.311	6.137	5.311
Atualização pela SELIC dos dividendos	5.131	8.298	5.131	8.298
Atualização pela SELIC do AFAC Eletrobras	59.194	178.231	59.194	178.231
Atualização pela SELIC do PREQ/PID	930	2.272	930	2.272
Ajuste a valor presente de tributos/UBP	2.217	10.762	2.219	10.762
Atualização Títulos CFT-Eletronet/Eletrobras	-	26.078	-	26.078
Variação Monetária - Outras	5.991	1.354	6.069	2.993
Subtotal	353.332	373.339	382.839	441.958
Resultado Financeiro, líquido	(59.288)	(163.703)	(84.193)	(219.385)

NOTA 41 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Ganhos/perdas na desativação de bens e direitos	(221)	(4.629)	(221)	(4.629)
Ganhos/perdas na alienação de bens e direitos	201	423	201	423
Amortização do ágio	(8.972)	(8.937)	(8.972)	(8.937)
Provisão (reversão) para perdas	-	(887)	-	(887)
Outras despesas	(2.945)	(54)	(2.945)	(1.137)
Outras receitas	141	-	141	67
Total	(11.796)	(14.084)	(11.796)	(15.100)

NOTA 42 – EFEITOS TRIBUTÁRIOS NO RESULTADO

	Controladora			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Imp.	Contr.	Imp.	Contr.
	Renda	Social	Renda	Social
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	383.143	383.143	(240.213)	(240.213)
Adições permanentes	92.448	92.448	40.890	40.890
Exclusões permanentes	(126.650)	(123.768)	(697.394)	(694.512)
Lucro (prejuízo) real/base da contribuição social	348.941	351.823	(896.717)	(893.835)
Alíquotas dos tributos	15%+10%	9%	15%+10%	9%
Imposto de renda e contribuição social	87.211	31.664	(224.203)	(80.445)
Incentivo fiscal*	(517)	-	(1.398)	-
Imposto de renda e contribuição social do período	86.694	31.664	(225.601)	(80.445)
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.480	2.067	52.373	19.625
Imposto de renda e contribuição social diferidos	82.214	29.597	(277.974)	(100.070)
Imposto de renda e contribuição social do período	86.694	31.664	(225.601)	(80.445)

* Lei Rouanet, Lei do Esporte e FIA.

As adições e exclusões na base do Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a itens permanentes, tais como patrocínios e doações, equivalência patrimonial e amortização de ágio.

Controladas	Consolidado			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Artemis ⁽¹⁾	1.489	536	10.502	3.830
Cerro Chato I ⁽¹⁾	113	45	(110)	(32)
Cerro Chato II ⁽¹⁾	247	93	(225)	(73)
Cerro Chato III ⁽¹⁾	218	54	(318)	(108)
Porto Velho ⁽¹⁾⁽²⁾	(638)	(225)	(1.270)	(453)
RS Energia ⁽¹⁾⁽²⁾	1.429	510	1.789	796
Uirapuru ⁽²⁾	562	293	587	305
Controladora	86.694	31.664	(225.601)	(80.445)
Totais	90.114	32.970	(214.646)	(76.180)
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.742	2.958	69.089	25.818
Imposto de renda e contribuição social diferidos	83.372	30.012	(283.735)	(101.998)
Totais	90.114	32.970	(214.646)	(76.180)

⁽¹⁾ Refere-se ao período pré-incorporação

⁽²⁾ Tributação pelo Lucro Presumido

NOTA 43 – ATIVOS CONTINGENTES

PIS e Cofins sobre a Receita Financeira

Em 09/11/2005, em sessão plenária, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional, em quatro recursos individuais, o parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, o qual definiu como base de incidência das contribuições ao PIS e à COFINS, a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. O STF entendeu que a citada Lei, quando de sua edição, era incompatível com o texto constitucional então vigente, que previa a incidência das contribuições sociais apenas sobre o faturamento das pessoas jurídicas e não sobre a totalidade das suas receitas. Ocorre que as decisões do STF não foram proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), beneficiando apenas e tão somente, as partes envolvidas nos recursos mencionados.

Em razão do exposto, a Companhia ajuizou ação de repetição de indébito relativa ao período de Fevereiro/1999 a Julho/2004, postulando a restituição dos valores pagos a maior em face da proclamada inconstitucionalidade, pleito julgado parcialmente procedente na sentença proferida em 10/06/2010 e que considerou prescritos os recolhimentos do PIS e da COFINS anteriores a 23/02/2001 (cinco anos anteriores ao ajuizamento de protesto interruptivo por parte da empresa).

A Empresa apelou da decisão e o TRF-4 proferiu decisão em 12/12/2012, confirmando parcialmente a sentença de 1º grau e delimitando a restituição ao período de 26/02/2001 a 01/12/2002 (PIS) e de 26/02/2001 a 01/02/2004 (COFINS), decisão que provocou a propositura de Recurso Especial (STJ) e Recurso Extraordinário (STF) com vistas a assegurar o recebimento do indébito e/ou compensação dos valores incidentes sobre todo o período postulado (Fevereiro/1999 a Julho/2004). O acórdão considerou o entendimento do RE n. 566.621, de 04/08/2011, com repercussão geral, que entendeu pela aplicação quinquenal retroativa prevista na LC 118/05 apenas para os processos ajuizados após a *vacatio legis* dessa lei (caso da Eletrosul), afastando assim a aplicação da prescrição decenal postulada, anteriormente aceita pelo STJ e STF.

Em 31 de dezembro 2013, o montante da ação totalizava aproximadamente R\$ 112.537 mil. Por apresentar natureza de Ativo Contingente, os valores não estão refletidos nas demonstrações financeiras em virtude da ausência de decisão favorável definitiva.

NOTA 44 – SEGUROS

A companhia mantém política de seguros para as suas atividades e instalações, considerando os riscos, relevância e valor dos ativos. Não há cobertura de seguros para as linhas de transmissão em razão da extensão das mesmas, o custo do prêmio e o histórico de ocorrências.

Riscos	Vigência		Importância Segurada	
	Início	Final		Prêmio
Seguro de riscos nomeados (i)	27/02/2013	27/02/2014	1.819.451	2.049
Seguro de riscos operacionais (ii)				
Usina Passo de São João	07/09/2013	07/09/2014	235.007	289
Usina Mauá*	31/01/2012	31/01/2015	799.290	1.196
Usina São Domingos	10/06/2013	10/06/2014	198.925	300
PCH Barra do Rio Chapéu	19/12/2012	19/12/2014	72.888	99
PCH João Borges	25/06/2013	25/06/2014	85.749	137
Seguro de transporte internacional	11/06/2013	11/06/2014	30.000	48
Seguro de transporte nacional	19/03/2013	19/03/2014	101.000	61
Seguro de D&O	07/03/2013	07/03/2014	8.000	197
Seguro de Garantia				
Participação de leilões Aneel	26/12/2012	26/12/2014	70.000	150
Projeto ReLuz	31/03/2013	31/04/2014	8.057	49
UHE São Domingos	10/06/2013	10/06/2014	198.925	300
PCH Santo Cristo (Lote 02)	04/01/2013	15/12/2015	3.900	23
PCH Santo Cristo (Lote 01)	04/01/2013	15/11/2015	3.600	21
Seguro de vida em grupo	31/01/2013	28/02/2014	814	757

* O valor do prêmio refere-se aos 49% da participação da Eletrosul no empreendimento.

(i) Seguro de riscos nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as instalações das subestações e instalações em geral, exceto as instalações das linhas de transmissão, e nomeados os equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como: incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos.

(ii) Seguro de riscos operacionais

Dentre as principais coberturas contratadas para os empreendimentos de geração, estão incluídos os seguintes eventos: danos elétricos, alagamentos, quebra de máquinas, vendaval, queda de raios e explosão.

NOTA 45 – PLANO DE INCENTIVO AO DESLIGAMENTO - PID

O Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), implantado pela Companhia em junho de 2013, tem por objetivo principal a adequação da estrutura de pessoal da Companhia à nova realidade em função da renovação das concessões, estando elegíveis a adesão os empregados efetivos que possuam no mínimo 20 anos de vínculo empregatício efetivo com a Eletrosul e aposentados pelo INSS, independente do tempo de vínculo empregatício com a Eletrosul.

A adesão ao PID ocorreu no período de 10 de junho a 31 de julho de 2013 e totalizou 203 adesões. O plano ocorre efetivado em duas etapas: a) etapa 1 – desligamentos entre julho/2013 e dezembro/2013, b) etapa 2 – desligamentos entre janeiro/2014 e novembro/2014.

O montante do bônus reconhecido no resultado de 2013 foi de R\$ 64.293 mil. Além do bônus, o PID contempla a manutenção de assistência à saúde, a partir do desligamento na etapa 1 pelo período de 60 meses e para os empregados que optaram pelo desligamento na etapa 2, pelo prazo de 12 meses. O montante dos custos com os benefícios pós-emprego rescisórios com o plano de saúde para todo o período abrangido pelo plano, foi de R\$ 9.402 mil, reconhecidos no resultado do exercício de 2013.

NOTA 46 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Apresenta-se a seguir informações sobre a exposição da Companhia a diversos tipos de risco e gerenciamento de capital.

a) Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 estão descritos a seguir:

Ativos financeiros	Nota	Controladora			Consolidado			
		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	
a.1) Mensurados ao custo amortizado								
Recebíveis								
Clientes	7	109.700	141.835	107.185	112.048	168.112	126.530	
Ativo financeiro - concessão de serviço público	8	2.064.735	986.210	2.519.593	2.150.937	2.210.623	3.562.751	
Créditos indenizatórios	9	619.253	2.025.283	-	619.253	2.025.283	-	
Créditos de energia renegociados	10	508.454	578.654	607.391	508.454	578.654	607.391	
Cauções e depósitos vinculados	6	139.541	101.070	31.533	142.378	111.888	43.148	
Mantidos até o vencimento								
Títulos e valores mobiliários		143	139	136	143	139	136	
a.2) Mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	5	771.597	87.454	257.339	773.711	210.988	409.569	
		<u>4.213.423</u>	<u>3.920.645</u>	<u>3.523.177</u>	<u>4.306.924</u>	<u>5.305.687</u>	<u>4.749.525</u>	
Passivos financeiros								
a.3) Mensurados ao custo amortizado								
Fornecedores	20	62.734	70.540	109.546	62.863	84.987	127.687	
Financiamentos e empréstimos	21	3.158.751	2.032.933	1.841.490	3.189.839	2.805.750	2.505.694	
Dividendos a pagar	32	62.887	15.636	24.552	63.466	16.272	24.552	
		<u>3.284.372</u>	<u>2.119.109</u>	<u>1.975.588</u>	<u>3.316.168</u>	<u>2.907.009</u>	<u>2.657.933</u>	

b) Gestão de riscos (CPC 40 (R1))

b.1) Risco com taxa de câmbio

A Companhia possui dois contratos de financiamento em moeda estrangeira (Euro) obtido junto à Eletrobras por meio de repasse do banco KfW para realizar investimentos no complexo de PCH's São Bernardo. Sobre estas operações não foram contratadas operações de "hedge" (proteção).

Passivo	Controladora					
	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Empréstimos em Euro	59.242	191.143	13.293	35.831	13.293	32.359
Exposição Líquida	59.242	191.143	13.293	35.831	13.293	32.359

b.2) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de que a variação de taxa de juros cause aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
IPCA	788.767	786.187	777.538	788.767	786.187	777.538
TJLP	1.302.955	947.913	856.744	1.327.839	1.698.932	1.502.135
SELIC	244.895	106.107	-	244.895	106.107	-
Cesta de moedas	191.143	35.832	32.359	197.347	57.630	51.172
Taxa CDI	250.852	-	-	250.852	-	-
Outros	380.139	156.894	174.849	380.139	156.894	174.849
Total	3.158.751	2.032.933	1.841.490	3.189.839	2.805.750	2.505.694

b.3) Risco de crédito

Salvo pelas contas clientes, cauções e depósitos vinculados, o ativo financeiro de transmissão, os créditos de energia renegociados e os créditos indenizatórios, a Companhia não possui outros saldos significativos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Desta forma, esse risco é considerado baixo.

Saldos significativos a receber de terceiros	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Cauções e depósitos vinculados	139.541	101.070	31.533	142.378	111.888	43.148
Clientes	109.700	141.835	107.185	112.048	168.112	126.530
Ativo financeiro - concessão de serviço público	2.064.735	986.210	2.519.593	2.150.937	2.210.623	3.562.751
Créditos indenizatórios	619.253	2.025.283	-	619.253	2.025.283	-
Créditos de energia renegociados	508.454	578.654	607.391	508.454	578.654	607.391
Total	3.441.683	3.833.052	3.265.702	3.533.070	5.094.560	4.339.820

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b.4) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa gerado pelas operações da Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com

vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Destes valores apresentados, estão excluídos os financiamentos concedidos pela controladora Eletrobras. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Controladora			
	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Financiamentos e empréstimos	278.702	294.912	802.566	1.180.584
Fornecedores	62.734	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.990	2.110	6.918	89.782
Em 31 de dezembro de 2012				
Financiamentos e empréstimos	142.599	135.869	374.375	749.297
Fornecedores	70.540	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.776	1.883	6.231	92.977
Em 1º de janeiro de 2012				
Financiamentos e empréstimos	139.209	129.747	344.245	713.777
Fornecedores	109.546	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.427	1.502	4.925	76.710

	Consolidado			
	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Financiamentos e empréstimos	284.995	306.423	815.850	1.180.584
Fornecedores	62.863	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.990	2.110	6.918	89.782
Em 31 de dezembro de 2012				
Financiamentos e empréstimos	471.552	572.853	1.559.575	3.467.303
Fornecedores	84.987	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.776	3.901	17.291	248.387
Em 1º de janeiro de 2012				
Financiamentos e empréstimos	225.535	247.901	643.277	1.138.497
Fornecedores	127.687	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.427	1.502	4.925	76.710

b.5) Riscos trabalhistas

São constituídas provisões para as contingências de demandas judiciais de riscos trabalhistas reconhecidas pela empresa, que representam o universo de perdas prováveis, cujos pedidos judiciais se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária, que são quantificadas ao valor presente quando da efetiva liquidação desta obrigação.

O provisionamento contábil destas demandas está seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 e os impactos para a Companhia estão apresentados na nota 25.

b.6) Riscos ambientais

As ações de caráter socioambiental constituídas para provisões de contingências de riscos ambientais nas unidades de negócio da empresa asseguram o compromisso da obtenção de emissões de Licenças Ambientais, bem como autorização para corte de vegetação, com o respaldo do Ministério público que fiscaliza a edificação desses investimentos.

c) Gestão de capital

A política da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia no longo prazo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Índice de Alavancagem Financeira

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Total dos financiamentos e empréstimos	3.158.751	2.032.933	1.841.490	3.189.839	2.805.750	2.505.694
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(771.597)	(87.454)	(257.339)	(773.711)	(210.988)	(409.569)
(=) Dívida líquida	2.387.154	1.945.479	1.584.151	2.416.128	2.594.762	2.096.125
Total do patrimônio líquido	5.492.934	4.659.777	2.631.278	5.492.934	4.659.777	2.631.278
AFAC's	59.284	554.930	1.810.793	59.284	554.930	1.810.793
(=) Total do capital	7.939.372	7.160.186	6.026.222	7.968.346	7.809.469	6.538.196
Índice de alavancagem financeira	30%	27%	26%	30%	33%	32%

d) Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e contas a pagar pelo valor contábil menos a perda *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1)
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos consolidados da Companhia pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

31 de dezembro 2013

Ativos

	Consolidado
	Valor Justo
	Nível 1
Aplicações financeiras	728.071
Cauções e depósitos vinculados	142.378
Títulos e valores mobiliários	143
Total do Ativo	870.592
	728.071
	142.521
	-

31 de dezembro de 2012

Ativos

	Consolidado
	Valor Justo
	Nível 1
Aplicações financeiras	192.692
Cauções e depósitos vinculados	111.888
Títulos e valores mobiliários	139
Total do Ativo	304.719
	192.692
	112.027
	-

1º de janeiro de 2012

Ativos

	Consolidado
	Valor Justo
	Nível 1
Aplicações financeiras	361.595
Cauções e depósitos vinculados	43.148
Títulos e valores mobiliários	136
Total do Ativo	404.879
	361.595
	43.284
	-

e) Análise de sensibilidade

e.1) análise de sensibilidade taxa de juros

Depreciação dos índices	Controladora						
	31.12.2013						
Moeda (Risco)	Saldo	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
PASSIVO							
Financiamentos e empréstimos							
IPCA	788.767	6,00%	4,50%	3,00%	47.326	35.495	23.663
TJLP	1.302.955	5,00%	3,75%	2,50%	65.148	48.861	32.574
SELIC	244.895	10,50%	7,88%	5,25%	25.714	19.298	12.857
CDI	250.852	10,50%	7,88%	5,25%	26.339	19.767	13.170
Total	2.587.469				164.527	123.421	82.264

Apreciação dos índices	Controladora						
	31.12.2013						
Moeda (Risco)	Saldo	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
PASSIVO							
Financiamentos e empréstimos							
IPCA	788.767	6,00%	7,50%	9,00%	47.326	59.158	70.989
TJLP	1.302.955	5,00%	6,25%	7,50%	65.148	81.435	97.722
SELIC	244.895	10,50%	13,13%	15,75%	25.714	32.155	38.571
CDI	250.852	10,50%	13,13%	15,75%	26.339	32.937	39.509
Total	2.587.469				164.527	205.685	246.791

Depreciação dos índices	Moeda (Risco)	Saldo	Consolidado							
			Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)		
PASSIVO										
Financiamentos e empréstimos										
IPCA	788.767	6,00%	4,50%	3,00%	47.326	35.495	23.663			
TJLP	1.327.839	5,00%	3,75%	2,50%	66.392	49.794	33.196			
SELIC	244.895	10,50%	7,88%	5,25%	25.714	19.298	12.857			
CDI	250.852	10,50%	7,88%	5,25%	26.339	19.767	13.170			
Total	2.612.353				165.771	124.354	82.886			

Apreciação dos índices	Moeda (Risco)	Saldo	Consolidado							
			Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)		
PASSIVO										
Financiamentos e empréstimos										
IPCA	788.767	6,00%	7,50%	9,00%	47.326	59.158	70.989			
TJLP	1.327.839	5,00%	6,25%	7,50%	66.392	82.990	99.588			
SELIC	244.895	10,50%	13,13%	15,75%	25.714	32.155	38.571			
CDI	250.852	10,50%	13,13%	15,75%	26.339	32.937	39.509			
Total	2.612.353				165.771	207.240	248.657			

NOTA 47 – INVESTIMENTOS AMBIENTAIS*

Durante o exercício, a Companhia realizou os seguintes investimentos e gastos ambientais, reconhecidos no imobilizado e no resultado do exercício, conforme a seguir demonstrado:

	Controladora			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Investimento	Resultado	Investimento	Resultado
Investimentos ambientais	2.828	-	17.658	-
Gastos ambientais	-	3.920	-	3.276
Total	2.828	3.920	17.658	3.276

Os investimentos e gastos ambientais, no montante de R\$ 6.748 mil em 2013 (R\$ 20.934 mil em 2012), referem-se a programas de recuperação de áreas degradadas e a preservação da biodiversidade, além de programas de educação ambiental e outros projetos ambientais e estão relacionados à construção dos empreendimentos de geração: UHE Passo São João, UHE São Domingos, UHE Mauá, PCH João Borges e PCH Barra do Rio Chapéu, bem como da manutenção das linhas de transmissão.

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 48 – LEILÕES DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Por meio de leilão de energia da ANEEL, proveniente de novos empreendimentos, que segue as regras estabelecidas pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a Companhia conquistou, em 2013, os seguintes empreendimentos:

Leilão nº	Executora	Empreendimentos	Extensão / Capacidade de transformação / Potência instalada	Término da Concessão / Autorização
Transmissão				
007/2013	SPE Fronteira Oeste ⁽¹⁾	LT Santo Ângelo-Maçambará 230 kV LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó 230kV, C1 LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó 230kV, C2 SE Pinhalzinho, em 230/138 kV (ATF1) SE Pinhalzinho, em 230/138 kV (ATF2 e ATF3) Ampliação da SE Santa Maria 3, 230/138 kV	205 Km 40 Km 40 Km 150 MVA 300 MVA 166 MVA	01/2044 01/2044 01/2044 01/2044 01/2044 01/2044
007/2013	Eletrosul	Seccionamento da LT 230 kV Ivinhema-Nova Andradina-Porto Primavera-Rosana e a SE Ivinhema 2 SE 230/138 KV Ivinhema 2	4 Km 300 MVA	01/2044 01/2044
Geração				
009/2013	Eólica Hermenegildo I S.A. ⁽²⁾	Parque Eólico Verace 24 Parque Eólico Verace 25 Parque Eólico Verace 26 Parque Eólico Verace 27	18,7 MW 6,8 MW 13,6 MW 15,3 MW	-
009/2013	Eólica Hermenegildo II S.A. ⁽²⁾	Parque Eólico Verace 28 Parque Eólico Verace 29 Parque Eólico Verace 30 Parque Eólico Verace 31	11,9 MW 17,0 MW 17,0 MW 8,5 MW	-
009/2013	Eólica Hermenegildo III S.A. ⁽²⁾	Parque Eólico Verace 34 Parque Eólico Verace 35 Parque Eólico Verace 36	13,6 MW 11,9 MW 20,4 MW	-
009/2013	Eólica Coxilha Seca S.A. ⁽²⁾	Parque Eólico Capão Inglês Parque Eólico Colhilha Seca Parque Eólico Galpões	10,0 MW 30,0 MW 8,0 MW	-
009/2013	Eólica Chuí IX S.A. ⁽²⁾	Parque Eólico Chuí 09	17,0 MW	-

⁽¹⁾ SPE formada pela Eletrosul (51%) e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (49%).

⁽²⁾ SPE formada pela Eletrosul (99,99%) e Renobrás (0,01%), constituída em 28 de janeiro de 2014. Data estimada para assinatura do CCEAR: 24 de julho de 2014.

NOTA 49 – EVENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

De acordo com o que determina o CPC 24 - Eventos Subsequentes, são apresentados a seguir os principais eventos ocorridos entre a data do encerramento do exercício 31 de dezembro de 2013 e a data da autorização para a conclusão das demonstrações financeiras.

Aportes de capital nas Sociedades Investidas

Data	SPE	Evento	Valor
02/01/2014	ESBR	Aporte	20.000
07/01/2014	Costa Oeste	AFAC	2.450
15/01/2014	ESBR	Aporte	27.000
22/01/2014	Norte Brasil	Aporte	14.700
31/01/2014	Marumbi	AFAC	1.645
10/02/2014	Fronteira Oeste	AFAC	255
14/02/2014	Norte Brasil	Aporte	28.420
17/02/2014	Livramento	Aporte	5.683
17/02/2014	ESBR	Aporte	39.600
19/02/2014	Hermenegildo I	Aporte	9
19/02/2014	Hermenegildo II	Aporte	9
19/02/2014	Hermenegildo III	Aporte	9
19/02/2014	Coxilha Seca	Aporte	9
19/02/2014	Chuí IX	Aporte	9
28/02/2014	Marumbi	AFAC	264
28/02/2014	Fronteira Oeste	AFAC	655
28/02/2014	Hermenegildo I	AFAC	400
28/02/2014	Hermenegildo II	AFAC	400
28/02/2014	Hermenegildo III	AFAC	400
28/02/2014	Coxilha Seca	AFAC	400
28/02/2014	Chuí IX	AFAC	400
07/03/2014	Marumbi	AFAC	3.264
Total			<u>145.981</u>

Em 3 de janeiro de 2014, a SPE Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. devolveu o montante de R\$ 20.000 mil que havia sido aportado pela Companhia em 27 de dezembro de 2013 a título de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

Novos empreendimentos de geração

Em 28 de janeiro de 2014, a Companhia passou a integrar novas Sociedades de Propósito Específico (SPE), constituídas em decorrência do leilão de geração 009/2013 – ANEEL, conforme a seguir demonstrado:

SPE	Parque Eólico	% Part.	Acionista	%	Potência Nominal (MW)	Garantia Física (MWm)
Eólica Hermenegildo I S.A.	Verace 24	99,99%	Renobrax	0,01%	18,7	9,2
	Verace 25				6,8	3,3
	Verace 26				13,6	7,0
	Verace 27				15,3	7,9
Eólica Hermenegildo II S.A.	Verace 28	99,99%	Renobrax	0,01%	11,9	5,9
	Verace 29				17,0	8,3
	Verace 30				17,0	8,2
	Verace 31				8,5	4,2
Eólica Hermenegildo III S.A.	Verace 34	99,99%	Renobrax	0,01%	13,6	6,7
	Verace 35				11,9	5,8
	Verace 36				20,4	9,7
Eólica Coxilha Seca S.A.	Capão Ingles	99,99%	Renobrax	0,01%	10,0	3,9
	Colhilha Seca				30,0	11,8
	Galpões				8,0	3,0
Eólica Chuí IX S.A.	Chuí 09	99,99%	Renobrax	0,01%	17,0	7,8

Julgamento de processo administrativo fiscal no CARF

Em 17 de janeiro de 2014, foram publicados no Diário Oficial da União os acórdãos com o resultado do julgamento do processo administrativo fiscal relativo à autuação fiscal ocorrida em 2010 sobre as contribuições previdenciárias incidentes sobre o PREQ, que por unanimidade dos votos o recurso foi julgado totalmente procedente à Eletrosul. O montante original do auto de infração montava R\$ 41.290 mil. Não consta registro de interposição de nenhum recurso por parte da PGFN (ver nota 25, a)

NOTA 50 – OUTROS ASSUNTOS

Medida Provisória nº 627/2013

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas:

- (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;
- (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;
- (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos;
- (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e,
- (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros

sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e com base no que está em vigor atualmente, espera que a sua adoção antecipada, ou não, resulte em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

Nossas avaliações consideram a melhor interpretação do texto corrente da MP, considerando a quantidade elevada de emendas propostas até o momento. É possível, que em sua conversão em lei, o texto seja alterado e nossas avaliações possam ser revistas à luz do texto definitivo, e por consequência, nossas conclusões.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente

Cláudia Hofmeister
Conselheira

Wanderlei Lenartowicz
Conselheiro

Eurides Luiz Mescolotto
Conselheiro

Willian Rimet Muniz
Conselheiro

Celso Knijnik
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Eurides Luiz Mescolotto
Diretor Presidente

Antonio Waldir Vittori
Diretor Financeiro

Paulo Afonso Evangelista Vieira
Diretor Administrativo

Ronaldo dos Santos Custódio
Diretor de Engenharia e Diretor de Operação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Sandro Rodrigues da Silva
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador CRC-SC 15360/O-9

Florianópolis, 20 de março de 2014.

ÍNDICE GRI

	INDICADOR	PÁGINA / COMENTÁRIOS
	PERFIL	
1	Estratégia e Análise	
1.1	Declaração da Presidência	Pag.08
1.2	Principais impactos, riscos e oportunidades	Pag.08
2	Perfil Organizacional	
2.1	Nome da organização	Pag.20
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	Pag.20,21,23
2.3	Estrutura operacional	Pag.21,24
2.4	Localização da sede da organização	Pag.20
2.5	Atuação geográfica	Pag.21
2.6	Natureza jurídica da propriedade	Pag.20
2.7	Mercados atendidos	Pag.14,21
2.8	Porte da organização	Pag.21,23
2.9	Principais mudanças no ano	Pag.21
2.10	Prêmios	Pag.132
3	Parâmetros para o relatório	
	Perfil do Relatório	
3.1	Período coberto pelo relatório	Pag.14
3.2	Data do relatório anterior	Pag.14,46
3.3	Periodicidade	Pag.14,46
3.4	Dados para contato	Pag.15
	Escopo e Limite do Relatório	
3.5	Definição do conteúdo	Pag.14
3.6	Limite do relatório	Pag.14
3.7	Limitações quanto ao escopo ou ao limite do relatório	Pag.14
3.8	Base para a elaboração do relatório	Pag.14
3.9	Técnicas de medição de dados e bases de cálculos	Os métodos de cálculo estão descritos ao longo do relatório, sempre que necessário para apoiar algum dado.
3.10	Consequências de reformulações de informações	Não houve reformulações durante o ano relatado neste relatório.
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere escopo, limite ou método de medição aplicados no relatório	Pag.14
	Sumário de Conteúdo da GRI	
3.12	Sumário GRI	Pag.05
	Verificação	
3.13	Verificação Externa	Pag.15
4	Governança, compromissos e engajamento	
	Governança	
4.1	Estrutura de governança	Pag.37
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo	Pag.30
4.3	Declaração do número de membros independentes ou não executivos no mais alto órgão de governança	Pag.30

4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ao mais alto órgão de governança	Pag.41
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos (incluindo acordos rescisórios), e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental)	Pag.38
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	Pag.38
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir estratégias da organização para questões relacionadas, e temas econômicos, ambientais e sociais	Pag.30
4.8	Missão, valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social	Pag.4,40,48
4.9	Procedimento do mais alto grau de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios	Pag.38
4.10	Processos para autoavaliação do desempenho do mais alto grau de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social	Pag.38
Compromissos com iniciativas externas		
4.11	Princípio de precaução	Pag.48
4.12	Cartas, princípios e iniciativas	Pag.49
4.13	Participação em associações	Pag.23
Engajamento dos stakeholders		
4.14	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização	Pag.41
4.15	Base para a identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar	Pag.41
4.16	Engajamento dos stakeholders	Pag.41
4.17	Principais temas e preocupações dos stakeholders	Pag.41
5 Forma de Gestão e Indicadores de Desempenho		
Desempenho Econômico		
EC1	Valor econômico gerado e distribuído	Pag.55
EC2	Mudanças climáticas	Pag.124,129
EC3	Plano de pensão	Pag.89
EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo	Não se aplica.
EC5	Proporção entre o salário mais baixo da organização e o salário mínimo local	Pag.77
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos em fornecedores locais	Pag.106

EC7	Contratação local	As contratações são realizadas via concurso público conforme legislação nacional vigente, incompatível com qualquer forma de direcionamento na seleção, o que impossibilita a preferência na contratação de profissionais das regiões onde a empresa atua.
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente, para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono	Pag.96
EC9	Impactos econômicos indiretos	Pag.91
	Desempenho Ambiental	
EN1	Materiais usados	Pag.119
EN2	Materiais usados provenientes de reciclagem	Pag.119
EN3	Consumo de energia direta discriminada por fonte de energia primária	Pag.119
EN4	Energia indireta	Pag.119
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	Pag.111
EN6	Produtos e serviços com baixo consumo de energia	Pag.108
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta	Pag.111,112
EN8	Total de retirada de água por fonte	Pag.120
EN9	Fontes hídricas significativas afetadas por retirada de água	Pag.120
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	Pag.120
EN11	Localização dentro de áreas protegidas ou de alto índice de biodiversidade	Pag.115
EN12	Impactos na biodiversidade	Pag.115
EN13	Hábitats protegidos ou restaurados	Pag.114,115
EN14	Gestão de impactos na biodiversidade	Pag.115
EN15	Lista Vermelha da IUCN	Pag.115
EN16	Emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa	Pag.126,127
EN17	Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa	Pag.126,127
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa	Pag.124,128,129
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	Pag.129
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	Pag.129
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	Pag.119,121
EN22	Peso total de resíduos	Pag.122
EN23	Derramamentos significativos	Pag.122
EN24	Resíduos perigosos transportados	Pag.122
EN25	Identificação, tamanho, <i>status</i> de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizada pela organização relatora	Não se aplica.

EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços	Pag.111,116
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperadas em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto	Não se aplica.
EN28	Valor de multas e sanções resultantes da não conformidade com leis	Pag.108
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte	Pag.126,129
EN30	Investimentos e gastos em proteção ambiental	Pag.108
	Desempenho Social	
	Práticas Trabalhistas	
LA1	Total de trabalhadores	Pag.75,79
LA2	Número total e taxa de contratações e rotatividade de empregados	Pag.75
LA3	Benefícios	Pag.84
LA4	Negociação coletiva	Pag.79
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais	Pag.79
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês de segurança e saúde	Pag.87
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	Pag.77,87
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção relacionados a doenças graves	Pag.86
LA9	Segurança e saúde em acordos com sindicatos	Pag.79
LA10	Horas de treinamento	Pag.81
LA11	Gestão de competências e aprendizagem contínua	Pag.81
LA12	Análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	Pag.85
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e de minorias	Pag.76
LA14	Proporção de salário-base e remuneração de mulheres para homens	Pag.77
LA15	Retorno ao trabalho e taxas de retenção após licença-maternidade/paternidade	Pag.84
	Direitos Humanos	
HR1	Investimentos e contratos que incluem cláusulas sobre direitos humanos	Pag.106
HR2	Fornecedores avaliados e as medidas tomadas	Pag.106
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de Direitos Humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu o treinamento	Pag.104
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	Pag.104
HR5	Operações e fornecedores com risco à liberdade de associação e à negociação	Pag.79,106
HR6	Operações e fornecedores significativos identificados como risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para efetiva erradicação do trabalho infantil	Pag.105

HR7	Operações e fornecedores significativos identificados como risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para erradicação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Pag.105
HR8	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações	Pag.105
HR9	Violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	Pag.50,102
HR10	Percentual e número total de operações que foram submetidas a análises e/ou avaliações de impactos relacionados a Direitos Humanos	Pag.105
HR11	Número de queixas relacionadas com os Direitos Humanos arquivados, tratadas e resolvidas por meio de mecanismos de reclamação formais	Pag.104
Responsabilidade sobre o produto		
PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando à melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos	Não se aplica.
PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado	Não se aplica.
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências	Não se aplica.
PR4	Número total de casos de não conformidade de regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e à rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado	Não se aplica.
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente	Pag.45
PR6	Programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing	Pag.47
PR7	Não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing	Pag.47
PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de cliente	Não se aplica.
PR9	Multas relacionadas ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Pag.47 Em 2013 a Eletrosul não foi autuada e não pagou multas significativas, resultantes da não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.
Sociedade		
SO1	Operações com engajamento da comunidade local, avaliações de impactos e programas de desenvolvimento	Pag.92
SO2	Avaliações de riscos relacionados à corrupção	Pag.103
SO3	Empregados treinados nas políticas e nos procedimentos anticorrupção da organização	Pag.103
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	Pag.103

SO5	Posição quanto a políticas públicas e participações na elaboração de políticas públicas e lobbies	Pag.101
SO6	Contribuições a partidos políticos	Por serem de capital misto, as empresas Eletrobras são legalmente impedidas de fazer contribuições financeiras a partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas.
SO7	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de triste e monopólio	Não há ações judiciais abertas contra a empresa em 2013.
SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos	O valor total de multas significativas é zero (0,00). Não foram identificadas sanções relativas ao ano de 2013. O controle é realizado por meio do sistema Percepttools (Software Jurídico), utilizado para a gestão de seus processos.
SO9	Operações com impacto negativo sobre as comunidades locais	Pag.92
SO10	Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações com impactos negativos sobre comunidades locais	Pag.92
Setoriais – Energia		
EU1	Capacidade instalada	Pag.23
EU2	Energia enviada para a rede, detalhada por fonte privada de energia e regime regulatório	Não se aplica.
EU3	Número de unidades consumidoras residenciais, industriais, institucionais e comerciais	Não se aplica.
EU4	Comprimento de Linhas de Transmissão, e distribuição aéreas e subterrâneas	Pag.23,64
EU5	Alocação de permissões de emissões de equivalentes de CO ₂ , discriminadas por estrutura do mercado de créditos de carbono	Pag.126
EU6	Forma de gestão para assegurar a disponibilidade e confiabilidade do fornecimento de eletricidade no curto e longo prazo	Pag.32
EU7	Programas de gerenciamento pelo lado da demanda, incluindo programas residencial, comercial, institucional e industrial	Pag.112
EU8	Atividades e despesas referentes à pesquisa e ao desenvolvimento visando à confiabilidade do fornecimento de eletricidade e à promoção do desenvolvimento sustentável	Pag.32
EU9	Provisão para descomissionamento de usinas nucleares	Não se aplica.

EU10	Capacidade planejada contra a demanda de energia projetada a longo prazo, discriminada por fonte de energia e regime regulatório	Pag.23
EU11	Eficiência média de geração de usinas termelétricas, discriminada por fonte de energia e por sistema regulatório	Não se aplica.
EU12	Perdas na transmissão e distribuição de energia como porcentagem do total de energia	Pag.68
EU13	Biodiversidade de habitats de substituição	Pag.115
EU14	Programas e processos que asseguram a disponibilização de mão de obra qualificada	Pag.80
EU15	Porcentagem de empregados com direito à aposentadoria nos próximos 5 e 10 anos	Pag.83
EU16	Políticas e exigências referentes à saúde e segurança de empregados e de trabalhadores terceirizados e subcontratados	Pag.80,87
EU17	Dias trabalhados por empregados contratados e terceirizados na construção, operação e manutenção das atividades	Pag.80
EU18	Porcentagem de trabalhadores terceirizados e subcontratados submetidos a treinamento relevante de saúde e segurança	Pag.80
EU19	Participação de <i>stakeholders</i> em processos decisórios relacionados a planejamento energético de desenvolvimento de infraestrutura	Pag.23
EU20	Abordagem para gestão de impactos de deslocamento	Pag.96
EU21	Planejamento de medidas de contingência, calamidade/plano de gestão de emergência e programas de treinamento, e recuperação/planos de restauração	Pag.130
EU22	Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização	Pag.96
EU23	Programas, incluindo os realizados em parceria com o governo, para melhorar ou manter o acesso à energia elétrica e a serviços de suporte ao cliente	Pag.102
EU24	Práticas para lidar com barreiras relacionadas a idioma, à cultura, à baixa escolaridade e a necessidades especiais que dificultam o acesso à eletricidade e aos serviços de assistência ao consumidor, assim como ao seu uso seguro	Não se aplica.
EU25	Número de acidentes e óbitos do público envolvendo bens da empresa, entre os quais decisões e acordos judiciais, além de casos judiciais pendentes relativos a doenças	Pag.47
EU26	Percentual da população não atendida em áreas com distribuição ou serviços regulamentados	Não se aplica.
EU27	Número de desligamentos residenciais por falta de pagamento, discriminados por duração de desligamento e por sistema regulatório	Não se aplica.
EU28	Frequência de interrupção de energia	Não se aplica.
EU29	Duração média de interrupção de energia	Não se aplica.
EU30	Fator de disponibilidade média por fonte de energia e regime regulatório	Pag.32,64